

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -  
INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -  
INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado  
**Gilberto José Spier Vargas**

Secretário-Executivo  
**Laudemir André Müller**

Presidente  
**Carlos Mário Guedes de Guedes**

Chefe de Gabinete  
**Raimunda Helena Nahum Gomes**

Procurador-Chefe  
**Sérgio de Britto Cunha Filho**

Diretor de Gestão Administrativa  
**Juliano Flávio dos Reis Rezende**

Diretor de Gestão Estratégica  
**Simone Guerresi de Mello**

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
**Richard Martins Torsiano**

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento  
**César Fernando Schiavon Aldrighi**

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento  
**Marcelo Afonso Silva**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	20
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....	20
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	20
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	23
1.3 Organograma Funcional .....	24
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	25
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	28
1.6 Principais Parceiros.....	30
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	31
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada .....	31
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos .....	39
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	40
2.3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	40
2.3.2 Criação de Assentamentos.....	41
2.3.3 Desenvolvimento de Assentamentos.....	43
2.4 Indicadores .....	45
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	49
3.1 Estrutura de Governança.....	49
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos .....	49
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	61
3.4 Sistema de Correição.....	61
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	66
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	66
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ .....	66
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	66
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	70
4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066.....	70
4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012.....	84
4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034.....	86
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	88
4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418.....	88
4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419.....	89
4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420.....	92
4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421.....	97
4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422.....	101
4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412.....	103
4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987.....	105
4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	106
4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	106
4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar.....	140
4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	144
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	150
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	150
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa .....	153
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	153
4.2.2 Programação de Despesas .....	154
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes .....	154
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital .....	154
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	155

4.2.2.4	Análise Crítica .....	155
4.2.3	Programação de Despesas .....	156
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	174
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários .....	174
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	174
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários .....	175
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	178
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	178
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	178
4.2.4.2.3	Análise Crítica.....	179
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira .....	179
5.1	Reconhecimento de Passivos .....	179
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	179
5.1.2	Análise Crítica .....	180
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	180
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	180
5.2.2	Análise Crítica .....	181
5.3	Transferências de Recursos.....	181
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	181
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	182
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	183
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	184
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	184
5.3.6	Análise Crítica .....	185
5.4	Suprimento de Fundos .....	191
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos .....	191
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral .....	191
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.....	191
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo .....	191
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	191
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos .....	191
5.4.1.6	Análise Crítica .....	191
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	192
5.6	Gestão de Precatórios .....	192
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados .....	192
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	192
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	192
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada .....	194
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	195
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	197
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade ..	198
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	200
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	203
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	203
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	203
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	203
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos .....	204
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	204
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	204
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico .....	205
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos .....	206

6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	207
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	207
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	207
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados .....	207
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	208
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	209
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	211
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	211
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	211
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	213
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	213
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	214
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	215
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento .....	221
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI .....	221
8.2	Análise Crítica .....	223
9.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento .....	223
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	223
9.2	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento .....	225
10.	Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	225
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício .....	225
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	225
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	228
10.1.3	Recomendações da OCI Atendidas no Exercício .....	230
10.1.4	Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	235
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	252
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	255
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	255
10.3.1.1	Análise Crítica.....	255
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	256
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	256
11.	Informações Contábeis.....	257
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	257
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	257
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	257
11.2.1	Declaração Plena .....	257
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	258
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 .....	259
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976 .....	259
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais .....	259
11.6	Parecer da Auditoria Independente.....	259
12.	SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL – SRFA .....	259
12.1	Objetivo superior.....	262
12.2	Objetivo geral .....	262
12.3	Objetivos específicos e ações estratégicas .....	262
12.4	Ações	264
<b>PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....</b>		<b>282</b>
13.	Indicadores de Desempenho Desenvolvidos Para Aferir os Resultados da Gestão do INCRA ..	282
14.	Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas .....	292

14.1 Avaliação dos principais Programas do PPA 2012-2015, assim como das ações da LOA correlatos ao tema .....	292
14.2 Processos de Certificação de Imóveis Rurais (públicos e privados) e emissão de CCIR.....	292
14.3 Gestão do SNCR.....	292
14.4 Implantação do CNIR .....	295
14.5 Georreferenciamento e Cartografia.....	296
14.6 Regularização fundiária, destinação de terras públicas e ações de combate à grilagem de terras públicas	296
15. Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos.....	297
15.1 Avaliação dos principais Programas do PPA 2012-2015, assim como das ações da LOA correlatos ao tema .....	297
15.2 Prospecção de Imóveis para a Reforma Agrária e fiscalização.....	297
15.3 Estratégia de Obtenção de Imóveis Rurais.....	300
15.4 Procedimentos operacionais.....	300
15.5 Formação da lista de Beneficiários da PNRA (RB).....	301
16. Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	301
16.1 Avaliação dos principais Programas e Ações do PPA 2012-2015 correlatos ao tema.....	301
16.2 Estratégia de contenção do aumento do passivo para provimento de condições produtivas aos Projetos de Assentamento .....	302
16.3 Supervisão e acompanhamento dos Projetos de Assentamento .....	303
17. Atendimento à Sociedade .....	304
17.1 Controle sobre a tramitação de processos de atendimento ao público.....	304
18. Excelência Administrativa .....	304
18.1 Gestão Estratégica .....	304
18.2 Melhoria dos processos de Trabalho.....	306
18.3 Cobrança de Créditos da Reforma Agrária.....	309
19. Pessoas, Aprendizado e Acompanhamento.....	313
19.1 Distribuição funcional .....	313
19.2 Para os seguimentos descritos abaixo, apresentar a estratégia e avaliação qualitativa das ações desenvolvidas no exercício.....	314
20. Governança e Controles .....	315
20.1 Principais controles do gestor e resultados da auditoria interna do órgão.....	315
20.2 Ouvidoria e corregedoria .....	319

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	20
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	49
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066 .....	67
Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418.....	70
Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419 .....	71
Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420.....	75
Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421 .....	79
Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422 .....	82
Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412 .....	84
Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987 .....	86
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV .....	88
Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6 .....	89
Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7 .....	91
Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK .....	92
Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL .....	94
Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO.....	95
Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP.....	96
Quadro A.4.3. 4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES .....	97



Quadro A.4.3. 4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU .....	99
Quadro A.4.3. 4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW .....	100
Quadro A.4.3. 5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1 .....	101
Quadro A.4.3. 6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB .....	103
Quadro A.4.3. 7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A .....	105
Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105 .....	106
Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110 .....	108
Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114 .....	109
Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426 .....	111
Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378 .....	113
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387 .....	115
Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460 .....	116
Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG .....	116
Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384 .....	117
Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427 .....	118
Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7 .....	120
Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396 .....	121
Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398 .....	125
Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06 .....	127
Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320 .....	128
Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358 .....	132
Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374 .....	136
Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474 .....	137
Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952 .....	138
Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370 .....	139
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470 .....	140
Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448 .....	142
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859 .....	144
Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1 .....	146
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000 .....	150
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572 .....	152
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103 .....	153
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	154
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes .....	154
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital .....	154
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	155
Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	156
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	174
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários .....	175
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	179
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	180
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	182
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	183
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes .....	183
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse .....	184

<b>Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse</b> .....	184
<b>Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</b> .....	192
<b>Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12</b> .....	194
<b>Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</b> .....	195
<b>Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12</b> .....	197
<b>Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</b> .....	198
<b>Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</b> ...	200
<b>Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro</b> .....	203
<b>Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12</b> .....	203
<b>Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b> .....	204
<b>Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b> .....	205
<b>Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac</b> .....	205
<b>Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)</b> .....	205
<b>Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro</b> .....	206
<b>Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</b> .....	208
<b>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</b> .....	209
<b>Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários</b> .....	211
<b>Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</b> .....	214
<b>Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</b> .....	215
<b>Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada</b> .....	221
<b>Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</b> .....	223
<b>Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água</b> .....	225
<b>Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b> .....	225
<b>Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b> .....	226
<b>Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</b> .....	228
<b>Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</b> .....	230
<b>Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício</b> .....	235
<b>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b> .....	255
<b>Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV</b> .....	256
<b>Quadro A.10.6.A – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SICONV</b> .....	256
<b>Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.</b> ...	258
<b>Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.</b> ...	258

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDB – Associação Crédito do Brasil  
CDR – Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
LTDA - Limitada  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MP - Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PB – Projeto Básico  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PGE - Plano Geral de Estatísticas  
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PC – Plano de Compromisso  
PPA - Plano Plurianual  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PU - Planos de Utilização  
RB – Relação de Beneficiários  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISPROT – Sistema de protocolo  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União  
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UA - Unidade Avançada  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual do INCRA Sede foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU N° 63/2010, Decisão Normativa – TCU N° 119/2012 e Portaria TCU n° 150/2012, sendo composto por duas partes: Parte A – Conteúdo Geral, que é composta de XX itens; Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, composta pelos itens de XX a XX.

Dentre os itens recomendados para compor o relatório de Gestão, conforme Portaria TCU 150, alguns quadros não se aplicam à natureza da UJ e, portanto, não constam neste Relatório, porém seus tópicos permaneceram no corpo do texto, com observação em nota de rodapé. São eles:

- i)Item 4.3.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
  - a. Subitem A.4.3.4.2.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação;
  - b.Subitem 4.3.4.2.2 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
    - i.Quadro A..4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação;
- ii)Item 5.6 – Gestão de Precatórios;

Não houve registro de dados a serem feitos para o Tópico 6.2.2 – Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público e seus quadros A.6.15 e A.6.16.

Estão apresentadas as informações pertinentes a gestão da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal - SRFA (Programa Terra Legal) no tópico XXX, visto que em 2012 foram criadas as Ações orçamentárias 20T9 e 20TA, desvinculando seu orçamento das Ações 2110 e 4460 que permaneceram para utilização do INCRA em suas operações de regularização fundiária e georreferenciamento. Sendo assim o orçamento de 2012 quanto às ações da SRFA foi disposto e executado na UG 133003, sem intermédio da Unidade Gestora desta Autarquia.

As consultas para verificação da execução orçamentário-financeira do orçamento 2012 e a execução referente ao Resto a Pagar de exercícios anteriores, relacionadas aos quadros de execução dos Objetivos, Iniciativas e Ações do PPA sob a responsabilidade da unidade foram efetuadas no SIAFI Gerencial por meio de consultas utilizando os grupos de itens da STN:

- i) Execução orçamentária: PUBLIC MENSAL
- ii) Provisões Recebidas: MOVIMENTO CRÉDITOS
- iii) Restos a Pagar de exercícios anteriores para os quadros das Ações: RP PROC N PROC CCONT
- iv) Restos a Pagar de exercícios anteriores item 5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de restos a Pagar de Exercícios Anteriores:
  - a.Exercício 2006, 2007 e 2008: RP PROC N PROC CCONT
  - b.Exercícios 2009, 2010 e 2011: RP PROC N PROC NE

Tendo em vista que os Objetivos e Iniciativas constantes no PPA 2012/2015 não apresentam relação direta em consulta do SIAFI Gerencial, perpassado mais de um Programa ou Ação orçamentária em sua composição, foi identificada abaixo de cada tabela referente a estes itens, a composição de Ações orçamentárias utilizadas em seu preenchimento.

As informações relativas a execução física (meta realizada) das Ações foram divididas em duas células, sendo que a “Meta física (PC 2012)” se refere à execução física da ação que teve seu início e conclusão no mesmo exercício; e a célula “Meta física realizada (exercícios anteriores)” corresponde a execução que teve início de sua execução física em exercícios anteriores a 2012, porém com conclusão em 2012. Exceção feita às Ações “continuadas” (2B06, 4470, 4474, 6952 e 8370) que para o cálculo da meta também são considerados os produtos que estão em fase de execução, como por exemplo aluno em sala de aula, ou família com atendimento de ATEs, uma vez que o que efetivamente importa nestes casos é a pessoa ou família que foi ou está sendo beneficiada no exercício e não a conclusão dos contratos e convênios relacionados. Também é interessante salientar

que as famílias que perpassaram o ano de 2011 para 2012 em atendimento para estas Ações continuadas foram incluídas na meta do Plano de Compromisso 2012 (PC 2012), visto que seu atendimento onera o exercício corrente, o que justifica a inclusão dos contratos de atendimento vindos de exercícios anteriores para a avaliação do alcance da meta pactuada para 2012.

Ainda com relação à execução física, temos a considerar que algumas destas apresentadas neste relatório estão diferentes do que apresenta o Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP, pois houve verificação e ajuste dos números após o encerramento do prazo para inserção de dados neste Sistema, não sendo mais possível ajustá-los. A execução física das Ações executadas pelas Superintendências Regionais do INCRA é alimentada mensalmente no Módulo de Monitoramento no Sistema de Informações Rurais - SIR disponível na Incranet, onde a área de Planejamento das Superintendências Regionais insere os dados de execução, com posterior homologação por parte dos Superintendentes Regionais.

Ao procedermos a uma avaliação dos resultados alcançados pela Autarquia no exercício 2012, é importante termos antes uma análise da evolução da situação geral da instituição ao longo de sua história.

No decorrer de 42 anos de existência, o Incra implantou e reconheceu 8.984 projetos de assentamento de reforma agrária, em um total de 88 milhões de hectares, distribuídos em 2.094 municípios brasileiros, onde 945,3 mil famílias encontram-se atualmente assentadas. Isso significa a presença do Instituto em mais de 10% do território nacional. Ressalta-se que cerca de metade da área destinada para a reforma agrária, se constitui de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados e unidades de conservação, em sua maior parte situada na região da Amazônia Legal.

Todavia, nos últimos 25 anos o INCRA sofreu uma redução de 40% no seu número de servidores, tem seu orçamento em linha descendente nos últimos três anos e seus servidores recebem um salário médio equivalente a metade dos órgãos assemelhados. Adicionalmente, o INCRA amarga persistentes reduções em seus pontos de DAS e um redução de 93% nas funções gratificadas (FG).

Com relação ao recurso financeiro, há uma incompatibilidade entre a Dotação Orçamentária e o financeiro correspondente, o que tem levado a um aumento dos valores inscritos em Restos a Pagar. Além da incompatibilidade entre o limite orçamentário e financeiro, algumas outras situações levam a esse acúmulo de execução em RAP, muitas vezes perpassando vários exercícios, tais como:

- i) Contratos e convênios assinados no fim do exercício, visto a morosidade costumais dos procedimentos burocráticos da licitação, além de que, com os ajustes em normativos ao longo do ano, diversas contratações, só são possibilitadas ao fim do exercício.
- ii) Demora na entrega de alguns produtos licitados, que ocasionam, quando o prazo ultrapassa o exercício, a inscrição em RAP.
- iii) Liberação de limite orçamentário extra no fim do exercício, sem o tempo hábil e o financeiro correspondente para o pagamento.

O resultado desta trajetória é a formação de passivo que sobrecarrega cada novo exercício. A estrutura fundiária brasileira encontra-se pouco assistida e milhões de brasileiros têm limitada a sua capacidade de contribuir com a soberania alimentar nacional através da produção agropecuária familiar.

Ante este quadro o INCRA tem reconhecido os problemas existentes e realizado um grande esforço para reverter o passivo acumulado no período republicano pós-1985. Listamos a seguir os dados diagnosticados quanto a evolução da demanda da Autarquia, frente a estrutura existente.

O INCRA	EM 1985:	EM 2012:	Varição
Projetos de Colonização / Assentamento	67	8.984	134 vezes mais
Área de posse do INCRA	9,8 milhões há (1,1% do território nacional)	88,1 milhões ha (10,3% do território nacional)	9 vezes mais

Famílias atendidas	117.000	945.283	8 vezes mais
Presença em Municípios	61	2.094	33 vezes mais
Nº Servidores	9.800	5.504	46% menos
Principais atividades exercidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Zoneamento, cadastro e tributação fundiária;</li> <li>•Arrecadação, discriminação de terras e regularização fundiária;</li> <li>•Projetos de colonização;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Reforma Agrária</li> <li>• <i>Obtenção de terras,</i></li> <li>• <i>cadastro de famílias,</i></li> <li>• <i>licenciamento ambiental do assentamento,</i></li> <li>• <i>concessão de créditos,</i></li> <li>• <i>viabilização de infraestrutura (estrada, casa, água e energia),</i></li> <li>• <i>assistência técnica,</i></li> <li>• <i>programa de educação no campo,</i></li> <li>• <i>apoio à produção e comercialização;</i></li> <li>•Ordenamento da Estrutura Fundiária;</li> <li>•Regularização Fundiária;</li> <li>•Titulação de áreas remanescentes de Quilombolas;</li> <li>•Desintrusão de não-índios em áreas indígenas;</li> <li>•Desintrusão de posseiros em unidades de conservação;</li> <li>•Reassentamento de famílias atingidas por barragens</li> <li>•Acompanhamento de obras do PAC;</li> </ul>	

Importa destacar a mudança de gestão ocorrida em 23.07.2013, onde houve a substituição do presidente da Autarquia, o então Celso de Lisboa Lacerda, pelo novo presidente Carlos Mário Guedes de Guedes, e o período extenso de greve iniciado em meados de junho e encerrada após cerca de três meses, o que alterou o fluxo normal de execução das atividades dentro da autarquia no exercício.

Visando atacar os problemas gerados pela crescente demanda, pela reduzida estrutura existente, buscando uma melhoria na eficiência do seu trabalho, o INCRA, que havia iniciado em julho de 2011 um programa de planejamento estratégico situacional, deu início a partir da nova gestão iniciada em meado do exercício de 2012, a grandes mudanças nas ações desenvolvidas junto aos assentamentos da Reforma Agrária, reconhecendo que os assentamentos guardam diferenças entre si, assim como os territórios em que estão inseridos oferecem dinâmicas próprias. Adota-se a partir deste momento então a estratégia de atuação em rotas diferenciadas de desenvolvimento, divididos em três grandes eixos: (i) a rota de integração ao Plano Brasil Sem Miséria, para todos os assentamentos novos e recentes que ainda estejam em situação de pobreza; (ii) a rota de combate, prevenção e construção de alternativas ao desmatamento ilegal, para assentamentos situados na Amazônia Legal e em outros territórios ambientalmente relevantes; e (iii) rota da produção e da integração à dinâmica territorial da agricultura familiar, para assentamentos em fase de estruturação e consolidação como comunidades autônomas social e economicamente.

As diferentes rotas articulam instrumentos para garantia de condições de vida (infraestrutura básica de água, luz, habitação e estradas de acesso), condições de produção e geração de renda (assistência técnica, financiamento, estruturação produtiva e acesso a mercados) e regularização fundiária e ambiental (demarcação topográfica, Cadastro Ambiental Rural e contratação de uso ou domínio).

Busca-se a rota mais adequada a cada caso, todas com vistas a constituir os assentamentos como comunidades de agricultura familiar autônomas econômica e socialmente, construindo a imagem da reforma agrária que produz, respeita o meio ambiente e gera riquezas.



Os assentamentos da Reforma Agrária também participam do PBSM por meio do Programa Bolsa Verde. São 41,8 mil famílias, em 956 assentamentos com ativos ambientais indicados para o programa, sendo que 20 mil já estão recebendo os recursos.

Outra importante diretriz assumida pelo INCRA é a garantia de infraestrutura básica nos assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) prioritariamente pela integração com os programas Água Para Todos, Luz Para Todos, PAC Infraestrutura (PAC-2), além do Minha Casa Minha Vida, sendo toda demanda por construção de habitações de assentados e assentadas encaminhada para este programa. São complementares, ainda, as parcerias e a integração com outros programas da mesma natureza, desenvolvidos por governos estaduais e municipais ou por outras instituições. Assim, o INCRA assume o papel de articulador de políticas públicas no campo.

Em referência as modalidades do Crédito Instalação de Aquisição de Material de Construção e recuperação de Material de Construção, no período de 2003 a 2012, foram construídas ou reformadas cerca de XXX mil casas nos assentamentos de reforma agrária, sendo 21,2 mil somente em 2012.

Ações de apoio e estruturação da produção estão sendo articuladas com vistas a acelerar a rota dos assentamentos em fases mais avançadas de desenvolvimento. Foi aberta chamada para constituição de um banco de projetos de agroindústrias em assentamentos. Os primeiros selecionados já serão atendidos por financiamento da Fundação Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os demais ficarão em carteira para acessarem outros recursos de apoio a projetos produtivos do próprio INCRA e de outras instituições. Essa iniciativa está articulada com o atendimento por assistência técnica à liberação das modalidades do crédito instalação vinculadas à produção e às estratégias conjuntas MDA/MDS/INCRA para ampliar a integração dos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em Assistência Técnica (ATER), foram lançadas, em 2012, 14 chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades prestadoras de serviços de ATER para a Reforma Agrária, sendo que no âmbito da educação e formação profissional, o INCRA fortalece o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e garante a participação de assentados no Pronatec Campo. Foi firmado um Termo de Cooperação com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que possibilitará aprofundar a cooperação entre o INCRA e as universidades públicas nas ações de educação para a reforma agrária.

A regularização ambiental também é uma agenda prioritária para o INCRA. Está em elaboração o Plano de Combate, Prevenção e Alternativas ao Desmatamento Ilegal (PCPADI) – Assentamentos Verdes, com ênfase na Amazônia Legal. O plano compõe uma agenda de atuação sustentada em três eixos: regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR); recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias; valorização do ativo florestal, com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, incluindo o Bolsa Verde. Todo esse planejamento tem a supervisão do Ministério Público Federal e a parceria de entes como o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Polícia Federal, governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil.

A ação de obtenção de terras é elemento essencial para o esforço de superação das condições de pobreza extrema no campo. Assim, hoje, a concentração de população extremamente pobre no campo passa a ser fator determinante para o direcionamento das ações de criação de novos projetos de assentamento, de maneira integrada ao Plano Brasil Sem Miséria e a outras políticas públicas existentes.

Estão sendo definidos parâmetros para desenhar o mapa de atuação prioritária dessas ações, norteado pela concentração de população extremamente pobre no meio rural; pelos indicadores cadastrais de concentração fundiária; pela disponibilidade de terras públicas não destinadas; pela demanda social fundamentada e, preferencialmente, onde a existência de ações do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania facilite a chegada de políticas públicas aos novos assentamentos, desde a sua criação.

O objetivo de constituição de comunidades rurais autônomas e integradas ao território rural é que a dinâmica da agricultura familiar deve estar presente desde o início do processo. O INCRA e o

Ministério do Desenvolvimento Agrário estão promovendo o aprimoramento processual da desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária e criação de novos projetos de assentamentos, antecipando e reduzindo etapas. Os procedimentos para seleção de beneficiários também será atualizado, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do INCRA com o CAD-Único do governo federal e a diversificação do público atendido, com critérios especiais para terceira idade, juventude e profissionais de saúde, educação e outros que trabalham no território rural.

Em 2012, foram assentadas 23.075 mil famílias e criados 117 novos assentamentos, incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária.

Quanto ao controle da malha fundiária nacional, O INCRA está dedicado a dar transparência e qualificação às informações produzidas, assim como a melhorar o atendimento ao público. A certificação de imóveis rurais passou a contar com novos normativos ao fim deste exercício, com a constituição de um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, apto a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos, reduzindo a demanda imediata de análise por parte de servidor. Essas mudanças impactarão diretamente o setor produtivo rural, principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país, uma vez que possibilitará ao INCRA vencer o passivo de 40 mil processos de certificação abertos e reduzirá drasticamente os prazos para novas certificações. Com a automatização do processo, passamos a ter uma atuação focada em casos que evidenciem conflitos ou distorções, o que vai garantir dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais.

No mesmo sentido, a inscrição ou atualização de dados por proprietários rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), pela implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário), permitirá atualização de dados cadastrais sem burocracia e deslocamentos.

#### Principais Destaques da ação do INCRA em 2012

- **23.075** famílias assentadas.
- **117** novos projetos criados.
- **7.318** novos lotes criados.
- **107,5 mil** hectares incorporados à Reforma Agrária obtidos de forma onerosa (desapropriação e compra).
- **829,8 mil** hectares vistoriados.
- **14.487** lotes vistoriados (revisão da situação ocupacional dos assentamentos), sendo 1.182 lotes retomados.
- **655** licenças protocoladas junto aos órgãos ambientais estaduais.
- **333** licenças emitidas pelos respectivos órgãos ambientais estaduais (incluindo 55 renovações).
- **1830** assentamentos devidamente licenciados.
- **21.159** casas construídas ou reformadas.
- **49,5 mil** famílias com recursos de crédito instalação depositados nas contas das associações e **XXX** mil famílias com complementação de crédito também depositados.
- **55,9** mil famílias beneficiadas com obras de infraestrutura (estradas e água principalmente).
- **5** mil km de estradas construídas ou reformadas, beneficiando **69,4** mil famílias.
- **7,4** mil famílias beneficiadas a partir da construção de 165 sistemas de abastecimento de água.
- **6,7** mil famílias beneficiadas com outras 257 obras (construção de centros comunitários, galpões, pontes, quadras de esporte, dentre outros).
- **258,2** mil famílias atendidas com o serviço de ATEs, chegando ao final de 2012 com aproximadamente **3** mil profissionais contratados, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a **4,0** mil Projetos de Assentamento em todo o País.
- **31,9** mil famílias beneficiadas com ações de manejo de recursos naturais (recuperação de áreas degradadas, controle de erosão, implantação de Sistemas Agroflorestais, etc.).
- **18,6** mil famílias beneficiadas com ações de demarcação topográfica, sendo que outras **72.532** mil famílias estão com projetos em fase de execução.
- **3,8** mil famílias beneficiadas em ações de agroindustrialização e comercialização através do Programa Terra Sol, com outras **35.314** mil famílias com projetos em execução.
- **29,7** mil títulos expedidos, quase que integralmente voltados à concessão de uso.
- **33,9** mil títulos de regularização fundiária emitidos (fora da Amazônia Legal).
- **4** Título de propriedade quilombola emitido, em benefício de três Territórios Quilombolas e 221 famílias; publicação de 11 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação - RTID, com 16,4 mil hectares, em benefício de 819 famílias, bem como 3 Portarias de Reconhecimento relativos a 2,9 mil hectares, que vão beneficiar 476 famílias.

Emissão **11** Decreto Desapropriatório de territórios quilombolas, sendo este, declaratório de interesse social, totalizando 31,1 mil hectares, que vão beneficiar **682** famílias quilombolas.

- **7,4** mil imóveis georreferenciados em todo o país, correspondendo a uma área de 1,8 milhões de hectares; além da certificação de XXX mil imóveis, em uma área de XXX milhões de hectares.
- **2,1** milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR emitidos e Atualização Cadastral de mais de 292 mil imóveis.
- **XXX** mil alunos atendidos pelo PRONERA através do Programa “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), sendo que estão em sala de aula atualmente, XXX mil alunos.
- **4,2** mil alunos atendidos através da ação de “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”, sendo que estão em sala de aula atualmente, **3,1**mil alunos.
- **730,8** mil cestas de Alimentos distribuídas junto à população acampada e assentada.
- **3.379** técnicos do INCRA capacitados em diferentes áreas.

## PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

##### Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>	
<b>Poder:</b> Executivo	
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário	<b>Código SIORG:</b> 17125
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	
<b>Denominação abreviada:</b> INCRA	
<b>Código SIORG:</b> 1799	<b>Código LOA:</b> 49201
<b>Código SIAFI:</b> 373001	
<b>Situação:</b> Ativa	
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal do Poder Executivo	
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral	<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3411-7474
<b>Endereço eletrônico:</b> publico@INCRA.gov.br	
<a href="http://www.INCRA.gov.br">http://www.INCRA.gov.br</a>	
<b>Endereço Postal:</b> SBN Qd. 01 Bl. D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - CEP: 70.057-900 - Brasília-DF	
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA</li> <li>- Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA</li> <li>- Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA</li> </ul>	
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA</li> <li>- Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA</li> </ul>	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrução Normativa nº 71 – 17/05/2012 – Supervisão ocupacional</li> <li>- Instrução Normativa nº 72 - 17/05/2012 – Obtenção Quilombos</li> <li>- Instrução Normativa nº 73 - 17/05/2012 – Indenização benfeitorias Quilombos</li> <li>- Instrução Normativa nº 74 - 14/11/2012 – Crédito Instalação</li> <li>- Instrução Normativa nº 70 - 06/12/2011 – Aquisição por estrangeiros</li> <li>- Instrução Normativa Nº 69 - 06/12/2011 – Cobrança Crédito Instalação</li> <li>- Instrução Normativa Nº 66 - 30/12/2010 – Atualização cadastral</li> <li>- Instrução Normativa Nº 65 - 31/12/2010 – Manejo Florestal</li> <li>- Instrução Normativa Nº 57 - 20/10/2009 – Reconhecimento Quilombos</li> <li>- Resolução Nº 387 - 27/12/2006 – Licenciamento ambiental</li> <li>- Norma de Execução nº 105 – 26/11/2012 – Georreferenciamento e certificação</li> <li>- Norma de Execução nº 4 – 25/07/2011 – Reassentamento de não quilombolas</li> <li>- Norma de Execução nº 103 – 12/07/2012 – Terra Sol</li> <li>- Norma de Execução nº 102 – 04/06/2012 – Supervisão ocupacional</li> <li>- Norma de Execução/Conjunta DF e DT nº03 - 21/06/2010 – Quilombos</li> <li>- Norma de Execução Nº 95 - 08/2010 – Obtenção de Terras</li> <li>- Resolução nº 05 – 29/03/2012 – Obtenção de Terras</li> </ul>	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
	Vide tabela abaixo

<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
	Vide tabela abaixo
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
	37201

<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>UF</b>	<b>CIDADE</b>	<b>SR</b>	<b>UG</b>
BR	BRASIL	SEDE	373001
BR	BRASIL	SEDE	373002
BR	BRASIL	SEDE	373083
PA	BELÉM	SR-01/PA	373030/PA
CE	FORTALEZA	SR-02/CE	373045/CE
PE	RECIFE	SR-03/PE	373048/PE
GO	GOIANIA	SR-04/GO	373080/GO
BA	SALVADOR	SR-05/BA	373053/BA
MG	BELO HORIZONTE	SR-06/MG	373055/MG
RJ	RIO DE JANEIRO	SR-07/RJ	373062/RJ
SP	SÃO PAULO	SR-08/SP	373066/SP
PR	CURITIBA	SR-09/PR	373067/PR
SC	FLORIANOPOLIS	SR-10/SC	373070/SC
RS	PORTO ALEGRE	SR-11/RS	373072/RS
MA	SÃO LUIS	SR-12/MA	373040/MA
MT	CUIABÁ	SR-13/MT	373073/MT
AC	RIO BRANCO	SR-14/AC	373015/AC
AM	MANAUS	SR-15/AM	373025/AM
MS	CAMPO GRANDE	SR-16/MS	373058/MS
RO	PORTO VELHO	SR-17/RO	373082/RO
PB	JOÃO PESSOA	SR-18/PB	373047/PB
RN	NATAL	SR-19/RN	373046/RN
ES	VITORIA	SR-20/ES	373057ES
AP	MACAPÁ	SR-21/AP	373039AP
AL	MACEIO	SR-22/AL	373051/AL

SE	ARACAJU	<b>SR-23/SE</b>	<b>373052/SE</b>
PI	TEREZINA	<b>SR-24/PI</b>	<b>373044/PI</b>
RR	BOA VISTA	<b>SR-25/RR</b>	<b>373029/RR</b>
TO	PALMAS	<b>SR-26/TO</b>	<b>373085/TO</b>
MB	MARABÁ	<b>SR-27/MB</b>	<b>133080/MB</b>
DF	DF-ENTORNO	<b>SR-28/DF</b>	<b>133088/DF</b>
MSF	MÉDIO S. FRANCISCO	<b>SR-29/MF</b>	<b>373050/MF</b>
STR	SANTAREM	<b>SR-30/ST</b>	<b>373037/ST</b>

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

O INCRA tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção da reforma agrária e o gerenciamento da estrutura fundiária nacional.

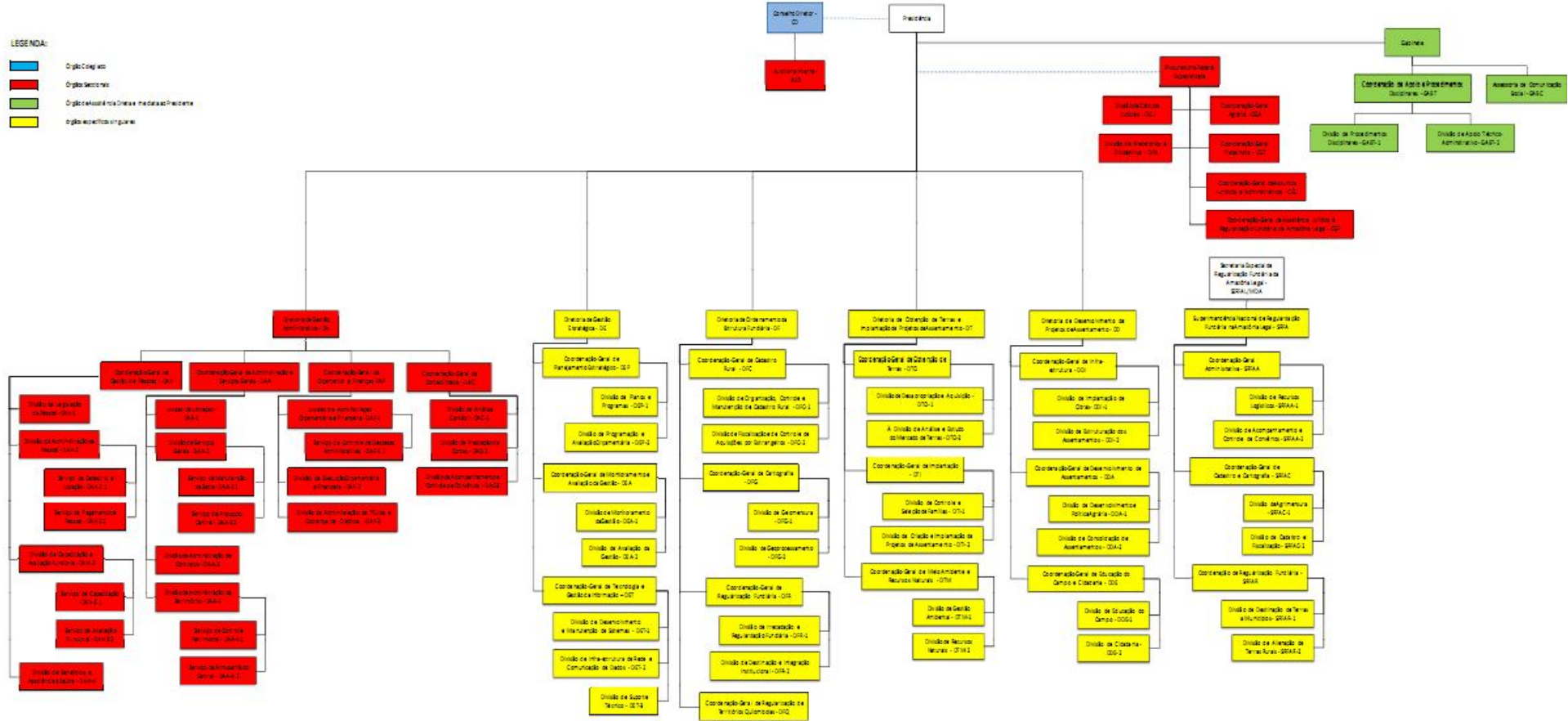
Na execução da política de reforma agrária, além dos princípios constitucionais e legais que exigem e asseguram a sua execução, as ações do INCRA foram orientadas com base em cinco eixos estratégicos, quais sejam:

- i) Na democratização do acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais;
- ii) Na implementação da política de forma participativa, com foco no fortalecimento das parcerias institucionais e da sociedade civil organizada;
- iii) Na fiscalização da função social dos imóveis rurais;
- iv) Na qualificação dos assentamentos; e
- v) Pelo gerenciamento da estrutura fundiária nacional.

Cabe aqui ressaltar que a descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura do organograma podem ser verificadas através do Regimento Interno do INCRA disponível no endereço eletrônico <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/regimento-interno>.

### 1.3 Organograma Funcional

ORGANOGRAMA DO IN CRA SEDE E DA SRFA SEDE, DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO IN CRA, APROVADO PELA PORTARIA MDA N°20 DE 08 DE ABRIL DE 2009.





## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

O INCRA de acordo com suas atribuições Regimentais e levando-se em conta a sua estrutura, apresenta como Macroprocessos Finalísticos o Gerenciamento da Estrutura Fundiária, a Obtenção e Destinação de Terras para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

O Gerenciamento da Estrutura Fundiária, tem como objetivo a governança sobre a malha fundiária, gerenciamento e ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos; fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controle dos processos de aquisição de imóveis por estrangeiros, certificação dos imóveis rurais e combate a grilagem de terra pública. Também, a identificação, discriminação e arrecadação de terras devolutas, destinação das terras públicas e execução da regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, contribuindo para o combate da pobreza no meio rural.

A condução desse macroprocesso é feita pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF que tem suas competências e atribuições no artigo 68 do Regimento interno do INCRA. No escopo das ações da competência da Diretoria destaca-se:

Normatização, coordenação, supervisão e controle das atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR;

Normatização, coordenação, supervisão e controle das atividades de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento e geoprocessamento;

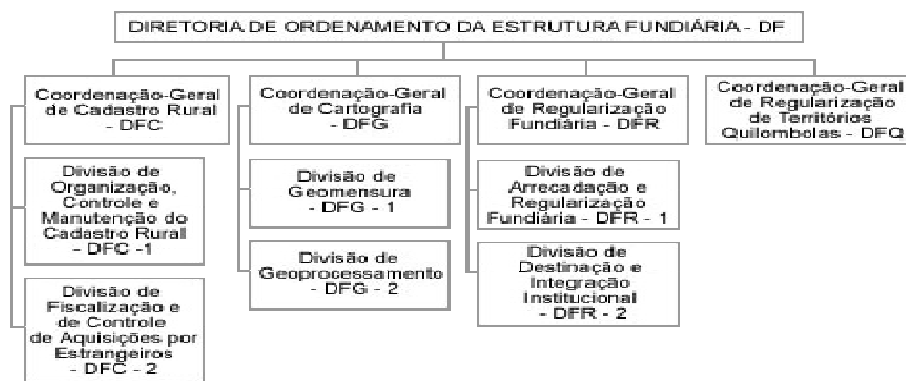
Discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais;

Ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira;

Controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros;

Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

A Diretoria esta estruturada com 04 Coordenações Gerais e 06 Divisões, conforme melhor se detalha:



Coordenação-Geral de Cadastro Rural (DFC), a quem compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades afetas à administração dos cadastros que compõem o SNCR, incluindo o CNIR, desempenhadas pelos órgãos que lhes são diretamente subordinados; à fiscalização cadastral; aos estudos e estatísticas cadastrais e da organização, sistematização e disseminação dos indicadores e dados cadastrais, para fins de zoneamento e planejamento das ações de reforma agrária, e de controle da aquisição de terras por estrangeiros.

A Coordenação-Geral de Cadastro esta organizada com duas Divisões: i) Divisão de Organização, Controle e Manutenção de Cadastro Rural (DFC-1) e ii) Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros (DFC-2).

Coordenação-Geral de Cartografia (DFG), a quem compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades cartográficas de natureza fundiária da Autarquia, especialmente: ações de georreferenciamento e geoprocessamento e propor a celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica com outras entidades visando à execução de serviços correlatos.

A Coordenação-Geral de Cartografia esta organizada com duas Divisões: i) Divisão de Geomensura (DFG-1) e ii) Divisão de Geoprocessamento (DFG-2).

Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR), a quem compete dentre outras atribuições: coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos visando às ações de regularização fundiária, arrecadação, discriminação, destinação e titulação em terras devolutas e públicas federais; promover a ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; elaborar estudos visando a identificação e a implementação de novas tecnologias, metodologias e diagnósticos para destinação de terras públicas da União.

A Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) esta organizada com duas Divisões: i) Divisão de Arrecadação e Regularização Fundiária (DFR-1) e ii) Divisão de Destinação e Integração Institucional (DFR-2).

Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) a quem compete, dentre outras atribuições: coordenar, supervisionar, propor atos normativos e controlar as atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a defesa dos interesses das comunidades remanescentes de quilombos nas questões relacionadas com a titulação de seus territórios; promover a articulação interinstitucional necessária à solução de conflitos ocorrentes nas áreas reclamadas pelas comunidades quilombolas; promover a articulação com os órgãos governamentais envolvidos na regularização dos territórios quilombolas.

Outro macroprocesso diz respeito à Obtenção e Destinação de Terras para a Reforma Agrária. Processo esse executado pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento- DT tem como atribuição as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação de terras ao patrimônio do INCR A, bem como a promoção do acesso à terra e criação de projetos de reforma agrária e o aproveitamento dos recursos naturais nos projetos de assentamento, assim como, propor, supervisionar, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos a sua área de competência.

O Programa de Reforma Agrária se mantém como de significativa importância num país de 850 milhões de hectares, em que mais de 50% das áreas das grandes propriedades rurais estão concentradas por 3% dos proprietários, associando-se à crescente presença da grande agricultura empresarial, que de um lado pode apresentar produtividades maiores, de outro, socialmente, tem-se revelado mais excludente.

O planejamento da estratégia de intervenção fundiária toma por base a forte concentração fundiária do país, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de reforma agrária: imóveis obtidos (número e área), projetos de assentamento criados, número de famílias atendidas, áreas de ação de atuação, custos. A demanda do público alvo muitas vezes constitui-se em conflito que envolve imóveis considerados emblemáticos, para os quais o processo de obtenção é mais complexo, em virtude de situação jurídica de impedimento que exige esforços adicionais para solução. A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº433/ 92, que não é a mais atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária.

No exercício de 2012 foram promovidas alterações nos procedimentos para obtenção de terras, por intermédio da RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 5, de 29 de março de 2012, em consonância com as diretrizes traçadas no Fórum Nacional de Planejamento do Incra de 2011. Esse normativo determina a elaboração do Diagnóstico Regional Participativo - nos termos do Módulo I do Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - como documento base para o planejamento das ações das Superintendências Regionais. Também determina que a vistoria de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade seja concomitante com a vistoria de avaliação – que até então eram realizadas em etapas separadas – com a elaboração do Laudo Agrônômico e Fiscalização e do Laudo de Vistoria e Avaliação em uma mesma etapa. As inovações mais importantes desse novo método são a elaboração do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) e o Anteprojeto de Assentamento. O ECGR deve considerar as atividades produtivas tradicionais da agricultura familiar regional, que permita inferir a capacidade de assentamento mais adequada para o futuro projeto de assentamento o que irá subsidiar a elaboração do Anteprojeto de Assentamento, o qual deverá conter o projeto de espacialização de todas as áreas produtivas, de interesses ambientais, comunitárias e também as agrovilas.

No que diz respeito à Relação de beneficiários da reforma agrária o INCRA dispõe de normativo Norma de Execução nº 45/2005 que regulamenta os procedimentos de cadastro, seleção e homologação de candidatos ao Programa de Reforma Agrária. Além disso, há o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA que possibilita a inclusões, atualizações e controle da Relação de Beneficiários. A Diretoria de Obtenção de Terras trabalha faz a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema constantemente de forma que este interaja com outros internamente e até mesmo externamente, como por exemplo, bases de dados do INSS, Receita Federal, corroborando assim com a integração e troca de informações entre essas bases. Também é uma preocupação constante da DT melhorar sempre os níveis de segurança e acesso do SIPRA, bem como a sua intercomunicabilidade.

Em 2012 iniciou-se um processo de mudanças nas ações ambientais para atender às novas exigências, principalmente em relação ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, que foi instituído pela Lei 12.651/2012 o qual consiste no registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para os mais de 5,5 milhões de imóveis rurais no território nacional. Esse cadastro que é fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, baseia-se no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal e remanescentes de vegetação nativa.

Por fim a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD dentre os Macroprocessos atinentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tem em seu macroprocesso de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento o objetivo de promover a democratização do acesso a terra, por meio de ações que garantam a soberania alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra, por meio de ações que envolvem atividades com o propósito de viabilizar a concessão de créditos para dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento, assistência técnica de forma integral e continuada para melhorar a organização produtiva, comercial e ambiental, o fornecimento de um planejamento estruturado da infraestrutura necessária ao deslocamento das populações e seus produtos, atendimento às suas demandas por água, luz, educação e saúde por meios próprios ou parcerias firmadas com organismos das diferentes esferas públicas, assegurando a construção do pleno exercício da cidadania.

Neste sentido é competência regimental da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento: coordenar, supervisionar e normatizar as ações de desenvolvimento dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, cujo atendimento direto é executado pelas 30 Superintendências Regionais do INCRA. A Diretoria acompanha, controla e avalia a aplicação dos recursos orçamentários, consignados para sua área de atuação, buscando integrar as políticas públicas e ações do INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos projetos de assentamento e para consolidação do Programa de Reforma Agrária.

Tem na sua esfera de ação a coordenação, supervisão e propositura de atos normativos, elaboração de manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades de desenvolvimento e de recuperação dos projetos de reforma agrária, de serviços topográficos, de implantação de obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos; de concessão de crédito instalação; de assessoria técnica, social e ambiental; de capacitação de beneficiários e técnicos de reforma agrária e o acompanhamento de todos os procedimentos relacionados aos sistemas de informação de projetos de reforma agrária.

Esse conjunto de ações estão consubstanciadas nos diversos programas gerenciados pela Diretoria de Desenvolvimento e que são implementados de forma sistêmica se constituindo numa estratégia de geração de emprego e renda, ou uma porta de entrada para as políticas públicas de uma parcela, considerável, da população.

Neste contexto, a estratégia de implantação do macroprocesso se subdivide em subprocessos visando ao melhor aproveitamento das três características básicas: fluxo de valor (transformação de entradas e saídas, com a utilização de recursos da Instituição com agregação de valor), eficácia (atender e fazer o que é esperado pelo seu público alvo) e eficiência (otimizando o processo com o melhor aproveitamento dos recursos).

Desta feita a estratégia de implantação dessas ações segue uma visão processual com: acesso a terra; prestação de serviços de ATES – assistência técnica; formulação do plano de desenvolvimento do assentamento – PDA, que é implantado com o apoio da assistência técnica e deve direcionar as atividades produtivas; demarcação topográfica; aplicação do crédito apoio inicial e fomento; acesso ao crédito habitação; implantação da infraestrutura básica – estradas, abastecimento de água e eletrificação; e apoio à comercialização, mediante acesso ao programa de aquisição de alimentos - PAA e ao programa nacional de alimentação escolar – PNAE, com o acréscimo fundamental do acesso ao conhecimento, mediante as ações de alfabetização e escolarização dos agricultores e agricultoras-PRONERA.

No exercício de 2012, a estratégia para a implantação do Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, como nos anos anteriores, levou em consideração à disponibilidade orçamentária, o quantitativo de pessoal, a capacidade operacional de cada Superintendência Regional para operacionalizar o programa e variou de acordo com as necessidades impostas por cada ação.

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

O macroprocesso de Gestão Estratégica tem por objetivo definir a estratégia de atuação do INCRA, visando o alcance das metas estabelecidas, por meio do planejamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas pela Autarquia.

Este macroprocesso consiste na definição de diretrizes, objetivos e estratégias de atuação do INCRA, por meio da elaboração do planejamento das ações de reforma agrária. Visa promover a articulação institucional com a estruturação orçamentária dos programas, ações, atividades, projetos e operações especiais que compõem o orçamento. Ao mesmo tempo, busca realizar o acompanhamento e a avaliação do orçamento, visando dar suporte ao processo decisório, à supervisão institucional e ampliar a transparência das ações implementadas.

Também compõem este macroprocesso as atividades de coordenação, avaliação e disponibilização interna de informações gerenciais do INCRA, mediante tratamento dos dados fornecidos pelos sistemas de informação, visando dar suporte ao processo decisório da Autarquia. A partir destas informações, e por meio do acompanhamento sistemático da execução das ações finalísticas do INCRA, realizam-se o monitoramento e a avaliação dos indicadores de desempenho, com vistas a produzir melhores resultados e alcançar as estratégias estabelecidas.

No exercício de 2012, o macroprocesso de Gestão Estratégica foi conduzido de modo a privilegiar o planejamento que visa à integração de políticas públicas, buscando convergir ações implementadas por diversos atores para o público da reforma agrária. Desta forma, o exercício de

2012 caracterizou-se por uma mudança estratégica nos rumos de atuação do INCRA, com vistas não apenas a valorizar as oportunidades de articulação interinstitucional, mas principalmente a produzir mais e melhores resultados à sociedade.

Neste mesmo contexto, o ano de 2012 foi marcado pelo início de discussões e implementações de melhorias nos processos de gestão da informação e monitoramento da execução física e orçamentária, por meio da integração de bancos de dados e informações gerenciais, que permitirão um acompanhamento mais eficiente e efetivo do desempenho do INCRA.

Também foram iniciados os debates em torno da melhoria e integração dos sistemas de informação existentes na Autarquia, visando principalmente à possibilidade de detalhar as ações executadas, desagregando a informação em níveis menores aos hoje existentes. Também faz parte deste debate a necessidade de integração entre os sistemas de planejamento e monitoramento, e a possibilidade de geração de melhores relatórios gerenciais e de painéis de indicadores que permitam a avaliação do desempenho da Autarquia.

A forma como o macroprocesso de Gestão Estratégica foi conduzido no exercício de 2012 demonstra avanços que já se fazem sentir e outros que terão impacto nos próximos exercícios, mas aponta para mudanças positivas nas áreas de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão da informação na Autarquia.

O macroprocesso de Gestão Administrativa está consolidado de forma a apoiar o alcance da missão institucional do INCRA, sendo exercido pela Diretoria de Gestão Administrativa - DA.

Composta pelas Coordenações-Gerais de Gestão de Pessoas – DAH, de Administração e Serviços Gerais – DAA, de Orçamento e Finanças – DAF e de Contabilidade – DAC, desenvolve atividades com impacto significativo nesta Autarquia, executando funções por meio de sua estrutura regimental:

I – coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com os sistemas federais de administração financeira, contabilidade, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais, no âmbito do INCRA;

II – coordenar e supervisionar as atividades e procedimentos relativos à modernização administrativa;

III – efetuar a cobrança administrativa de créditos concedidos;

IV - expedir orientações, manter registros e controles sobre as propostas de lançamento, cancelamento e reemissão de Títulos da Dívida Agrária; e

V – coordenar e supervisionar as Superintendências Regionais na execução das atividades relacionadas a sua área de atuação.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – DAH	compete propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos.
Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais – DAA	compete estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais, introduzir técnicas e métodos objetivando o alcance de melhores índices de eficiência, desempenho e redução de custos e orientar e supervisionar as unidades descentralizadas homólogas.
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – DAF	Compete coordenar, Supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos, bem como os instrumentos contratuais quanto aos seus aspectos financeiros.
Coordenação-Geral de Contabilidade – DAC	compete coordenar e supervisionar a execução da contabilidade do INCRA em conformidade com a legislação vigente, obedecendo aos aspectos formais e aritméticos; elaborar

	<p>a prestação de contas</p> <p>anual, os balanços patrimoniais, financeiros e</p> <p>orçamentários e a demonstração das variações patrimoniais, atendendo às diligências dos órgãos de controle interno e externo, e analisar as prestações de contas.</p>
--	---

## 1.6 Principais Parceiros

O exercício de 2012 foi marcado por uma mudança estratégica nos rumos de atuação do INCRA, pois privilegiou a integração de políticas públicas, buscando convergir ações implementadas por diversos atores para o público da reforma agrária. Esta mudança ocorreu em grande parte devido aos esforços para criar e aproveitar oportunidades de articulação interinstitucional com diversos órgãos e entidades que implementam políticas ou programas de interesse do público atendido pelo INCRA.

Destaca-se como parceiro do INCRA no exercício de 2012 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a inserção de 50,6 mil assentados na rota de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), inicialmente prevista para ser completa em 2014. O MDS destaca-se como parceiro também na inserção de 41,8 mil famílias assentadas no Programa Bolsa Verde, das quais 20 mil já estão recebendo os recursos.

Outro parceiro de destaque em 2012 foi o Ministério da Integração Nacional, com o qual foi assinado um acordo de cooperação envolvendo R\$ 84 milhões (50% de cada um dos envolvidos), para atender 31 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, pelo Programa Água para Todos.

Ainda no bojo das ações de infraestrutura para os assentamentos, cabe ressaltar a parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), para onde foi encaminhada toda a demanda por construção de habitações de assentados e assentadas, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. São 125 mil famílias que serão atendidas até 2014, aguardando apenas a retificação da portaria que regulamenta o programa e hoje veda o atendimento a assentados. O INCRA garantirá o encaminhamento das condições de acesso, água e luz para essas famílias, de forma a atender as exigências para a construção das casas.

Vale lembrar também a continuidade da parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME) na execução do Programa Luz para Todos, além das parcerias e a integração com outros programas de natureza semelhante aos já citados, desenvolvidos por governos estaduais e municipais ou por outras instituições, fechando o leque de ações que visam proporcionar a garantia de infraestrutura básica nos assentamentos de reforma agrária.

Mais uma parceria merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de 2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende melhorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Outro acordo firmado no final do exercício de 2011 refere-se o Termo de Cooperação com o CIGEX – Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército. Por meio de tal instrumento, todos os processos de certificação de imóveis rurais protocolados até 22/11/2011 foram enviados ao corpo técnico do CIGEX, para análise.

Destaca-se, ainda, o acordo de cooperação entre o INCRA e o IBGE no intuito de ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC, e o Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA/Exército Brasileiro, com objetivo de dinamizar a análise dos processos de

Georreferenciamento passivos existentes no INCRA buscando dar celeridade à emissão das certificações dos imóveis rurais.

Por fim, é importante mencionar os esforços realizados na área de inclusão produtiva, por meio da articulação de ações de apoio e estruturação da produção rural. Nesta área, constam como parceiros importantes do INCRA o Banco do Brasil e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atenderão os primeiros selecionados pela chamada realizada para constituição de um banco de projetos de agroindústrias em assentamentos. Os demais selecionados ficarão em carteira para acessarem outros recursos de apoio a projetos produtivos do próprio INCRA e de outras instituições. Essa iniciativa está articulada com o atendimento por assistência técnica à liberação das modalidades do crédito instalação vinculadas à produção e às estratégias conjuntas MDA/MDS/INCRA para ampliar a integração dos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

## **2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**

### **2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

A gestão que esteve à frente da autarquia até julho de 2012 deu início ao seu plano de gestão com base no documento intitulado “Diagnóstico Situacional no Contexto do Desenvolvimento Agrário”, estabelecendo um fluxo metodológico composto de operações/tarefas a serem realizadas visando a solução dos problemas identificados e constituir marcas de gestão, com espaço para atualização a cada exercício de acordo com as prioridades e diretrizes do governo para o setor.

O Diagnóstico foi elaborado de forma participativa, com a colaboração dos superintendentes regionais, por meio do encontro de dirigentes realizado em agosto de 2011, das Diretorias e das Coordenações-Gerais e a coordenação do gabinete da Presidência do INCRA.

O diagnóstico aponta diversas informações sobre o INCRA, tais como: principais ações realizadas; estrutura e força de trabalho; Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária – PQRA; impactos dos assentamentos no desenvolvimento econômico; orçamento do INCRA; passivos e perspectivas das ações para 2011/2014; principais problemas e ações necessárias para combatê-las.

Foram elencadas cinco marcas de gestão a serem constituídas, vinculando-as às ações para serem executadas no exercício de 2012, e elaborado o “Plano de Compromisso”, onde foram pactuadas as metas físicas e os limites orçamentários entre as diversas unidades administrativas da autarquia.

A partir do mês de julho, com a mudança na Direção da autarquia, novas diretrizes foram incorporadas para a gestão no biênio 2013/2014, principalmente no âmbito da criação, implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamento visando a articulação e a integração com as políticas públicas na perspectiva da execução das ações serem executadas de forma integrada com outros órgãos do governo federal em todos os estados da federação. Dentre essas diretrizes está a estruturação dos projetos de assentamento incluídos no Plano Brasil Sem Miséria, que contará com parceria de outros órgãos governamentais por meio dos Programas Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Programa Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e PAC infraestrutura (PAC-2). Programa de aquisição dentre outros.

A vinculação do Plano com as atividades de competência da Autarquia se dá por meio das ações executadas por essa.

São atribuídas ao Incra quatro finalidades transcritas em seu Regimento Interno, derivadas da proposição do Estatuto da Terra:

- Promover e executar a Reforma Agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- Promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- Promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo, e
- Gerenciar a estrutura fundiária do país.

Do ponto de vista operacional, denominamos o item I de “Reforma Agrária” em seu sentido estrito, o item II de “Colonização”, o item III de “Regularização Fundiária” e o item IV de “Gerenciamento da Estrutura Fundiária”.

Como o item II – Colonização, do ponto de vista operacional não existe mais na autarquia, tendo em vista que os projetos de colonização não são mais objeto de trabalho sistemático, e o item III – Regularização Fundiária é tratado dentro da estrutura regimental do INCRA no macroprocesso “Ordenamento da Estrutura Fundiária”.

O Plano iniciado pelo INCRA com vigência para o período de 2012/2014, está inserido no contexto do Plano Plurianual do Governo Federal no que diz respeito às políticas de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária. Os macros-processos trabalhados na autarquia estão contemplados na contextualização dos programas temáticos, na caracterização e metas dos objetivos e nas iniciativas. A vinculação do Plano de Gestão e o Plano Plurianual do Governo Federal se dá por meio de um conjunto de medidas expressas na forma de iniciativas e /ou metas que contribuem para os objetivos setoriais, compreendendo os programas temáticos: Reforma Agrária e Ordenamento da estrutura Fundiária, Agricultura Familiar e Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que por sua vez estão inseridos nos Macro-Desafios do governo federal “Projeto Nacional de Desenvolvimento e Conhecimento”, “Educação e Cultura” e “Cidadania”.

As marcas de gestão constantes do Plano de Compromisso estão inseridas no contexto do Plano Plurianual uma vez que estão relacionadas às ações e estas às iniciativas que se configura como o elo entre o Orçamento e o PPA. Abaixo demonstram-se as vinculações entre os objetivos e iniciativas no PPA 2012-2015 e as ações orçamentárias de responsabilidade do INCRA:

<b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>		
<b>OBJETIVO</b>	<b>INICIATIVA</b>	<b>AÇÃO</b>
<b>Programa: 0911 - Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros</b>		
Programa sem Objetivos	Programa sem Iniciativas	<b>00K1</b> - Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito-Instalação <b>UO: 71.104 (2C75)</b>
<b>Programa: 2012 - Agricultura Familiar</b>		
<b>0412</b> - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<b>01CB</b> - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos	<b>4448</b> - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural  <b>4470</b> - Assistência Técnica e Extensão rural para Reforma Agrária



<b>Programa: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>			
<b>0987</b> - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	<b>047A</b> - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação	<b>0859</b> - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas <b>20T1</b> - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas (1642)	
<b>Programa: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>			
<b>0420</b> - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	<b>01EP</b> - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	<b>0427</b> - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados <b>UO: 74203</b>	
	<b>01EK</b> - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)	<b>4460</b> - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária <b>8387</b> - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais <b>20TG</b> - Pagamento de Indenização Complementares nos Processo de Desapropriações de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	
	<b>01EL</b> - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento	<b>8384</b> - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	
	<b>01EO</b> - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização	<b>8374</b> - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	
	<b>01EP</b> - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	<b>8396</b> - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento <b>8398</b> - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	
		<b>20S7</b> - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	
	<b>0418</b> - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais	<b>01DV</b> - Fiscalização cadastral das propriedades rurais	<b>2105</b> - Gerenciamento e Fiscalização da Cadastro Rural

<p>e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.</p>	<p><b>01DW</b> - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso</p>	<p><b>2114</b> - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos</p>
<p><b>0419</b> - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.</p>	<p><b>01ED</b> - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais</p>	<p><b>2110</b> - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais</p>
	<p><b>01E7</b> - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais</p>	<p><b>8378</b> - Gestão de Terras Públicas</p>
	<p><b>01EG</b> - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais</p>	<p><b>4426</b> - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional</p>
<p><b>0422</b> - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.</p>	<p><b>01F1</b> - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional</p>	<p><b>4474</b> - Educação de Jovens e Adultos no Campo</p>
		<p><b>6952</b> - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social</p>
		<p><b>8370</b> - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária</p>
<p><b>0421</b> - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</p>	<p><b>01ES</b> - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento</p>	<p><b>4358</b> - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento</p>
	<p><b>01EU</b> - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental</p>	<p><b>2B06</b> - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária</p>
	<p><b>01EW</b> - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres</p>	<p><b>4320</b> - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol</p>
<p><b>Programa 2012 - Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário</b></p>		
<p>Programa sem Objetivos</p>	<p>Programa sem Iniciativas</p>	<p><b>2000</b> - Administração da Unidade</p>

	<p><b>2004</b> - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</p>
	<p><b>2010</b> - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</p>
	<p><b>2011</b> - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</p>
	<p><b>2012</b> - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</p>
	<p><b>2103</b> - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário</p>
	<p><b>4572</b> - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p>
	<p><b>4641</b> - Publicidade de Utilidade Pública</p>
	<p><b>09HB</b> - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</p>
	<p><b>20CW</b> - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</p>

As Marcas de Gestão constantes do Plano se relacionam com as atividades executadas pela Autarquia conforme demonstrado abaixo:

**Programa 2066: Reforma Agrária Ordenamento da Estrutura Fundiária**

MARCA DE GESTÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
M1 - Viabilização do acesso a terra	<b>4460</b> - Pagamento de Indenização Inicial nas aquisições de Imóveis Rurais para reforma agrária
M1 - Viabilização do acesso a terra	<b>8387</b> - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
M1 - Viabilização do acesso a terra	<b>8384</b> - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
M1 - Viabilização do acesso a terra	<b>20T1</b> - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e titulação de Terras Quilombolas.
M1 - Viabilização do acesso a terra	<b>0859</b> - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas

M2 – Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>20TG</b> – pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
M2 - Promoção da igualdade produtiva no Campo	<b>8396</b> - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>8398</b> - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>4320</b> – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>4358</b> – Titulação, Concessão e Desintrusão de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>4474</b> - Educação de Jovens e Adultos no Campo
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>6952</b> - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>8370</b> - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior na Reforma agrária
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>0427</b> – Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>00K1</b> - Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito Instalação
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	<b>20S7</b> – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
M4 – Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>2B06</b> – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>8374</b> – Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária
M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>2105</b> – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>2110</b> – Regularização de Imóveis Rurais
M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>8378</b> – <b>Gestão de Terras Públicas</b>
M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	<b>4426</b> – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

M4 - Eficiência na gestão do Território (Fundiária e meio Ambiente)	
M5 – Modernização da Gestão e valorização do servidor	2000 – Administração da Unidade
M5 – Modernização da Gestão e valorização do servidor	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
M5 – Modernização da Gestão e valorização do servidor	2103 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário

### Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros

M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	00K1 - Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito Instalação
---	--

### Programa: 2012 – Agricultura Familiar

M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	4470 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária
M2 - Promoção da igualdade produtiva no campo	4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural
M4 - Promoção da igualdade produtiva no campo	2114 – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

O Inca se insere no contexto do planejamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vez que quando da elaboração do Plano Plurianual as diretrizes são emanadas do Ministério, baseadas nas diretrizes do Plano do Governo Federal sendo produto mais importante dessa inserção o assentamento das famílias por meio da criação e implantação de projetos de assentamento, que contribui diretamente para o alcance do macrodesafio de “Superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais”, pois promove direitos sociais básicos, acesso a crédito, inclusão produtiva e qualidade de vida a uma parcela extremamente empobrecida da população rural.

No fluxo metodológico do planejamento (Plano de Compromisso e Marcos de Gestão), são identificados os principais problemas, as principais operações a serem realizadas visando a solução desses e a posição de cada providência adotada. Esse fluxo se configura da seguinte forma:

Principais Problemas a serem enfrentados	Principais Operações	Posição Sintética
125.189 famílias não dispõem de unidades habitacionais (maio de 2012)	Repassar o programa de habitação nos assentamentos para o programa Minha Casas Minha Vida	a) Passivo de casas levantado e entregue ao MP e MCid em maio/21012. b) Tratativas com a SEF avançadas, decisão já tomada pela Presidência e aguardando formalização do repasse.

	Viabilizar os recursos par complementação do crédito instalação para as famílias que receberam créditos inferiores a R\$ 15mil.	a)Passivo levantado b) Orçamento integralmente disponibilizado às SR. c) Financeiro dependendo de gestões junto ao MDA e STN.
118.672 unidades habitacionais estão em estado ruim ou péssimo (maio/2012)	Revisar e simplificar normas e manual de aplicação dos créditos	a)proposta de normativo de integração das modalidades de crédito elaborada ; b)valores finais sendo revisados pelo IPEA.
677 mil famílias não estão sendo atendidas pelo Programa de ATER	Contratar equipe de articuladores para o serviço de ATER com o objetivo de qualificar as atividades de campo	Estratégia nacional para contratação de articuladores em elaboração de coordenação de ATER
	Inserir 36.000 famílias no Fomento às atividades Produtivas Rurais do PBSM (ATER e Crédito instalação diferenciados, no período de 2012/2014)	6.600 famílias inseridas e m2012 e meta de 12.000 em 2012. Chamadas públicas em andamento.
Volume expressivo de lotes em situação irregular e a conseqüente lentidão para sua solução (IN 47)	Revisar IN 47 sua correlação com a NE 45 e NE 70.	IN 47 revisada e publicada na forma de IN71 e manual publicado.
	Realizar força tarefa para agilizar os processos pendentes.	Problema minimizado pelo novo fluxo proposto pela IN 71. Não há necessidade de força tarefa.
Baixa produtividade e dificuldade de comercialização dos projetos de assentamento	Inserir 36.000 famílias no fomento às atividades produtivas rurais do PBSM (ATES e crédito instalação diferenciados no período 2012/2014)	6.600 famílias inseridas em 2011 e meta de 12 mil em 2012. Chamadas públicas em andamento
	Ampliar a integração com o PAA e mercados institucionais.	Nova normativa do Terra Sol impõe como critério para financiamento dos projetos a integração com o PAA e mercados institucionais
		Novo normativo do crédito instalação incentiva a integração com o PAA e mercados institucionais
170 mil famílias assentadas (de um total de 804 mil) não dispõem de energia elétrica no lote	Viabilizar a disponibilização de energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos em parceria com o Ministério de Minas e Energia, nos projetos de assentamento de acordo com o PBSM	Dados encaminhados ao MME aguardando inclusão de novos parceiros para atendimento
Demanda represada de 20 mil processos de certificação de imóveis rurais no Incra	Firmar TCT com o exército para análise do passivo dos processos de certificação	TCT firmado e trabalho em andamento conforme cronograma. Conclusão prevista para o 2º semestre de 2013
	Implementar sistema eletrônico de certificação	O Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF encontra-se em fase de homologação
Controle difuso da aquisição de terras por estrangeiros pelos órgãos competentes	Gestionar para revisão da legislação vigente que trata de aquisição de terras por estrangeiros	IN publicada em dezembro de 2011; Em discussão com o MAPA e MDA proposta de nova IN
	Criar um novo módulo no sistema de cadastro que efetive o controle e acompanhamento de imóveis por	Concluído <b>Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro</b> - SISNATE,

	estrangeiros	módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR
Regras para obtenção de licenças ambientais incompatíveis para a regularização dos projetos de assentamento (5.482 projetos de assentamento ambiental, do total de 8.800)	Propor a alteração do marco legal do licenciamento ambiental para projetos de assentamento (ao licenciamento deve se restringir à atividade produtiva que assim o exigir)	Aguardando inserção na Paula da reunião extraordinária do CONAMA – previsão final em março de 2013.
Pouca utilização de alternativas de uso sustentável, visando geração de renda para as áreas ambientalmente protegidas.	Implementar Planos de Manejos Sustentáveis de Flora e Fauna nos projetos de assentamento	Convênios firmados com a EMBRAPA e o IPAM para desenvolvimento de modelos de implantação de plano de manejo
		Lançado edital para contratação de manejo de fauna em assentamentos no estado do Amazonas
	Implementar projetos de produção ambientalmente sustentáveis para recuperação de áreas legalmente protegidas	Em desenvolvimento
Desmatamento de áreas ambientais legalmente protegidas	Implementar o monitoramento do desmatamento nos assentamentos	Em desenvolvimento
	Implantar plano de combate ao desmatamento ilegal em assentamentos	Em desenvolvimento
Política de capacitação dos servidores (as) é de balcão /pontual fragmentada	Implantar plano nacional de capacitação observando o mapeamento das competências	Plano de Capacitação implantado
Baixa confiabilidade e disponibilidade das informações geradas	Implantar, aprimorar e integrar sistemas de TI	Diversos sistemas estão sendo desenvolvidos e aprimorados
		Protótipo do Portal do Assentado em desenvolvimento

Fonte: DEP-1

## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As estratégias de atuação do INCRA no exercício de 2012 foram especialmente voltadas ao desenvolvimento de parcerias no intuito de fortalecer as possibilidades de articulação interinstitucional, visando atingir com mais eficiência e efetividade os objetivos estratégicos da Autarquia.

No período, foram avaliadas as oportunidades de articulação e os respectivos ganhos estratégicos que proporcionariam, buscando-se envidar esforços para direcionar a atuação do INCRA de forma mais eficaz. Houve também avanços significativos nos próprios processos internos de trabalho, com a publicação de novos normativos, que tendem a qualificar e agilizar as atividades desempenhadas pelo INCRA.

Em termos de estrutura física e de pessoal, cabe ressaltar que não houve avanços significativos no período. Ao contrário, as estratégias adotadas visaram dirimir as dificuldades encontradas pela Autarquia neste setor, buscando otimizar as atividades em função do volume de trabalho e o quadro de pessoal existente.

No que diz respeito à divulgação dos objetivos estratégicos, é importante mencionar a participação dos servidores no processo de elaboração do Plano de Gestão, bem como a divulgação deste plano na Incranet, com o objetivo de comunicar as estratégias da Autarquia a todos os envolvidos na execução das políticas públicas de responsabilidade do INCRA.

## **2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações**

### **2.3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária**

No exercício de 2012, as ações voltadas ao ordenamento da estrutura fundiária tiveram como foco a transparência e a qualificação das informações sobre a malha fundiária brasileira, assim como a melhoria no atendimento ao público. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no exercício primou pelo desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão.

Na área de cadastro rural, destaca-se a modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com a automação de serviços, como a emissão do CCIR via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. Da mesma forma, a inscrição ou atualização de dados por proprietários rurais no Sistema SNCR, pela implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário), permitirá atualização de dados cadastrais sem burocracia e deslocamentos.

No que diz respeito ao controle de aquisição de terras por estrangeiros, a partir da implantação do SISNATE - Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro, módulo do SNCR, desenvolvido em 2012, a Autarquia disporá de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros.

Em 2012, foram empenhados R\$ 1,5 milhões na Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, com a meta física de gerenciar 82.866 imóveis rurais (Plano de Compromissos/INCRA/2012), meta que foi ultrapassada, tendo em vista que a execução física da ação foi de 292.548 imóveis rurais gerenciados. Já na Ação de Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos foram empenhados R\$ 7,0 milhões.

O exercício de 2012 também contou com importantes alterações na área de certificação de imóveis rurais, que passou a possuir novos normativos e um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, apto a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos. Essas mudanças impactarão diretamente o setor produtivo rural, pois possibilitarão ao INCRA vencer o passivo de 40 mil processos de certificação abertos e reduzir drasticamente os prazos para novas certificações. Com a automatização do processo, passamos a ter uma atuação focada em casos que evidenciem conflitos ou distorções, o que vai garantir dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais.

Em 2012, foi realizado o georreferenciamento de 1.100 imóveis relativos aos processos iniciados no exercício (5,5% da meta do Plano de Compromissos/INCRA/2012), sendo também concluídos mais 6.261 imóveis relativos a processos iniciados em exercícios anteriores. Quanto a certificação, foi realizada em 6.659 imóveis, dos quais 3.604 iniciados no exercício de 2012. Na Ação de Georreferenciamento da Malha fundiária Nacional foram empenhados R\$ 3,9 milhões com pagamento de R\$ 63,8 milhões (R\$ 3,9 milhões do orçamento e R\$ 59,9 milhões de RAP).

No que diz respeito às ações de regularização fundiária, importantes atividades têm sido desenvolvidas, visando ao aperfeiçoamento desta política pública, como o levantamento e a identificação das áreas com maior incidência de posseiros, propondo aos estados-membros que a execução seja realizada prioritariamente nessas áreas. Ao mesmo tempo, vem-se realizando oficinas com todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução, visando à identificação de entraves e proposição de solução para ampliação e massificação da política de regularização fundiária. É também importante ressaltar as discussões em curso para melhoria dos marcos legais que disciplinam esta política.

Na Ação 2110, de Regularização Fundiária, foram empenhados em 2012 R\$ 4,6 milhões, sendo pago R\$ 1,5 milhões, possibilitando a regularização de 31.616 imóveis fora da Amazônia



Legal<sup>1</sup>. Foi também firmado convênio com o estado do Pernambuco para a regularização de 35.357 imóveis rurais. Em relação à meta do PPA para a identificação, discriminação, arrecadação e destinação de terras públicas (oito milhões de hectares), evidenciou-se esforços no levantamento e identificação das áreas com maior incidência de terras devolutas, para definirem-se as prioridades de 2013 e 2014. Em 2012 foram arrecadados 782,5 hectares no estado do Rio Grande do Sul, correspondente a ilha de Turotama.

Nas ações de regularização fundiária de terras quilombolas, observou-se avanços em 2012, dentro os quais se destaca a contratação de relatórios antropólogos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A contratação dos Relatórios Antropológicos licitados através de Pregão realizado em 2011 foi imprescindível, tendo em vista que foi possível contratar 73 Relatórios Antropológicos, em 2012. Tais contratações foram possíveis, pois o INCRA dispôs não somente de seus recursos orçamentários, mas também se articulou com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social – SEPPIR, através da assinatura de um Termo de Cooperação que permitiu o aporte de R\$ 1,18 milhão para a contratação de 26 Relatórios Antropológicos.

Mais uma parceria merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de 2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende melhorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Em 2012, duas comunidades quilombolas de Sergipe receberam seus títulos definitivos: Mocambo, com 113 famílias, recebeu dois títulos com total de 172,3 hectares, e Lagoa dos Campinhos, com 89 famílias, com emissão de um título com 114,6 hectares. Além de Sergipe, houve na comunidade da Chácara Buriti, em Mato Grosso do Sul, com um total de 19 famílias a emissão de título com 12 hectares.

Foram publicados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de regularização das terras de posse de Comunidades Quilombolas, possibilitando a indenização dos ocupantes não quilombolas nessas áreas, que deverá ocorrer nos próximos exercícios. Foram beneficiadas 682 famílias dos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe. Destaca-se o volume recorde de recursos empenhados, neste ano, para indenizar áreas já decretadas no valor de R\$ 43,1 milhões, dentro de um total de R\$ 49,3 milhões empenhados para as ações do Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial no âmbito da Autarquia.

### **2.3.2 Criação de Assentamentos**

No exercício de 2012, as ações voltadas à obtenção de terras priorizaram o direcionamento da criação de novos projetos de assentamento de maneira integrada ao Plano Brasil Sem Miséria e a outras políticas públicas existentes, num esforço para a superação das condições de pobreza extrema no campo.

Neste sentido, iniciou-se a definição de parâmetros para desenhar o mapa de atuação prioritária dessas ações, norteado pela concentração de população extremamente pobre no meio

---

<sup>1</sup>A partir de 2009, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra (DF) a regularização de imóveis fora da Amazônia Legal, e à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária (SRFA) a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal, dentro de uma mesma Ação orçamentária. Em 2012, foi criada uma nova ação orçamentária (Ação 20TA), de responsabilidade da SRFA, com vista à regularização fundiária na Amazônia Legal. As demais áreas não abrangidas pela SRFA permaneceram cobertas pela atuação da DF, na ação 2110.

rural; pelos indicadores cadastrais de concentração fundiária; pela disponibilidade de terras públicas não destinadas; pela demanda social fundamentada e, preferencialmente, onde a existência de ações do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania facilite a chegada de políticas públicas aos novos assentamentos, desde a sua criação.

Além do estabelecimento de parâmetros para a obtenção de terras, iniciou-se também a discussão em torno dos parâmetros para análise de viabilidade de cada novo assentamento: capacidade de geração de renda comparada à realidade da agricultura familiar na região; caminhos para atendimento com infraestrutura básica, priorizando programas já existentes; e indicação da trajetória até inserção em mercados, como PAA e PNAE. Também serão definidos valores de referência do custo da terra por família, adequados às características de cada região e bioma.

Os procedimentos para seleção de beneficiários também está sendo atualizado, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do INCRA com o CAD - Único do governo federal e a diversificação do público atendido, com critérios especiais para terceira idade, juventude e profissionais de saúde, educação e outros que trabalham no território rural.

Em 2012, foram vistoriados 829,8 mil hectares, atingindo 36% da meta prevista no Plano de Compromissos/2012. A execução física dessa ação por meio da desapropriação também gerou a imissão na posse em 67 imóveis (136 mil hectares). Foram empenhados R\$ 639,0 milhões para ações de obtenção de terras para a reforma agrária, dos quais R\$ 389,0 milhões para indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, e R\$ 250,0 milhões para o pagamento de indenizações complementares por decisão judicial.

No exercício de 2012 foram criados 117 novos assentamentos, incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária e gerando 7.318 novas vagas para o assentamento de famílias. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária foram empenhados R\$ 3,3 milhões, possibilitando o assentamento de 23.075 famílias, o que corresponde a uma execução de 105% da meta do Plano de Compromissos/2012.

No que diz respeito às ações de regularização ambiental, foi criado em 2012 o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI-Amazônia), denominado “Programa Assentamentos Verdes”. A meta inicial é o atendimento dos assentamentos inseridos nos municípios do Arco Verde, atendidos pelo Bolsa Verde e presentes na rota do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM). Até 2015, em toda a Amazônia serão contemplados 199 municípios, em 980 projetos de assentamentos, com 190,6 mil famílias, em 20,9 milhões de hectares. Cabe ressaltar que, a partir de dezembro de 2012, o INCRA passou a divulgar boletim informativo sobre a situação do desmatamento em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal, trazendo maior transparência às estratégias adotadas para reduzir o desmatamento na região.

Em relação ao licenciamento ambiental de projetos de assentamento, em 2012 foram protocoladas 655 licenças (incluindo as renovadas), o que corresponde a 198% da meta prevista no Plano de Compromissos/2012 do INCRA. Foram emitidas, no período, 333 licenças ambientais, sendo que atualmente 1.830 assentamentos<sup>2</sup> dos 7.336 assentamentos existentes cuja responsabilidade pelo licenciamento ambiental é do INCRA (PAE, PAF, PDS e PA), excluindo-se aqueles consolidados, se encontram efetivamente licenciados, o que corresponde a 25,4% do total. A execução orçamentária da ação de licenciamento ambiental foi de R\$ 4,1 milhões empenhados.

Além da Ação de Licenciamento Ambiental, foram empenhados em 2012, R\$ 5,5 milhões na Ação de Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária, visando à execução de projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade. Essa ação registrou pagamento de R\$ 8,5 milhões (3,7 milhões do orçamento e 4,8 milhões de RAP), beneficiando diretamente mais de 31,9 mil famílias, em 392

---

<sup>2</sup>É importante considerar que não estão contabilizadas nos 1.864 assentamentos licenciados, as áreas obtidas pelo INCRA e que ainda não se efetivaram como assentamentos. Porém, boa parte dessas áreas já possui Licença Prévia, em cumprimento à exigência dessa licença para a criação de novos assentamentos.

projetos de assentamento, o que representou uma execução física de 341% da meta do Plano de Compromissos/ 2012, levando-se em conta a execução concluída referente ao trabalho iniciado no exercício e nos exercícios anteriores. Este cálculo é feito desta maneira visto que os projetos correntes de modo geral entram na pactuação da meta do Plano de Compromissos.

Outra ação relevante em 2012 foi o combate à venda de lotes da reforma agrária, com a vistoria da situação ocupacional em mais de 14,5 mil lotes, que se destina à verificação da efetiva ocupação e implementação de ações de retomada, quando constatadas irregularidades, desistências e evasões.

### **2.3.3 Desenvolvimento de Assentamentos**

O desenvolvimento dos projetos de assentamento criados pelo INCRA envolve uma série de ações voltadas à implantação de infraestrutura básica nos assentamentos, apoio à agroindustrialização, acesso ao crédito produtivo, à titulação dos imóveis, à assistência técnica e à educação, visando promover o desenvolvimento sustentável e a viabilidade econômica dos assentamentos.

Quanto à infraestrutura básica oferecida pelo INCRA nos projetos de assentamento, é composta prioritariamente pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, que irão proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Em 2012, uma importante diretriz do INCRA foi a de garantir a infra-estrutura básica nos projetos de assentamentos prioritariamente pela integração com os programas água para todos, Luz para Todos, Minha casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC-2). São complementares, ainda, as parcerias e a integração com outros programas da mesma natureza, desenvolvidos por governos estaduais e municipais ou por outras instituições. Assim, o INCRA assume o papel de articulador de políticas públicas no campo.

Nesse sentido, foi assinado um acordo de cooperação com o Ministério da Integração Nacional, envolvendo R\$ 84 milhões (50% de cada um dos envolvidos), para atender 31 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, pelo Programa Água para Todos.

Mesmo com as articulações em curso nesta área, visando à integração com outros programas governamentais, em 2012 foram empenhados 200,1 milhões, sendo pago um total de R\$ 210 milhões (R\$ 47,6 milhões do orçamento e R\$ 162,4 milhões de Restos a Pagar) na ação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Toda a demanda por construção de habitações de assentados e assentadas foi encaminhada para o Programa Minha Casa Minha Vida. São 125 mil famílias que serão atendidas até 2014, sendo que a portaria que regulamenta o programa e estende aos assentados o acesso ao programa foi publicada em 2013. O INCRA garantirá o encaminhamento das condições de acesso, água e luz para essas famílias, de forma a atender as exigências para a construção das casas.

Com relação às oito modalidades de Crédito Instalação, imprescindíveis à implantação e o desenvolvimento dos assentamentos, foi empenhado em 2012 um total de R\$ 741,5 milhões, sendo pagos R\$ 357,7 milhões (R\$ 113,6 milhões do orçamento do exercício e R\$ 244,1 milhões de RAP). Cerca de 49,5 mil famílias (20 mil famílias com recursos do orçamento e 29,5 mil famílias com RAP) tiveram o crédito disponibilizado nas contas das Associações/representantes (orçamento 2012 e RAP), sendo que desse total 17,4 mil famílias tiveram recursos disponibilizados para construções ou recuperações de habitações. Esse montante possibilitou um alcance de 47,54% da meta do Plano de Compromissos/INCRA/2012 referente ao orçamento de 2012 utilizado. Outras 18,9 mil famílias foram atendidas com complementações nos valores do crédito já depositado em conta. Esses recursos possibilitaram a construção ou reforma de 21,2 mil casas em 2012.

É importante destacar o aumento do valor da modalidade para construção de residências que, no fim do exercício, teve um reajuste de R\$ 15.000,00 para R\$ 25.000,00, visando equivalência aos valores praticados pelo Minha Casa Minha Vida e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade vida dos beneficiados.

Além das famílias beneficiadas com crédito para construção ou reforma de habitação, outras 32,1 mil famílias foram atendidas nas demais modalidades de Crédito Instalação, com destaque para o apoio inicial e o fomento, que visam à estruturação inicial e produtiva dos assentados da reforma agrária. A aplicação do Crédito Instalação teve a supervisão e fiscalização por parte das Superintendências Regionais, totalizando 52.165 créditos supervisionados em 2.277 projetos de assentamento.

Dentro dos esforços para promover o acesso à assistência técnica por parte dos assentados da reforma agrária, foram lançadas, em 2012, 14 chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), visando atender cerca de 97,5 mil famílias em 14 Estados do Brasil, com valor total de R\$ 158 milhões.

No exercício de 2012, foram empenhados R\$227,1 milhões na Ação de ATER, sendo pago um montante de R\$ 115,3 milhões (R\$ 56,7 milhões do orçamento do exercício e R\$ 58,6 milhões de Restos a Pagar). Com esses recursos, a prestação de serviços de assistência técnica foi garantida a 4,0 mil assentamentos em todo o País, por cerca de três mil profissionais contratados para acompanhamento e orientação produtiva de 258 mil famílias, o que corresponde a 127 % da meta do Plano de Compromissos/INCRA/2012.

Também foi alcançada em 2012 a conclusão e aprovação de 50 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e de 98 Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA), que atendeu 16 mil famílias.

No bojo das ações de desenvolvimento dos projetos de assentamento, encontram-se também aquelas voltadas à promoção da educação no campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que, em 2012, proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de EJA, de Nível Médio e Superior a 11,9 mil alunos por meio de parcerias com Instituições de Ensino Públicas (federais, estaduais e municipais) e Privadas sem fins lucrativos.

Foi firmado, ainda, um Termo de Compromisso entre INCRA e ANDIFES, com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o INCRA e as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, nas ações de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a implementação de programas e ações que visem o desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental.

Além disso, com o lançamento do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, houve a participação ativa junto ao MDA e Superintendências Regionais do INCRA para divulgação e trabalho no levantamento da demanda para o Pronatec Campo, visando o acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Com recursos do Pronatec Campo, serão ofertadas 23 mil vagas no Bolsa-Formação Trabalhador para agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, sendo 10 mil para jovens; 3 mil vagas Bolsa Formação estudante para jovens e 4 mil vagas Bolsa-Formação Trabalhador para agentes de ATER.

No que diz respeito ao apoio à agroindustrialização, ações de apoio e estruturação da produção estão sendo articuladas com vistas a acelerar a rota dos assentamentos em fases mais avançadas de desenvolvimento. Neste sentido, foi aberta chamada para constituição de um banco de projetos de agroindústrias em assentamentos, no qual os primeiros selecionados serão atendidos por financiamento da Fundação Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os demais ficarão em carteira para acessarem outros recursos de apoio a projetos produtivos do próprio INCRA e de outras instituições. Essa iniciativa está articulada com o atendimento por assistência técnica à liberação das modalidades do crédito instalação vinculadas à

produção e às estratégias conjuntas MDA/MDS/INCRA para ampliar a integração dos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2012, foram emitidas cerca de 22 mil Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAP A e A/C, (sendo que ainda não foi informado pelo Banco da Amazônia/BASA o número de contratos referentes a instituição, o que leva a crer que o número seja bastante superior) possibilitando a novas famílias o acesso a diversas políticas públicas como o crédito, o PAA e PNAE, além de cerca de 4,1 mil DAP Provisórias, que não dão direito à contratação de PRONAF, porém viabilizam o acesso às demais políticas do Governo Federal.

Por fim, cabe destacar o desempenho da ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, que, em caráter provisório ou definitivo, transfere o domínio de imóveis rurais em áreas de assentamentos para os beneficiários da reforma agrária ou entidades públicas ou privadas. Em 2012, foram pagos do orçamento R\$ 2,3 milhões com esta ação, gerando a concessão de 29,7 mil títulos (167% da meta prevista no Plano de Compromissos/INCRA/2012), em sua grande maioria, títulos de concessão de uso, o que permite o acesso a diferentes políticas públicas, em especial o crédito destinado à instalação das famílias.

## 2.4 Indicadores

Os indicadores de desempenho utilizados para monitorar e avaliar a gestão do INCRA, bem como acompanhar o alcance das metas estabelecidas, estão atualmente compilados no Painel de Indicadores elaborado na Autarquia. Neste painel estão listadas 32 ações orçamentárias de responsabilidade do INCRA, com sua respectiva execução orçamentária e física ao longo do exercício.

Estão também disponíveis no painel as metas físicas e orçamentárias estabelecidas no Plano de Compromissos/INCRA/2012, bem como os percentuais de execução de cada ação orçamentária em relação à sua meta. Este acompanhamento permite monitorar o desempenho de cada ação desenvolvida pelo INCRA, possibilitando observar a evolução mensal da execução, bem como compará-la ao exercício anterior. Compõem também o Painel os indicadores de alcance das metas para fins de avaliação institucional.

O formado do Painel de Indicadores é disponibilizado em planilha (xls.) interativa, na qual se pode selecionar uma série de parâmetros para possibilitar a visualização de tabelas e gráficos que permitem uma análise qualificada do desempenho de cada Superintendência Regional na execução das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária.

Os dados utilizados para alimentação do painel são provenientes dos Sistemas de Informação do INCRA e do SIAFI Gerencial, e as variáveis disponíveis são as elencadas a abaixo, lembrando que podem ser combinadas para gerar diferentes tipos de análises.

VARIÁVEIS / INDICADORES DISPONÍVEIS	
Ano	RAP pago
Mês	RAP a pagar
Superintendência Regional	Execução física de exercícios anteriores
Ação	Execução física de exercício atual
Provisão recebida	Total da execução física
Despesa empenhada	Meta orçamentária (Plano de Compromissos)
Despesa liquidada	Meta física (Plano de Compromissos)
Valores pagos	% de execução orçamentária (exec.orçam./ meta orçamentária)
RAP inscrito	% de execução física (execução física / meta física)
RAP cancelado	




Segue tabela com exemplo dos indicadores disponíveis no painel em questão, contendo a relação das ações, suas unidades de medida e a execução física e orçamentária do exercício de 2012.

AÇÃO	Unidade	Meta Orçamentária (PC) (A - R\$)	Provisão recebida (B - R\$)	% de Execução Orçamentária (B/A)	Meta Física (PC) (C)	Execução Física		
						Exercício Atual	Exercícios Anteriores	Total (D)
0000 - Criação de Projetos de Assentamento	PA criado	0	0	0,0%	0	117	0	117
0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família	946.000.000	938.532.643	99,2%	42.044	19.989	29.527	49.516
0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área (ha)	47.905.850	46.956.432	98,0%	41.656	1.185	0	1.185
0A81 - Financiamento para Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	Contrato	0	0	0,0%	0	20.727	0	20.727
2000 - Administração da Unidade	N/D	103.800.000	115.016.131	110,8%	0	0	0	0
20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Créd Supervisionado	7.245.103	9.671.518	133,5%	15.355	52.165	0	52.165
20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área (ha)	4.825.090	4.739.565	98,2%	6.316	2.882	0	2.882
20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área (ha)	126.000.000	264.862.707	210,2%	211.200	406.131	0	406.131
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel	1.722.464	1.712.461	99,4%	82.866	292.548	0	292.548
2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Família atendida com cesta básica	0	1.496.586	0,0%	0	356.087	0	356.087
2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos	Imóvel Regularizado	1.930.872	2.074.947	107,5%	3.862	31.616	2.297	33.913
2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	PA beneficiado	2.351.472	5.553.007	236,2%	115	43	349	392
4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família	13.909.064	17.901.498	128,7%	23.694	1.589	2.236	3.825
4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Título expedido	2.400.000	2.516.232	104,8%	17.819	29.760	0	29.760
4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel	4.714.482	8.272.325	175,5%	19.911	1.100	6.261	7.361

4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado	1.767.000	32.550	1,8%	589	0	0	0
4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área (ha)	407.390.375	333.778.350	81,9%	240.928	107.465	0	107.465
4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	Família	224.233.959	215.090.971	95,9%	203.897	95.985	162.242	258.227
4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trab. Escolarizado	4.180.000	1.325.231	31,7%	4.276	1360	4586	5.946
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	2.179.155	2.086.931	95,8%	863	2.341	0	2.341
6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado	2.550.000	41.859	1,6%	510	1.550	2.722	4.272
8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Capacitado	17.995.341	13.366.680	74,3%	3.293	830	2.881	3.711
8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada	4.521.731	4.361.207	96,4%	331	655	0	655
8378 - Gestão de Terras Públicas	Área (ha)	213.009	1.206.692	566,5%	13.313	5.373	0	5.373
8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família	3.524.703	3.708.344	105,2%	22.000	23.075	0	23.075
8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área (ha)	7.471.677	7.600.923	101,7%	2.330.330	829.842,19	0	829.842,19
8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família	205.150.580	169.010.064	82,4%	19.089	4.225	51.668	55.893
8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família	7.199.295	6.532.883	90,7%	19.605	5.301	13.344	18.645
8402 - Documentação da Trabalhadora Rural	Documento	0	3.821.799	0,0%	0	231.856	0	231.856

## LEGENDA

### Percentual de Execução

	Meta 0		0 - 25%
	25 - 50%		50 - 75%
	75 - 100%		>= 100%

### Indicadores do Plano Plurianual – PPA 2012-2015

Indicador	Fórmula	Valor apurado
Índice de fiscalização da função social da propriedade	Área total dos imóveis fiscalizados / área total das propriedades com área acima de 15 módulos fiscais	$\frac{455.784}{32.496.532,6200} \times 100 = 0,14\%$
Índice de projetos de assentamentos com licenças ambientais em vigor	Projetos de assentamento com licença ambiental em vigor / nº total de assentamentos federais sob a jurisdição do INCRA	$\frac{1830}{6.853} \times 100 = 26,70\%$
Índice de provimento de assistência técnica aos assentados de reforma agrária	Quantidade de famílias atendidas pela ATEs / nº total de famílias assentadas	$\frac{258.227}{945.283} \times 100 = 27,31\%$
Índice de regularização fundiária (exceto Amazônia Legal)	Imóveis regularizados e titulados / imóveis com processo de regularização fundiária iniciado	74,78%

1 - A área cadastrada acima de 15 módulos fiscais utilizada para o cálculo deste indicador representa 56% da área cadastrada no SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural.

2 – Em 2012 foram emitidas 333 licenças ambientais, sendo que atualmente 1.830 assentamentos encontram-se licenciados, frente aos 6.853 projetos de assentamento existentes (não consolidados) cuja responsabilidade pelo licenciamento ambiental é do INCRA (apenas foram consideradas as modalidades de assentamento PAE, PAF, PDS e PA).

3 – Algumas chamadas públicas não tiveram sucesso e as que tiveram resultado em 2012 só terão repercussão no indicador apenas para 2013, sendo utilizado o número de famílias com atendimento em 2012 de 258.227 famílias, frente aos 945.283 famílias assentadas conforme relatório 229 do SIPRA de 12.01.2013.



### 3.Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

#### 3.1 Estrutura de Governança

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

#### 3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

##### Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

###### AUDITORIA INTERNA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

#### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X

2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Em todos os corredores do Edifício Sede encontram-se instalados bebedouros, fato este que reduziu enormemente a compra de garrações de água mineral de 20 litros, gerando uma economia considerável. Além disto, no decorrer de 2012, foram realizadas campanhas voltadas à redução do consumo e o reaproveitamento de papéis, os quais somente são destinados à reciclagem, após a impressão em ambos os lados. Não sendo possível a impressão nos dois lados, os rascunhos são transformados em blocos de anotações, os quais são utilizados em reuniões e em eventos de capacitação.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

## DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Em todos os corredores do Edifício Sede encontram-se instalados bebedouros, fato este que reduziu enormemente a compra de garrações de água mineral de 20 litros, gerando uma economia considerável. Além disto, no decorrer de 2012, foram realizadas campanhas voltadas à redução do consumo e o reaproveitamento de papéis, os quais somente são destinados à reciclagem, após a impressão em ambos os lados. Não sendo possível a impressão nos dois lados, os rascunhos são transformados em blocos de anotações, os quais são utilizados em reuniões e em eventos de capacitação.					

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

**DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X



14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

<b>Análise Crítica:</b>
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.

### DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			

16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
•A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
•Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
•A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
•Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
•Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
•Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
•As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
•Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
•Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
•Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
•Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
•É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
•É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
•A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
•Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
•Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
•Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
•Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
•Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
•As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
•As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	

•As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
•A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
•As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
•A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
•A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
•A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
•O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
•O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
•O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

### 3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da

Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.<sup>3</sup>

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.<sup>4</sup>

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.20095, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de

---

<sup>3</sup> Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
- VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
- VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
- IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

<sup>4</sup> Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

<sup>5</sup> Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

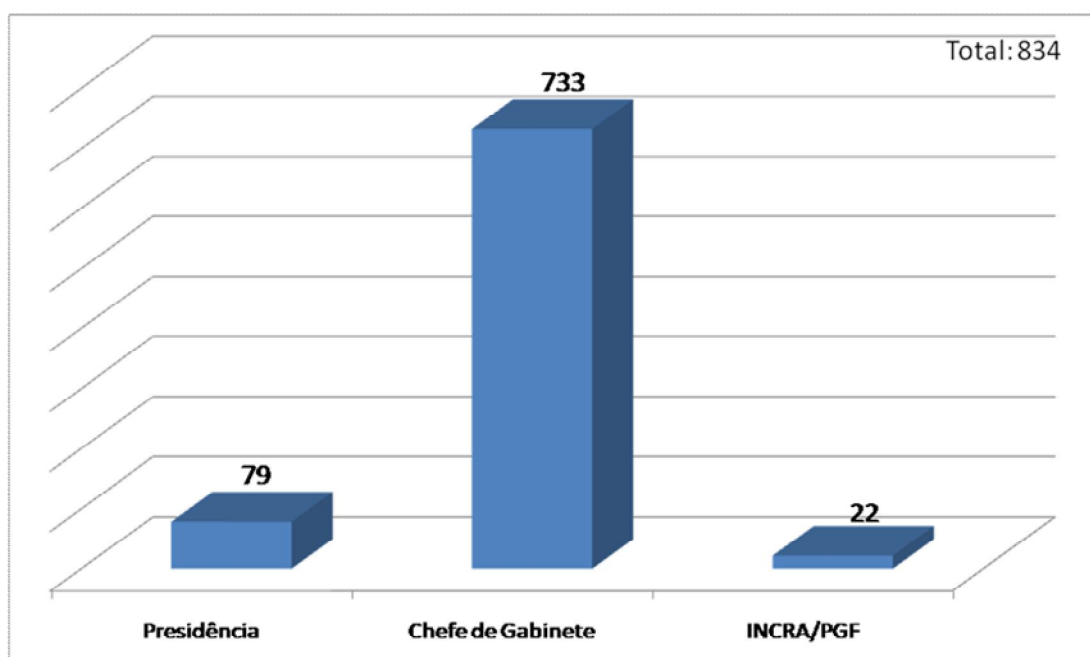
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

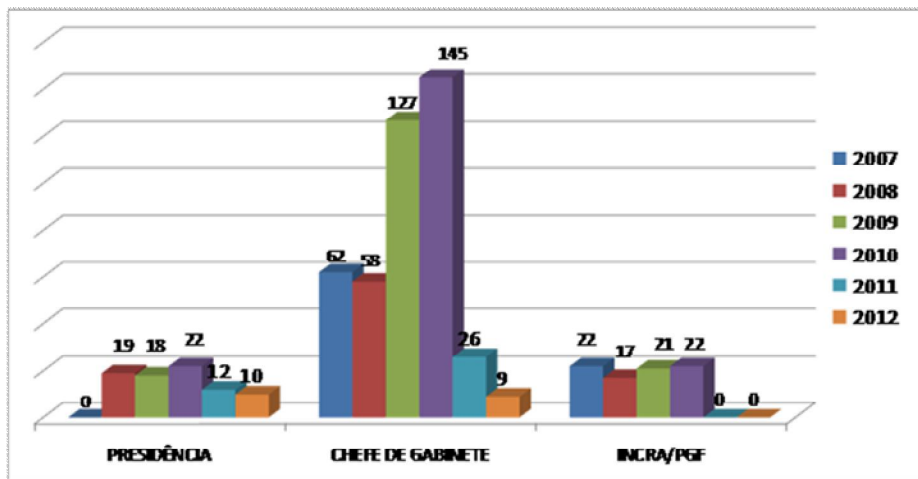
A seguir, apresenta-se gráficos com panorama geral sobre os procedimentos disciplinares:

**COMISSÕES INSTAURADAS NO INCRA/PGF  
NO PERÍODO DE 2003 A 2012**



Fonte: GAB-1

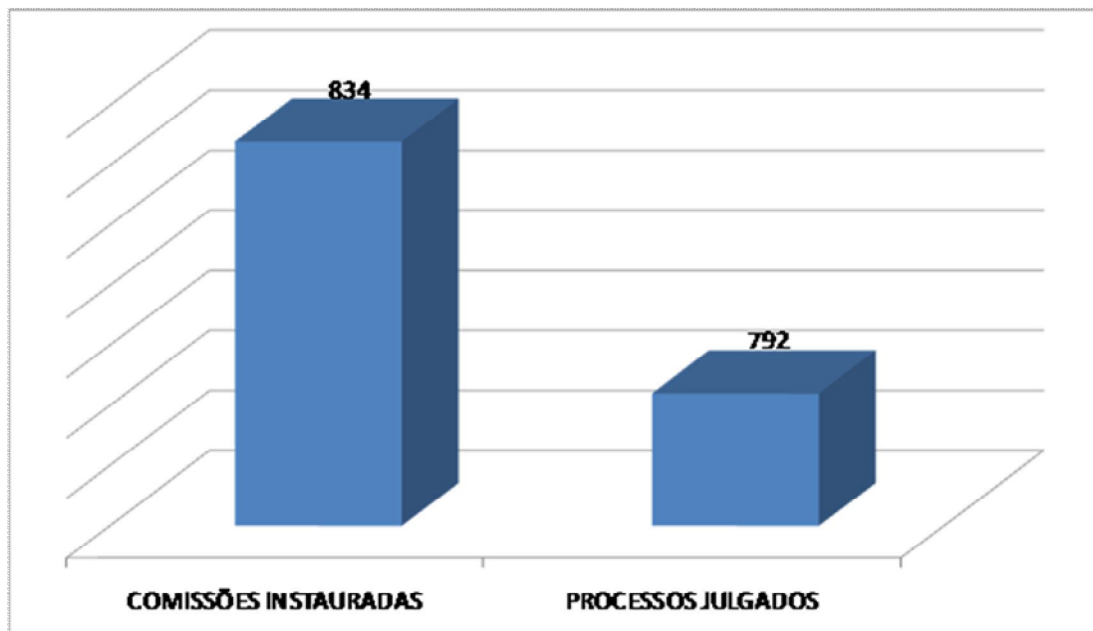
## COMISSÕES INSTAURADAS NO INCRA/PGF



Total: 590

Fonte: GAB-1

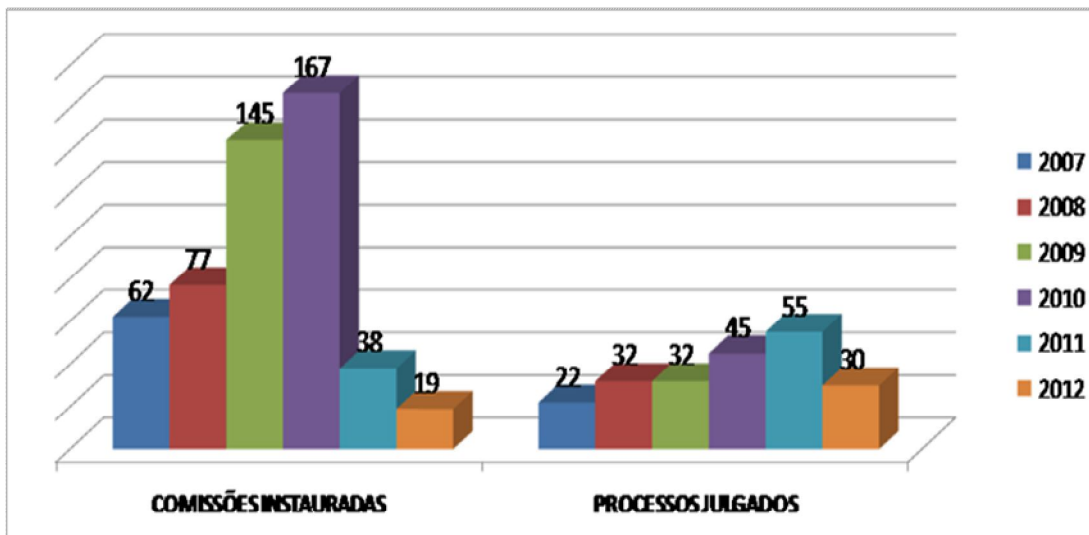
## JULGAMENTO DAS COMISSÕES PROCESSANTES 2003 A 2012



Fonte: GAB-1

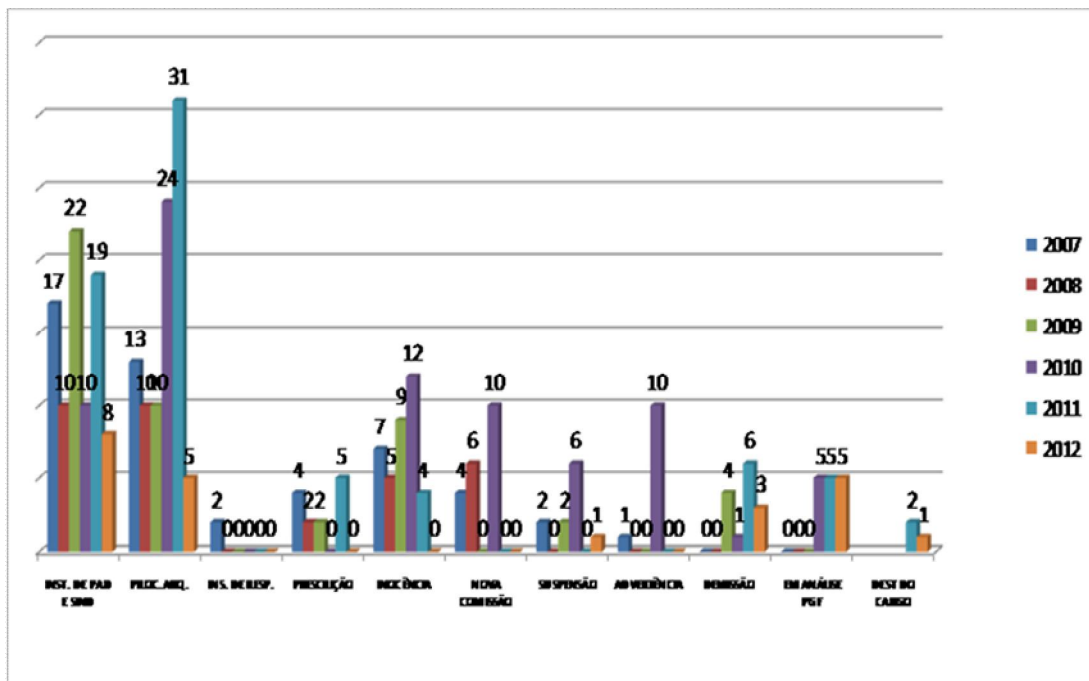


## JULGAMENTO DAS COMISSÕES PROCESSANTES 2007 A 2012



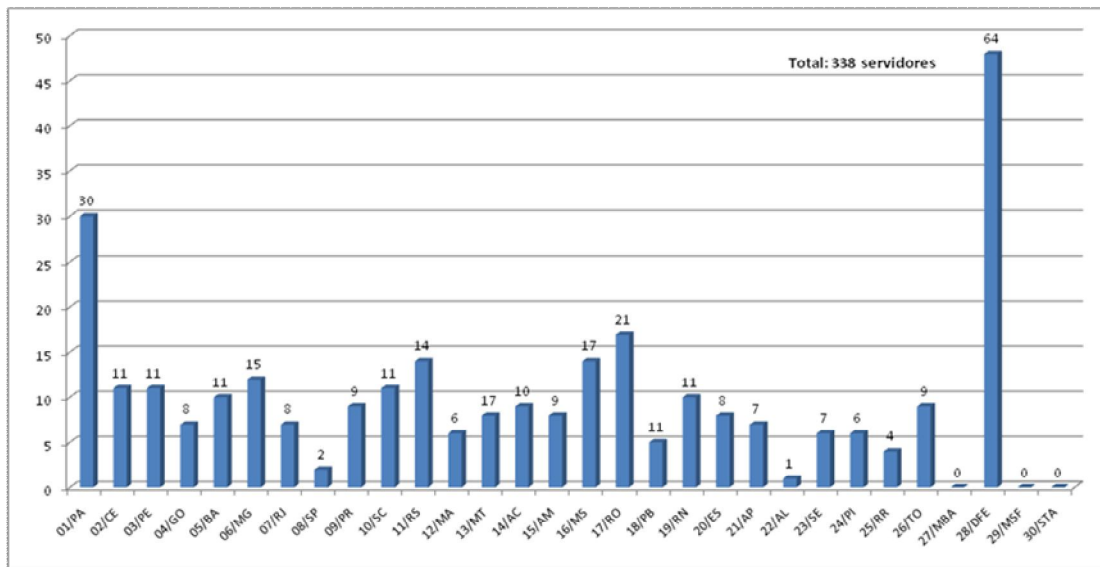
Fonte: GAB-1

## DECISÃO PROFERIDAS NOS JULGAMENTOS DE PROCESSOS DE COMISSÕES NO PERÍODO DE 2007 A 2012



Fonte: GAB-1

## SERVIDORES CAPACITADOS PELA CGU



Fonte: GAB-1

### 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Inkra conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Inkra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

## 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

### 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

#### 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

**Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066**

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2066			
Título	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	LOA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.674.035.000		1.351.073.356	8.423.771.000
b) Outras Fontes	-		-	
c) Subtotais (a + b)	2.674.035.000		1.351.073.356	
d) Valor Global Previsto no PPA	11.097.806.000			
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
1.724.445.605	535.349.005	32.164.646	1.189.096.600	503.184.359
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.			INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.			INCRA
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.			INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.			INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.			INCRA

Visando aumentar a governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra vem trabalhando no desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão. O Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR passa por um processo de modernização com automação de serviços, como a emissão do CCIR via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. A atualização de dados por proprietários de imóveis rurais no SNCR através da internet, a partir da implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário) permitirá atualização de dados cadastrais de forma ágil e simplificada. No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros à partir da implantação do SISNATE - Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR desenvolvido em 2012, a Autarquia disporá de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros. A certificação de imóveis rurais passou a contar a partir de dezembro de 2012 com a Norma de Execução 105/2012, visando dar maior celeridade aos procedimentos, além de contar com um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, aptos a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos. Essas mudanças irão impactar diretamente no setor produtivo rural, principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país, uma vez que possibilitará ao Incra vencer o passivo de cerca de 40 mil processos de certificação abertos e reduzirá drasticamente os prazos para novas certificações. Com a automatização do processo, passamos a ter uma atuação mais focada em casos que evidenciam conflitos ou distorções que vão garantir o dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar as ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais.

A regularização fundiária é uma atividade reconhecidamente importante como política de inclusão social. À partir de 2009 a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA, a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal e a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, a regularização fundiária fora da Amazônia Legal.

Algumas ações foram desenvolvidas tais como:

- 1) Levantamento e identificação das áreas com maior incidência de posseiros, propondo aos estados-membros que a execução seja realizada prioritariamente nessas áreas;
- 2) Participação e realização de oficinas com todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução, visando a identificação de entraves e proposição de solução para ampliação e massificação da política de regularização fundiária e;
- 3) Discussões para melhoramento dos marcos legais que disciplinam a execução da política de regularização fundiária.

A meta inicial da LOA para o assento de 45.000 famílias, em função do contingenciamento dos recursos, foi ajustada para 22.000 famílias e o INCRA homologou 23.075 famílias selecionadas para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Em complementação às atividades de assentamento, foram criados 117 Projetos de Assentamento, totalizando 322.314 hectares, sendo 88 Projetos por meio de onerosa e 29 Projetos em terras públicas, com capacidade de 7.318 famílias. Outra atividade de complementação à meta de assentamento, o INCRA realizou supervisão ocupacional, em continuidade ao combate a venda dos lotes com vistoria da situação ocupacional em mais de 14.487 lotes, verificando a efetiva ocupação dos mesmos e implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades, desistências, evasões, etc. O INCRA está repassando a base de cadastro de famílias assentadas em 2012, do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) visando integrar-se ao Cadastro Único, para que essas 23.075 famílias acessem os demais programas sociais de governo, contribuindo com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

Quanto à infra-estrutura básica oferecida pelo Incra nos Projetos de Assentamento é composta prioritariamente pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação

de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, que irão proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

No âmbito nacional, a aplicação do crédito instalação teve a supervisão e fiscalização por parte das Superintendências Regionais, totalizando 52.165 créditos supervisionados em 2.277 projetos de assentamento. Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das oito modalidades atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição/Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o controle e acompanhamento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda.

As exceções acima são justificadas pelo fato de que a modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta no Incra, pois os recursos destinados a moradia dos beneficiários serão provenientes do programa de governo Minha Casa, Minha Vida. E quanto ao Apoio Mulher, justifica-se a manutenção dessa modalidade em face do seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de gênero. Cabe registrar que ainda há que se aperfeiçoar, tanto em nível regional quanto central, o acompanhamento e a supervisão da aplicação dos créditos, com vistas à cobrança dos créditos aplicados, encontrando-se em desenvolvimento no Incra, sistema para tal fim.

Importante diretriz do Incra é a garantia de infra-estrutura básica nos projetos de assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) prioritariamente pela integração com os programas água para todos, Luz para Todos, Minha casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC-2). No ano de 2012 buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna através de um Convênio na SR 15, porém, por problemas técnicos, não foi possível sua realização para este exercício, devendo o processo ser prosseguido no exercício de 2013. No mais o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para as Superintendências da Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executadas a partir de 2013.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em 2012 proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de EJA, de Nível Médio e Superior à 9.657 alunos por meio de parcerias com Instituições de Ensino Públicas (federais, estaduais e municipais) e Privadas sem fins lucrativos. Temos ainda a assinatura de um Termo de Compromisso entre INCRA e ANDIFES vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o INCRA e as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, nas ações de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante o desenvolvimento de programas e ações que visem o desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso com lançamento do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, houve a participação ativa junto ao MDA e Superintendências Regionais para divulgação e trabalhar no levantamento da demanda para o Pronatec/Campo, visando o acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Além disso, houve diálogo junto ao Ministério da Cultura, para discussão do Projeto Arte e Cultura. Apresentação por parte de representante da Secretaria Nacional de Juventude sobre o Programa de inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Quanto ao diálogo e articulação com demais Ministérios para discussão quanto a saúde, esportes e lazer estas tratativas devem ser intensificadas no exercício de 2013.

#### 4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencados os objetivos do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

Também não foram consideradas metas do PPA que não possuem meta anual específica no Plano de Compromissos. Algumas metas, ainda, foram aglomeradas nos campos de metas financeiras, tendo em vista a impossibilidade de separar a execução orçamentária para diferentes metas dentro de uma mesma ação orçamentária.

##### 4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

##### Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo							
Código	0418						
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.						
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária						
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.500.000	7.500.000	1.712.461,26	1.504.580	1.367.691	4.161	136.888	1.363.531
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105)	Imóvel gerenciado	82.866	292.548	1.722.464	1.367.691	
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105)	CCIR emitido	-	2.127.412			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SNCR e Módulo de Monitoramento.

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

<b>1</b>	Imóvel gerenciado (Ação 2105)*	-	1.842.616	1.135.414	198.499	508.704
<b>2</b>	CCIR emitido (Ação 2105)*	-				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: Não há vinculação da execução física com execução de RAP no SNCR, nem no Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Visando aumentar a governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra vem trabalhando no desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão. O Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR passa por um processo de modernização com automação de serviços, como a emissão do CCIR via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.

A atualização de dados por proprietários de imóveis rurais no SNCR através da internet, a partir da implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário) projetada para ser implantada até o final do exercício de 2013, permitirá atualização de dados cadastrais de forma ágil e simplificada via Web.

No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros a partir da implantação do SISNATE - Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR desenvolvido em 2012, a Autarquia passa a dispor de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros.

No exercício de 2012 foram emitidos 2.127.412 CCIR, sendo: i) 542.505 emissões via SNCR/WEB (Superintendências Regionais - SR's e Unidade Municipais de Cadastramento - UMC's) e ii) 1.584.907 via Internet (Site do INCRA). Do total de CCIR emitidos, 74% ocorreram via Portal de Internet (endereço: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)), sem a necessidade de deslocamentos do cidadão até um dos postos de atendimento da Rede Nacional de Cadastro Rural. Os demais, representando 26%, foram emitidos diretamente da Rede Nacional de Cadastro Rural.

Em 2012 foram gerenciados 292.548 imóveis rurais em todo o território nacional, com destaque para as Regionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, que juntas responderam por aproximadamente 44% do gerenciamento nacional.

O percentual de execução orçamentária (relação entre o liquidado e a provisão recebida) para o exercício de 2012 foi de 79,87%, superando consideravelmente o percentual atingido no exercício anterior, que foi de 39,12%. Isto se deve ao trabalho intensificado das Regionais junto às Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, em especial nas atividades de capacitação dos agentes operadores do SNCR nos municípios e na formação de novas parcerias, apesar de ano eleitoral.

Com relação aos restos a pagar (RAP) pagos no exercício de 2012, estes foram da ordem de R\$ 198.499,00 (cento e noventa e oito mil quatrocentos noventa e nove reais).

Por fim, registramos a existência de restos a pagar não processados na ordem de R\$ 508.704,00 (quinhentos e oito mil setecentos e quatro reais).

#### Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo	
Código	0419
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
58.090.000	58.090.000	28.837.309,29	21.067.961	13.705.245	9.114	7.362.717	13.696.131
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (Ação 4426)	Hectare certificado	-				
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (Ação 4426)	Imóvel georreferenciado	19.911	1.100	4.714,482	449.301	
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110)	Imóvel regularizado	3.862	31.616	1.930.872	727.521	
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (Ação 8378)	Área diagnosticada	13.313	5.373	213.009	130.572	
5	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)	Área vistoriada	2.330.330	455.784,00***	7.471.677	6.744.683	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; 8378 - Gestão de Terras Públicas e 2114 - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*\* Apenas computada as vistorias: Preliminar e Conjunta.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado (Ação 4426)*		100.563.387	9.473.057	59.879.289	31.211.041
2	Imóvel georreferenciado (Ação 4426)*	6.261				
3	Imóvel regularizado (Ação 2110)*	2.297	3.166.457	5.789	1.840.787	1.319.880
4	Área diagnosticada	0	251.864	0	90.456	161.408



	(Ação 8378)*					
5	Área Vistoriada (Ação 8387)*	-	500.318	208.132	177.866	114.320

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A execução da política de Regularização Fundiária de imóveis rurais, fora da Amazônia Legal, é realizada com recursos da ação 2110, e tem por objetivo a regularização da situação jurídica dos pequenos e médios agricultores que ocupam terras federais e estaduais, expedindo títulos de domínio, incluindo, ainda, a ratificação de títulos já emitidos pelos Estados na faixa de fronteira.

Importa destacar que as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Terra Legal, para regularização fundiária nos estados inseridos na Amazônia Legal, que antes eram compartilhadas e custeadas nesta ação (2110), por força do PPA 2008/2011, passaram a ser abrangidas no PPA 2012/2015 pela ação 20TA - Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas, dessa forma, coube, a partir deste ocorrido, ao MDA/SERFAL/SRFA elaborar o relatório da execução da presente ação em seu âmbito de atuação.

A promoção da política de regularização fundiária potencializa e qualifica o conhecimento governamental sobre a malha fundiária nacional, representando uma importante ferramenta para erradicação da pobreza rural extrema e inclusão social dos trabalhadores rurais, propiciando-lhes diversas benesses, tais como segurança jurídica, inserção dos agricultores no sistema produtivo, através do acesso às políticas públicas e financiamentos bancários, aquecimento da economia local, diminuição do êxodo rural e dos conflitos pela posse da terra.

Com o objetivo de cumprir a meta estabelecida no PPA 2012/2015, qual seja, encaminhar 200.000 mil imóveis para regularização fundiária, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através de sua Coordenação-Geral, realiza permanentemente, articulação institucional com outros entes da federação, visando apoiá-los na execução de suas políticas de regularização fundiária, através da proposição para formalizar convênios e outros instrumentos similares.

Por trata-se de uma importante política de inclusão social, ressaltamos que o fomento para efetivação dessa indispensável atividade, possui como diretrizes e critérios de priorização, a regularização fundiárias nos municípios considerados de extrema pobreza rural, definidos pelo cruzamento de índices, tais como, baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), Território da Cidadania (TC), Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), elevado número de posses, além de outros critérios definidos de acordo com as peculiaridades de cada região.

Nesse sentido, exemplificamos através dos convênios firmados nos últimos 02 anos, com os estados do Ceará e Pernambuco, cujas metas somam aproximadamente 80.000 mil imóveis a serem regularizados.

Outra ação que merece destaque é o trabalho de incorporação, aos sistemas oficiais do Inca (SNCR e Acervo Digital Fundiário – I3geo), dos produtos gráficos e literais produzidos através da execução dos convênios de regularização fundiária firmado com os Estados, para tanto, foi constituído grupo de trabalho integrado por servidores da Diretoria e das Superintendências Regionais.

Por outro lado, também no sentido de fazer face ao cumprimento das metas estipuladas no PPA 2012/2015, enfrentando o passivo existente, a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) propôs a adequação de alguns normativos internos, com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, ratificação de títulos na faixa de fronteira, regularização fundiária em áreas desapropriadas e arrecadação sumária de terras em nome da União.

No que se refere à ratificação de títulos em área de fronteira, importa registrar que está em curso, na Procuradoria Federal Especializada (PFE), aprovação da minuta de Medida Provisória, visando dar maior celeridade ao processo, por meio da ratificação, de ofício, dos pequenos e médios imóveis rurais.

As providências apontadas, além de outras que eventualmente a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) entender pertinente, redundarão na massificação da execução da política de ordenamento da estrutura fundiária, contribuindo, sobremaneira, para erradicação da pobreza extrema no meio rural brasileiro.

Não obstante o permanente esforço despendido para evolução e massificação da política de regularização fundiária, não podemos perder de vistas os entraves que dificultam sua execução, dentre eles, destacamos a singularidade e diversidade das legislações estaduais que regem a matéria, associada à diversidade de interpretações e formas de atuar dos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os Cartórios, Órgãos de Terras Estaduais, Secretarias de Estado, Procuradorias Regionais, dentre outros.

Quanto a meta de ordem cinco neste tópico, qual seja, verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387) esclarecemos que a partir de 2009, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária - SRFA, a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal e a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, a regularização fundiária fora da Amazônia Legal. A regularização fundiária é uma atividade reconhecidamente importante como política de inclusão social.

Algumas ações foram desenvolvidas em 2012, tais como:

- 1) Levantamento e identificação das áreas com maior incidência de posseiros, propondo aos estados-membros que a execução seja realizada prioritariamente nessas áreas;
- 2) Participação e realização de oficinas com todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução, visando a identificação de entraves e proposição de solução para ampliação e massificação da política de regularização fundiária e;
- 3) Discussões para melhoramento dos marcos legais que disciplinam a execução da política de regularização fundiária.

Quanto à Ação 8387 – Vistoria e Avaliação - a meta prevista no Objetivo 0419 do PPA 2012/15 de “verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis rurais acima de 15 módulos fiscais, cadastrados no SNCR”, faz referência a uma das atribuições estabelecida no Regimento Interno do INCRA, de responsabilidade da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF.

A verificação do cumprimento da função social da propriedade é prevista na alínea VII do Art. 71 e item “m” da alínea I do Art. 115 do Regimento Interno do INCRA, de Competência da DFC-2/DF e SR(00)F, respectivamente;

Já a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT tem suas atribuições agrupadas nos Objetivos 0420 e 0421 do PPA 2012/15.

Quanto às atribuições da DT, verificamos que uma delas é a de vistorias para obtenção de imóveis, que exigem o levantamento de dados e informações para verificação do cumprimento da função social e da viabilidade de assentamento do imóvel

A Vistoria de Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária é prevista no Art. 81 e item “a” da alínea I do Art. 116 do Regimento Interno do INCRA, de Competência da DTO/DT e SR(00)T, respectivamente

A execução física da Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis Rurais, de responsabilidade da DTO/DT, aponta para o montante de 829.842,19 mil hectares vistoriados em 2012, sendo que deste montante, apenas 455,8 mil hectares foram vistoriados com a finalidade de levantamento de dados e informações dos imóveis rurais, que visa fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade e promover a atualização cadastral, para fins de obtenção de terras, para assentamento da reforma agrária, o que representa apenas 11,4 % do previsto para o ano de 2012 (4 milhões de hectares).

Os recursos da Ação 8387 custeiam as ações de: (i) vistorias de imóveis rurais para levantamento de dados e informações (visando a verificação do cumprimento da função social e viabilidade para assentamento); (ii) Vistorias de Avaliação; (iii) Vistorias realizadas a pedido de outros órgãos públicos (Ex: FUNAI, ICMBIO, SPU e outros); (iv) Perícias Judiciais; (v) Imissões na Posse; (vi) Notificações a proprietários rurais; (vi) Levantamento de registros cartoriais para elaboração de cadeia dominial; (viii) Pesquisas de mercados de terras visando à elaboração de Planilhas de Preços Referenciais – PPR; (ix) Levantamento de dados pré-vistorias; (x) Vistorias para obtenção de informações complementares (questões ambientais, retificações, reavaliações e verificação de interesse concorrente) e outros.

Em 2012 houve orientação da direção para uma nova sistemática de trabalhos de campo, visando dar maior agilidade no processo de obtenção de terras, com a orientação de adoção da Vistoria Conjunta, realizando, concomitantemente, a vistoria para levantamento de dados e informações (visando a verificação do cumprimento da função social e viabilidade de assentamento) e a Vistoria de Avaliação do imóvel, numa mesma ida a campo, vistorias estas que eram realizadas em etapas distintas. Desse modo, ao invés de realizar duas vistorias, agora será realizada uma só vistoria para elaboração dos dois laudos (LAF e LAV), além do Estudo da Capacidade de Geração de Renda do imóvel e do Anteprojeto de Assentamento, o que deverá alterar a contabilização da meta física.

Os fatos e dados evidenciam que, a meta prevista de 16 milhões de hectares (para o quadriênio 2012/15) ou 4 milhões de hectares (por ano) vistoriados, para verificação do cumprimento da função social da propriedade, é inexecutável, não compatível com a capacidade operacional da instituição (pessoal, infraestrutura, equipamentos e veículos) e nem com a dotação orçamentária da Ação 8387, que financia várias outras atividades de vistorias, além daquela para fins de desapropriação, com verificação do cumprimento da função social do imóvel.

Ressalta-se que a atribuição da DF/DFC-1 referente à verificação do cumprimento da função social da propriedade é basicamente um processo de fiscalização cadastral do SNCR, com comprovação documental, não estabelecendo a obrigatoriedade de verificação dos dados em campo, com vistoria “in loco”.

Concluindo: O Objetivo 0419 do PPA é de responsabilidade da DF, não devendo misturar, na mesma meta, atividades e iniciativas diferenciadas, de duas diretorias técnicas, DF e DT, encontrando-se agrupada no Objetivo macro de responsabilidade da DF – “Identificar, discriminar e arrecadar terras públicas...”

#### Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo							
Código		0420					
Descrição		Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.079.195.6 09	2.358.028.942	1.772.457.715,88	1.533.372.60 5	468.550.76 4	11.947.581	1.064.821.84 1	456.603.183
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira** (PC 2012)			

			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-	117	-	-
2	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida	240.928	107.464,65	407.390.375	178.026.097
3	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada	22.000	23.075	3.524.703	3.063.872
4	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocolada	331	655	4.521.731	3.088.596
5	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427)	Crédito disponibilizado	66.078	19.989	1.486.762.100	124.975.031
6	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427)	Casa construída	-	21.159	205.150.580	47.656.647
7	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	-	298		
8	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construídos/reformados	-	598		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA (relatórios 227 e 229 em 12.01.2013) e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Na meta física da Ação 8387, foi utilizado o valor da área registrada, visto que algumas áreas vistoriadas a campo ainda não tiveram sua área medida lançada no sistema de Monitoramento. No item de ordem 6 foi apresentada a execução física total incluindo todas as modalidades operadas no Crédito Instalação.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado	-	-	-	-	-
2	Área obtida (Ação 4460)*	0	59.505.713	21.314.510	31.483.978	6.707.225
3	Família assentada (Ação 8384)*	-	377.460	103.525	253.024	20.910
4	Licença protocolada (Ação 8374)*	-	5.077.718	2.126.390	1.598.783	1.352.544
5	Crédito disponibilizado (Ação 0427)*	29.527	1.120.016.733	222.194.411	244.076.358	653.745.963
6	Casa construída (Ação 0427)*	-	369.006.086	40.098.252	162.419.609	166.488.225
7	Família atendida (Ação 8396)*	7.109				
8	Km construídos/reformados (Ação 8396)*	4.359				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA (relatórios 227 e 229 em 12.01.2013) e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

Observação: O Módulo de monitoramento não leva em consideração o exercício do orçamento/financeiro no acompanhamento da conclusão das casas construídas ou reformadas, apenas registrando quando da conclusão das mesmas dentro do exercício. No item de ordem 6 foi apresentada a execução física total incluindo todas as modalidades operadas no Crédito Instalação.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A atividade de obtenção terras foi amparada com recursos das Ações 4460 e 211B, originários do Orçamento Geral da União – OGU e abertura de créditos extraordinários no montante de R\$ 841.816.666,00, dos quais 20,31% foram cancelados e 31,29% contingenciados, resultando num limite concedido de R\$ 407.380.316,62. Desse valor 43,70% (R\$ 178.026.096,50) foram executados e o restante – R\$ 210.992.809,81 - inscrito em restos a pagar.

Para o valor inicial de R\$ 601.500.000,00, originário do OGU, foi estabelecida uma meta de obtenção de 1 milhão de hectares, considerada equivocada uma vez que representa um custo médio por hectare de R\$ 601,00, enquanto que no exercício de 2011, o custo foi de R\$ 1.722,00. Com esse recurso seria admissível uma meta máxima de 350.000 ha – se admitido que não ocorreu variação no preço da terra -, porém com o limite concedido seria possível obter 236.000 hectares.

Entretanto, em virtude da disponibilidade financeira para o exercício, foram liquidados R\$ 178.026.096,50 (43,70% do limite concedido) para obtenção de 108.784,46 hectares, o que representa um custo médio de R\$ 1.636,00 por hectare.

O montante inscrito em restos a pagar é de R\$ 210.992.809,81, sendo 142.072.618,11 na Ação 4460 (96% em Títulos da Dívida Agrária e 4% em moeda corrente para indenização de benfeitorias) e R\$ 68.920.191,70 na Ação 211B (totalmente em Títulos da Dívida Agrária).

Originário OGU + créditos	841.816.666,00
Cancelados	171.000.000,00
Contingenciado	263.436.349,38
<b>LIMITE</b>	<b>407.380.316,62</b>
Empenhados	389.018.906,31
Executados	178.026.096,50
Restos a pagar	210.992.809,81

Quanto aos restos a pagar de exercícios anteriores referem-se a recursos indenização de benfeitorias

Quanto à ação 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, do limite concedido de R\$ 276.000.000,00, foram executados 36,74% em virtude da disponibilidade orçamentária, correspondente ao pagamento de decisões judiciais referentes à desapropriação de 66 imóveis, cuja área total é de 406.130,73 ha.

A meta inicial de assentamento da LOA de 45.000 famílias, em função do contingenciamento dos recursos, foi ajustada para 22.000 famílias e o INCRA homologou 23.075 famílias selecionadas para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Em complementação às atividades de assentamento, foram criados 117 Projetos de Assentamento, totalizando 322.314 hectares, sendo 88 Projetos por meio de onerosa e 29 Projetos em terras públicas, com capacidade de 7.318 famílias. Outra atividade de complementação à meta de assentamento, o INCRA realizou supervisão ocupacional, em continuidade ao combate a venda dos lotes com vistoria da situação ocupacional em mais de 14.487 lotes, verificando a efetiva ocupação dos mesmos e implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades, desistências, evasões, etc. Foram retomados 1.182 lotes em 2012 por meio desta ação. O INCRA está repassando a base de cadastro de famílias assentadas em 2012, do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) visando integrar-se ao Cadastro Único, para que essas 23.075 famílias acessem os demais programas sociais de governo, contribuindo com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

Não obstante o cumprimento da meta repactuada do Plano de Compromisso, ainda assim está muito aquém da estipulada no PPA 2012-2015, que é de 200.000 famílias até 2015, demonstrando assim uma meta de Planejamento Plurianual inexecutável.

Em relação aos restos a pagar, houve demora de liberação dos recursos em tempo hábil, possivelmente devido ao contingenciamento.

Já com relação às Licenças Ambientais protocoladas a meta para o período de 2012-2015 é de 3200. Em 2012 foram protocoladas 655 licenças, configurando um número muito baixo, considerando a meta total. No entanto, é importante considerar que o contingenciamento dado pelo Decreto 7.680/2012, que definiu o limite disponível na ação orçamentária de licenciamento ambiental (2066\_8374) em R\$ 4.521.731,00, refletiu num reajuste na meta física do Plano de Compromissos 2012 para 331 licenças protocoladas. Essa redução orçamentária, por um lado, prejudicou o processo de licenciamento ambiental em projetos de assentamento, pois inviabilizou a contratação dos estudos necessários ao protocolo das licenças. Mas por outro fez com que o número de licenças protocoladas superasse em muito à meta que foi repactuada.

Outro dificuldade enfrentada por algumas Superintendências Regionais com relação à licenças protocoladas está diretamente relacionada à entrada em vigor da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que determina o Cadastro Ambiental Rural - CAR. O CAR é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual. Em aproximadamente sete estados o sistema já está funcionando, e em outros encontra-se em fase de implementação. Nos estados em que o sistema está implantado o protocolo das licenças é precedido do CAR, o que tem ocasionado um atraso na solicitação das licenças.

Com relação ao RAP esses foram gerados pela falta de recurso financeiro e problemas na entrega dos produtos/serviços contratados.

No que diz respeito às ações voltadas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, destaca-se a ação de Crédito Instalação que, em 2012, atendeu 49.516 mil famílias nas diversas modalidades de crédito (orçamento 2012 e RAP), sendo 19.989 mil famílias com orçamento do exercício, o que representa 47,54% da meta estabelecida para o exercício no Plano de Compromissos/INCRA/2012. Na modalidade Apoio Mulher contabilizam-se 5.280 contratos firmados entre os custeados com o orçamento 2012 e RAP, atingindo assim 18% da meta prevista para 4 anos no PPA 2012-2015 (30.000 contratos). Há perspectiva e é possível o cumprimento da meta na sua integralidade, no transcorrer dos exercícios seguintes.

Destaca-se como ponto forte desta meta o fato de que as mulheres do campo sempre trabalharam junto com seus companheiros sem uma remuneração que lhes permitisse atender suas necessidades individuais, e que lhes proporcionasse igualdade de gênero. Com a aplicação efetiva dessa modalidade, estas mulheres têm garantido a sua participação na produção de alimentos da região, geração de renda e o fortalecimento da organização produtiva.

Em 2012, foram construídas ou reformadas 21.159 casas em assentamentos da reforma agrária, o que representa 18% da meta prevista no PPA (120 mil casas) para o quadriênio 2012-2015. No exercício em questão, 17,4 mil famílias tiveram recursos disponibilizados para construções ou recuperações de habitações e 13,1 mil famílias foram atendidas com complementações nos valores do crédito já depositado em conta para estas modalidades do Crédito Instalação. Acentua-se que o baixo índice de cumprimento da meta do PPA se deu em razão da transferência dessa modalidade do crédito instalação para o programa Minha casa Minha Vida, uma vez que as superintendências Regionais tiveram que aplicar os recursos em obras iniciadas e outras emergências.

A maior dificuldade enfrentada pelo Incra para o cumprimento da meta foi a insuficiência dos recursos de custeio, o que impediu o deslocamento dos servidores aos projetos de assentamento, por força do limite orçamentário disciplinado no Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, alterado pelo Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012.

No exercício de 2012 o INCRA concluiu as obras de 165 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 7,4 mil famílias e ainda no ano de 2012 estavam em execução obras de 1.217 sistemas de abastecimento de água, com previsão de conclusão no ano de 2013, cuja meta é atender a 27.303 famílias. Além das obras anteriormente citadas o INCRA, em uma nova estratégia de

gestão, firmou parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), através de Termo de Cooperação que tem por objeto a recuperação e/ou ampliação, até o ano de 2014, de sistemas de abastecimento de água em 575 (quinhentos e setenta e cinco) Projetos de Assentamento, com vista à diminuição das consequências decorrentes da seca em municípios que se encontram em situação de emergência, principalmente nos Estados do Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, visando beneficiar 31.696 famílias. Considerando a parceria firmada entre o INCRA e o MI, que deve ser ampliada já neste exercício de 2013, e considerando também as obras em execução e ainda as que constam das programações das Superintendências Regionais a serem executadas nos próximos exercícios, acreditamos que a meta do PPA de beneficiar 50 mil famílias com acesso à água é exequível.

No tocante à construção de estradas, entende-se ser viável o cumprimento da meta de Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas em Projetos de Assentamento, levando-se em conta a nova diretriz adotada para execução desses tipos de obras, que consiste em estabelecer parcerias entre as Superintendências Regionais do INCRA com as Prefeituras Municipais que estão sendo contempladas pelo MDA para receber equipamentos destinados à construção e reforma de estradas dentro da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), além do fato de que as outras modalidades de contratação que já vinham sendo adotadas continuarão a ser mantidas.

No ano de 2012 foram construídos ou recuperados 598 km de estradas com recurso do orçamento, e com base em recursos originários de exercícios anteriores foram concluídas de 4.359km de estradas. Portanto, em 2012 as obras de construção ou recuperação de estradas foram de 4.957 km, beneficiando 41.816 famílias. Cabe ressaltar que nestes números não estão incluídas medições parciais, sendo contabilizadas apenas obras com recebimento provisório ou definitivo realizado. Além das obras concluídas, permanece um estoque de 23.099 km de obras de estradas em execução, visando beneficiar 166.113 famílias, e que devem ser concluídas ao longo do exercício do ano de 2013, fechando antecipadamente a meta de 25.000,00 km estipulada pelo do PPA 2012-2015.

A meta do PPA 2012-2015 de conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Brasil sem Miséria, em 4 anos, ainda carece de maior capacidade de acompanhamento, pois o sistema de acompanhamento em 2012 não permitiu diferenciar quais famílias receptoras desta modalidade pertence ao grupo em questão. No exercício 2012 foram atendidas 8.887 famílias, sendo 6.633 famílias em 199 projetos de assentamento com o Crédito Fomento e mais 2.254 famílias em 61 projetos de assentamento com o crédito Adicional de Fomento. Há perspectiva de cumprimento da meta na sua integralidade, no transcorrer dos exercícios seguintes.

#### Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo							
Código		0421					
Descrição		Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.550.000	32.050.000	32.970.736,32	23.401.493	11.094.972	3.415	12.306.521	11.091.556
Metas do Exercício							

Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso ( <b>Ação 4358</b> )	Documento de titulação expedido	17.819	29.760	2.400.000	2.080.906
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento ( <b>Ação 2B06</b> )	Assentamento beneficiado	115	43	2.351.472	3.703.266
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização ( <b>Ação 4230</b> )	Família beneficiada	23.694	1.589	13.909.064	5.310.800

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4230** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol. A meta física realizada da Ação 2B06 é contabilizada levando-se em conta os assentamentos que estavam em atendimento em 2012, independente se concluídos ou não em 2012, visto o caráter continuado das ações ambientais desenvolvidas.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido ( <b>Ação 4358</b> )*	-	145.356	89.077	55.041	1.238
2	Assentamento beneficiado ( <b>Ação 2B06</b> )**	349	12.288.622	1.765.621	4.785.557	5.737.444
3	Família beneficiada ( <b>Ação 4230</b> )*	2.236	5.733.013	725.501	2.774.905	2.232.606

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

Observação: A meta física realizada da Ação 2B06 é contabilizada levando-se em conta os assentamentos que estavam em atendimento em 2012, independente se concluídos ou não em 2012, visto o caráter continuado das ações ambientais desenvolvidas.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Uma importante meta do Objetivo 0421 é a concessão de títulos às famílias assentadas da reforma agrária. Esta meta tem por finalidade transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas.

Em 2012, foram emitidos 27.010 Contratos de Concessão de Uso - CCU, 2.253 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU e 497 Títulos de Domínio - TD. Foi priorizado o CCU de modo a alcançar o máximo de assentamentos, face o seu caráter estruturante - enquanto pré-condição à concessão e recebimento do Crédito Instalação em suas diferentes modalidades. Para projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados (PAE, PAF e PDS) foram emitidos 2.253 CCDRU, totalizando, no geral, 29.760 documentos.

A emissão dos Títulos de Domínio foi condicionada aos Projetos de Assentamento dotados ou que já tenham atingido sua auto-suficiência. Quanto à Indenização de Benfeitorias de Boa-fé, em fase das limitações de recursos consignados para 2012, foram priorizados para pagamento, aquelas com processos concluídos.

A execução física desta ação demonstra uma significativa superação da meta estabelecida no Plano de Compromissos/INCRA/2012, vez que a previsão era da expedição de 17.819 documentos de titulação, no entanto foram expedidos 29.760 documentos, proporcionando em



percentual de execução física de 167%. Em relação à meta estabelecida pelo PPA 2012-2015, de titular 50 mil famílias, somente no primeiro ano do quadriênio esta meta já foi executada em 60%.

A execução acima da meta anual deve-se à maximização das atividades em campo por meio da integração com outras ações de desenvolvimento, bem como a existência de processos, para a regularização da parcela, que já se encontravam em fase final e que foram utilizados na composição do resultado desta ação, contribuindo para a eficiência na execução física.

A meta definida para o PPA 2012-2015 para a promoção de ações de gestão ambiental é de 1.000 projetos de assentamento. No entanto, tendo em vista o corte orçamentário estabelecido no Decreto 7.680/2012 ficou estipulada uma meta para o exercício de 2012 (Plano de Compromisso 2012) de 115 projetos a serem assistidos por ações de Gestão Ambiental. Com relação à execução da meta pode-se inferir que 43 assentamentos foram beneficiados com início e conclusão de atendimento/execução no ano de 2012, e que 349 que possuíam atendimento iniciado em exercícios anteriores, sendo que destes 22 tiveram sua execução finalizada. Logo, considerando o caráter multianual do atendimento de grande parte das atividades vinculadas a Ação, e tendo em vista que são contabilizadas na meta as famílias que se encontram em execução, pode-se afirmar que 392 assentamentos no total foram beneficiados com Gestão Ambiental no ano de 2012, número que supera em 340% a meta estabelecida no Plano de Compromisso. A execução de Convênios pré-existent e realização de vistorias de cunho ambiental nos assentamentos tiveram papel determinante no cumprimento da meta. Destaca-se ainda que com a implementação do Programa Assentamentos Verdes a partir de 2013 e as diversas tarefas de gestão ambiental programada pelas Superintendências Regionais, a meta de 1.000 assentamentos com Gestão Ambiental deverá ser atingida até o fim de 2015.

Com relação ao RAP esses foram gerados pela falta de recurso financeiro e problemas na entrega dos produtos/serviços contratados.

Uma das metas do Objetivo 0412 consiste em atender 50 mil famílias com projetos de agroindustrialização e comercialização entre 2012 e 2015. Com vistas a propiciar a execução desta meta, foi revista em 2012, a Norma de Execução do Programa Terra Sol e editado o seu Manual Operacional, aproveitando as experiências dos primeiros anos de sua execução e aprimorando os procedimentos. Estas mudanças tiveram como objetivo melhorar o entendimento jurídico e técnico do Programa e ampliar sua execução nas superintendências Regionais.

A meta prevista no PPA 2012-2015 foi cumprida em 8% no exercício de 2012. Em relação ao estabelecido no Plano de Compromissos/INCRA/2012, a meta foi atingida em 6,7%, com o atendimento a 1.598 famílias com o orçamento do exercício, porém cabe ressaltar que 2.236 famílias foram beneficiadas com recursos de RAP.

Apesar da baixa execução, cabe ressaltar que se propôs – e está em curso – a proposição de Acordo de Cooperação Técnica – ACT - entre o INCRA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil - BB, Fundação Banco do Brasil - FBB e Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, visando à ampliação dos recursos destinados à agroindustrialização e às atividades pluriativas. A proposta conta um aporte estimado de recursos na ordem de R\$ 300 milhões, sendo 150 milhões do BNDES e 150 milhões do INCRA.

Para levantamento da demanda de propostas em todo país, será lançado Edital de Chamada Pública com o prazo de 05 anos (podendo ser prorrogável) e a parceria com a FBB (escritório de projetos) para melhorar a fundamentação destas. Com estas iniciativas espera-se um maior desempenho do Programa. A parceria com a CONAB, inclusive como parceiro financiador, garantirá maior vinculação dos produtos gerados via agroindustrialização nos assentamentos no PAA e PNAE.

Neste sentido, com o Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre o INCRA e o BNDES, BB, FBB e Conab, haverá a possibilidade no período do PPA 2012-2015, de atingir ou até mesmo superar a meta de atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

Em relação à meta constante no PPA 2012-2105 de “Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol”, ressalta-se que foi previsto no Edital de Chamada Pública – que levantará as demandas dos projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas – o critério de gênero, que estipula maior pontuação no processo de seleção dos projetos que contemplarem maiores percentuais de mulheres. Já em relação à meta de “Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento”, prevê-se articulação com a Assistência Técnica para levantamento de gênero nos empreendimentos desenvolvidos nos assentamentos e participação nos programas governamentais – PAA , PNAE, dentre outros.

#### Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo							
Código		0422					
Descrição		Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.					
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.000.000	39.000.000	23.645.934,26	22.084.701	11.092.967	774.700	10.991.735	10.318.267
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada***	Prevista	Realizada	
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente ( <b>Ação 8370</b> )	Profissional formado	3.293	3.711	17.995.341	8.366.078	
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social ( <b>Ação 6952</b> )	Profissional capacitado	510	2.400	2.550.000	177.567	
3	Manter 10 mil alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente.	Trabalhador escolarizado	4.276	5.946	17.995.341	8.366.078	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e DDE.

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*\*Conforme solicitação da Coordenação Nacional do PRONERA, toda a execução física foi contabilizada nesta tabela na célula de exercício atual, visto que é utilizado predominantemente recurso do orçamento para manutenção de instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional formado (Ação) **	-	2.400.946	1.952.407	327.898	120.641
2	Profissional capacitado (Ação 6952)**	-	3.257.306	6.422	2.642.466	608.418
3	Trabalhador escolarizado (Ação 4474)**	-	8.179.977	1.189.330	4.486.056	2.504.591

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Importante política pública implementada pelo INCRA visando o alcance do Objetivo 0422 é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações, sendo executado por meio de parcerias com Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Instituições privadas sem fins lucrativos, envolvidas e comprometidas com a educação do Campo. Essas instituições criam por meio dos projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a co-participação das representações dos assentados e/ou acampados da reforma agrária, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

As parcerias são feitas por meio de Convênios e Termo de Cooperação, sendo acompanhadas e discutidas pelos (as) Asseguradores do PRONERA nas Superintendências Regionais do INCRA nos Estados, por conhecerem a realidade e estarem mais próximos das Comunidades, sendo acompanhados e orientados, no que for necessário pela Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania.

Em 2012, mantivemos em execução 33 parcerias, totalizando em 28 convênios e 26 termos de cooperação, as quais atenderam a 9.657 alunos entre as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA – 5.946 alunos), cursos de nível médio (2.211 alunos), superior e especialização (1.500 alunos).

Foram mantidos 3.711 alunos em sala de aula em cursos de nível médio, superior ou especialização, representando 46% da meta do PPA 2012-2015 de atender 8 mil jovens e ou adultos, ultrapassando em muito a meta de manter anualmente 2.000 alunos em sala de aula. Destes alunos 2.881 alunos são frutos de parcerias plurianuais, celebradas em exercícios anteriores, sendo os demais 830 alunos inseridos mediante novos instrumentos. A inserção não foi maior face às complicações e dificuldades encontradas por várias instituições de ensino quanto aos ajustes e adequações nos projetos em detrimento ao cumprimento das exigências do Decreto 6.170 e Portaria 507/11. Outro impacto foi a não possibilidade de algumas Instituições Federais em operacionalizar os recursos em final de exercício quanto aos termos de cooperação.

Foram capacitados 850 profissionais por meio de parceria com o CNPq, representando apenas este instrumento, 167% da meta prevista no Plano de Compromissos/INCRA/2012 e 28% da meta prevista no PPA para o quadriênio 2012-2015, de capacitar 3.000 profissionais. Além disso, foi celebrada nova parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa com o objetivo apoiar projetos de pesquisa científica tecnológica e extensão, por meio de seleção de projetos com foco em inovação tecnológica que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Com propósito de qualificar a formação de assentados, estudantes e técnicos extensionistas, à geração de conhecimento, capacitação técnico-profissional e os serviços de Assistências Técnica e Extensão Rural junto aos assentados, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do PRONERA (Decreto nº 7.352/2010) e a Política

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010). A parceria prevê a formação de 1.500 profissionais.

Com relação à meta prevista no PPA 2012-2015 de ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica nos assentamentos, cabe ressaltar que o INCRA, juntamente à Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas – DPMRQ/MDA e à Diretoria de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC, reativou o Grupo de Trabalho (GT) de Educação Infantil do Campo, cujo objetivo é articular ações conjuntas com vistas à ampliação da oferta de Educação Infantil nos assentamentos, por meio da construção de creches e investimentos em equipamentos de educação infantil nas escolas já existentes. O GT envolverá ainda outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além dos movimentos sociais do campo.

Em 2012 foram mantidos em sala de aula 5.946 alunos pela Ação 4474, o que corresponde a 59% da meta prevista no PPA, de manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente (considerou-se aqui apenas os alunos atendidos pela Ação 4474 - EJA, não sendo incluídos os alunos em formação de Nível Médio Técnico e Nível Superior). Existe, ainda, uma demanda de 20 projetos aprovados para inserção de 15 mil alunos de alfabetização e escolarização.

No que diz respeito à meta de promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, temos a informar que, em 2012, houve iniciativa de diálogo com o Ministério do Esporte na perspectiva desta articulação, bem recepcionada pelo Ministério, mas sem andamento, em razão da alegada falta de estrutura do Ministério para levar adiante ações específicas, como esta. Algumas iniciativas se desenvolvem nos estados, com articulação direta com os governos estaduais.

O INCRA tem participado também das discussões em curso no GT da Terra, um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para discutir e implementar ações direcionadas à população rural. Nos estados, as ações se desenvolvem em parceria com os órgãos estaduais, nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, que é executado pelo INCRA, com recursos do MDA. Estas ações visam o alcance de meta prevista no PPA, que consiste em “promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária”.

Por último, é importante ressaltar que, em novembro de 2012, o INCRA e a coordenação do GT Projeto Arte e Cultura na reforma Agrária realizaram reunião com a Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura, para discutir a articulação conjunta de ações visando o fomento da produção cultural dos assentamentos na perspectiva da economia criativa. O INCRA contribuiu com a Matriz de elaboração do Projeto que seria ainda apresentado à Ministra. As tratativas devem seguir em 2013, com vistas a um termo de Cooperação entre o MinC e o MDA, com o objetivo de executar a meta prevista no PPA, de promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária.

#### **4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012**

**Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412**

<b>Identificação do Objetivo</b>	
Código	0412
Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
Programa	2012 – Agricultura Familiar

Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.563.100	272.563.100	230.177.998,07	228.825.400	58.385.257	1.505.730	170.440.143	56.879.527
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária ( <b>Ação 4470</b> )	Família assistida	203.897	95.985	224.233.959	57.720.507	
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado ( <b>Ação 4470</b> )	Família assistida	-	18.100***			
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres ( <b>Ação 4448</b> )	Agente formado	589	1.550	1.767.000	664.751	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*\* Representa todo o quantitativo de famílias atendidas público do BSM em 2012, independente do ano de início do atendimento.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida ( <b>Ação 4470</b> )**	162.242	137.523.897	31.916.657	58.601.796	47.005.444
2	Família assistida ( <b>Ação 4470</b> )**	-				
3	Agente formado ( <b>Ação 4448</b> )**	-	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desenvolvidas pelo INCRA no ano de 2012 propiciaram o atendimento a 258.227 famílias em 3.989 Projetos de Assentamento. A meta atingida (nº de famílias atendidas) não aumentou em relação a 2011 em função da atualização dos custos praticados em decorrência da prática de contratos advindos da nova lei de ATER. Nos exercícios anteriores, uma série de convênios plurianuais firmados para prestação de ATER, eram pagos valores inferiores aos atuais contratos por família assentada atendida. Isto em função de contrapartida das entidades convenientes e dos custos dos itens que compõem os serviços de ATER (gasolina, materiais didáticos e, em especial os salários profissionais) terem aumentado nos últimos anos, ocasionando a elevação do valor/família na ação de ATER. Soma-se a isso, o contingenciamento de recursos realizado no início do exercício, que desencadeou atraso de lançamento das Chamadas Públicas que estavam em construção ou em vias de lançamento, dado a incerteza de haver disponibilidade orçamentária.

De qualquer forma, considerando que o nº de famílias a serem atendidas se refere a 4 anos (2012-2015), a execução desta meta encontra-se em estágio avançado, pois já em 2012 a meta de contratação de serviços de ATER para 750 mil assentados foi cumprida em 34%.

Em 2012, foram atendidas 18.100 famílias assentadas no âmbito do Brasil sem Miséria. Este processo foi realizado com forma de definição diferenciada dos assentamentos e famílias a serem atendidas, a partir de critérios essencialmente relacionados às regiões e assentados de baixa renda. A meta atingida corresponde a 36% da meta estabelecida no PPA (2012-2016), representado avanço significativo para apenas o primeiro ano de trabalho.

No que diz respeito à qualificação de agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias assentadas, destaca-se em 2012 as parcerias que constituíram equipes de articuladores para acompanhar e potencializar as ações dos Núcleos Operacionais de ATER, nos estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas equipes de articulação são unidades compostas por profissionais de nível superior, com formações acadêmicas variadas (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras), que contribuem no planejamento estratégico e operacional das atividades desenvolvidas pelos Núcleos Operacionais de ATER, em face do diagnóstico territorial e local, tomando como base as diretrizes de planejamento apresentadas pelo INCRA, sendo um importante elemento para qualificação das ações ATER.

#### 4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

**Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987**

Identificação do Objetivo							
Código		0987					
Descrição		Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.					
Programa		2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.000.000	56.000.000	51.695.996,85	47.643.936	6.200.824	3.161	41.443.112	6.197.664
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		

			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares ( <b>Ação 0859</b> )	Área indenizada (ha)	41.656	11.173	47.905.850	4.093.929
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias ( <b>Ação 20T1</b> )	Área reconhecida	6.316	2.882,3627	4.825.090	2.106.895
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias ( <b>Ação 20T1</b> )	RTID publicado	-	11		
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas ( <b>Ação 20T1</b> )	Título expedido	-	4		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Beneficiárias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada ( <b>Ação 0859</b> )*	-	757.215	95.841	615	660.759
2	Área reconhecida ( <b>Ação 1642 - orçamento atual 20T1</b> )*	-	3.690.876	534.349	1.535.003	1.621.524
3	RTID publicado ( <b>Ação 1642 - orçamento atual 20T1</b> )*	-				
4	Título expedido ( <b>Ação 1642 - orçamento atual 20T1</b> )*	-				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013). A execução física destes indicadores não é monitorada no Módulo de Monitoramento levando-se em conta o exercício do orçamento/financeiro das despesas, embora as despesas decorrentes dos procedimentos necessários a consecução dos objetivos destas Ações permearem normalmente mais de um exercício.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Como este quadro é reproduzido com pequenas alterações nos itens 2.1.3.7 Iniciativas vinculadas ao Objetivo 0987 e 2.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2034, optamos por fazer uma descrição pormenorizada (alcance das metas físicas e orçamentárias e restos a pagar) somente nas análises dos resultados das ações (item 2.1.4.1). Neste quadro, bem como no quadro das Iniciativas, faremos apenas breves comentários tentando destacar o que há de específico neles.

No ano de 2012, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF, através da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ - continuou o processo de contratação de relatórios antropológicos iniciado em 2011. Foram contratados 70 Relatórios Antropológicos nas Superintendências Regionais do Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão,

Santarém, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul, Piauí e Ceará. Com isso, o INCRA pode avançar consideravelmente na etapa inicial do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

#### 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

##### 4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

**Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV**

Identificação da Iniciativa							
Código		01DV					
Descrição		Fiscalização cadastral das propriedades rurais.					
Objetivo		0418					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.500.000	7.500.000	1.712.461,26	1.504.580	1.367.691	4.161	136.888	1.363.531
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)	Imóvel	82.866	292.548	1.722.464	1.367.691	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)*	-	1.842.616	1.135.414	198.499	508.704

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SNCR.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Constam da base do SNCR, 141.336 imóveis de domínio privado com área superior a 15 Módulos Fiscais. Para dar suporte a meta, em 2013 será construído o Plano Nacional de Fiscalização, tendo como referencial de planejamento: a) Imóveis com registro de trabalho escravo; b) Imóveis situados na área de abrangência do Plano Brasil Sem Miséria; c) Imóveis situados em



áreas de grande concentração fundiária; d) Imóveis situados em áreas de conflitos agrários; e) Imóveis situados em municípios com sobreposição de área cadastrada.

A formalização da parceria entre o Incra e a Receita Federal do Brasil-RFB para o desenvolvimento do CNIR foi realizada em 2011 com a edição de Portaria conjunta INCRA/RFB nº 3.779/2011, que constitui Grupo de Trabalho do CNIR e tem o seguinte cronograma:

a) Fechamento do modelo conceitual – programado para 2013, com o produto inicial sendo o batimento das bases cadastrais do SNCR e do Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR/RFB em andamento - primeiro produto a ser gerado pelo CNIR, em 2013.

b) Desenvolvimento e Produção – programado para 2013/2014.

A modernização do SNCR passa pela discussão no âmbito do Projeto CNIR, que vai desde o modelo conceitual até a reformulação do atual Sistema. Está em desenvolvimento a implantação da e-DP (atualização cadastral via internet), com previsão de implantação para 2013, o que demandará a reformulação do atual sistema bem como o desenvolvimento o SNCR-Consulta, ferramenta de acesso público às informações do SNCR, com previsão de implantação para 2013

Em 2012, foi concluído Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR que agregará informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros, seja dos processos tramitando na Autarquia seja dos imóveis já adquiridos, a partir de um processo de depuração e migração de informações do SNCR, sendo essa a base que dará suporte ao trabalho de fiscalização. Após sua homologação final, o SISNATE entrou em produção em 07 de março de 2013.

A rede Nacional de Cadastro Rural é formada pelas Superintendências Regionais, Unidades Avançadas e pelas Unidades Municipais de Cadastramento (UMC).

Em 2011, somavam 30 Superintendências Regionais; 45 Unidades Avançadas e cerca de 2.800 Unidades Municipais de Cadastramento (50,4% dos municípios brasileiros). Em 2012, o número de UMC's em atividade era de aproximadamente 2.700, o que representa 48,6% dos municípios brasileiros. Esta redução é em razão do final da vigência de alguns Termos de Cooperação firmados com o INCRA nos estados e as Prefeituras Municipais que ainda não foram renovados, como também em função das eleições municipais de 2012 que resultou na troca de gestores, para os quais será retomados os trabalhos de articulação. De qualquer forma, no período de 2013 a 2015, serão intensificadas as articulações interinstitucionais para a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) visando o atingimento da meta proposta. Ademais, com a disponibilização da emissão do CCIR pela internet, já em execução e da Declaração Eletrônica prevista para 2013, o acesso dos cidadãos à Rede Nacional de Cadastro será universalizado.

Em 2012 foram emitidos 2.127.412 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), ultrapassando a meta estabelecida para o período. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o SNCR, com a funcionalidade de emissão do CCIR pela internet, o que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.

#### 4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

##### Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa	
Código	01E6
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais
Objetivo	0419
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.590.000	9.590.000	9.936.260,69	3.892.631	449.301	1.571	3.443.331	447.730
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)	Imóvel	19.911	1.100	4.714.482	449.301	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)*	6.261	100.563.387	9.473.057	59.879.289	31.211.041

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Em relação às atividades de cartografia e georreferenciamento da malha fundiária, houve um expressivo aumento do número de solicitações para certificação das propriedades, o que, aliado a falta de capacidade operacional de algumas regionais, acabou gerando um acúmulo de processos a serem analisados. Foi firmado, no final do exercício de 2011, o Termo de Cooperação com o CIGEX – Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército. Por meio de tal instrumento, todos os processos de certificação de imóveis rurais protocolados até 22/11/2011 foram enviados ao corpo técnico do CIGEX, para análise. Entre os processos protocolados, foram certificados em 2012 o total de 9.616 imóveis, totalizando 60.632.414,2200 de hectares.

Diversas ações foram implementadas para dar transparência e celeridade ao processo de certificação, como o desenvolvimento do Certifica web, software que cria uma fila de análise de processos e que disponibiliza para o cidadão o acompanhamento de seu processo on-line, sem a necessidade de comparecer ao Incra.

Com a publicação da Norma de Execução 105/2012, a partir de dezembro de 2012, o processo de certificação passou a ser mais simplificado, e por sua vez, os procedimentos passaram a ocorrer de forma mais célere, além de contar com um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos aptos a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos.

Essas mudanças irão impactar diretamente no setor produtivo rural, principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país, uma vez que possibilitará ao Incra vencer o passivo de cerca de 40 mil processos de certificação abertos e reduzirá drasticamente os prazos para novas certificações.

Com a automatização do processo, passamos a ter uma atuação mais focada em casos que evidenciam conflitos ou distorções que vão garantir o dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar as ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais.

No ano de 2012, foram georreferenciados 7,361 imóveis em todo o País, envolvendo mais de 1,8 milhões de hectares de terras.

**Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7**

Identificação da Iniciativa							
Código		01E7					
Descrição		Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.					
Objetivo		0419					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.000.000	38.000.000	11.300.125,32	10.095.880	6.511.262	1.000	3.584.618	6.510.262
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)	Imóvel	3.862	31.616	1.930.872	727.521	
2	Sistema Mantido (Ação 2114)	Sistema	2		7.118.486	5.653.169	
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)	Ha	13.313	5.373	213.009	130.572	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; 2114 - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e 8378 - Gestão de Terras Públicas.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)*	2.297	3.166.457	5.789	1.840.787	1.319.880
2	Sistema Mantido (Ação 2114)*	-	4.518.137	3.952.820	565.317	0
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)*	-	251.864	0	90.456	161.408

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A política de Regularização Fundiária é executada por meio de convênios ou termos de cooperação técnica firmados com os Estados da federação e também por meio de ação direta das Superintendências Regionais do Incra (em terras federais), sendo que no exercício de 2012, a execução da meta física da ação 2110, considerando os recursos de RAP, foi de 33.913 imóveis rurais regularizados, gerados pelos convênios firmados com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco (Médio São Francisco) e Paraná, bem como pelo termo de cooperação com o estado do Piauí.

Vale ressaltar que o maior volume de imóveis regularizados aparece no final da execução dos convênios, uma vez que se trata de uma ação dependente de outras para sua completa conclusão, em especial o georreferenciamento e o cadastramento das posses. Sendo assim, o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de execução física da ação de regularização no exercício 2012.

Importante destacar que os recursos descentralizados para as Superintendências Regionais, tiveram por objetivo custear a execução direta da ação e os gastos dos servidores para realizar o acompanhamento dos convênios que estão em execução.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) tem envidado esforços em otimizar os recursos disponibilizados nesta ação, priorizando as parcerias que estejam cumprindo o cronograma de execução física dos trabalhos.

Por fim, considerando que a execução desta ação é de responsabilidade direta das Superintendências Regionais, cabendo a esta Coordenação-Geral realizar o apoio, acompanhamento e monitoramento das ações, ressaltamos que o detalhamento da execução física e financeira será apresentado no relatório de gestão que está sendo elaborado pelas referidas unidades descentralizadas.

Na área do Cadastro Rural, o INCRA mantinha até 30/11/12 contrato de manutenção e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, por meio do contrato CRT/DF 69.100/2006. O referido contrato não pode ser prorrogado por força de lei, resultando em nova contratação em dezembro de 2012, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção do SNCR, seus módulos e os sistemas a ele vinculados e incluindo-se o processamento, o armazenamento e a extração de dados, bem como o fornecimento de certificados digitais tipo A1 e A3.

No que diz respeito ao CNIR, o INCRA e a Receita Federal do Brasil-RFB formalizaram parceria para o desenvolvimento do sistema ainda em dezembro de 2011, com a edição da Portaria conjunta INCRA/RFB nº 3.779/2011 e constituição de Grupo de Trabalho. No entanto, as ações realizadas ao longo de 2012 tiveram que ser reprogramadas, resultando no seguinte cronograma: a) Fechamento do modelo conceitual em 2013, com o produto inicial sendo o batimento das bases cadastrais do SNCR e do Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR/RFB em andamento - primeiro produto a ser gerado pelo CNIR, em 2013 e Desenvolvimento e Produção do Sistema – programados para 2013/2014.

#### 4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

**Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK**

Identificação da Iniciativa							
Código	01EK						
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).						
Objetivo	0420						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
717.150.000	717.150.000	606.241.980,23	577.197.052	286.168.399	480.901	291.028.653	285.687.498
Metas do Exercício Para a Iniciativa							

Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	Área Vistoriada ( <b>Ação 8387</b> )	Ha	2.330.330	829.842,19	7.471.677	6.744.683
<b>2</b>	Área Obtida ( <b>Ação 4460</b> )	Ha	240.928	107.464,65	407.390.375	178.026.097
<b>3</b>	Área Indenizada ( <b>Ação 20TG</b> )	Ha	211.200	406.130,73	126.000.000	101.397.620

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
<b>1</b>	Área Vistoriada ( <b>Ação 8387</b> )*	-	500.318	208.132	177.866	114.320
<b>2</b>	Área Obtida ( <b>Ação 4460</b> )*	0	59.505.713	21.314.510	31.483.978	6.707.225
<b>3</b>	Área Indenizada ( <b>Ação 20TG</b> )*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A atividade de obtenção terras foi amparada com recursos das Ações 4460 e 211B, originários do Orçamento Geral da União – OGU e abertura de créditos extraordinários no montante de R\$ 841.816.666,00, dos quais 20,31% foram cancelados e 31,29% contingenciados, resultando num limite concedido de R\$ 407.380.316,62. Desse valor 43,70% (R\$ 178.026.096,50) foram executados e o restante – R\$ 210.992.809,81 - inscrito em restos a pagar.

O acesso a terra é elemento essencial para o esforço de superação das condições de pobreza extrema no campo. Em 2012 foram obtidos por meio oneroso (pagamento de TDA) 56 imóveis, correspondendo a 107.464,65 hectares de terras, objeto das indenizações iniciais nas aquisições de imóveis rurais. Além destas, outros 37 imóveis e 83.481,44 ha se encontram com processos na STN para pagamento e 16 imóveis com 20.931,07 ha, aguardam na Diretoria Administrativa no INCRA pela disponibilização de recursos financeiros para serem encaminhados à STN. Outro destaque do ponto de vista da obtenção refere-se aos 32 Decretos de desapropriação que foram publicados perfazendo um total de 66 mil hectares com capacidade para 1.736 famílias. Para o valor inicial de R\$ 601.500.000,00, originário do OGU, foi estabelecida uma meta de obtenção de 1 milhão de hectares, considerada equivocada uma vez que representa um custo médio por hectare de R\$ 601,00, enquanto que no exercício de 2011, o custo foi de R\$ 1.722,00. Com esse recurso seria admissível uma meta máxima de 350.000 ha – se admitido que não ocorreu variação no preço da terra -, porém com o limite concedido seria possível obter 236.000 hectares.

Quanto à ação 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, do limite concedido de R\$ 276.000.000,00, foram executados 36,74% em virtude da disponibilidade orçamentária, correspondente ao pagamento de decisões judiciais referentes à desapropriação de 67 imóveis, cuja área total é de 419.000 ha.

**Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL**

Identificação da Iniciativa							
Código		01EL					
Descrição		Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.					
Objetivo		0420					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.500.000	5.500.000	3.708.343,60	3.249.315	3.063.872	7.787	185.443	3.056.085
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
<b>1</b>	Família assentada ( <b>Ação 8384</b> )	Família	22.000	23.075	3.524.703	3.063.872	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA (relatório 229 em 12.01.2013) e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
<b>1</b>	Família assentada ( <b>Ação 8384</b> )*	-	377.460	103.525	253.024	20.910

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Os procedimentos para seleção de beneficiários também está sendo atualizado, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do INCRA com o CAD - Único do governo federal e a diversificação do público atendido, com critérios especiais para terceira idade, juventude e profissionais de saúde, educação e outros que trabalham no território rural.

No exercício de 2012 foram criados 117 novos assentamentos, incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária e gerando 7.318 novas vagas para o assentamento de famílias. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária foram empenhados R\$ 3,3 milhões, possibilitando o assentamento de 23.075 famílias, o que corresponde a uma execução de 105% da meta do Plano de Compromissos/2012.

A meta inicial na LOA de assentamento de 45.000 famílias, em função do contingenciamento dos recursos, foi ajustada para 22.000 famílias, tendo o INCRA homologado 23.075 famílias selecionadas para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Em complementação as atividades diretamente relacionadas à meta de assentamento, o INCRA realizou supervisão ocupacional, em continuidade ao combate a venda dos lotes, em mais de 14.487 lotes, verificando a efetiva ocupação dos mesmos e implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades, desistências, evasões, etc. O INCRA está repassando a base de cadastro de famílias assentadas em 2012, do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) visando integrar-se ao

Cadastro Único, para que essas 23.075 famílias acessem os demais programas sociais de governo, contribuindo com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

**Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO**

Identificação da Iniciativa							
Código		01EO					
Descrição		Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.					
Objetivo		0420					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.500.000	18.500.000	4.361.207,44	4.106.301	3.088.596	206	1.017.705	3.088.390
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Licenciamento ambiental Protocolado (Ação 8374)	Assentamento	331	655	4.521.731	3.088.596	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado (Ação 8374)*	-	5.077.718	2.126.390	1.598.783	1.352.544

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A meta no PPA 1012/2015 de licenças solicitadas para o período é de 3200. Em 2012 foram protocoladas 655 licenças, esse número é relativamente baixo considerando a meta total. No entanto é importante considerar que o contingenciamento, dado pelo Decreto 7.680/2012, que definiu o limite disponível na ação orçamentária de licenciamento ambiental (2066\_8374) em R\$ 4.521.731,00 ocasionou um reajuste na meta física para 331 em 2012. Essa redução orçamentária prejudicou o processo de licenciamento ambiental em projetos de assentamento, pois inviabilizou a contratação dos estudos necessários ao protocolo das licenças. Outro problema enfrentado por algumas Superintendências Regionais está relacionado com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, principalmente com relação ao Cadastro Ambiental Rural - CAR. O CAR é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, e sua implementação poderá, inclusive, alterar a metodologia de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual. Em aproximadamente sete estados o sistema já está funcionando, e em outros encontram-se em fase de implementação. Nos estados em que o sistema

está implantado o protocolo das licenças é precedido do CAR, o que tem ocasionado um atraso na solicitação das licenças.

Com relação ao RAP esses foram gerados pela falta de recurso financeiro e problemas na entrega dos produtos/serviços contratados.

#### Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa							
Código		01EP					
Descrição		Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Objetivo		0420					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.348.545.609	1.627.378.942	1.165.747.107,89	955.899.387	182.974.579	11.465.229	772.924.808	171.509.350
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família atendida (Ação 0427)	Família	42.044	19.989	946.000.000	124.975.031	
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)	Família	15.355	52.165	7.245.103	8.284.539	
3	Família atendida (Ação 8398)	Família	19.605	5.301	7.199.295	2.058.362	
4	Família atendida (Ação 8396)	Família	19.089	4.225	205.150.580	47.656.647	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida (Ação 0427)*	29.527	1.120.016.733	222.194.411	244.076.358	653.745.963
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)*	-	0	0	0	0
3	Família atendida (Ação 8398)*	13.344	13.367.729	2.416.543	7.508.601	3.442.585
4	Família atendida (Ação 8396)*	51.668	369.006.086	40.098.252	162.419.609	166.488.225

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Iniciativa 01EP tem por objetivo propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Neste contexto, destaca-se a importância da Ação Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, que tem por objetivo dar condições essenciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas; auxiliar na construção e recuperação de unidades



habitacionais e viabilizar atividades produtivas e a recuperação ambiental, e garantir a segurança hídrica das famílias assentadas localizadas nas áreas circunscritas pelo semiárido.

No exercício de 2012, o recurso previsto para o Crédito Instalação foi de 946 milhões de reais, do qual foi empenhado o valor de 741 milhões, correspondente a 78,3% do valor aprovado em LOA. Era previsto beneficiar 42.044 famílias de trabalhadores rurais. Todavia, em razão das modalidades de crédito terem valores unitários diferenciados, bem como dos prazos intercalados para a efetivação do crédito, foi possível atender 19.989 famílias, que somado à meta realizada de 29.527 famílias atendidas iniciadas em exercícios anteriores e executada neste exercício, totalizou 49.516 famílias beneficiadas em 2012. No exercício em questão, foi supervisionada a concessão do Crédito Instalação de 52.165 famílias, correspondente a 339,7% da meta prevista para 2012.

No que diz respeito à demarcação topográfica em projetos de assentamento, registra-se que da meta física prevista no Plano de Compromissos/INCRA/2012 para essa ação – atendimento a 19.605 famílias – atingiu-se 27% de execução no exercício (5.301 famílias atendidas) que somada à meta realizada referente a execuções iniciadas em exercícios anteriores e concluída em 2012 (13.344 famílias atendidas) totalizou o atendimento a 18.645 famílias.

Visando propiciar as condições básicas de infraestrutura nos assentamentos, a Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento atendeu 4.225 famílias referentes aos contratos iniciados em concluídos no exercício (22,1% da meta do PC 2012), além de ter concluído obras oriundas de exercícios anteriores para o atendimento de 51.668 famílias.

#### 4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

**Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES**

Identificação da Iniciativa							
Código		01ES					
Descrição		Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.					
Objetivo		0421					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.700.000	2.700.000	2.516.231,50	2.261.190	2.080.906	865	180.285	2.080.041
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Documento de Titulação Expedido (Ação 4358)	Documento	17.819	29.760	2.400.000	2.080.906	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDA e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido ( <b>Ação 4358</b> )*	-	145.356	89.077	55.041	1.238

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Iniciativa 01ES tem por finalidade transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas. Vê-se, pois, a importância desta iniciativa de forma a tornar exequível a qualificação e a consolidação dos projetos de assentamento sustentáveis. Dentre outros benefícios, a segurança jurídica do domínio (com destaque para o direito de sucessão) da parcela, conjugada com as outras ações elencadas neste objetivo, propicia aos beneficiários da reforma agrária e para a sociedade de uma forma geral: maior acesso aos créditos para custeio da produção, aumento da produção de alimentos, diminuição do êxodo rural e da evasão dos lotes, maior geração de empregos, aquecimento da economia local, maior adesão dos agricultores à legislação ambiental e, por fim, a diminuição da insegurança e de conflitos no meio rural. Tais fatores irão municiar o assentamento com incrementos na gestão ambiental, no financiamento produtivo, no acesso aos mercados, na agroindustrialização e na assistência técnica.

A Iniciativa de “Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento” foi assumida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento sob os seguintes pressupostos estrategicamente estabelecidos:

a) Significativo quantitativo de famílias que ainda não havia recebido qualquer modalidade de título, prejudicando a universalização do acesso aos financiamentos básicos à estruturação das respectivas parcelas em fase inicial, consignados pelas modalidades de Crédito Instalação;

b) A necessidade emissão de documentos aos beneficiários do PNRA, priorizando aqueles com mais de uma década de criação, que se encontrem em condição de autonomia socioeconômica/consolidados, em conformidade com a diretriz estabelecida pelo Programa de Reforma Agrária como Política de Desenvolvimento Agrário, de Combate à Pobreza Extrema e de Aceleração do Crescimento, apresentado ao Governo;

c) Prioridade na emissão do CCU de modo a alcançar o máximo de assentamentos, face o seu caráter estruturante, enquanto pré-condição à concessão e recebimento do Crédito Instalação em suas diferentes modalidades.

Diante do referido escopo de ação, a operacionalização teve os seguintes critérios de prioridade:

1. *Emissão de CCU:*

Alcançar o máximo de assentamentos, independentemente de data de criação, com maior grau de precariedade, face o seu caráter estruturante – enquanto pré-condição à concessão e recebimento do Crédito Instalação em suas diferentes modalidades;

Priorizar os PA que não disponham de outra modalidade de contrato/título garantidor do acesso aos direitos elementares dos assentados, tais como o Crédito Instalação, dentre outros.

2. *Emissão de CCDRU:*

Priorizar os projetos ambientalmente diferenciados (PAE, PAF e PDS) criados e não contemplados com o CCDRU;

Levantar os projetos ambientalmente diferenciados criados anteriormente à vigência da Norma de Execução Incra/Nº 93/2010 e programar a substituição dos CCU e outros documentos assemelhados já emitidos pelo CCDRU.

3. *Emissão de Títulos de Domínio - TD:*

Priorizar a emissão dos TD aos Projetos de Assentamento com 10 anos ou mais de criação, consolidados ou que já tenham atingido sua auto-suficiência sócio-econômica.

A execução física informada no quadro demonstra uma significativa superação da meta estabelecida no Plano de Compromissos/INCRA/2012, vez que a previsão era da expedição de 17.819 documentos de titulação, no entanto foram expedidos 29.760 documentos. Ademais, importa destacar que a superação da meta não acompanhou a execução orçamentária que foi de 83% (valores pagos). Entre outros motivos, que serão mais bem detalhados nos Relatórios de Gestão das Regionais do INCRA, a ausência de correlação entre a execução física e orçamentária é explicada pela existência de trabalhos desempenhados (subações) com recursos desta ação que não geram resultados para a meta prevista no Plano de Compromissos, a exemplo dos trabalhos envolvendo a supervisão e retomada de lotes/parcelas irregularmente ocupados e a indenização de benfeitorias realizadas com recurso da Ação. Em adição, a execução acima da meta anual foi devido à maximização das atividades em campo por meio da integração com outras ações de desenvolvimento, bem como a existência de processos, para a regularização da parcela, que já se encontravam em fase final e que foram utilizados na a composição do resultado desta ação, contribuindo para a eficiência na execução física.

Abaixo, a relação da publicação de documentos de titulação do INCRA em 2012.

MÊS	TIPO DE DOCUMENTO			TOTAL POR MÊS
	CCU	TD	CCDRU	
JAN	797	0	0	797
FEV	1012	0	10	1.022
MAR	3058	23	23	3.104
ABR	3976	4	76	4.056
MAI	4253	120	418	4.791
JUN	836	9	16	861
JUL*	-	-	-	-
AGO*	-	-	-	-
SET	3142	89	0	3.231
OUT	2911	40	1408	4.359
NOV	3320	74	0	3.394
DEZ	3705	138	302	4.145
<b>TOTAL</b>	<b>27.010</b>	<b>497</b>	<b>2.253</b>	<b>29.760</b>

\*Período de greve dos servidores da Autarquia

#### Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa							
Código		01EU					
Descrição		Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.					
Objetivo		0421					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000	7.000.000	9.553.006,58	5.459.262	3.703.266	0	1.755.996	3.703.266
Metas do Exercício Para a Iniciativa							

Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)	Assentamento	115	43	2.351.472	3.703.266

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)*	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)**	349	12.288.622	1.765.621	4.785.557	5.737.444

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Além da Ação de Licenciamento Ambiental foram empenhados em 2012, quase R\$ 5,5 milhões na Ação de Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária, visando à execução de projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade. Essa ação registrou pagamento de R\$ 8,5 milhões (3,7 milhões do orçamento e 4,8 milhões de RAP), beneficiando diretamente mais de 31,8 mil famílias, em 392 projetos de assentamento, o que representou uma execução física de 356% da meta do Plano de Compromissos/ 2012.

#### Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa							
Código		01EW					
Descrição		Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.					
Objetivo		0421					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.850.000	22.350.000	20.901.498,24	15.681.040	5.310.800	2.550	10.370.240	5.308.249
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Beneficiada (Ação 4320)	Família	23.694	1.589	13.909.064	5.310.800	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada (Ação 4320)*	2.236	5.733.013	725.501	2.774.905	2.232.606

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Iniciativa 01EW visa proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres. No bojo das ações voltadas à consecução desta iniciativa, destaca-se a revisão da Norma de Execução e elaboração do Manual do Terra Sol (Ação 4320 - Fomento à agroindustrialização e à comercialização). Em janeiro de 2012 formou-se uma equipe da Sede e de algumas Superintendências Regionais (SRs) mais atuantes e experientes na Ação 4320 e se promoveu a revisão da Norma de Execução (NE) nº 58/08 e a elaboração do Manual Operativo. Posterior ajuste na NE aconteceu em dezembro do mesmo ano. Por consequência, permitiu-se melhor interpretação e apoio à elaboração e gestão dos recursos financeiros.

Em 2012, foi realizada a Oficina do Terra Sol, que permitiu a capacitação dos técnicos das Superintendências Regionais (01-PA, 08-SP, 17-RO, 19-RN, 23-SE, 25-RR, 26-TO, 27-MBA, 28-DFE e 29-MSF) na elaboração de projetos visando apoio financeiro da Ação 4320. Todavia, o resultado foi que das dez SRs apenas duas promoveram a Ação nas suas jurisdições. Entretanto, a oficina permitiu a definição de uma metodologia e a qualificação dos instrutores que podem ser melhor aproveitados em um apoio presencial em cada uma dessas SRs.

Destaca-se também a articulação institucional com SGPR, BNDES, BB, FBB, CONAB, MDA e MDS objetivando a ampliação do Terra Sol, o que resultou no programa federal Terra Forte lançado em fevereiro de 2013. Soma-se a isso a articulação Institucional realizada com MMA e GIZ visando parcerias para apoio às ações do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), visando a Promoção da Inclusão Produtiva Rural das famílias beneficiárias do PNRA.

#### 4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

##### Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

<b>Identificação da Iniciativa</b>							
Código		01F1					
Descrição		Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.					
Objetivo		0422					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*</b>							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.000.000	39.000.000	23.645.934,26	22.084.701	11.092.967	774.700	10.991.735	10.318.267

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)	
			Prevista	Realizada***	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)	Trabalhador	4.276	5.946	4.180.000	2.549.322
2	Profissional capacitado (Ação 6952)	Profissional	510	2.400	2.550.000	177.567
3	Profissional capacitado (Ação 8370)	Profissional	3.293	3.711	17.995.341	8.366.078

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*\*Conforme solicitação da Coordenação Nacional do PRONERA, toda a execução física foi contabilizada nesta tabela na célula de exercício atual, visto que é utilizado predominantemente recurso do orçamento para manutenção de instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)**	-	2.400.946	1.952.407	327.898	120.641
2	Profissional capacitado (Ação 6952)**	-	3.257.306	6.422	2.642.466	608.418
3	Profissional capacitado (Ação 8370)**	-	8.179.977	1.189.330	4.486.056	2.504.591

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Importante instrumento voltado à consecução da Iniciativa 01F1 é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), política pública desenvolvida pelo INCRA em parceria com as Instituições de Ensino Públicas e Privadas sem fins lucrativos. O PRONERA é operacionalizado de forma estratégica, associado ao desenvolvimento territorial, para contribuir com a elevação das condições de vida e de cidadania de milhares de brasileiros que vivem no campo. A população do campo têm especificidades quanto à maneira de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, de organizar a família, a comunidade, o trabalho, a educação e o lazer que lhes permite a criação de uma identidade cultural e social própria. Com isso uma política pública de Educação do Campo se faz necessária para a execução de práticas que tenham a formação humana como condição primordial para conseguirmos a erradicação do analfabetismo e também a elevação da escolaridade dos beneficiários do PNRA.

Dessa forma o Programa de Educação do Campo estabelece diretrizes próprias para a articulação das suas demandas com as demais políticas públicas federais, estaduais e municipais que façam o diálogo entre educação, inclusão social, desenvolvimento e redução regional das desigualdades. Os cursos realizados em parcerias com as Instituições de Ensino atendem prioritariamente: a) a população residente em regiões e territórios onde haja alta concentração de famílias assentadas; b) a população que apresente altos índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade; c) os projetos educacionais que se articulem com ações previstas no programa de enfrentamento à pobreza extrema, do Governo Federal.

Os cursos nas suas diversas modalidades, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Nível Médio e Nível Superior, são de formação e capacitação profissional. As parcerias celebradas são plurianuais, com previsão de parcelas anualmente, não há convênio ou termo de cooperação que tenha a liberação em uma única parcela dos recursos. Dessa forma dentro de um exercício trabalhamos com

curso que já estão em andamento e a partir da celebração de novos convênios ou termos de cooperação tem se a inserção de alunos em sala de aula.

Ao longo destes anos o INCRA por meio do PRONERA tem sido um importante instrumento de diálogo entre as comunidades acadêmicas e a população assentada, atuando com instituições nos mais diversos campos do conhecimento. Dessa forma, atuando na formação e qualificação profissional dos beneficiários da Reforma Agrária vislumbra-se que o desenvolvimento nos Projetos de Assentamento seja realizado de forma efetiva com a participação das comunidades.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em 2012 proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de EJA, de Nível Médio e Superior a 9.657 alunos por meio de parceiras com Instituições de Ensino Públicas (federais, estaduais e municipais) e Privadas sem fins lucrativos.

Temos ainda a assinatura de um Termo de Compromisso entre INCRA e ANDIFES vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o INCRA e as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, nas ações de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante o desenvolvimento de programas e ações que visem o desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental.

Além disso, com lançamento do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, houve a participação ativa junto ao MDA e Superintendências Regionais para divulgação e trabalho no levantamento da demanda para o Pronatec/Campo, visando o acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Houve também diálogo junto ao Ministério da Cultura, para discussão do Projeto Arte e Cultura e apresentação por parte de representante da Secretaria Nacional de Juventude sobre o Programa de inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Quanto ao diálogo e articulação com demais Ministérios para discussão sobre saúde, esportes e lazer, estas tratativas devem ser intensificadas no exercício de 2013.

#### 4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

**Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB**

Identificação da Iniciativa							
Código		01CB					
Descrição		Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.					
Objetivo		0987					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.563.100	272.563.100	230.177.998,07	228.825.400	58.385.257	1.505.730	170.440.143	56.879.527
Metas do Exercício Para a Iniciativa							

Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida ( <b>Ação 4470</b> )	Família	203.897	98.985	224.233.959	57.720.507
2	Agente Formado ( <b>Ação 4448</b> )	Agente	589		1.767.000	664.751

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida ( <b>Ação 4470</b> )**	162.242	137.523.897	31.916.657	58.601.796	47.005.444
2	Agente Formado ( <b>Ação 4448</b> )**		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O Programa 2012 – Agricultura Familiar, no qual se inclui a Iniciativa 01CB, foi instituído no PPA 2012-2015 com objetivo, dentre outros, de ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

A Ação 4470 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária foi criada em 2004 (no PPA 2008-2011 a denominação era “Assistência Técnica e Capacitação de Assentados”) e inicialmente foi executada em parceria com entidades públicas e privadas de assistência técnica, organizações não governamentais, fundações de universidades, via convênios plurianuais, contratos, termos de parceria e termos de cooperação.

Em 2010, foi aprovada a Lei 12.188/2010 que instituiu a Política Nacional de ATER (PNATER), definindo seus objetivos e princípios, e cria o Programa Nacional de ATER (PRONATER), ao qual a ATER está submetida.

Desde então, os novos instrumentos firmados para garantir a ATER passam a ser obrigatoriamente os contratos, advindos de um rigoroso processo de seleção de entidades, as quais devem ser previamente credenciadas em conformidade com a Portaria MDA nº 35/2010. Este processo de seleção é estabelecido e divulgado através de Chamada Pública, a qual estabelece os critérios objetivos para a escolha das entidades mais aptas para prestação de ATER em determinado local. Estes critérios são:

i) a capacidade e experiência da entidade para lidar com o público beneficiário da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER;

ii) A qualidade técnica da proposta, que deverá compreender metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos;

iii) A qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a execução dos serviços de ATER.

Em 2012 a ação 4470 ainda foi executada também via convênios remanescentes e contratos, sendo que em 2013 (ao final da vigência dos últimos convênios existentes), será executada totalmente por meio de contratos.



Os Normativos internos do INCRA que orientam e estabelecem os parâmetros e demais elementos da operacionalização da ação 4470, já adequados as determinações da lei 12.188/2010 e do Decreto 7.215/2010, são:

- I) Portaria INCRA/P/nº581 de 20 de setembro de 2010;
- II) Nota Técnica INCRA/DD/nº 01 de 19 de novembro de 2010;
- III) Nota Técnica Conjunta INCRA/DA/DD/nº 01 de 06 de maio de 2011.

Em 2012, a prestação de assistência técnica foi operacionalizada, como regularmente, de forma descentralizada, com o repasse de recursos do INCRA Sede para as Superintendências Regionais executarem os instrumentos para viabilização das metas e dos objetivos previstos. Essa operacionalização de forma descentralizada deve-se à aproximação das SRs e das entidades prestadoras ao público beneficiário e à dinâmica social, econômica, ambiental e cultural local, permitindo a participação dos agricultores assentados em sua implementação. As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desenvolvidas pelo INCRA no ano de 2012 propiciaram o atendimento a 258.227 famílias em 3.989 Projetos de Assentamento.

#### 4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

##### Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa							
Código		047A					
Descrição		Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.					
Objetivo		0987					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Provisão Recebida + Desteque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.000.000	56.000.000	51.695.996,85	47.643.936	6.200.824	3.161	41.443.112	6.197.664
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira** (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área indenizada (Ação 0859)	Ha	41.656	1.185	47.905.850	4.093.929	
2	Área reconhecida (Ação 20T1)	Ha	6.316	2.882,3627	4.825.090	2.106.895	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Execução Orçamentária e Financeira deste objetivo diz respeito à soma das Ações 0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

\*\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada (Ação 0859)*	-	757.215	95.841	615	660.759
2	Área reconhecida (Ação 20T1)*	-	3.690.876	534.349	1.535.003	1.621.524

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A análise pormenorizada deste quadro foi feita no item 2.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, neste quadro trataremos somente o que há de específico em relação ao quadro das ações.

Com relação exclusivamente ao enunciado da iniciativa “047A Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação”, do PPA 2012-2015, podemos afirmar que não foi cumprida, pelo menos neste primeiro ano de execução da ação. Ao contrário do descrito na iniciativa, o que observamos no exercício de 2012 foi decréscimo na regularização fundiária de territórios quilombolas. Os problemas envolvidos na execução serão devidamente detalhados nas explicações das ações. É importante destacar que esta iniciativa precisa ser revista, pois foi definida em um momento em que se considerava a expansão da política de regularização fundiária de quilombolas. Entretanto, não foram propiciadas condições para que estas iniciativas e metas ambiciosas se concretizassem, como a contratação de novos servidores, maior aporte de recursos e a reestruturação da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ.

#### 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

##### 4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

##### Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação							
Código		2105					
Descrição		Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa		01DV					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (e.m R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.500.000	7.500.000	1.712.461,26	1.504.580	1.367.691	4.161	136.888	1.363.531
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	82.866	292.548	1.722.464	1.367.691	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SNCR.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
<b>1</b>	Imóvel Gerenciado*	-	1.842.616	1.135.414	198.499	508.704

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SNCR.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

O percentual de execução orçamentária (relação entre o liquidado e a provisão recebida) para o exercício de 2012 foi de 79,87%, superando consideravelmente o percentual atingido no exercício anterior, que foi de 39,12%. Isto se deve ao trabalho intensificado das Regionais junto às Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, em especial nas atividades de capacitação dos agentes operadores do SNCR nos municípios e na formação de novas parcerias, apesar de ano eleitoral.

Foi realizado durante o ano de 2012 um total de 542.505 emissões de CCIR via SNCR/WEB (Superintendências Regionais - SR's e Unidade Municipais de Cadastramento - UMC's) e 1.584.907 via Internet (Site do INCRA), totalizando 2.127.412 CCIR emitidos no exercício. Desse total, 74% ocorreram via Portal de Internet (endereço: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)), sem a necessidade de deslocamentos do cidadão até um dos postos de atendimento da Rede Nacional de Cadastro Rural. Os demais, representando 26%, foram emitidos diretamente da Rede Nacional de Cadastro Rural.

Estes resultados são semelhantes aos de 2011, pois, embora verificada uma redução de 3,29%, quando se avalia a emissão total de CCIR, não houve diferenças significativas de um ano para o outro. Registre-se que em 2012 ocorreu greve geral no serviço público federal, sendo que no INCRA, as paralisações duraram cerca de 90 dias (18/06 a 10/09/12).

Considerando que há cerca de 5,5 milhões de imóveis cadastrados no SNCR e que em 2013 será feita Emissão massiva do CCIR do período de 2010-2013, estima-se que no exercício de 2013 esta meta seja superada.

No exercício de 2012 foram gerenciados 292.548 imóveis rurais em todo o território nacional, com destaque para as Regionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, que juntas respondem por aproximadamente 44% do gerenciamento nacional. Em relação ao ano de 2011, representou uma redução de 13% em relação ao número de imóveis atualizados no SNCR. Parte dessa redução é explicada por problemas gerenciais ocorridos no SNCR no período de janeiro e fevereiro, onde houve baixa atualização de imóveis rurais no SNCR, bem como pelo período da greve dos servidores públicos federais.

Parte da diminuição verificada em relação ao ano anterior, assim como houve nas emissões do CCIR, é explicada pela não emissão massiva dos certificados de cadastro, pois depende do detentor do imóvel buscar a atualização das informações junto à Rede Nacional de Cadastro Rural e emitir o CCIR. Pelo art. 2, § 3º da Lei 5868/72, são obrigados a atualizar a declaração de cadastro todos os proprietários, os titulares de domínio útil ou os possuidores a qualquer título, sempre que houver alteração nos imóveis rurais, em relação à área ou à titularidade, bem como nos casos de preservação, conservação e proteção de recursos naturais (incluído pela Lei 10.267/2001).

Registre-se que a meta estabelecida para o exercício, que foi 82.866 imóveis gerenciados, foi superada de forma significativa, o que pode ser explicado pelo grande número de transações imobiliárias envolvendo imóveis rurais no exercício, em especial nas Regiões Sul e Sudeste do País, que se reflete também no número de CCIR emitidos em 2012. Além disso, o trabalho realizado pelas Regionais junto às Unidades Municipais de Cadastramento ajuda na qualificação do processo de alimentação do Sistema Nacional de Cadastro Rural, portanto, no gerenciamento dos imóveis rurais.

Quanto aos restos a pagar, os mesmos são detalhados na explicação do Quadro A.4.2.1.a.

**Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110**

Identificação da Ação							
Ódigo	2110						
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos						
Iniciativa	01E7						
Unidade Responsável	INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.500.000	21.500.000	2.074.947,43	1.935.256	727.521	1.000	1.207.735	726.521
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	3.862	31.616	1.930.872	726.521	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	2.297	3.166.457	5.789	1.840.787	1.319.880

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Com referência aos recursos orçamentários descentralizados para as regionais, cumpre-nos destacar que parte considerável teve por objetivo honrar os compromissos assumidos (parcelas de convênios), sendo que quase a totalidade dos recursos descentralizados foram empenhados, representando, aproximadamente, 93% de execução, entretanto, a execução das despesas representou pouco mais de 37% dos valores empenhados.

A situação é justificada devido ao não pagamento das parcelas dos convênios firmados entre a SR-29 e SR-05 e os estados da Bahia e Pernambuco, respectivamente, vez que os trabalhos encontram-se em atraso no que pese o cronograma de execução física, o que resultou, inclusive, em aditivos de prazos, sendo que tal fato refletiu também na baixa execução dos recursos inscritos em restos a pagar.

No tocante aos restos a pagar inscritos e pagos pela Superintendência Regional do Incra no estado do Ceará (SR-02), ressaltamos que trata-se de parcela de convênio que foi repassada para o estado do Ceará (IDACE) no exercício de 2012, e que a não apresentação de metas físicas sobre o referido recurso justifica-se por problemas enfrentados pelo estado quando da realização do processo licitatório para contratação das empresas que realizarão os trabalhos de cadastro e georreferenciamento em campo, devendo as metas físicas, relativas ao referido restos a pagar, serem geradas ao longo do ano de 2013 e subsequentes.

**Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114**

Identificação da Ação							
Código		2114					
Descrição		Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa		01E7					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	15.000.000	7.018.485,79	7.018.486	5.653.169	0	1.365.317	5.653.169
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Sistema Mantido	Sistema	2		7.118.486	5.653.169	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido*	-	4.518.137	3.952.820	565.317	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A manutenção e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, contratada pelo INCRA no Contrato CRT/DF 69.100/2006, tanto do seu sistema principal SNCR/WEB, quanto dos demais módulos de apoio ao negócio do Cadastro Rural, foi realizada de acordo com o referido Contrato. Ressalta-se o contrato acima citado teve vigência até 30.11.12, não podendo mais ser prorrogado por força de lei.

A partir de 04 de dezembro de 2012, entrou em vigência o CRT/DF 30.700/2012, que tem como objeto a prestação do serviço de manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, contemplando-se os módulos e os sistemas a ele vinculados e incluindo-se o processamento, o armazenamento e a extração de dados, bem como fornecimento de certificados digitais de servidores – A3 (equipamento) e usuário – A1, observadas as normas da ICP Brasil

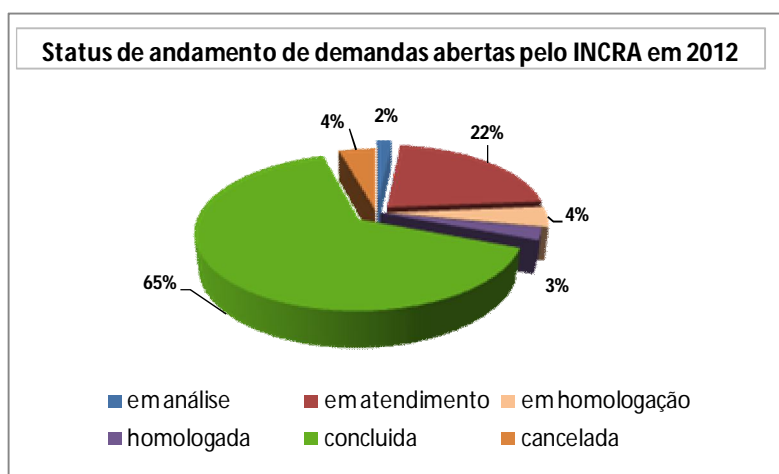
Com relação à execução orçamentária, esta foi de 79,4%, superando em muito a execução do exercício anterior, que foi de 49,9%. Cabe acrescentar que na prática, esta execução foi na verdade de 87,4% dos recursos orçamentários e financeiros, uma vez que como o contrato tem vigência a partir de dezembro, a quitação da fatura correspondente a este mês só se dá no mês subsequente, janeiro. Portanto, no exercício de 2013.

A não execução em sua totalidade dá-se em função, mais uma vez, da não homologação em 2012 dos serviços relacionados ao Projeto SNCR/DW. Registre-se que estes serviços, segundo a contratada, só devem estar aptos para homologação após migração de tecnologia (Business Objects para Pentaho), o que deverá ocorrer até maio de 2013. Desta forma, somente após a migração tecnológica poderá ser iniciado o processo de homologação do sistema. Convém esclarecer, ainda,

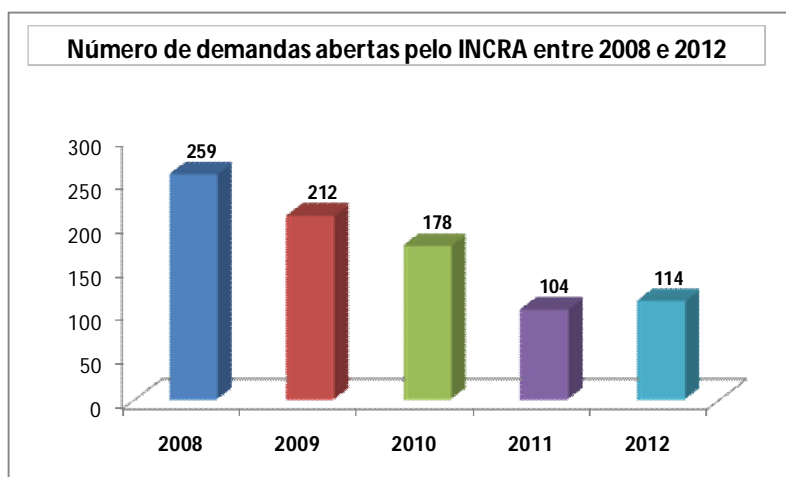
que a migração segue a diretriz do Governo Federal para uso de software livre, e não acarretará nenhum custo adicional ao INCRA.

Dos módulos do SNCR contratados, foram excluídos o SNCR/PGD móvel, SNCR/NET e SNCR/GEO. Este último, apesar do recebimento de carga de dados espaciais de todos os imóveis rurais certificados em 2012, não entrou no novo contrato, vez que se optou por trabalhar com o I3Geo, ferramenta de uso gratuito e desenvolvida no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e atualmente ferramenta padrão customizada para uso dentro do INCRA.

No que se refere às demandas de manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e de apurações especiais do SNCR, foram abertas 114 demandas junto à contratada no exercício de 2012, das quais 68% foram finalizadas dentro do exercício (homologadas + concluídas), conforme gráficos a seguir. Registre-se que devido à renovação contratual, algumas demandas abertas em 2012 não puderam ser finalizadas dentro do exercício, vez que além de demandar de um tempo para sua análise/atendimento, na lógica do contrato atual há necessidade de contagem e homologação de pontos de função por parte da contratada e contratante.



Avaliando os últimos cinco anos (2008-2012), percebe-se uma redução significativa do número de demandas abertas para correção/evolução do sistema, demonstrando que o SNCR vem evoluindo gradativamente, em especial a partir de 2011, quando fora desenvolvido e colocado em produção o novo módulo de usuários.



Registre-se que algumas demandas abertas em anos anteriores (2007-2010) ainda estão em fase de atendimento ou homologação, vez que não tiveram suas homologações dentro do exercício

ou no exercício seguinte, mas ainda impactam o setor de cadastro rural, que atualmente possui um quantitativo de servidores bastante reduzido na Sede da Autarquia, como nas Superintendências Regionais, problema este agravado pelas constantes aposentadorias e evasão de servidores para outros órgãos ou iniciativa privada, o que gera sobrecarga no setor.

Frente à baixa capacidade operacional já mencionada, convém destacar que as atividades muitas das vezes acabam se concentrando em poucos servidores, impedindo tanto a resolução do passivo já existente como o desenvolvimento de novas ferramentas que permitam a celeridade dos processos internos. Para tanto, é imprescindível a reposição da força de trabalho no setor de cadastro rural para que a situação acima citada seja revertida o mais breve possível.

Quanto ao índice de cadastramento de imóveis rurais no Brasil, este alcançou 70%. O mesmo reflete a relação percentual entre os imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, que foi de 597.020.196,3900 ha, em relação à superfície total no nível de agregação (851.487.659,9000). Em relação ao exercício de 2011, observa-se uma redução de 1% no índice de cadastramento, que pode ser explicada pelos trabalhos de correção de inconsistências de dados iniciados em 2012.

Com relação aos restos a pagar (RAP) pagos no exercício, estes foram da ordem de R\$ 565.317,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e dezessete reais), que é referente ao pagamento do mês de dezembro de 2011. Como o contrato de manutenção do SNCR teve vigência a partir de 01 de dezembro de 2011, esta parcela só foi quitada no exercício seguinte.

Registramos a existência de débitos do INCRA na ordem de R\$ 548.138,36 (quinhentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e trinta e seis centavos), relativos a faturas pendentes de pagamento – dezembro/2012 em favor da contratada. Os recursos (orçamentários) foram devidamente empenhados, porém, o pagamento não foi efetivado dentro do exercício devido à falta de aporte financeiro na Autarquia.

#### Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação							
Código		4426					
Descrição		Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa		01E7					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.590.000	9.590.000	9.936.260,69	3.892.631	449.301	1.571	3.443.331	447.730
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	19.911	1.100	4.714.482	449.301	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		anteriores)				
1	Imóvel Georreferenciado*	6.261	100.563.387	9.473.057	59.879.289	31.211.041

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC.

A Ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional figura como estruturante do processo de Regularização Fundiária, e tem por objetivos: localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais; efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001; integrar as informações georreferenciadas com serviços de registro imobiliários e demais entes públicos; reestruturar e ampliar os Comitês Regionais de Certificação; padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA; ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Um ponto relevante, que merece destaque acerca desta ação, é que a utilização dos recursos da Ação 4426 não é apenas para georreferenciado da malha fundiária federal, refere-se aos gastos que não geram produto à meta estabelecida, mas que lança-se mão da Ação 4426, como para proceder à digitalização do acervo fundiário, para atividades visando equacionar o passivo de certificação de imóveis rurais, para despesas de capital em investimentos voltados à estruturação das regionais para o desempenho das ações diretas e acompanhamento das execuções indiretas etc.

A Ação de Georreferenciamento desempenhada nas áreas não abrangidas pela Amazônia Legal, sob a gestão da DF, ocorreu em grande parte para o georreferenciamento no âmbito dos Projetos de Assentamento, convênios e na execução na forma indireta foi observada nos Estados do Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará.

O sistema “Certificaweb” encontra-se implementado, permitindo a automação da análise cadastral e cartográfica, gestão sobre o registro e acompanhamento dos processos, acesso via internet dos interessados das notificações de correção e trâmite dos processos. Da mesma forma, foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Automatizado de Certificação de Imóveis Rurais. Cabe ressaltar que foi realizado um amplo trabalho de enfrentamento do passivo de Certificação com a alteração de normativos e a realização de Força Tarefa nas Superintendências mais fragilizadas (MT, TO, PR), além de reuniões com as Federações de Agricultura (DF, MT, AL, TO, PR, MS), para enfrentamento das dificuldades verificadas em relação ao CCIR e à Certificação.



No ano de 2012 foram emitidas aproximadamente 10.000 certidões de certificação de imóveis rurais, totalizando 60.632.414,2200 hectares. Este resultado foi obtido em virtude da entrada em vigor da NE 105/2012. e a oficialização do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA/Exército Brasileiro.

A Coordenação Geral de Cartografia – DFG, disponibilizou para o público e órgãos federais, estaduais e municipais no site [www.incra.gov.br/i3geo](http://www.incra.gov.br/i3geo) com interoperabilidade via rede mundial de computadores o acesso à sua base de dados cartográficos: Acervo Fundiário Digital – AFD – um ambiente cooperativo, que faz uso de dados fundiários e cartográficos produzidos por diversas instituições públicas que atuam no meio rural brasileiro.

Em relação à densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, foram homologadas novas estações de referência que estão proporcionando cobertura quase que total do Território Nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS, consolidando a maior rede de estações ativas GPS/GNSS da América Latina e a melhor rede geodésica de estações ativas abaixo da linha do equador. Cabe ressaltar, a dificuldade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o IBGE com destaque orçamentário no ano de 2012, também a desatualização do software sem contrato de manutenção das mesmas. Basicamente em 2012 foi realizado somente a manutenção das estações existentes que apresentaram defeito.

A solução para instalação e manutenção de novas estações de referência faz-se necessário Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e IBGE – é este instituto que homologa essas estações, cuja minuta da renovação deste termo encontra-se na Procuradoria do INCRA.

Em 2012, com o objetivo de imprimir celeridade à certificação de imóveis rurais, a Norma de Execução dos Procedimentos de Análise de Processos foi revisada ao passo que a Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais ainda está em revisão para ser publicada juntamente com a homologação do SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária – ferramenta eletrônica criada para enviar, recepcionar, validar, organizar, disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais e análise de sobreposição. A revisão da Norma técnica tem o objetivo principal de atualizar as técnicas empregadas tanto no levantamento de campo quanto no processamento dos dados e na redução de documentação a ser apresentada e a solicitação de muitos documentos somente em meio digital. As mudanças proporcionarão maior rapidez no processamento de dados, como também na redução (ou até mesmo eliminação) de documentação entregue em meio analógico, para ao término não enfrentarmos problema com o espaço físico necessário ao armazenamento dos processos administrativos.

A Norma de execução nº96/2010 foi revisada passando para Norma de Execução nº 105/2012. A revisão da Norma de Execução implementou uma nova metodologia de análise técnica dos processos de certificação, minimizando procedimentos e permitindo maior celeridade no trâmite dos processos, refletindo diretamente no aumento de certificações emitidas, inclusive, separando de vez por todas a fiscalização e/ou análise cadastral dos processos de certificação, onde cabe essencialmente, atender ao que determina o § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 11.952/09 - caberá ao Incra certificar que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e que o memorial atende às exigências técnicas, conforme ato normativo próprio.

Com a revisão dos normativos de certificação, alcançou-se um aumento de aproximadamente 400% no número de certificações emitidas em apenas um mês.

#### **Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378**

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	8378
Descrição	Gestão de Terras Públicas
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA

Unidade Orçamentária		22201					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000	1.500.000	2.206.692,10	1.142.138	130.572	0	1.011.566	130.572
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Diagnosticada	Ha	13.313	5.373	213.009	130.572	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*	-	251.864	0	90.456	161.408

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A ação 8378 foi recepcionada no novo PPA 2012-2015 sob nova denominação. A antiga “Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas” passou a ser designada por “Gestão de Terras Públicas”, tendo como finalidade realizar a gestão das terras públicas federais e apoiar na gestão das estaduais, promovendo, mediante processo discriminatório ou de arrecadação sumária, a demarcação topográfica, a incorporação e posterior destinação de terras públicas federais, para fins de regularização fundiária, reforma agrária, doação para municípios, concessão de direito real de uso para unidades de conservação, dentre outras.

Prevê, assim, algumas atividades que antecedem a destinação final das áreas públicas identificadas.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) realiza essa atividade por meio de convênios e por meio de execução direta. No exercício de 2012, foram diagnosticadas/arrecadadas de forma direta pelas SR-09/PR, SR-11/RS e SR-24/PI, em arrecadações sumárias e em levantamentos ocupacionais em curso, totalizando 452 ocupações, com um total de 5.373 ha.

Em que pese a execução orçamentária no exercício 2012, vê-se que o empenho dos recursos totalizou R\$ 142.138, representando, aproximadamente, 58% de execução referente à provisão recebida. Tal fato teve como principal causa a readequação das prioridades nos trabalhos desenvolvidos nas Superintendências Regionais de Goiás (SR-04), do Rio Grande do Sul (SR-11), do Acre (SR-14) e do Médio São Francisco (SR-29).

Conforme apresentado no Relatório de Gestão 2011, está em curso na Superintendência Regional do Inkra no estado do Rio Grande do Sul um convênio com o intuito de proceder ao levantamento ocupacional para identificação e cadastramento da situação fundiária dos agricultores familiares dos municípios de Vale do Sol, Encruzilhada do Sul, Sagrada Família e Redentora. A referida parceria apresenta atraso em seu cronograma de execução física, vez que o conveniente ainda não apresentou os resultados preliminares, que estão em fase de depuração.

A situação refletiu tanto na minoração do resultado de execução física atingido, quanto na baixa execução financeira dos recursos inscritos em restos a pagar.

Importante também destacar que as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Terra Legal, antes compartilhadas nesta ação, passaram a ser abrangidas pela ação 20TA - Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009.

Com o objetivo de cumprir a meta estabelecida no PPA 2012/2015, qual seja, identificar, discriminar, arrecadar e destinar 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através de sua Coordenação-Geral, está propondo a criação de normativos internos para padronizar e massificar a execução dessa importante ação, em especial quanto aos procedimentos para arrecadação das terras devolutas pertencentes a União.

As providências apontadas, além de outras que eventualmente a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) entender pertinente, contribuirá para massificação da execução, contribuindo, assim, para qualificar o ordenamento da estrutura fundiária.

Por fim, considerando que a execução desta ação é de responsabilidade direta das Superintendências Regionais, cabendo a esta Coordenação-Geral realizar o apoio, acompanhamento e monitoramento das ações, ressaltamos que o detalhamento da execução física e financeira será apresentado no relatório de gestão que está sendo elaborado pelas referidas unidades descentralizadas.

#### Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação							
Código		8387					
Descrição		Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa		01EK					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.500.000	10.500.000	7.600.923,28	7.079.450	6.744.683	6.543	334.768	6.738.140
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Vistoriada	Ha	2.330.330	829.842,19	7.471.677	6.744.683	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	-	500.318	208.132	177.866	114.320

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460**

Identificação da Ação							
Código		4460					
Descrição		Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa		01EK					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
601.650.000	430.650.000	333.778.350,21	320.098.715	178.026.097	474.358	142.072.618	177.551.739
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Obtida	Ha	240.928	107.464,65	407.390.375	178.026.097	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*	-	59.505.713	21.314.510	31.483.978	6.707.225

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Em 2012, foram vistoriados 829 mil hectares, atingindo 36% da meta prevista no Plano de Compromissos/2012. A execução física dessa ação por meio da desapropriação também gerou a imissão na posse em 67 imóveis (136 mil hectares). Foram empenhados R\$ 639,0 milhões para ações de obtenção de terras para a reforma agrária, dos quais R\$ 389,0 milhões para indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, e R\$ 250,0 milhões para o pagamento de indenizações complementares por decisão judicial.

No exercício de 2012 foram criados 117 novos assentamentos, incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária e gerando 7.318 novas vagas para o assentamento de famílias. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária foram empenhados R\$ 3,3 milhões, possibilitando o assentamento de 23.075 famílias, o que corresponde a uma execução de 105% da meta do Plano de Compromissos/2012.

**Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG**

Identificação da Ação	
Código	20TG
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
Iniciativa	01EK
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
105.000.000	276.000.000	264.862.706,74	250.018.887	101.397.620	0	148.621.267	101.397.620
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Indenizada	Ha	211.200	406.130,73	126.000.000	101.397.620	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	-	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DT e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

#### **Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384**

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	8384						
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária						
Iniciativa	01EL						
Unidade Responsável	INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.500.000	5.500.000	3.708.343,60	3.249.315	3.063.872	7.787	185.443	3.056.085
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Assentada	Família	22.000	23.075	3.524.703	3.063.872	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA (relatório 12.01.2013) e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*	-	377.460	103.525	253.024	20.910

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, SIPRA (relatório 12.01.2013) e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Para a execução da Ação 8384, as Superintendências Regionais, com supervisão da Sede, operacionalizam o cadastramento das famílias para inscrição no Programa Nacional de Reforma Agrária, efetuando a digitação dos dados da unidade familiar no Módulo Candidato, do Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária - SIPRA. A partir do CPF cadastrado no SIPRA, a Diretoria de Obtenção de Terras gera um arquivo com os registros das pessoas e os envia à Dataprev, via intranet, objetivando a aplicação dos critérios eliminatórios do PNRA mediante consulta no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. A Dataprev libera o resultado da pesquisa e a DT disponibiliza os registros dos CPF dos candidatos aptos ou não aptos no SIPRA. As SR's, de posse dos registros liberados, realizam as homologações, via SIPRA, conforme a sistemática de classificação do Anexo II da NE/INCRA/45/2005, criando os Projetos de acordo com a capacidade dos assentamentos, gerando a Relação de Beneficiários- RB. A publicação, no sítio do INCRA [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), da RB homologada por SR, compoem a lista única Brasil da Relação de Beneficiários de todos os Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA.

As metas foram cumpridas, até ultrapassadas, porém o SIPRA está necessitando uma atualização tecnológica para melhor funcionamento, diminuindo as dificuldades encontradas pelas SR. O SIPRA atualmente gerencia o Cadastro de 944.283 famílias beneficiárias (relatório 227 do SIPRA extraído em 12.01.2013).

A morosidade para a assinatura do novo Convênio com a Dataprev, também está dificultando a consulta ao CNIS, o que pode comprometer a execução das metas.

Em relação aos restos a pagar, houve demora de liberação dos recursos em tempo hábil, possivelmente devido ao contingenciamento.

#### Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação							
Código	0427						
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas						
Iniciativa	01EP						
Unidade Responsável	INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
946.000.000	1.261.333.333	938.532.642,80	741.292.491	124.975.031	11.409.650	616.317.459	113.565.381
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Atendida	Família	42.044	19.989	946.000.000	124.975.031	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Insritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
1	Família Atendida*	29.527	1.120.016.733	222.194.411	244.076.358	653.745.963

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas tem por objetivo dar condições essenciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas; auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais e viabilizar atividades produtivas e a recuperação ambiental, e garantir a segurança hídrica das famílias assentadas localizadas nas áreas circunscritas pelo semiárido, reconhecidas pelo IBGE. Para tanto, a ação é distribuída em oito modalidades, quais sejam: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Material de Construção, Semiárido, Fomento, Adicional do Fomento, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental. Estas modalidades de crédito estão amparadas pela Instrução Normativa/INCRA/P/Nº 74 de 14/11/2012 e tem como regras operacionais a Norma de Execução nº 84 de 02/09/2009 para concessão do Crédito Ambiental e a Norma de Execução nº 79 de 26/12/2008, com alterações introduzidas pela NE nº 86/2009 e NE nº 99/2011 para as demais modalidades.

Em regra, há maior incidência da aplicação do crédito nas modalidades de apoio inicial, aquisição de material de construção, semiárido e recuperação/materiais de construção, devido a essas proporcionarem suporte à sobrevivência e a permanência das famílias no campo.

As modalidades de fomento e apoio mulher têm sido aplicadas de forma tímida. Essa operacionalização em números pouco expressivos é justificada em razão das dificuldades reiteradamente expostas pelo INCRA, entre as quais, ausência de assistência técnica, material humano e condições de trabalho na autarquia desproporcional à demanda, entre outros, o que dificulta o cumprimento das exigências postas para a concessão dessas modalidades.

No exercício de 2012 o recurso previsto para o Crédito Instalação teve o aporte orçamentário na ordem de R\$ 946.000.000,00 (novecentos e quarenta e seis milhões de reais), do qual foi empenhado o valor de R\$ 741.292.491,73 (setecentos e quarenta e um milhões, duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), correspondente a 78,3% do valor aprovado em LOA.

Com este montante orçamentário, previa-se no PC 2012 beneficiar 42.044 famílias de trabalhadores rurais. Todavia, em razão das modalidades de crédito expostas pelo INCRA terem valores unitários diferenciados, bem como dos prazos intercalados para a efetivação do crédito, foi possível atender 19.989 famílias, que somado à realização de ordem bancária para 29.527 famílias referentes à empenhos de exercícios anteriores (RAP), totalizou 49.516 famílias beneficiadas em 2012.

Em termo financeiro o INCRA liquidou e pagou o valor de R\$ 370.131.802,00 (trezentos e setenta milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e dois reais), sendo R\$ 113.565.381,33 (cento e treze milhões quinhentos e sessenta e cinco mil trezentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), oriundos do orçamento de 2012 e R\$ 256.566.421,00 originada de dotações de exercícios anteriores inscrita em restos a pagar. Observa-se, dessa forma, que em razão do grande volume de despesas inscrita em restos a pagar, a ação 0427 – Crédito instalação apresentou em 2012 uma execução física satisfatória.

O volume de crédito inscrito em Restos a Pagar em 2012, no total de R\$ 627.727.110,00 é justificado em razão do volume orçamentário contingenciado nas despesas de custeio estabelecido pelos Decretos nº 7.6808/2012 e nº 7.740/2012, o qual reduziu o valor previsto na ação 20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação, em 48,5%, passando de R\$ 18 milhões para R\$ 9,2 milhões. Soma-se a este o fato de o Incra apresentar-se com um reduzido quadro de pessoal, impossibilitando o deslocamento deste a campo para a aplicação dos créditos em tempo hábil e, portanto, induzindo o expressivo recurso depositado nas contas bancárias das associações/representantes.

Essas ocorrências que vêm se arrastando há anos é que têm provocado o expressivo montante de recursos inscritos em Restos a Pagar, gerando com isto um descompasso na execução orçamentário-financeira da Ação.

Nesse contexto destaca-se também a falta dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento; da demarcação topográfica, que impacta na delimitação da parcela; ausência de infraestrutura básica (estradas), que impede o acesso para entrega de materiais de construção das casas das famílias e dos insumos agrícolas; e a insuficiência generalizada de técnicos nas Superintendências Regionais para a realização de trabalhos de campo.

A previsão para o exercício era de atender 40 mil famílias na modalidade Aquisição de Material de Construção, mas em face das dificuldades supracitadas, bem como da pretensão de transferir a ação para atendimento de outra ação de governo, no caso de atendimento do público da Reforma Agrária, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, sob a gestão do Ministério das Cidades, com execução pelas Instituições Financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o que gerou grande expectativa no início da operacionalização por este Programa.

Essa expectativa gerou considerável instabilidade na aplicação desta modalidade o que culminou com o atendimento direto pelo INCRA de apenas 17.429 famílias, sendo 6.639 famílias com orçamento do exercício e 10.790 famílias com RAP.

Apesar da grande demanda, inclusive com recursos financeiros já depositados, com a expectativa criada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, onde o percentual ressarcível do financiamento é de apenas 4% (quatro por cento) enquanto o crédito do INCRA, o financiamento é reembolsável na totalidade do financiamento celebrado, ou seja, sem qualquer tipo de desconto.

A modalidade Apoio Mulher tinha a previsão de atender 7.500 mulheres, e foram firmados 2.662 contratos com recursos do orçamento e 2.618 com recursos de RAP, totalizando 5.280 famílias atendidas, o que representa 70% da meta prevista.

A modalidade Fomento, no PPA 2012-2015, remete para o Programa Brasil Sem Miséria, o qual deveria atender 50.000 famílias nos quatro exercícios do PPA. Entretanto estamos indicando todas as famílias que acessaram a modalidade e não somente as famílias do Brasil Sem Miséria. Desta feita, foram atendidas 6.633 famílias, sendo 3.208 da meta iniciada no exercício e 3.425 famílias da meta iniciada em exercícios anteriores.

Ressalte-se que 18.910 famílias foram beneficiadas com complementação de crédito (em razão das alterações de valores, conforme dispõe a Instrução Normativa/INCRA/P/Nº 74 de 14/11/2012 e Norma de Execução /INCRA/D/79/2008 e suas alterações) entre recursos do orçamento e RAP.

#### Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação							
Código		20S7					
Descrição		Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa		01EP					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.000.000	16.200.000	9.671.517,61	8.733.597	8.284.539	20.657	449.057	8.263.883
Metas do Exercício Para a Ação							



Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	15.355	52.165	7.245.103	8.284.539

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*	-	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012

No exercício de 2012, a Ação 20S7 tinha como previsão o aporte de R\$18.000.000,00 (Dezoito milhões de reais), com a redução em razão do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, que limitou o permitido em 51,51%, passando assim o valor para R\$ 9.272.269,00 (Nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais). Essa redução prejudicou sobremaneira a aplicação do crédito instalação, Ação 0427.

No ano de 2012 foram supervisionados 52.165 créditos, correspondente a 339,7% da meta prevista. Os gastos financeiros corresponderam a 46% do programado, que até então representava a cifra de R\$ 18.000.000,00. Ou seja, mesmo com o corte de 51,51%, feito pelo Decreto supracitado, os recursos efetivamente utilizados na supervisão atenderam a um número de famílias superior à expectativa, dentro do contexto do corte imposto pelo decreto, o que representou considerável otimização dos recursos atinentes à supervisão.

Do recurso efetivamente gasto, além de ter sido usado na aplicação efetiva do crédito instalação, houve necessidade, também, de ser utilizado com atividades afetas a grupo de trabalho voltado à prestação de contas do crédito instalação, saneamento dos processos de crédito, entre outros, sendo necessário o deslocamento de servidores da Sede, bem como das Superintendências Regionais, envolvendo apoio de uma às outras, o que proporcionou importante troca de experiências entre os técnicos.

#### Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação							
Código		8396					
Descrição		Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa		01EP					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
367.545.609	334.545.609	211.010.064,15	200.037.652	47.656.647	31.016	152.381.005	47.625.631

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	19.089	4.225	205.150.580	47.656.647

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	51.668	369.006.086	40.098.252	162.419.609	166.488.225

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento atendeu 55.893 famílias, sendo 4.225 destas, referentes a famílias com obras iniciadas e finalizadas no exercício de 2012, e as demais, a famílias com obras iniciadas em exercícios anteriores porém com conclusão da execução física neste exercício. Salientamos que as obras contratadas com recursos disponibilizados provenientes do Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2012 atenderam a 4.225 famílias e as obras contratadas com recursos de exercícios anteriores ao ano de 2012, provenientes de inscrição em Restos a Pagar, atenderam a 51.668 famílias.

Quanto à execução financeiro-orçamentária com recursos do orçamento do ano de 2012, foram empenhados R\$ 200.037.652,00 do total de provisão recebida para a Ação, somados aos Destaques Orçamentários feitos por Parlamentares (R\$ 211.010.064,15), ou seja, 94,80 % dos recursos recebidos tiveram empenho assegurado. Por outro lado quanto às despesas liquidadas, dos R\$ 47.656.647,00 que foram efetivamente liquidados, ou seja, 23,82 % em relação à provisão empenhada (R\$ 200.037.652,00), pagou-se no exercício R\$ 47.625.631, 00, ficando em Restos a Pagar processados R\$ 31.016,00 que deverão ser efetivamente pagos neste exercício de 2013. Ainda em relação ao montante empenhado foram inscritos em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 152.381.005,00.

Quanto à execução financeiro-orçamentária com recursos do orçamento de orçamentos anteriores aos do ano de 2012, inscritos em Restos a Pagar - RAP, do total de R\$ 369.006.086,00 de RAP inscritos, R\$ 40.098.252,00 foram cancelados e R\$ 162.419.609,00 foram pago no exercício de 2012, gerando um saldo de R\$ 166.488.255,00 de RAP para serem pagos no exercício de 2013.

Após discorrermos acerca das metas orçamentárias cabe finalmente esclarecer que, quanto às metas físicas, 4.225 famílias que foram atendidas com recursos do orçamento de 2012, se beneficiaram dos recursos que foram efetivamente liquidados (R\$ 47.656.647,00) e que as 50.397 famílias que foram beneficiadas com recursos de exercícios anteriores a 2012 foram beneficiadas com os recursos do RAP efetivamente pagos (R\$ 162.419.609,00).

Em uma análise global, consideramos que o percentual 94,80 % de recursos empenhados foi satisfatória para o INCRA no exercício de 2012, pois se tratou de ano eleitoral que, nesse caso, sempre causa transtornos para efetivação de processos de convênios e outros certames licitatórios. Quanto aos empenhos efetivamente liquidados, o baixo percentual, de 23,82% deve-se ao fato de que a celebração de grande número de contratos e convênios foi efetivada ao final do exercício de 2012, o que acaba retardando a execução das obras e seus respectivos pagamentos somando-se ao fato de que, geralmente, as obras de engenharia têm um cronograma de execução mais extenso do que outros tipos de serviços contratados pelo INCRA.

Eventuais problemas de execução - Evidenciação de eventos que tenham prejudicado a execução dos programas: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc.;

Consideramos que problemas relacionados à dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc., já estão incorporados à todos os setores da administração pública federal e, todos eles continuam a ocorrer, contudo seremos específicos aos problemas que entendemos ser mais específicos acerca dos entraves para operacionalização da ação e, inicialmente faremos uma breve descrição das rotinas e da situação do quadro funcional de servidores que atuam no setor.

Os trabalhos de elaboração de projetos básicos, licitação, contratação e acompanhamento das obras, em sua maioria estradas vicinais, mobilizam de forma intensiva a equipe de 02 engenheiros civis lotados na sede e outros 64 engenheiros distribuídos nas Superintendências Regionais - SR do Incra nos Estados, totalizando um corpo técnico de 67 profissionais com habilitação em engenharia (números de 20 de fevereiro de 2013).

Cabe salientar que a força de trabalho de 66 engenheiros da Autarquia distribuída entre a sede e suas SR, responsáveis em operacionalizar a Ação, é considerada insuficiente e desproporcional às crescentes demandas de trabalho criadas pela expansão do Programa Nacional de Reforma Agrária, hoje com mais de 8.000 Projetos de Assentamento, atendendo a uma população de cerca de um milhão de famílias.

Para agravar ainda mais a situação do quadro funcional, o INCRA apresenta número insuficiente ou até mesmo inexistente de outros profissionais habilitados em áreas correlatas à engenharia civil, tais como engenharias elétrica e de agrimensura, arquitetura e geologia, que são fundamentais para a concepção e fiscalização de obras a serem implantadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

As Superintendências Regionais do INCRA, até o ano de 2102, detinham plena autonomia em sua área de jurisdição, sendo até então, responsáveis diretas pela execução da Ação de implantação de Infraestrutura em Projetos de Assentamento, cabendo aos seus gestores a definição da necessidade de implantação das obras ou serviços de acordo com as demandas locais e ao seu corpo técnico de engenharia caberia cuidar da parte operacional. Esse corpo técnico, que é composto por servidores habilitados, rotineiramente executam atividades que compreendem a elaboração e análise de projetos básicos, análise das propostas de licitações e de Convênios a serem firmados, acompanhamento e recebimento das obras e serviços, além do cumprimento de outras atribuições regimentais demandadas no ambiente de trabalho. Portanto, hoje a carência de condições humanas e técnicas, aliadas ao número elevado de obras a executar e em execução, às diversidades geográficas e climáticas (alguns locais com grandes períodos chuvosos, dificultando a construção e manutenção de estradas vicinais e outros com que enfrentam o castigo da seca e falta de água), que frequentemente obrigam os profissionais a trabalharem em áreas inóspitas, a extensão territorial e a diversidade regional apresentada em todo o Brasil, que vem a dificultar ou até mesmo impossibilitar a execução de tais procedimentos, o que certamente seria possível com um maior número de profissionais no setor

Atualmente, estão lotados na Divisão de Implantação de Obras – DDI-1 da sede em Brasília, responsável pela Ação, 02 (dois) engenheiros civis, que além do desenvolvimento das atividades regimentais atribuídas ao setor, tendo em vista o já mencionado déficit de profissionais habilitados, ainda dão suporte técnico às SR tentando compensar a carência, e em alguns casos até mesmo a ausência, de engenheiros lotados nas mesmas, buscando minimizar a constante preocupação com o cumprimento das metas físicas e orçamentárias estipuladas para a Autarquia.

Podemos seguramente afirmar que os poucos profissionais da sede, ao invés de cumprirem com suas atribuições regimentais, voltadas a normatização, orientação e supervisão da Ação de Infraestrutura, passam a maior parte do ano dando suporte às SR nos trabalhos de contratação e

fiscalização de obras, ou seja, resolvendo demandas emergenciais resultantes da carência ou ausência de engenheiros e demais profissionais de atividades correlatas nos quadros desta instituição.

A falta de profissionais habilitados e devidamente qualificados para executarem a Ação de Infraestrutura causa reflexo negativo para a Autarquia em decorrência do atraso nas execuções de obras, bem como o atraso na liberação de recursos. Essa questão ainda não foi equacionada devido à já citada carência de profissionais associada à precariedade de estrutura física e logística em que se encontra Órgão. Citamos como exemplos o sucateamento da frota de veículos e dos equipamentos e ferramentas técnicas e operacionais, além do quadro reduzido de pessoal qualificado em outros setores que dão suporte às ações de fiscalização das obras, contribuindo para agravar a situação, já que ocasiona um incremento de atribuições ao setor de engenharia, e faz com que os engenheiros sejam obrigados a fazerem também os serviços atribuídos tecnicamente e regimentalmente ao pessoal da área administrativa.

A disparidade salarial dos profissionais que atuam no setor com outros profissionais de cargos semelhantes de outros Órgãos Federais (ex. Analistas de Infraestrutura do MPOG ou Lei 12.277/2010), bem como com os profissionais que atuam na iniciativa privada tem provocado a evasão de servidores que, em conjunto com o grande número de engenheiros que estão prestes a se aposentar por tempo de serviço, tem piorado a situação do setor.

A seguir elencamos resumidamente os principais problemas que impedem o bom andamento da fiscalização e do acompanhamento dos Convênios celebrados por esta Autarquia:

- Quadro de engenheiros insuficiente para atender a demanda e o passivo de obras existentes, além das baixas remunerações desses profissionais;
- Obsolescência de equipamentos e aplicativos de informática: número insuficiente de computadores de mesa e portáteis com alto poder de processamento e a falta de aplicativos mais recentes para desenho técnico, cálculos, simulações e outras atividades de Infraestrutura;
- Baixa oferta de cursos e eventos de capacitação nas áreas correlatas dos técnicos de Infraestrutura e direcionados a reforma e desenvolvimento agrário;
- Fragilidade ou inexistência de dados topográficos necessários para elaboração dos projetos de estradas e de sistemas de abastecimento de água;
- Número insuficiente de veículos e de motoristas para a realização de visitas “in loco”, importantes, tanto para os trabalhos de elaboração de projetos, como acompanhamento e fiscalização das obras em andamento;
- Setor administrativo com número de técnicos insuficiente para dar seqüência adequada aos processos de celebração de Convênios e de processos licitatórios;
- Estrutura hierárquica e regimental falha que dificulta a interlocução direta com as áreas administrativas que gerenciam os sistemas corporativos gerenciais (SICONV, SIAFI, SIPRA, SIR e Etc.), que prejudica a obtenção de informações.
- Ausência de sistema corporativo de Informações Gerenciais, que apresente dados consistentes permitindo um melhor e mais ágil acompanhamento das ações de Infraestrutura.
- Dificuldade de interlocução com parceiros institucionais no sentido de se obter relatórios de execução física das obras.

Por outro lado, cabe informar que há muitos anos o Incra vem utilizando a transferência de recursos para Governos Estaduais e Prefeituras Municipais, através de Convênio, como principal modalidade de aplicação orçamentária, de forma a garantir o empenho de seus recursos destinados à implantação e recuperação de Infraestrutura em Projetos de Assentamento e que o no ano de 2012 foi mantida basicamente a mesma estratégia.

O INCRA mantém essa estratégia por entender que, por estarem mais próximos às comunidades de assentados e por receberem diretamente as demandas dessa população, os municípios têm condições de filtrar e apresentar ao INCRA as prioridades para atendimento. Além disso, devido ao reduzido número de Engenheiros Civis lotados nesta Autarquia, para

acompanhamento e Supervisão das obras, a parceria junto aos Estados e Municípios permite um trabalho conjunto de fiscalização às obras executado in loco pelas mesmas.

Portanto, no ano de 2012, a estratégia adotada para a execução das metas físicas, com superação e financeiras com eficácia consistiu em dar prioridade às parcerias institucionais com Governos de Estados, Prefeituras Municipais, Secretarias Estaduais, Ministérios, Fundações, Autarquias e etc, visando fortalecer os acordos já existentes, como no caso do Luz Para Todos e Funasa, CPRM, ou buscando novos parceiros, como no caso com a parceria com o Ministério da Integração Nacional - MI, onde foi firmado um Termo de Cooperação que como objeto estabelecer a parceria técnica e orçamentária entre o INCRA, e o MI, visando à implantação, recuperação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água em 575 (quinhentos e setenta e cinco) Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária de forma a garantir o funcionamento integral de no mínimo 01 sistema de abastecimento de água em cada Projeto de Assentamento, com vista à diminuição das conseqüências decorrentes da seca, em municípios que se encontram em situação de emergência, nos Estados do Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, visando beneficiar 31.696 famílias.

Também é importante ressaltar o apoio técnico prestado pela Sede do INCRA, resultante de forças tarefas, formadas por técnicos em infra-estrutura, que foram criadas para atuar de forma concentrada em algumas Superintendências Regionais que apresentavam os maiores passivos na execução das obras. Essa estratégia foi de fundamental importância na aplicação dos recursos orçamentários programados, a exemplo da Superintendência Regional do INCRA em Santarém, SR-30, no Estado do Pará que não dispõe de Engenheiros civis em seu quadro de servidores e precisou de suporte da Sede e de outras Superintendências para suprir essa carência de profissionais (situação no exercício de 2012).

No que diz respeito aos restos a pagar, nota-se que dos R\$ 200.037.652,00 de provisão recebida, somadas aos destaques orçamentários, foram empenhados R\$ 200.037.652,00, dos quais foram liquidados R\$ 47.656.647,00 dos quais se pagou no exercício R\$ 47.625.631, 00, ficando em Restos a Pagar processados R\$ 31.016,00 que deverão ser efetivamente pagos neste exercício de 2013. Ainda em relação ao montante empenhado do exercício de 2012, foram inscritos em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 152.381.005,00 que deverão ser liquidados durante o ano de 2013 à medida em que as obras estiverem sendo executadas.

Quanto à execução financeiro-orçamentária com recursos do orçamento de orçamentos anteriores aos do ano de 2012, inscritos em Restos a Pagar - RAP, do total de R\$ 369.006.086,00 de RAP inscritos, R\$ 40.098.252,00 foram cancelados e R\$ 162.419.609,00 foram pago no exercício de 2012, gerando um saldo de R\$ 166.488.255,00 de RAP para serem pagos no exercício de 2013.

Quando os recursos são inscritos em Restos a Pagar significa que as obras não serão executadas no mesmo exercício no qual elas foram contratadas e, normalmente se deve ao fato de que a celebração de grande número de contratos e convênios foi efetivada ao final do exercício de 2012, o que acaba retardando a execução das obras e seus respectivos pagamentos somando-se ao fato de que, geralmente, as obras de engenharia têm um cronograma de execução mais extenso do que outros tipos de serviços contratados pelo INCRA. Além do que foi exposto, existem problemas relacionados a clima, como períodos chuvosos e outros fatores que podem estender a execução de um contrato por mais de dois exercícios anuais como pode ser comprovado com os recursos que foram inscritos em restos a pagar de orçamentos anteriores a 2012.

#### **Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398**

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	8398
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA

Unidade Orçamentária		22201					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.000.000	15.300.000	6.532.883,33	5.835.648	2.058.362	3.907	3.777.286	2.054.455
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Atendida	Família	19.605	5.301	7.199.295	2.058.362	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	13.344	13.367.729	2.416.543	7.508.601	3.442.585

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento é executada de forma direta ou indireta pela área de Cartografia das Superintendências Regionais, área técnica vinculada à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) que, entre outras atribuições, compete acompanhar, fiscalizar e controlar a execução de serviços de georreferenciamento, medição e demarcação de projetos de reforma agrária.

À Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) cabe descentralizar os recursos programados pelas Superintendências Regionais e acompanhar as execuções física, orçamentária e financeira de serviços de medição e demarcação de projetos de reforma agrária.

A demarcação topográfica é precedida de estudos de organização territorial da área do projeto de reforma agrária a ser implantado, realizados por ocasião da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e consiste em prerequisite de ações necessárias à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, entre elas, registra-se a: 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Da meta física prevista no Plano de Compromissos 2012 para essa ação – atendimento a 19.605 famílias – atingiu-se 27% de execução no exercício (5.301 famílias atendidas) que somada à execução iniciada em exercícios anteriores e concluída em 2012 (13.344 famílias atendidas) totalizou o atendimento a 18.645 famílias.

Quanto à execução orçamentária, constata-se um contingenciamento de mais de 60% da dotação inicialmente prevista na LOA 2012 e que da provisão recebida empenhou-se por volta de 90% dessa. Conforme os dados da execução financeira, o pagamento das despesas ficou pouco acima de 35% dos valores empenhados, estando inscritos em Restos a Pagar 2012 aproximadamente 65%. No que se refere aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, verifica-se o pagamento de 56% do valor inscrito, estando, portanto, acima da própria execução dos recursos de 2012.

Pelos percentuais acima, conclui-se pelo expressivo contingenciamento do valor previsto na LOA 2012 e pela insuficiência de recursos financeiros, tudo contribuindo para a baixa execução orçamentário-financeira verificada no exercício.

Importante registrar que em vista da Decisão Normativa Nº 108/2010, do Tribunal de Contas da União, que, em seu Anexo II, parte C, item 22, no conteúdo específico “Georreferenciamento e Cartografia” determina a apresentação de cronograma executivo de georreferenciamento do passivo de imóveis rurais abrangidos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o referido documento foi elaborado pela DD, com a necessária participação de técnico da DF, e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria Geral da União, pela Auditoria do Incra, por meio do Ofício nº 18/2013-AUD, de 30 de janeiro de 2013.

Ressalte-se que as demais determinações constantes desse conteúdo – apresentar a estratégia de atuação para georreferenciar o passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, e a avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de georreferenciamento empreendidas no exercício – extrapolam as competências da DD, que acompanhará a execução do cronograma nos seus aspectos físico, orçamentário e financeiro.

#### Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação							
Código		2B06					
Descrição		Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa		01EU					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000	7.000.000	9.553.006,58	5.459.262	3.703.266	0	1.755.996	3.703.266
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	115	43	2.351.472	3.703.266	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	349	12.288.622	1.765.621	4.785.557	5.737.444

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A ação 2B06 tem finalidade de realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com

o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal.

No ano de 2012 o recurso inicial para a ação 2B06 na LOA foi de R\$ 7.000.000,00 reais, com uma meta física de 700 assentamentos atendidos ou monitorados. Após o Decreto Nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, houve um corte orçamentário no qual o recurso foi para R\$ 5.553.006,58 reais com uma meta física de 115 assentamentos. Nesse ano a ação contemplou apenas 43 novos assentamentos atendidos, porém continuou mantendo o atendimento em 349 assentamentos, ou seja, acumulando uma execução total de 341,4% da meta física. Devido ao caráter continuado de algumas atividades desenvolvidas por esta ação (como a recuperação de áreas de Reserva Legal e Área de Proteção Ambiental, são contabilizadas nas metas não apenas as atividades concluídas, mas também as que estão em atendimento. Algumas dificuldades foram apresentadas no decorrer do exercício, entre elas a operacionalização do SICONV pelas Superintendências e instituições parcerias.

Algumas atividades de extrema importância para a gestão ambiental de assentamentos foram realizadas com esse recurso e não contaram para meta, pois se tratam de atividades preparatórias para visitas/monitoramento dos assentamentos. Entre elas as oficinas de elaboração do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Legal. - PPCADI-AMAZÔNIA, instituído pela Portaria/INCRA/Nº 716, de 27/11/2012 com a denominação “Programa Assentamentos Verdes – PAV”, que resulta do esforço, comungado por diversos atores que lidam com as realidades dos assentamentos, de internalização da reflexão sobre as causas do desmatamento ilegal nessas áreas e de pactuação intra e interinstitucional para a execução integrada das atividades necessárias para evitá-las e mitigar seus efeitos.

Outra ação importante e que também é preparatória, e por esse motivo não gerou meta, foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o MMA, com a finalidade de participar da aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011. Com essa ação o INCRA terá um incremento significativo da qualidade, abrangência e atualidade no monitoramento ambiental e informações geoespaciais como, por exemplo: melhoria da qualidade cartográfica dos dados da Base Territorial no que se refere a atualidade, precisão e abrangência; Auxílio no projeto de monitoramento do uso e ocupação do solo e na produção de informações ambientais; Auxílio fundamental na elaboração das peças técnicas para a inclusão dos assentamentos no Cadastro Ambiental Rural – CAR

#### Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação							
Código		4320					
Descrição		Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa		01EU					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.850.000	22.350.000	20.901.498,24	15.681.040	5.310.800	2.550	10.370.240	5.308.249
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	



1	Família Beneficiada	Família	23.694	1.589	13.909.064	5.310.800
---	---------------------	---------	--------	-------	------------	-----------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	2.236	5.733.013	725.501	2.774.905	2.232.606

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Em relação à meta de atender 23.694 famílias em projetos de agroindustrialização (Ação 4230) em 2012, o Plano de Compromissos inicial foi comprometido devido à publicação do Decreto 7.680 de 17/02/2012, que tratou da programação orçamentária e financeira do Poder Executivo em 2012. O ajuste realizado após a publicação do decreto reduziu significativamente o recurso orçamentário comprometendo o atingimento da meta.

A meta estabelecida na Programação Operacional foi de 23.694 famílias beneficiadas em 2012 e a meta realizada permitiu beneficiar 3.042 famílias. Os projetos que foram iniciados em 2011 e concluídos em 2012 atenderam 2.236 famílias com projetos Terra Sol ainda em execução no âmbito das SR.

Tais informações são justificadas, naturalmente, pelo objeto principal da ação que, na sua grande maioria, é a construção, recuperação e implantação de agroindústria em assentamentos, o que, na maioria das vezes, extrapola o ano civil. Há de se considerar que estão em atividade (em execução) em diversas superintendências: 84 projetos de agroindustrialização em 607 Projetos de Assentamentos atendendo 35.218 famílias que serão contabilizadas nos anos seguintes.

Entretanto, devemos destacar que a capacidade operacional para a execução da Ação ainda é muito baixa, o que pode ser observado pelo comportamento dos valores inscritos em restos a pagar (R\$ 5.733.013,00), que no ano de 2012, tiveram valores maiores do que os realizados com o orçamento do exercício (R\$ 5.310.800,00).

A capacidade operacional nas Superintendências Regionais está muito abaixo das necessidades, principalmente pela carência de servidores destinados a trabalharem especificamente com a ação Terra Sol, o que tem se agravado ano após ano. A Ação deveria ser conduzida e executada por servidores que pudessem trabalhar exclusivamente com o Terra Sol, para identificar as demandas, qualificar os projetos, bem como a sua correta análise e aprovação para posterior tramitação no âmbito da SR, seja no caso de execução direta pela própria Superintendência ou, por meio de convênios (transferência voluntária) via portal dos convênios SICONV. Como se pode observar são etapas que necessariamente precisam passar pelos servidores (asseguradores) para que os projetos possam enfim ser executados a campo. Entretanto, na grande maioria das Superintendências Regionais, esses servidores geralmente encontram-se sobrecarregados, pois se dedicam a mais de uma Ação, no caso mais típico acumulam o Terra Sol e a Assistência Técnica - ATES.

Conforme mencionado nos relatórios já em 2010 e também em 2011, a Ação continua com 03 problemas centrais no que tangem a sua execução no âmbito da SR e mais 01 no âmbito da Sede (DDA-1) ocorrido em 2012:

i) Acúmulo de atribuições pelos asseguradores do Terra Sol, conforme já descrito anteriormente;

ii) Execução direta da Ação: problemas relacionados principalmente às despesas de capital. Esta forma de execução demanda profissionais bem treinados, qualificados e com tempo disponível, porque envolve desde a elaboração do projeto básico, termo de referência, acompanhamento da

licitação e execução da obra. Situação que não encontramos na maioria das Superintendências. Cabe destacar que ainda nesta modalidade de execução, há uma questão que deverá ser equacionada no decorrer de 2013, que é a destinação efetiva dos equipamentos (bens de capital) adquiridos pela Ação, que devido à falta de amparo legal, não podem ser doados às entidades representativas dos assentados da Reforma Agrária. Uma alternativa às barreiras citadas anteriormente é celebração de convênios com Prefeituras e governos Estaduais para execução das despesas de capital, bem como uma forma mais segura para realizar posteriormente a destinação dos equipamentos adquiridos pelos projetos, desonerando parcialmente da responsabilidade pelos mesmos a SR.

iii) A alta rotatividade dos servidores dentro da Ação: A Diretoria de Desenvolvimento-DD realizou duas grandes capacitações dos asseguradores, uma em 2008, outra em 2010 e uma terceira em 2012, entretanto constatamos que parte dos servidores capacitados não permaneceram na função, prejudicando a continuidade e a qualidade na condução da Ação na SR.

iv) A drástica redução dos servidores na DDA-1 que operam o Programa Terra Sol que no ano de 2011 para 2012 foram reduzidos de 6 para 2.

Em relação aos avanços logrados no exercício de 2012, cabe ressaltar:

i) Revisão da Norma de Execução do Programa Terra Sol: foi procedida a revisão da NE 56/08 resultando na NE INCRA 103/2012 e posterior revisão, nesse mesmo ano, gerando a NE INCRA 106/2012.

ii) Elaboração e publicação do Manual Operacional da Ação: foi organizada por uma equipe de técnicos da Sede e de algumas superintendências que mais se destacam na operação do programa e foi disponibilizada a todos os asseguradores da Ação nos Estados para uma consulta pública, no intuito de abarcar a grande diversidade que há entre as unidades regionais.

iii) Execução da Ação: mesmo com todo o corte de recursos ocasionados pelo Decreto 7.680 de 17/02/2012 e o período de greve (meados de junho a meados de setembro), entendemos que a execução da Ação foi satisfatória, tendo-se praticamente dobrado os valores orçamentários/financeiros da Ação empenhados neste ano de 2012 e mais que triplicado o número de projetos.

Os principais projetos e convênios firmados pela Ação em 2012 foram:

- Continuidade na parceria firmada com Fundação Banco do Brasil – FBB, para implantação de 200 unidades de Produção Agroecológica, em caráter demonstrativo em assentamentos da região Nordeste, abrangendo 04 Superintendências (AL, RN, PE, CE), do convênio INCRA/Assocene (executora do projeto). Em 2012 foi feito aditamento de prazo e valor – até agosto de 2013;
- SR 01 – PA: Implantação de Agroindústrias para Processamento de Mandioca em Dom Eliseu – PA;
- SR 05 – BA:
  - Aquisição de equipamentos de unidades de benf. Mandioca - PAs Santa Luzia, Santa Irene e Nova Vitória - PM Valença, Gongogi e Ilhéus;
  - Construção e reforma de agroindústria - PA Nova Suíça e outros;
  - Projeto executivo de agroindústria - PA Panema e outros - PM Mata de São João e outros;
  - Serviços especializados turismo/arte/agroindústria - PA Maria Zilda e outros - PM Cordeiros e outros;
- SR 06 – MG: Construção de um centro comercial e da Casa do Mel no Projeto de Assentamento Final Feliz na comunidade do Catone Novo, zona rural do município de Joaquim Felício/MG;
- SR 07 – RJ: Exposição Estadual de Produtos da Reforma Agrária - Vários PAs;
- SR 09 – PR:
  - Aquisição de equipamentos para cozinha de agroindústria - conservas vegetais e de frutas, doces em geral e queijos - PM Lapa;

- Estruturação da logística de entrega de lácteos produzidos pelas cooperativas da reforma agrária do Paraná- PM de Querência do Norte;
- Sistema para extração de suco de uva - processo enzimático para produção de suco integral na agroindústria da COOPERCONTESTADO, no PA Etiene – PM de Bituruna;
- Divulgação e Comunicação dos produtos produzidos pelos assentados da COANA - PM Querência do Norte; XI Jornada de Agroecologia;
- SR 10 – SC:
  - Participação na III Feira Sustentável 2012: agricultura familiar, economia solidária, pesca, reforma agrária e energias renováveis. Local: Joinville/SC;
  - Apoio a 13ª Feira da Melancia - Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA – Município de Ponte Alta;
  - Apoio a VII Feira do Frango - PA Tracutinga - COOPERUNIÃO – Município de Dionísio Cerqueira;
  - Instalação de um sistema de coleta, tratamento e armazenamento de água da chuva na COOPEROESTE - vários PAs - PM São Miguel do Oeste.
- SR 11 – RS:
  - Estrutura de beneficiamento de horti-frutigranjeiros permitindo acessar o mercado institucional, principalmente o PNAE. – PM Santana do Livramento;
  - Unidade de beneficiamento de vegetais (cozinha multiuso) no PA Novo Horizonte - PM Santa Margarida do Sul;
  - Padaria Comunitária no PA Santa Fé e de uma Casa do Mel no PA Fazenda São Francisco - PM de Candiota; Construção de prédio para unidade de processamento de vegetais - PA Viamão - PM Viamão;
  - Aquisição de Equipamentos para complementação de Micro Usina de Beneficiamento de Cana - PA Conquista da Luta - PM Itacurubi;
  - Projeto de Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária - Diversos PAs - Diversos Municípios;
  - Aquisição de resfriadores para PAs da região de São Gabriel;
- SR 13 – MT:
  - Unidades de recebimento de leite - PA Iracema - PM de Juína;
  - Aditivo de valor em virtude da adequação do Projeto de Engenharia - PA Iracema - PM Juína;
- SR – 14 AC:
  - Aquisição de caldeira, com instalação, para agroindústria de palmito de pupunha do PDS Bonal - Munic. Senador Guimard;
  - Implantação e estruturação de casas “modelo” de produção de farinha de mandioca em assentamentos do Acre - PDS Nova Baixa verde, PDS São Salvador, PDS Francisco Pimentel e PDS Jamil Jereissati;
- SR 16 – MS: Feira da agricultura familiar no município de Ivinhema – vários PAs;
- SR 18 – PB:
  - Unidade de beneficiamento de mel de abelhas - PA Chico Mendes - PM Riachão do Poço;
  - Casa-do-mel de abelhas - PA Olhos d'Água – Seridó;
  - Serviço de alimentação rural e feirinha agroecológica - PA Santa Cruz - PM Campina Grande;
  - Casa de Farinha - PA Zumbi dos Palmares - PM Mari;
  - Usina de beneficiamento de leite - PA Riacho da Cruz - PM Barra de Santa Rosa;
- SR 29 – MSF: Unidade de beneficiamento e processamento de frutas no Projeto de Assentamento Mandacaru - PM de Petrolina.

Nesse sentido, devemos destacar que mesmo com deficiências ocorridas em 2012, os resultados da Ação são positivos, uma vez que, a exemplo de 2011, também houve cortes substanciais no orçamento da Ação.

**Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358**

Identificação da Ação							
Código		4358					
Descrição		Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa		01EU					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.700.000	2.700.000	2.516.231,50	2.261.190	2.080.906	865	180.285	2.080.041
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	17.819	29.760	2.400.000	2.080.906	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDA e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	-	145.356	89.077	55.041	1.238

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDA e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A importância da ação 4358, para o alcance dos objetivos previstos no novo PPA 2012-2015, foi demonstrada na análise crítica referente ao Quadro A.4.3.4.a. Entretanto, a referida análise não esgotou todos os pontos a serem postos em relevo acerca da ação, vez que o objetivo precípua daquela análise foi demonstrar a estratégia de atuação para atender a meta do PPA referente à expedição de documentos.

Neste item, demonstraremos com maior clareza a operacionalização da ação. Inicialmente, voltamos a destacar que a superação da meta não acompanhou a execução orçamentária que girou em torno de 83%. Entre outros motivos, que serão mais bem detalhados nos Relatórios de Gestão das Regionais do Incra, a ausência de correlação entre a execução física e orçamentária é explicada pela existência de trabalhos desempenhados (sub-ações) com recursos desta ação que não geram resultados para a meta prevista no PC 2012, a exemplo dos trabalhos envolvendo a supervisão e retomada de lotes/parcelas irregularmente ocupados e a indenização de benfeitorias realizadas com recurso próprio, isto é, do assentado. Em adição, a execução acima da meta anual foi devido à maximização das atividades em campo por meio da integração com outras ações de desenvolvimento, bem como a existência de processos, para a regularização da parcela, que já se

encontravam em fase final e que foram utilizados na a composição do resultado desta ação, contribuindo para a eficiência na execução física. Ainda, de forma a justificar a significativa superação da meta física estabelecida no PC 2012, cabe esclarecer que a expedição de documentos ao beneficiário é sabidamente o elemento de menor valor na composição do custo unitário da ação, assim sendo, qualquer frustração no desempenho das outras “sub-ações” poderá impactar positivamente no resultado alcançado, representando uma aparente eficiência na expedição de documentos.

Em referência aos trabalhos desenvolvidos que não redundam em resultado contabilizado para o atendimento da meta da ação 4358, temos:

### **1 - Indenização de Benfeitorias de Boa-fé – Inversão Financeira**

Esta sub-ação, Indenização de Benfeitorias de Boa-fé, criada mais recentemente, representa o reconhecimento que a Instituição passou a ter acerca dos direitos do beneficiário da reforma agrária, em abdicar de sua condição de assentado, sem que isto o submeta a qualquer prejuízo material decorrente de benfeitorias realizadas (implantação de culturas, edificações em geral etc), a expensas de seus próprios recursos.

A iniciativa em si, apesar dos insuficientes recursos reservados a indenizar benfeitorias de boa-fé edificadas por assentados que desistem de suas parcelas, por razões diversas, ou mesmo por pessoas que as ocupam irregularmente, almejando sua regularização, significa um grande avanço da Instituição nas suas relações com esse variado público, em fazer valer os direitos de cada um, assegurados pelo ordenamento jurídico vigente e, por conseqüência, desestimular a pratica delituosa de ações.

A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos - DDA, por meio de Memorando Circular, remetido pelo Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, solicitou às Superintendências Regionais o levantamento de todos os casos de parceleiros desistentes ou ocupantes irregulares que tenham direito à indenização de benfeitorias edificadas de boa-fé, objetivando não apenas aferir as necessidades de crédito adicional para o exercício 2012, como, principalmente, a elaboração de programações para os exercícios subseqüentes, tendo em vista a resolução de todo um passivo. Apenas as regionais do Paraná e Ceará mandaram os pedidos devidamente instruídos, e, por isso mesmo, nos limites das disponibilidades, foram atendidas.

### **2. Supervisão e Retomada de Lotes/Parcelas Irregularmente Ocupados:**

A titulação definitiva das áreas que serão objeto de transferência de domínio é realizada, posteriormente, quando verificado o cumprimento das condições resolutivas dos contratos de concessão de uso firmados anteriormente. Os Títulos de Domínio são outorgados também sob condições resolutivas, sendo que os beneficiários ficam vinculados a essas cláusulas pelo período definido em lei e até que ocorra a liberação formal por parte do Incra. Essa liberação ocorre quando verificado o cumprimento dos compromissos assumidos nas cláusulas dos documentos de titulação. Se verificado o não cumprimento das condições resolutivas dos documentos de titulação, a qualquer tempo, são realizados procedimentos técnicos, administrativos e judiciais para a retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA ou da União, visando sua redestinação. No caso de perda de vocação agrícola de áreas remanescentes dos projetos, são adotados procedimentos para sua destinação na forma da Lei. A supervisão ocupacional é parte indispensável desse processo, vez que identifica a ocupação regular, bem como as distorções na ocupação das parcelas dos assentamentos.

Esta sub-ação, em termos proporcionais e comparativos, tem se mostrado mais relevante na mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos, tendo em vista a sua alta relevância para o controle das áreas de reforma agrária sob o domínio do Incra. Trata-se de uma ação ordinária fundamental para se alcançar a consolidação/emancipação dos Projetos de Assentamento.

No sentido de fazer face ao cumprimento das metas estipuladas no PPA 2012/2015, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos (DDA) propôs a adequação de alguns

normativos internos, com especial atenção aos procedimentos de fiscalização das áreas de reforma agrária, conforme abaixo descritos:

**Instrução Normativa nº 71 – maio 2012**

Normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo Incra nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária

**Norma de Execução nº 102 – junho 2012**

Dispõe sobre a aprovação do Manual de procedimentos relativos à aplicação da IN 71 e estabelece valores de indenização de benfeitorias de pequena monta, previsto no Art. 15 da IN 71.

Esses normativos, antes de sua publicação, foram apresentados e discutidos com:

- Grupo de Trabalho “Terras Públicas e Desapropriação”, instalado junto à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão – Patrimônio Público e Social da Procuradoria Geral da República.

- Movimentos sociais.

Em adição, foram tomadas providências no sentido de qualificar o monitoramento das ações de supervisão ocupacional, quais sejam:

- Solicitação para criação de Plano Orçamentário designado de “Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos”;

- Solicitação a Diretoria de Gestão Estratégica (DE) para criação de Sistema de Monitoramento das Ações de Supervisão Ocupacional dos Projetos de Assentamentos do Incra.

- Foram elaborados Planos de Supervisão Ocupacional nas seguintes superintendências regionais do Incra, com prioridade para a Região Norte, conforme a seguir:

<b>Regional</b>	<b>Nº de Parc. Revis.</b>	<b>Custo Estimado</b>
Marabá	20.076	R\$ 1.214.525,02
Belém	8.461	R\$ 1.089.880,00
Santarém	968	R\$ 305.690,00
Roraima	11.305	R\$ 1.084.385,00
Rondônia	11.158	R\$ 1.211.742,00
Amazonas	12.649	R\$ 1.580.480,00
Mato Grosso do Sul	13.196	R\$ 581.530,00
Bahia	7.280	R\$ 1.258.678,43
Amapá	6.043	R\$ 162.840,00
Acre	1.189	R\$ 144.357,66
Rio Grande do Sul	4.826	R\$ 300.000,00
<b>Total</b>	<b>92.315</b>	<b>R\$ 8.634.108,20</b>

Em que pese a execução orçamentária no exercício 2012, vê-se que o empenho dos recursos totalizou R\$ 2.261.190, representando, aproximadamente, 90% de execução referente à provisão recebida. Ainda que tenha sido atingido um bom patamar de execução do orçamento, a não

execução (empenho) da totalidade dos recursos disponibilizados teve como principal causa a readequação das prioridades nos trabalhos desenvolvidos, em especial, nas Superintendências Regionais do Pará (SR-01), de Goiás (SR-04), do Maranhão (SR-12), do Mato Grosso (SR-13), do Amazonas (SR-15), do Mato Grosso do Sul (SR-16), do Espírito Santo (SR-20), do Tocantins (SR-26) e de Santarém (SR-30). Nessas regionais o empenho ocorreu abaixo de 90% da dotação recebida, entre 64,6% a 88,5%.

Quanto aos restos a pagar, vê-se que existia pouco passivo, bem como, ocorrerá um baixo incremento para esta ação. Contribuindo para essa situação tem-se a forma de operacionalização desta ação, vez que é planejada e executada de forma direta pelas regionais.

Algumas dificuldades foram observadas no desempenho desta ação, impactando, em especial, a titulação definitiva dos lotes, quais sejam:

I. Problemas relacionados à arrecadação e matrícula em nome do INCRA das áreas dos projetos de assentamento, impossibilitando a expedição de documentos de titulação das parcelas;

II. Situações de ausência de averbação nos cartórios de registro de imóveis das áreas de reserva legal dos assentamentos, ocasionando obstáculos ao licenciamento ambiental e à regularização dos lotes dos assentamentos;

III. Situações de ausência do georreferenciamento e de serviços de topografia (demarcação de parcelas/lotes) dos imóveis em cumprimento ao que determina a Lei 10.267/2001 e os decretos que a regulamentam;

IV. Dificuldade na interlocução com representantes de parte dos movimentos sociais em relação à titulação definitiva a ser feita pelo INCRA nos assentamentos;

V. Reduzida capacidade operacional do INCRA para promover vistorias e instrução processual visando titulação definitiva em projetos de assentamento, notadamente em regiões de difícil acesso e longas distâncias entre a sede do INCRA e os projetos (casos, principalmente, dos assentamentos localizados na Amazônia Legal).

VI. Insuficiência de capacitação dos servidores da Autarquia que atuam na área.

Por fim, considerando que a execução desta ação é de responsabilidade direta das Superintendências Regionais, cabendo à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento realizar o apoio, acompanhamento e monitoramento das ações, ressaltamos que o detalhamento da execução física e financeira será apresentado no relatório de gestão que está sendo elaborado pelas referidas unidades descentralizadas.

A supervisão ocupacional de áreas da reforma agrária teve como norte as seguintes estratégias:

I. Priorizar os planos de trabalho para supervisão ocupacional, iniciados ou em curso conduzidos pelas Superintendências Regionais;

II. Priorizar os casos de resolução de irregularidades demandados judicialmente, por Órgãos de Controle, Ministério Público etc;

III. Programar as necessidades de supervisão do processo de ocupação e uso das parcelas, em se tratando das Superintendências não relacionadas com as situações descritas nos itens “I” e “II”, para fins de levantamento e solicitação de crédito suplementar para o exercício de 2012;

IV. Priorizar os Projetos de Assentamento afetados pela construção de barragens, obras públicas em geral, pela desativação em virtude de estarem localizados em áreas inapropriadas, como terras indígenas, unidades de conservação dentre outras;

V. Priorizar os PA onde ocorrem ou estejam ocorrendo conflitos/tensão social.

Sob o acompanhamento e apoio da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos (DDA-2), as Superintendências Regionais procederam a supervisão ocupacional de 14.487 lotes/parcela e a retomada de 1.182 áreas, consoante informação oficial alimentada pelos Asseguradores de Planejamento e homologadas pelos Superintendentes Regionais no Módulo Monitoramento do Sistema de Informações Rurais (SIR). A alimentação do módulo específico do SIR e as diretrizes para a realização do monitoramento e avaliação das principais ações desenvolvidas pelo Incra estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 55 de 3 de agosto de 2009.

Para o próximo exercício estão previstas ações de supervisão ocupacional, prioritariamente, nos 11 estados da Amazônia Legal, perfazendo, aproximadamente, a fiscalização de cerca de 40.000 parcelas, conforme registros no planejamento da Autarquia.

**Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374**

Identificação da Ação							
Código		8374					
Descrição		Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa		01EU					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.500.000	18.500.000	4.361.207,44	4.106.301	3.088.596	206	1.017.705	3.088.390
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Licenciamento ambiental Protocolado ( <b>Ação 8374</b> )	Assentamento	331	655	4.521.731	3.088.596	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Licenciamento ambiental Protocolado ( <b>Ação 8374</b> )*	-	5.077.718	2.126.390	1.598.783	1.352.544

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A ação 8374 tem a finalidade de licenciar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nos questões ambientais, através da realização de estudos e diagnósticos voltados ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental nas suas diversas modalidades conforme estabelecido pela legislação federal e estadual; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças, outorgas e publicações de licenças e material de educação ambiental e outros similares; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal, quando for o caso; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da manutenção dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e do projeto de conservação ou de recuperação de áreas degradadas ou protegidas a ser implementado nos assentamentos; publicação de material informativo; Implantação de projetos de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal; e realização de práticas tecnológicas que visem a recuperação dos solos, como cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes no âmbito do licenciamento ambiental.



No ano de 2012 o recurso inicial para a ação 8374 na LOA foi de R\$18.500.000,00 reais, com uma meta física de 1.156 licenças protocoladas. Após o Decreto Nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, houve um corte orçamentário no qual o recurso foi para R\$ 4.361.207,44 reais com uma meta física de 331 licenças protocoladas. O contingenciamento na ação orçamentária de licenciamento ambiental prejudicou o processo principalmente para a contratação dos estudos necessários ao protocolo das licenças, pagamento das taxas, entre outros. Mesmo com esse cenário desfavorável foram protocoladas 655 solicitações de licenças, superando em 198% a nova meta. Esse número foi considerado satisfatório e se deu devido a várias renovações de LIO protocoladas em 2012, cujos estudos já foram elaborados na época da solicitação do licenciamento.

**Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474**

Identificação da Ação							
Código		4474					
Descrição		Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)					
Iniciativa		01F1					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.800.000	11.800.000	3.957.530,58	3.708.179	2.549.322	0	1.158.857	2.549.322
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada**	Prevista	Realizada	
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	4.276	5.946	4.180.000	2.549.322	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*Conforme solicitação da Coordenação Nacional do PRONERA, toda a execução física foi contabilizada nesta tabela na célula de exercício atual, visto que é utilizado predominantemente recurso do orçamento para manutenção de instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado**	-	2.400.946	1.952.407	327.898	120.641

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A execução física da ação de EJA em 2012 foi de 5.946 alunos, sendo que 4.586 consistem de cursos iniciados em exercícios anteriores, e 1.360 alunos de instrumentos celebrados em 2012. A dotação orçamentária foi ínfima diante da demanda existente. Contamos com a parceria de 06 instituições de ensino sendo, convênio com a AJURI, fundação ligada à UFRR e UNIOESTE, termos de cooperação com UFC, UFG, FUB(UNB) e IFMA. Importante observar que a meta física ultrapassou o projetada devido aos cursos em vigência que estão finalizando sua execução e não tinham previsão de repasse de orçamento, pois este já foi devidamente cumprido. Em alguns

convênios há prorrogação de vigência devido a questão de operacionalização que afetaram o cumprimento da vigência inicialmente estipulada. Houve o recebimento de crédito extraordinário no dia 28.12, mas face ao encerramento do exercício não houve tempo hábil de sua execução, com celebração de novas parcerias.

Esta ação é executada diretamente nos projetos de assentamento ou nos acampamentos, as turmas são montadas com um número mínimo de 20 a 25 alunos. O cansaço, a distancia, o desgaste físico e mental, são fatores que implicam em grande número de desistências. Por isso que as Instituições de Ensino precisam do apoio do coordenador local, e de um planejamento muito bem desenvolvido para trabalhar com esses alunos buscando a continuidade e conclusão seus estudos.

#### Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação							
Código		6952					
Descrição		Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa		01F1					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.200.000	5.200.000	2.041.859,00	2.029.449	177.567	148.872	1.851.882	28.695
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada**	Prevista	Realizada	
1	Profissional Capacitado	Professiona I	510	2.400	2.550.000	177.567	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*Conforme solicitação da Coordenação Nacional do PRONERA, toda a execução física foi contabilizada nesta tabela na célula de exercício atual, visto que é utilizado predominantemente recurso do orçamento para manutenção de instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)*	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	-	3.257.306	6.422	2.642.466	608.418

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A execução da Ação Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, ocorre por meio da parceria com IPEA para realização da II Pesquisa do PRONERA, onde os 510 profissionais trabalham na realização da coleta de dados e consolidação das informações para apresentação das informações quantitativas da Pesquisa. Tem se também a parceria com CNPq, com objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica tecnológica e extensão, por meio de seleção de projetos com foco em inovação tecnológica que desenvolvam

ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária. O propósito dessa parceria é de qualificar a formação de 1500 alunos entre assentados, estudantes e técnicos extensionistas, à geração de conhecimento, capacitação técnico-profissional e os serviços de Assistências Técnica e Extensão Rural junto aos assentados, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do Pronera (Decreto nº7.352/2010) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

#### Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação							
Código		8370					
Descrição		Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa		01F1					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.000.000	22.000.000	17.646.544,68	16.347.074	8.366.078	625.828	7.980.996	7.740.250
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada**	Prevista	Realizada	
1	Profissional Capacitado	Profissional	3.293	3.711	17.995.341	8.366.078	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

\*\*Conforme solicitação da Coordenação Nacional do PRONERA, toda a execução física foi contabilizada nesta tabela na célula de exercício atual, visto que é utilizado predominantemente recurso do orçamento para manutenção de instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	-	8.179.977	1.189.330	4.486.056	2.504.591

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Dentro do limite orçamentário para o exercício de 2012, destinado à execução da ação houve a descentralização de R\$ 12.205.246,25 para as Superintendências Regionais do Incra, visando o pagamento das parcelas dos convênios em execução, para o acompanhamento das atividades dos cursos, participação em seminários, capacitações e reuniões e também para implantação de novos projetos. As parcerias são realizadas com instituições de ensino públicas, no âmbito estadual e municipal, e instituições sem fins lucrativos, sendo os cursos de nível médio e superior são plurianuais. Além do repasse às Superintendências realizamos a descentralização de créditos para Instituições Federais (UFC, UFG, UFRN, UFRJ, UFSC, UFRRJ, FUB(UNB), UFGD, IFMA, IFPA, FIOCRUZ, e CNPq), no montante de R\$ 4.414.827,41. Contamos com

atendimento a 3.711 alunos, sendo que deste total 830 alunos referem-se a novas parcerias celebradas no exercício. A execução orçamentário-financeira foi abaixo das expectativas tendo em vista as dificuldades enfrentadas quanto a liberação financeira. Ainda persistem as dificuldades de operacionalização das parcerias via SICONV, tanto por parte das convenientes quanto do INCRA.

#### 4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

##### Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação							
Código		4470					
Descrição		Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa		01CB					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
248.763.100	268.763.100	228.401.448,07	227.059.760	57.720.507	998.443	169.339.253	56.722.064
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Assistida	Família	203.897	95.985	224.233.959	57.720.507	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	162.242	137.523.897	31.916.657	58.601.796	47.005.444

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DDI-2 e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A execução física realizadas pela UJ, no exercício de 2012, foi de 258.227 famílias atendidas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, o que significou 119% da meta física estabelecida na Lei Orçamentária Anual (216.900 famílias), sendo que destas, 162.242 famílias foram beneficiadas com orçamento por instrumentos firmados em anos anteriores a 2012 e que continuaram em vigência e, 95.985 famílias foram beneficiadas por instrumentos firmados no exercício de 2012. Ainda deste total, 249.471 famílias continuarão a ser atendidas pela ação em instrumentos cuja vigência continua em 2012.

Os dados de execução física apresentados neste documento são diferentes dos dados lançados no SIOP, pois, após o prazo de fechamento da sua alimentação, identificamos alterações

no quantitativo de famílias em instrumentos firmados nas Regionais do INCRA (redução ou acréscimo de assentamentos atendidos) e novos instrumentos firmados ao final do ano.

Este alto índice de execução em relação à meta física estabelecida inicialmente, se deu devido a alguns fatores, como:

i) Existência de instrumentos vigentes firmados em outros exercícios que possuem o valor/família abaixo da média estabelecida. Citamos especialmente o exemplo da Superintendência Regional da Bahia, que, em parceria com o Governo do Estado, firmou convênio para o atendimento de 35.000 famílias assentadas, a um valor muito abaixo do valor/família praticado na média nacional, uma vez que o Governo daquele estado pode aportar uma considerável contrapartida.

ii) Existência de um expressivo volume de recursos de Restos a Pagar que foram efetivamente aplicados no exercício de 2011, aumentando o montante disponível para a execução da ação em 2011.

iii) A aferição da meta física não distingue a o período total de atendimento da ATER às famílias assentadas, uma vez que o valor/família médio estabelecido na Programação Operacional é para o atendimento de um ano. Logo, mesmo que haja um atendimento por um período inferior a um ano (ocorrido em geral por haver instrumentos advindos de anos anteriores que têm sua vigência estendida até o exercício atual, ou por haver interrupção nos instrumentos por motivos de ordem administrativa), ele é contabilizado na meta total.

Destaca-se que algumas Superintendências Regionais praticamente universalizaram os serviços de assessoria técnica para as famílias assentadas nos estados do Ceará (SR-02), Bahia (SR-05), São Paulo (SR-08), Paraná (SR-08), Santa Catarina (SR-10), Rio Grande do Sul (SR-11), Paraíba (SR-18) e Espírito Santo (SR-20).

Ressalta-se ainda que, no exercício de 2012, as Superintendências Regionais que em 2011 não disponibilizaram serviços de ATER, conseguiram realizar Chamadas Públicas e efetivar contratos em 2012 (SR 19/RN e SR 21/AP).

A maioria das Superintendências Regionais do INCRA (29 SRs) já firmaram algum instrumento para viabilização dos serviços de ATER ou já lançaram Chamadas Públicas que permitirão essa contratação no início de 2012.

#### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS DE ATER

Exercício	Famílias atendidas pela ATES
2003	95.565
2004	305.126
2005	314.283
2006	374.752
2007	305.558
2008	397.796
2009	267.648
2010	295.033
2011	292.788
2012	258.227

Fonte: Módulo de Monitoramento/SIR e DD

Analisando o quadro evolutivo da execução de ATER de 2003 a 2009, verificamos uma queda no atendimento de famílias no exercício de 2009 em relação aos anos anteriores. Vale ressaltar que entre 2004 a 2008, o cômputo da meta superestimava o número de famílias atendidas, pois poderia haver sobreposição de famílias já atendidas em instrumentos de anos anteriores (convênios, contratos e termos de parceria do período 2004-2009, prorrogados em função de

diversos motivos, entre eles atrasos nos repasses de recursos pelo INCRA e dificuldades de execução das atividades pelas entidades).

A partir de 2009 o método de aferição da meta já passa a desconsiderar as famílias “repetidas”, apresentando de forma mais correta o quantitativo de beneficiários da ação. Embora a meta física de 2012 tenha sido inferior à meta de 2011, este exercício foi extremamente positivo no que tange a execução física da ATER, a qual atendeu e superou a meta estabelecida inicialmente, confirmando uma tendência de avanço e ampliação dos serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social na Reforma Agrária.

Dentre os fatores que limitaram uma execução física ainda maior, podemos citar o Decreto 7.445/11, que diminuiu consideravelmente o orçamento inicialmente previsto para a ATER em 2012, e a continuidade do processo de adequação devido às alterações advindas da Lei 12.188/2010. Com a mudança da forma de operacionalização de ATER, as Superintendências Regionais do INCRA continuaram evoluindo na adaptação à nova sistemática, se empenharam no complexo processo de elaboração das Chamadas Públicas para viabilizar a contratação de entidades prestadoras, o que levou maior tempo até a formalização destes instrumentos.

Além disso, as próprias entidades que atuam no campo da Assessoria Técnica no meio rural também continuaram no processo de adaptação às novas diretrizes para que pudessem concorrer às Chamadas Públicas de ATER, as quais exigem uma série de critérios para a seleção de propostas.

Ocorreram então, vários casos de Chamadas Públicas que não tiveram propostas qualificadas aptas para serem aceitas pelo INCRA e conseqüentemente, nestes casos, não foi possível firmar contratos. Soma-se a isso a atualização dos valores pagos pelos serviços de ATER, os quais estão mais condizentes com a realidade de mercado.

Ainda assim, durante o ano de 2012, 258.227 famílias foram atendidas com os serviços de ATER em 28 Superintendências Regionais em todo o Brasil, e a perspectiva é de ampliação deste número em 2013, uma vez que já se encontram firmados instrumentos para atender a famílias na SR 22-AL, e estão em curso novas elaborações de Chamadas Públicas no Maranhão e Tocantins.

Por esta abrangência já estabelecida, avaliamos que a ação de ATER está se consolidando em todos os Estados como uma importante política pública para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, tendo o reconhecimento e a contribuição de assentados, atores sociais do campo e entidades governamentais.

Com relação aos recursos inscritos em Restos a Pagar, várias Superintendências Regionais concluíram os procedimentos de contratação ou renovação de instrumentos nos últimos meses de 2011, situação que levou essas Superintendências a empenharem os recursos de 2011 para executá-los ao longo de 2012.

#### Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação							
Código		4448					
Descrição		Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Iniciativa		01CB					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.800.000	3.800.000	1.776.550,00	1.765.640	664.751	507.287	1.100.889	157.464

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente	589		1.767.000	664.751

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado**		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

\*\*Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Além dos serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social prestados às famílias assentadas, a ação de ATER viabilizou em 2012 parcerias que constituíram equipes de articuladores para acompanhar e potencializar as ações dos Núcleos Operacionais de ATER, nos estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas equipes de articulação são unidades compostas por profissionais de nível superior, com formações acadêmicas variadas (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras), que contribuem no planejamento estratégico e operacional das atividades desenvolvidas pelos Núcleos Operacionais de ATER, em face do diagnóstico territorial e local, tomando como base as diretrizes de planejamento apresentadas pelo INCRA, sendo um importante elemento para qualificação das ações ATER.

Outrossim destacam-se algumas ações voltadas á formação e capacitação, a saber:

i) Oficina Nacional sobre Monitoramento e Fiscalização dos instrumentos de ATER, que teve por objetivo orientar as equipes de ATER das Superintendências Regionais do INCRA quanto aos procedimentos para monitoramento e fiscalização dos contratos e convênios existentes, conforme regulamentada Portaria INCRA/P/nº581/2010

ii) Capacitação Nacional sobre o Sistema Informatizado de ATER, que teve por objetivo capacitar técnicos das Superintendências Regionais do INCRA e representantes de entidades prestadoras de ATER a operar o SIATER, sistema pelo qual é realizado o monitoramento da execução dos contratos de ATER regidos pela Lei 12.188.

iii) Oficinas Iniciais dos Contratos de ATER em algumas Superintendências Regionais (SR 03/PE, SR 20/ES, SR 23/SE, SR 28/DFE, SR 29/MSF), que envolveram técnicos e dirigentes das Regionais do INCRA e técnicos das entidades prestadoras contratadas para execução de ATER, tendo por objetivo discutir a concepção e abordagem para os serviços de ATER e a operacionalização dos contratos firmados.

iv) Oficinas de Avaliação dos serviços de ATER nos estados (SR 11/RS), que envolveram técnicos e dirigentes das Regionais do INCRA, entidades prestadoras contratadas para execução de ATER e assentados da Reforma Agrária, tendo por objetivo avaliar os serviços de ATER prestados no estado e propor ações visando sua qualificação.

v) Oficinas de Subsídio a Elaboração de Chamadas Públicas de ATER (SR 12/MA, SR 27/MBA), que tiveram por objetivo identificar e qualificar a demanda dos serviços de ATER a serem contratadas via Chamada Pública

### 4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

**Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859**

Identificação da Ação							
Código		0859					
Descrição		Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa		047A					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000.000	50.000.000	46.956.432,29	43.177.033	4.093.929	0	39.083.104	4.093.929
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Indenizada	Ha	41.656	1.185	47.905.850	4.093.929	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	-	757.215	95.841	615	660.759

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A indenização aos ocupantes das Terras de Quilombos tem por objetivo viabilizar o processo de desintração de não-quilombolas dos territórios decretados, e, por conseguinte, a titulação das áreas em nome da entidade representativa da comunidade beneficiária.

Em 2012, foram decretados como de interesse social 11 (onze) territórios quilombolas, que somados aos 42 territórios decretados nos últimos três anos totalizam 515.456,0822 ha a serem desintrados. Segue abaixo quadro com os territórios decretados em 2012.

SR	Território Quilombola	Município	Área /ha	Nº de família
05/BA	Agreste	Seabra	2.340,5536	74
	Mata do Sapé	Macaúbas	2.643,0730	36
	Sambaíba	Macaúbas e Tanque Novo	2.511,5849	68
	Olhos D'Água do Basílio	Seabra	4.825,8623	73
11/RS	Manoel Barbosa	Gravataí	152,5320	65



	Rincão dos Caixões	Jacuzinho	226,1684	22
19/RN	Boa Vista dos Negros	Parelhas	445,2676	36
20/ES	São Pedro	Ibiraçu	314,0707	43
23/SE	Serra da Guia	Poço Redondo	9.013,1831	197
28/DFE	Baco Pari	Posse	3.147,4885	46
	Família Magalhães	Nova Roma	5.492,1421	22

Em 2011, foram trabalhados os decretos publicados em 2009, 2010 e 2011. Para o exercício de 2012 a meta física programada foi de 41.656 ha, e o recurso financeiro previsto para sua execução foi de R\$ 47.905.850,00. É importante advertir que o valor do hectare apontado pelo PPA foi subestimado, e assim, desde 2010 há um descompasso entre a meta física e a meta financeira. O recurso financeiro nunca é suficiente para o cumprimento da meta física.

A regularização de territórios quilombolas é complexa, seu processo é formado por duas grandes fases, a identificação e reconhecimento, e a desintração, e cada uma dessas fases é dividida em diversas etapas. A desintração começa a partir da declaração do território como de interesse social. Após a publicação do decreto o INCRA está autorizado a iniciar a avaliação dos imóveis e o levantamento da cadeia dominial.

O levantamento da cadeia dominial é uma das mais complexas etapas da desintração, é preciso levantar todos os registros e suas modificações até o momento que o imóvel foi destacado do patrimônio público, o que nem sempre é possível, dada a estrutura pouco organizada dos cartórios brasileiros. Quando não há nos cartórios o registro originário do imóvel, o Incra é obrigado a formalizar questionamento à unidade federativa de localidade do imóvel a respeito da dominialidade da área, o que retarda o processo de regularização do território.

A vistoria e avaliação é o passo que determina o valor da terra nua e das benfeitorias, portanto, o valor total a ser pago ao interessado. Para determinar esse valor, é feito um estudo do mercado de imóveis rurais da região e o levantamento de todas as benfeitorias do imóvel e seu estado de conservação, assim como avaliação do solo e relevo, bem como os danos ambientais, se houver, no sentido de promover as medidas legais. O produto da avaliação e a cadeia dominial são as principais peças necessárias ao ajuizamento das ações desapropriatórias.

Finalizadas as peças acima citadas, e somadas a elas todos os demais documentos exigidos pelos normativos, como por exemplo, a NE/ DF/DT nº 03 / 2010, os processos estão prontos para ajuizamento. O poder judiciário de cada Unidade da Federação adota uma forma distinta de recepção da petição de ajuizamento. Como regra geral para propor a ação o primeiro passo é empenhar o recurso orçamentário, a nota de empenho compõe a juntada de documentos e sem essa o ajuizamento não é aceito.

Para efetuar o pagamento é preciso aguardar a abertura de conta bancária em nome do desapropriado específica para receber a indenização. A conta somente é aberta por ordem judicial, portanto, é necessário aguardar o primeiro movimento do processo, que leva de 10 a 60 dias a partir da propositura da ação. Em 2012 R\$ 4.452.000,00 não foram pagos porque até o dia 28/12/2012, data final para efetuar pagamento, o poder judiciário não havia determinado a abertura de conta. Há de destacar ainda que a demora na manifestação do judiciário torna ainda mais lento o processo de regularização das comunidades quilombolas.

Em alguns estados a apresentação da nota de empenho do recurso orçamentário não é considerada suficiente pelo poder judiciário, nesses estados é exigido que seja apresentada uma garantia que o recurso financeiro esteja disponível na autarquia. Em 2012 três ações que totalizariam 9.454,5818 ha, a um custo de R\$ 5.696.904,77, não foram ajuizadas porque o Tesouro Nacional não liberou o recurso financeiro até o dia 28/12/2012.

Em 2012 o Incra estava pronto para pagar aproximadamente 11 mil ha, que totalizam R\$ 10.421.904,77, cerca de ¼ da sua meta, e o pagamento não foi efetuado por questões alheias a sua

governabilidade, como dito anteriormente, o poder judiciário determina as condições de ajuizamento e pagamento do valores de indenização.

Os 30 mil ha restantes não foram ajuizados e, por conseguinte pagos, porque a finalização dos trabalhos técnicos se deu na primeira quinzena de dezembro, portanto, sem tempo hábil ao ajuizamento, tendo em vista o recesso da AGU e judiciário. A finalização tardia dos trabalhos se deve a insuficiências de servidores na autarquia e o movimento grevista realizados pelos servidores em 2012, que lutam por melhoria nas condições de trabalho e aumento de servidores na Autarquia, como uma das alternativas para agilizar os trabalhos realizados.

#### Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação							
Código		20T1					
Descrição		Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa		047A					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000	6.000.000	4.739.564,56	4.466.903	2.106.895	3.161	2.360.008	2.103.735
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira* (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Reconhecida	Ha	6.316	2.882,3627	4.825.090	2.106.895	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida*	-	3.690.876	534.349	1.535.003	1.621.524

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI, DFQ e Módulo de Monitoramento (relatório em 19.02.2013).

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

O procedimento de titulação das comunidades remanescentes de quilombo foi instituído por força do art. 68 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo DECRETO N°4887/2003 e pela INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA N°57/2009. Segundo a IN57/2009, o procedimento administrativo de identificação e titulação dos territórios quilombolas começa pela manifestação do interesse da comunidade, através de associação ou de ofício pelo INCRA. Resumidamente, as próximas etapas incluem: 1) o trabalho técnico de campo, formalizado e publicado oficialmente no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; 2) o momento em que os posseiros/proprietários de imóveis presentes no território quilombola podem contestar a área delimitada no RTID; 3) a recepção, análise e julgamento administrativo das contestações e recursos apresentados pelos posseiros/proprietários; 4) as publicações da Portaria de reconhecimento e do Decreto que declara a área de interesse social; 5) a etapa de desintrusão, na qual os

posseiros/proprietários não quilombolas são retirados da área demarcada, recebendo as devidas indenizações (quando proprietários legítimos), conforme avaliação realizada por técnicos do INCRA; e 6) por fim, a demarcação, titulação e registro do território e o reassentamento de agricultores familiares público da Reforma Agrária, quando houver. Este último, é uma medida que embora seja derivada da desinstituição, deverá ser feita pela Diretoria de Obtenção de Terras, que dispõe das atribuições legais para tal.

Na ação Reconhecimento e Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos os resultados obtidos no exercício em termos de cumprimento de metas não foram satisfatórios. Foram publicadas 3 Portarias reconhecendo um total de 476 famílias quilombolas (vide Tab. 01), totalizando 2.882,3627 ha reconhecidos, enquanto a meta definida para ação foi de 6.316 mil ha. Entretanto, o número de famílias atendidas foi consideravelmente alto.

### Portarias de Reconhecimento – 2012

SR	Nº	Comunidade	Município	Área/ha	Nº de Famílias
02/CE	1	Sítio Arruda	Araripe e Salitre	334,3401	34
	2	Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim	Tamboril	1.959,7452	67
	3	Alto Alegre, Adjacências e Base	Horizonte e Pacajus	588,2774	375
TOTAL	3 Portarias em 2012			2.882,3627	476

Entretanto, embora o produto desta ação seja a Portaria de Reconhecimento, esta ação conta com uma série de atividades anteriores e necessárias, o que inclui todo o trabalho de campo para a elaboração do Relatório Antropológico e demais atividades envolvidas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que é o instrumento técnico que identifica e delimita o território. Em 2012, foram publicados um total de 11 RTIDs em 10 estados, identificando uma área de 16.449,3460 ha (vide Tab.02). Ressalta-se também a existência de uma grande quantidade de atividades referentes à elaboração do RTID que não são mensuradas, mas que, no entanto, implicam no cumprimento de metas físicas quanto financeira.

### RTIDs Publicados – 2012

SR	Nº	Cunidade	Município	Área/ha	Nº de Famílias
01/PA	1	Narcisa	Capitão Poço	618,9320	7
	2	Bacabal	Salvaterra	516,2471	55
02/CE	3	Minador	Novo Oriente	1.886,1199	56
05/BA	4	Morro Redondo	Seabra	5.080,7329	66
06/MG	5	Luizes	Belo Horizonte	2,2928	30
08/SP	6	São Pedro	Eldorado e Iporanga	4.686,9803	39
10/SC	7	Família Thomaz	Treze de Maio	30,8671	30
12/MA	8	Charco	São Vicente Férrer	1.347,7559	137
18/PB	9	Paratibe	João Pessoa	267,4308	114
21/AP	10	São Raimundo da Pirativa	Santana	23,4184	13
23/SE	11	Ladeiras	Japoatã	1.988,5688	272
TOTAL	11 RTIDs em 2012			16.449,3460	819

Embora os resultados da ação não tenham sido satisfatórios, em termos de execução física (área reconhecida), alguns avanços merecem destaque. O primeiro deles foi à contratação de relatórios antropológicos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Para tanto, o empenho da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ – para garantir a contratação dos Relatórios Antropológicos licitados através de Pregão realizado em 2011 foi imprescindível, tendo em vista que foi possível contratar 70 Relatórios Antropológicos em 2012. Tais contratações foram possíveis, pois o INCRA/DFQ dispôs não somente de seus recursos orçamentários, mas também se articulou com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social – SEPPPIR, através da assinatura de um Termo de Cooperação que permitiu o aporte de R\$ 1,45 milhão para a contratação de 23 Relatórios Antropológicos.

<b>RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS CONTRATADOS EM 2012</b>			
<b>Item</b>	<b>SR</b>	<b>Comunidade e Municípios/UF Abrangidos</b>	<b>Quantidade Produtos</b>
15	PA	Rosário - Salvaterra (SEPPPIR)	1
15		Boa Vista - Salvaterra (SEPPPIR)	1
15		Vila Mariana - Viséu (SEPPPIR)	1
15		Rio de Fugido - Baião (SEPPPIR)	1
8	MT	Laranjal – Poconé	1
8		Tanque do Padre – Poconé	1
8		Jejum – Poconé	1
8		Morrinhos – Poconé	1
49	MG	Brejo de São Caetano - Manga (SEPPPIR)	1
49		Pedra Preta - Manga (SEPPPIR)	1
54		Cercado - Paracatu (SEPPPIR)	1
54		Pontal - Paracatu (SEPPPIR)	1
54		Inocência Pereira de Oliveira - Paracatu	1
30	MA	Jussatuba - São José de Ribamar (SEPPPIR)	1
31		Paissandu - Rosário (SEPPPIR)	1
31		Miranda do Rosário - Rosário (SEPPPIR)	1
16	STM-PA	Ariramba – Óbidos	1
17		Moura - Oriximiná	1
17		Jamary/Curaça/JUquirizinho/Juquiri Grande/Palhal /Erepecuru/Último Quilombo - Oriximiná	1
32	MA	São João da Mata – Anajatuba	1
32		Santa Luzia - Santa Rita	1
32		Jiquiri/São Raimundo - Santa Rita	1
33		Santana/São Patricio - Itapecuru Mirim	1
33		Outeiro dos Nogueiras - Itapecuru Mirim	1
37		São Pedro - São Luiz Gonzaga (SEPPPIR)	1
37		Santarém/Santana - São Luiz Gonzaga (SEPPPIR)	1
38		Marmorana/Boa Hora - Alto Alegre do Maranhão (SEPPPIR)	1
38		Piratininga - Bacabal (SEPPPIR)	1
39		Santa Maria - Cajari (SEPPPIR)	1
39		Camaputua - Cajari (SEPPPIR)	1

40		Gapó - Penalva (SEPPIR)	1
40		Tanque do Valença - Matinha (SEPPIR)	1
22	BA	Lagoa Santa – Ituberá	1
22		Fojo – Itacaré	1
22		Porto do Campo - Camamu	1
22		Ronco / Abóbora - Camamu	1
22		Jetimana - Camamu	1
22		Batateira – Cairú	1
44	PB	Engenho Mundo Novo – Areia	1
45		Gurugi – Conde	1
1	RS	Linha Fão - Arroio do Tigre	1
1		Picada das Vassouras - Caçapava do Sul	1
1		Rincão Santo Inácio - Nova Palma	1
1		Julio Borges - Salto do Jacui	1
34	MA	Benfica - Itapecuru Mirim	1
34		Buragi - Itapecuru Mirim	1
34		Bacuri dos Pires – Cantanhede	1
34		Estiva de Cotó - Presidente Vargas	1
34		Amapá dos Catarinos - Nina Rodrigues	1
51		Quilombo - Minas Novas	1
55	MG	Terra Dura - São João da Ponte	1
55		Sete Ladeiras - São João da Ponte	1
28	PI	Sumidouro - Queimada Nova	1
28		Pitombeira/Peixe - Queimada Nova	1
28		Contente – Paulistana	1
46	CE	Córrego Ubarana – Aracati	1
18	BA	Fazenda Grande - Muquem do São Francisco (SEPPIR)	1
18		Boa Vista do Pixaim - Muquem do São Francisco (SEPPIR)	1
18		Torrinhas - Barra (SEPPIR)	1
18		Alegre/Barreiros/Alto do Bebedouro-Itaguaçu da Bahia (SEPPIR)	1
19		Tomé Nunes – Malhada	1
41	MA	Estivas dos Mafras - Mirinzal (SEPPIR)	1
41		Brasília - Serrano do Maranhão (SEPPIR)	1
48	MG	Pimentel - Pedro Leopoldo	1
48		Cachoeira dos Forros - Passa Tempo	1
48		Sapé – Brumadinho	1
48		Marinhos / Rodrigues – Brumadinho	1
48		Ribeirão – Brumadinho	1
52		Mata dos Crioulos – Diamantina	1
52		Vargem do Inhaí – Diamantina	1
TOTAL			70

Uma outra parceria merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA/DFQ e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de 2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende aprimorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Em 2012, foram empenhados R\$ 4,46 milhões, de um montante inicialmente previsto de R\$ 6 milhões para a ação 20T1. Foram pagos R\$ 2,1 milhões de recursos empenhados no exercício em análise e mais R\$ 1,53 milhões de recursos que estavam em restos a pagar (empenhados em 2011). O montante inscrito em RAP em fins de 2012 refere-se aos relatórios antropológicos contratados já mencionados anteriormente. Isso se explica pela complexidade e tempo de maturação destes relatórios, que geralmente se iniciam em um exercício e finalizam no posterior.

Destacamos que os gastos efetuados na ação 20T1 contemplam uma grande quantidade de atividades, como os recursos para a execução dos trabalhos de campo (diárias, passagens, etc) do RTID; os recursos para as diversas publicações; os recursos para a realização de vistorias de avaliação dos imóveis, e recursos para a contratação dos Relatórios Antropológicos.

Os baixos resultados apresentados na execução da ação 20T1 podem ser explicados por alguns motivos. O primeiro deles foi a greve de servidores em 2012, que atrasou o andamento dos trabalhos de identificação e limitação. Outro entrave que a política de regularização enfrentou em 2012, foi a ausência de reuniões do Conselho Diretor, devido à mudança da nova Presidência da Autarquia, o que ocasionou o não julgamento dos recursos interpostos pelos contestantes do RTIDs, impedindo a elaboração de novas portarias de reconhecimento. Atrelado a este fato, as novas exigências da Casa Civil influenciaram a Procuradoria Especializada no INCRA no sentido de aprimorar os procedimentos de regularização dos territórios quilombolas. Por isso novas metodologias de análises dos processos foram adotadas, retardando a publicação de novas portarias. Tais fatos refletiram de forma direta no número de publicações de Portaria de Reconhecimento dos territórios quilombolas e conseqüentemente nas metas estabelecidas anteriormente.

#### **4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

Não há Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado sob responsabilidade do INCRA, mas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

#### **4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

**Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000**

<b>Identificação da Ação</b>				
Código	2000			
Descrição	Administração da Unidade			
Unidade Responsável	INCRA			
Unidade Orçamentária	22201			
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação	Provisão	Despesa	Restos a Pagar	Valores

Inicial	Final	Recebida + Destaque Recebido	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos
98.450.000	113.616.666	116.148.334,79	108.977.856	95.791.864	405.906	13.185.992	95.385.958
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira*		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
<b>1</b>	-	-	-	-	98.450.000		95.385.958

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

\* A Meta Financeira considerada foi à prevista na Dotação Inicial. A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)*	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
<b>1</b>	-	-	17.235.520	3.383.846	7.714.901	6.136.773

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Antes de discorrermos sobre as atividades desenvolvidas pela Ação, é necessário deixar evidente que esta possui uma grande particularidade que é o fato de ser uma Ação padronizada, isto é, ela é igual ou realizada pelos diversos órgãos e unidades orçamentárias da Administração pública federal. Como consequência imediata desta particularidade, podemos afirmar que o seu desenvolvimento ou sua realização deve, no mínimo, ser semelhante em todas as unidades orçamentárias que a executam, diferentemente das ações finalísticas.

Soma-se a esta particularidade, o fato dela não conter meta física. Desta forma, entendemos que parte das orientações emanadas pela Portaria TCU Nº 119/2011, não se aplicam ao caso da ação 2000. Por consequência, daremos um tratamento diferenciado ao caso. Feitas estas considerações iniciais, passaremos agora a discorrer sobre os trabalhos desenvolvidos na ação durante o exercício de 2012.

A Ação Administração da Unidade é composta, principalmente, das despesas com folha de pagamento Pessoal Ativo (Nacional) e despesas com os custos administrativos que envolvem a Sede, situada no Setor Bancário Norte - SBN, com uma estrutura de 23 andares; 30 Superintendências Regionais nas Unidades da Federação e mais 45 Unidades Avançadas e Amazônia Legal.

O Crédito Orçamentário destinado a esta Ação foi executado (despesa liquidada) aproximadamente 82% em relação à provisão recebida (inclusive os destaques recebidos), agregando despesas com apoio e suporte das atividades administrativas, destacando-se pagamentos tais como: de folha de pessoal ativo, contratos com serviços terceirizados, locação de imóveis, ressarcimento de moradia funcional, Estagiários, PASEP, serviços de Utilidade Pública, diárias e passagens inclusive para cumprir determinações da GCU, com instaurações de Comissões Disciplinares e diversos contratos de manutenção.

Quanto aos créditos inscritos em RAP, trata-se de despesas inscritas pelo processo automático em restos a pagar não processadas quando do encerramento dos exercícios financeiros anteriores, conforme legislação em vigor. As não quitações destes débitos assumidos pela administração decorrem, principalmente, pela insuficiência de financeiro em 2012.

**Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572**

Identificação da Ação							
Código		4572					
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável		INCRA					
Unidade Orçamentária		22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Provisão Recebida + Destaque Recebido	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.200.000	3.200.000	2.086.930,72	1.796.515	1.590.064	1.190	206.451	1.588.874
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira*		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Servidor Capacitado	Servidor Capacitado	863	2.341	2.179.155	1.588.874	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Servidor Capacitado*	-	402.045	121.113	247.316	33.616

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

O cumprimento das metas da Capacitação 2012 gerou impacto institucional na medida em que a capacitação é instrumento produtor de melhoria nas tarefas produzidas pelos servidores, as quais naturalmente evoluem para atividades e programas até refletir nas ações finalísticas do INCRA. A qualidade das tarefas resulta de uma tríade baseada na gestão por competências, fundamento do Decreto nº 5.707/2006, que é o desenvolvimento do servidor nas dimensões do conhecimento, da habilidade e da atitude.

No início do exercício de 2012, a Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional iniciou um processo de retomada das diretrizes estratégicas de capacitação, envidou esforços para institucionalizar a capacitação dos servidores do INCRA no sentido de priorizar eventos coletivos de alcance nacional previamente definidos e planejados pelas Diretorias e Superintendências, de modo a incorporar uma postura propositiva frente às demandas estratégicas do INCRA.

Para tanto, foi proposta a criação de uma instância de alçada decisória que deliberasse sobre a gestão do orçamento, descentralização dos recursos orçamentários e financeiros às Superintendências Regionais; a priorização das capacitações institucionais e o estabelecimento de critérios e linhas de pesquisa para pós-graduação.

Assim, em 04/04/2012 foi constituído o Comitê Gestor de Capacitação, por meio da Portaria INCRA Nº 236. Pretendeu-se assim, construir um Plano Anual de Capacitação que, a partir das definições apontadas pelo Comitê, com base no levantamento de necessidades já realizado na Sede e Superintendências, apresentasse um cronograma de cursos institucionais para o exercício.



Ainda que a DAH3 tenha iniciado os procedimentos para a organização de tais eventos, não foi possível a realização de todos os projetos previstos tendo em vista o movimento paresta dos servidores iniciado em junho/2012 e o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, bem como a mudança de gestão do INCRA, incluindo-se aí a gestão da DA e DAH.

Ademais, o Comitê não levou a termo a priorização dos eventos de capacitação da área finalística, cuja dificuldade em reunir seus membros, após inúmeras tentativas, fez com que restasse sobrestado o programa de capacitação da DF, DT e DD.

Em que pese tais adversidades, foram realizados eventos institucionais de Planejamento Estratégico, SICONV e Quantun Gis, ministrados em sua maioria com instrutoria interna, bem como a promoção e investimento em cursos externos de curta duração; sendo possível portanto a superação da meta física em 271%. Dentre os 2.341 servidores capacitados 533 correspondem a servidores da Sede, sendo os demais referentes às Superintendências Regionais.

#### **Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira*	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	-	-	-	-		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

\* A Meta Financeira realizada corresponde ao Valor Liquidado da Ação orçamentária.

<b>Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios Anteriores</b>						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)*	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	-	-	402.045	121.113	247.316	33.616

\*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

## **4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa**

### **4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ**

**Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA	49201	37001

**4.2.2 Programação de Despesas**

**4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes**

**Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	810.879.003,00	736.743.695,00	0,00	0,00	471.440.000,00	513.060.419,00	
	PLOA	838.930.735,00	757.538.862,00	0,00	0,00	774.063.000,00	869.018.879,00	
	LOA	838.930.735,00	757.538.862,00	0,00	0,00	830.339.735,00	810.218.879,00	
CRÉDITOS	Suplementares	17.702.504,00	97.890.374,00	0,00	0,00	34.620.000,00	550.000,00	
	Especiais	Abertos		0,00			0,00	
		Reabertos		0,00			0,00	
	Extraordinários	Abertos		0,00			10.820.000,00	0,00
		Reabertos		0,00				0,00
Créditos Cancelados	169.736.790,00	-17.045.755,00	0,00	0,00	-37.000.000,00	-10.933.301,00		
Outras Operações			0,00				0,00	
<b>Total</b>		686.896.449,00	838.383.481,00	0,00	0,00	838.779.735,00	799.835.569	

Fonte: SIAFI Gerencial, PLOA e LOA – 2011 e Relatório SIOP UO – elaboração da proposta de 2012

**4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital**

**Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	141.910.000,00	287.701.456,00	536.650.000,00	480.000.000,00	0,00	0,00
	PLOA	239.210.000,00	447.164.283,00	1.197.362.410,00	953.805.565,00	0,00	0,00
	LOA	321.242.000,00	445.121.507,00	1.197.362.410,00	903.805.565,00	0,00	0,00

<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				61.000.000,00	400.000.000,00	0,00	0,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>					0,00	0,00	
		<b>Reabertos</b>						0,00	0,00
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>						0,00	0,00
		<b>Reabertos</b>						0,00	0,00
<b>Créditos Cancelados</b>		-8.500.000,00	-500.000,00			-134.955.031,00	0,00	0,00	
<b>Outras Operações</b>							0,00	0,00	
<b>Total</b>		312.742.000,00	444.621.507,00	1.237.362.410,00		1.168.850.534,00	0,00	0,00	

Fonte: Siafi Gerencial, PLOA e LOA – 2011 e Relatório SIOP UO – elaboração da proposta de 2012

OBS:

a) Valores oriundos do órgão 74000 – Operações oficiais de crédito (GD-5), não incluídos no quadro acima: crédito instalação, 2011 R\$ 900.000.000,00 e 2012 R\$ 946.000.000,00.

b) dotação proposta pela UO em conformidade com o limite estabelecido para inserção do siop.

#### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

**Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>	1.282.319.003,00	1.249.804.078,00	678.560.000,00	767.701.446,00	0,00	0,00	
	<b>PLOA</b>	1.612.993.984,00	1.626.557.732,00	1.436.572.410,00	1.400.969.848,00	0,00	0,00	
	<b>LOA</b>	1.669.270.470,00	1.567.757.732,00	1.518.604.410,00	1.348.927.072,00	0,00	110.000.000,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	52.322.504,00	98.440.374,00	61.000.000,00	400.000.000,00	0,00	0,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		0,00		0,00	0,00	0,00
		<b>Reabertos</b>		0,00		0,00	0,00	0,00
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	10.820.000,00	0,00	150.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		<b>Reabertos</b>		0,00		0,00	0,00	0,00
<b>Créditos Cancelados</b>		-206.736.790,00	-27.979.056,00	-179.500.000,00	-135.455.031,00	0,00	0,00	
<b>Outras Operações</b>			0,00		0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>		1.525.676.184,00	1.638.219.050,00	1.550.104.410,00	1.613.472.041,00	0,00	110.000.000,00	

Fonte: Siafi Gerencial, PLOA e LOA – 2012 e Relatório SIOP UO – elaboração da proposta de 2012

Obs.: Não consta destas despesas a dotação destinada à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA.

#### 4.2.2.4 Análise Crítica

Quanto à compatibilidade dos limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário em relação às necessidades de crédito da UO, houve um acréscimo de 55,52% no PLOA em relação à proposta encaminhada pela UO. A diferença deve-se

ao fato de que, após o envio da proposta ao órgão setorial, houve uma expansão de limite para o Incra. Cabe esclarecer que na proposta da UO não estão contempladas dotações para pagamento de precatórios, bem como para benefícios dos servidores, haja vista que não foram disponibilizados limites.

Quanto à LOA, houve acréscimo de 4,54% em relação ao PLOA. A diferença é decorrente de emendas parlamentares.

II – Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Houve redução de 1,96% da dotação orçamentária do exercício de 2012 em relação a 2011. Ou seja, foram basicamente mantidos os valores reais da LOA 2011.

### 4.2.3 Programação de Despesas

**Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da movimentação de crédito		UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
				1 - Pessoal e encargos sociais	3 - Outras despesas correntes	4 - Investimento	5 - Inversões financeiras
Interna	Concedida	133003	21121212021030001		1.410.288,65	291.014,64	
Interna	Concedida	133003	21127206620T90101		46.717.251,36	3.500.000,00	
Interna	Concedida	133003	21631206620TA0101		881.774,98	1.072.715,05	
Interna	Concedida	133080	09272008901810001	4.524,68			
Interna	Concedida	133080	21121212021030001		1.058.526,59	281.151,00	
Interna	Concedida	133080	21122212020000001		3.157.134,19	376.720,75	
Interna	Concedida	133080	21122212020TP0001	10.003,44			
Interna	Concedida	133080	21125206621050001		36.470,00		
Interna	Concedida	133080	21127206620T90101		10.200,00		
Interna	Concedida	133080	21127206644260001		45.000,00		
Interna	Concedida	133080	21128212045720001		46.607,98		
Interna	Concedida	133080	21363206683700001		2.848,30		
Interna	Concedida	133080	21422202984020001		95.231,70	6.879,00	
Interna	Concedida	133080	21422206642840001		293.260,98	7.500,00	
Interna	Concedida	133080	21606201244700001		40.259.438,42		
Interna	Concedida	133080	21631206604270001				25.381.196,00
Interna	Concedida	133080	21631206620S70001		224.845,90		
Interna	Concedida	133080	21631206621090001		77.394,52		
Interna	Concedida	133080	2163120662B060001		11.833,40	3.312,00	
Interna	Concedida	133080	21631206643040001		191.116,50		
Interna	Concedida	133080	21631206643580001		99.630,00		
Interna	Concedida	133080	21631206644600001				1.103.030,34
Interna	Concedida	133080	21631206683740001		51.807,00		
Interna	Concedida	133080	21631206683840001		200.102,00		
Interna	Concedida	133080	21631206683870001		196.324,00		
Interna	Concedida	133080	21631206683960001		111.708,00	11.960.049,42	

Interna	Concedida	133080	21631206683960015			750.000,00	
Interna	Concedida	133080	21631206683980001		9.380,00		
Interna	Concedida	133088	21121212021030001		352.059,11	3.000,00	
Interna	Concedida	133088	21122212020000001		3.286.093,76	895.216,68	
Interna	Concedida	133088	21122212020TP0001	3.601,17			
Interna	Concedida	133088	21125206621050001		24.160,00		
Interna	Concedida	133088	21127203420T10001		67.790,00		
Interna	Concedida	133088	21127206621100001		37.700,00		
Interna	Concedida	133088	21127206644260001		63.250,00		
Interna	Concedida	133088	21128212045720001		14.937,85		
Interna	Concedida	133088	21363206669520001		7.000,00		
Interna	Concedida	133088	21363206683700001		165.240,00		
Interna	Concedida	133088	21422202984020001		163.739,13	12.200,00	
Interna	Concedida	133088	21422206642840001		12.770,00	5.465,00	
Interna	Concedida	133088	21606201244700001		2.645.448,00		
Interna	Concedida	133088	21631203408590001				6.020.904,82
Interna	Concedida	133088	21631206604270001				40.278.458,00
Interna	Concedida	133088	21631206620S70001		341.500,00		
Interna	Concedida	133088	21631206621090001		58.000,00		
Interna	Concedida	133088	21631206643040001		7.000,00		
Interna	Concedida	133088	21631206643580001		50.000,00		
Interna	Concedida	133088	21631206644600001				941.045,84
Interna	Concedida	133088	21631206683740001		45.000,00		
Interna	Concedida	133088	21631206683840001		90.135,00		
Interna	Concedida	133088	21631206683870001		414.746,35		
Interna	Concedida	133088	21631206683960001		138.480,00	1.914.343,00	
Interna	Concedida	373015	21121212021030001		233.107,01		
Interna	Concedida	373015	21122212020000001		2.061.012,14	874.045,12	
Interna	Concedida	373015	21122212020TP0001	8.259,51			
Interna	Concedida	373015	21125206621050001		30.000,00		
Interna	Concedida	373015	21127206620T90101		5.000,00		
Interna	Concedida	373015	21127206621100001		18.427,00		
Interna	Concedida	373015	21127206683780001		80.000,00		
Interna	Concedida	373015	21128212045720001		42.524,16		
Interna	Concedida	373015	21363206683700001		676.417,00		
Interna	Concedida	373015	21422202984020001		74.071,47		
Interna	Concedida	373015	21606201244700001		13.990.546,79		
Interna	Concedida	373015	21631206604270001				19.250.200,00
Interna	Concedida	373015	21631206620S70001		654.075,00		
Interna	Concedida	373015	21631206621090001		90.812,80		
Interna	Concedida	373015	2163120662B060001		50.460,00		

Interna	Concedida	373015	21631206643040001		10.620,00		
Interna	Concedida	373015	21631206643580001		23.500,00		
Interna	Concedida	373015	21631206683740001		121.608,00		
Interna	Concedida	373015	21631206683840001		206.330,00		
Interna	Concedida	373015	21631206683870001		105.000,00		
Interna	Concedida	373015	21631206683960001		83.289,35	10.000.000,00	
Interna	Concedida	373015	21631206683980001		186.474,75		
Interna	Concedida	373015	21691206643200001		110.420,43	926.660,75	
Interna	Concedida	373025	09272008901810001	2.208,30			
Interna	Concedida	373025	21121212021030001		342.861,13		
Interna	Concedida	373025	21122212020000001		3.088.222,62	362.360,27	
Interna	Concedida	373025	21122212020TP0001	13.165,20			
Interna	Concedida	373025	21125206621050001		50.000,00		
Interna	Concedida	373025	21127206644260001		3.921,00		
Interna	Concedida	373025	21128206642880001		11.664,90		
Interna	Concedida	373025	21128212045720001		50.191,88		
Interna	Concedida	373025	21363206683700001		4.494,60		
Interna	Concedida	373025	21422202984020001		30.757,38		
Interna	Concedida	373025	21422206642840001		36.815,00		
Interna	Concedida	373025	21606201244700001		1.972.558,16		
Interna	Concedida	373025	21631206604270001				100.559.474,00
Interna	Concedida	373025	21631206620S70001		441.038,52		
Interna	Concedida	373025	2163120662B060001		355.107,50	474.600,00	
Interna	Concedida	373025	21631206643040001		10.145,40		
Interna	Concedida	373025	21631206643580001		159.109,70		
Interna	Concedida	373025	21631206644600001				76,11
Interna	Concedida	373025	21631206683740001		69.085,00		
Interna	Concedida	373025	21631206683840001		219.559,00		
Interna	Concedida	373025	21631206683870001		154.483,00		
Interna	Concedida	373025	21631206683960001		93.967,95	5.209.999,92	
Interna	Concedida	373025	21631206683980001		1.013.279,00		
Interna	Concedida	373025	21691206643200001		26.808,00		
Interna	Concedida	373029	21121212021030001		126.587,75		
Interna	Concedida	373029	21122212020000001		1.980.425,54	373.515,52	
Interna	Concedida	373029	21122212020TP0001	6.986,38			
Interna	Concedida	373029	21128212045720001		28.627,02		
Interna	Concedida	373029	21363206669520001		8.000,00		
Interna	Concedida	373029	21363206683700001		3.117.297,93		
Interna	Concedida	373029	21366206644740001		1.219.237,00		
Interna	Concedida	373029	21422202984020001		122.616,33		
Interna	Concedida	373029	21606201244700001		703.023,16		
Interna	Concedida	373029	21631206604270001				8.194.752,00
Interna	Concedida	373029	21631206620S70001		103.991,90		

Interna	Concedida	373029	21631206643580001		125.097,09		
Interna	Concedida	373029	21631206683740001		18.954,00		
Interna	Concedida	373029	21631206683840001		83.844,00		
Interna	Concedida	373029	21631206683870001		80.534,00		
Interna	Concedida	373029	21631206683960001		56.983,40	3.260.564,54	
Interna	Concedida	373030	09272008901810001	6.737,03			
Interna	Concedida	373030	21121212021030001		728.753,27	221.812,00	
Interna	Concedida	373030	21122212020000001		2.495.102,08	29.703,00	
Interna	Concedida	373030	21122212020TP0001	3.500,98			
Interna	Concedida	373030	21125206621050001		43.962,00		
Interna	Concedida	373030	21127203420T10001		137.677,70		
Interna	Concedida	373030	21127206644260001		9.240,00		
Interna	Concedida	373030	21128212045720001		60.398,36		
Interna	Concedida	373030	21363206683700001		17.186,00		
Interna	Concedida	373030	21422202984020001		200.744,62		
Interna	Concedida	373030	21606201244700001		4.700.860,89		
Interna	Concedida	373030	21631206604270001				79.181.065,00
Interna	Concedida	373030	21631206620S70001		503.120,00		
Interna	Concedida	373030	21631206621090001		2.860,37		
Interna	Concedida	373030	21631206643040001		11.145,01		
Interna	Concedida	373030	21631206643580001		168.017,60		
Interna	Concedida	373030	21631206644600001				389,78
Interna	Concedida	373030	21631206683740001		82.148,00		
Interna	Concedida	373030	21631206683840001		401.849,83		
Interna	Concedida	373030	21631206683870001		296.448,10		
Interna	Concedida	373030	21631206683960001		134.786,00	11.804.762,18	
Interna	Concedida	373030	21631206683960015		5.000.000,00	1.250.000,00	
Interna	Concedida	373030	21631206683960066		2.000.000,00		
Interna	Concedida	373030	21631206683960080			1.800.000,00	
Interna	Concedida	373030	21691206643200001		10.957,50	306.000,00	
Interna	Concedida	373037	21121212021030001		558.870,87		
Interna	Concedida	373037	21122212020000001		3.049.659,83	39.090,73	
Interna	Concedida	373037	21125206621050001		4.248,00		
Interna	Concedida	373037	21127203420T10001		65.279,50		
Interna	Concedida	373037	21128212045720001		70.981,32		
Interna	Concedida	373037	21363206683700001		21.900,05		
Interna	Concedida	373037	21422202984020001		88.977,50		
Interna	Concedida	373037	21606201244700001		1.514.600,00		
Interna	Concedida	373037	21631206604270001				28.743.784,00
Interna	Concedida	373037	21631206620S70001		389.672,50		
Interna	Concedida	373037	2163120662B060001		16.963,00		
Interna	Concedida	373037	21631206643040001		24.516,00		
Interna	Concedida	373037	21631206643580001		154.453,48		

Interna	Concedida	373037	21631206683740001		15.010,56		
Interna	Concedida	373037	21631206683840001		163.805,00		
Interna	Concedida	373037	21631206683870001		175.659,90		
Interna	Concedida	373037	21631206683960001		112.140,00		
Interna	Concedida	373037	21631206683960101			4.750.000,00	
Interna	Concedida	373037	21631206683980001		19.500,00		
Interna	Concedida	373039	21121212021030001		324.982,24		
Interna	Concedida	373039	21122212020000001		1.411.264,14		
Interna	Concedida	373039	21125206621050001		20.000,00		
Interna	Concedida	373039	21127203420T10001		29.086,00		
Interna	Concedida	373039	21128212045720001		36.984,94		
Interna	Concedida	373039	21363206683700001		22.468,60		
Interna	Concedida	373039	21422202984020001		72.085,12		
Interna	Concedida	373039	21606201244700001		2.774.563,23		
Interna	Concedida	373039	21631206604270001				23.699.455,00
Interna	Concedida	373039	21631206620S70001		240.676,50		
Interna	Concedida	373039	2163120662B060001		62.110,00		
Interna	Concedida	373039	21631206643580001		29.666,00		
Interna	Concedida	373039	21631206683740001		47.076,00		
Interna	Concedida	373039	21631206683840001		44.038,75		
Interna	Concedida	373039	21631206683870001		41.593,00		
Interna	Concedida	373039	21631206683960001		63.504,95	3.753.443,16	
Interna	Concedida	373039	21631206683980001		29.889,50		
Interna	Concedida	373039	21691206643200001		93.989,00	165.139,15	
Interna	Concedida	373040	09272008901810001	32.158,62			
Interna	Concedida	373040	21121212021030001		1.578.460,24	8.985,36	
Interna	Concedida	373040	21122206643000001		24.823,00		
Interna	Concedida	373040	21122212020000001		4.426.636,50	286.587,11	
Interna	Concedida	373040	21122212020TP0001	12.711,01			
Interna	Concedida	373040	21127203420T10001		154.573,73		
Interna	Concedida	373040	21127206644260001		36.482,00		
Interna	Concedida	373040	21128212045720001		92.291,41		
Interna	Concedida	373040	21363206669520001		14.300,00		
Interna	Concedida	373040	21363206683700001		37.562,40		
Interna	Concedida	373040	21366206644740001		5.000,00		
Interna	Concedida	373040	21422202984020001		130.481,16		
Interna	Concedida	373040	21422206642840001		31.671,00		
Interna	Concedida	373040	21606201244700001		3.293.931,29		
Interna	Concedida	373040	21631203408590001				1.231.611,31
Interna	Concedida	373040	21631206604270001				59.031.203,00
Interna	Concedida	373040	21631206620S70001		478.110,00		
Interna	Concedida	373040	21631206621090001		28.158,35		
Interna	Concedida	373040	2163120662B060001		33.000,00		



Interna	Concedida	373040	21631206643040001		27.399,50		
Interna	Concedida	373040	21631206643580001		124.700,00		
Interna	Concedida	373040	21631206644600001				27.694,57
Interna	Concedida	373040	21631206683740001		114.000,00	1.393.549,00	
Interna	Concedida	373040	21631206683840001		221.276,00		
Interna	Concedida	373040	21631206683870001		292.684,43		
Interna	Concedida	373040	21631206683960001		116.191,00	17.040.257,52	
Interna	Concedida	373040	21631206683960021			2.800.000,00	
Interna	Concedida	373040	21631206683960101			3.250.000,00	
Interna	Concedida	373040	21631206683980001		22.000,00		
Interna	Concedida	373040	21691206643200001		5.487,00	225.000,00	
Interna	Concedida	373044	21121212021030001		507.172,57	220.000,00	
Interna	Concedida	373044	21122212020000001		1.992.801,85	100.000,00	
Interna	Concedida	373044	21125206621050001		44.591,00		
Interna	Concedida	373044	21127203420T10001		108.451,15		
Interna	Concedida	373044	21127206621100001		266.244,50		
Interna	Concedida	373044	21127206683780001		4.009,00		
Interna	Concedida	373044	21128206642880001		1.500,00		
Interna	Concedida	373044	21128212045720001		81.638,42		
Interna	Concedida	373044	21363206683700001		2.624,80		
Interna	Concedida	373044	21422202984020001		168.546,34	1.713,20	
Interna	Concedida	373044	21606201244700001		89.704,89		
Interna	Concedida	373044	21631206604270001				48.313.284,00
Interna	Concedida	373044	21631206620S70001		262.326,01		
Interna	Concedida	373044	21631206621090001		42.906,64		
Interna	Concedida	373044	21631206643040001		10.116,36		
Interna	Concedida	373044	21631206643580001		38.000,00		
Interna	Concedida	373044	21631206644600001				571.180,95
Interna	Concedida	373044	21631206683740001		68.628,83		
Interna	Concedida	373044	21631206683840001		150.813,00		
Interna	Concedida	373044	21631206683870001		162.073,16		
Interna	Concedida	373044	21631206683960001		307.447,95	12.560.000,00	
Interna	Concedida	373045	09272008901810001	36.369,65			
Interna	Concedida	373045	21121212021030001		133.174,10		
Interna	Concedida	373045	21122212020000001		1.425.823,61	486.283,98	
Interna	Concedida	373045	21122212020TP0001	7.997,99			
Interna	Concedida	373045	21125206621050001		196.583,00		
Interna	Concedida	373045	21127203420T10001		84.881,00		
Interna	Concedida	373045	21127206621100001		177.176,00		
Interna	Concedida	373045	21128212045720001		30.593,40		
Interna	Concedida	373045	21363206669520001		3.243,00		
Interna	Concedida	373045	21363206683700001		639.688,32		
Interna	Concedida	373045	21422202984020001		140.551,89		

Interna	Concedida	373045	21606201244700001		21.285.526,46		
Interna	Concedida	373045	21631206604270001				18.424.510,00
Interna	Concedida	373045	21631206620S70001		260.854,00		
Interna	Concedida	373045	21631206621090001		121.240,38		
Interna	Concedida	373045	2163120662B060001		10.000,00		
Interna	Concedida	373045	21631206643040001		8.900,49		
Interna	Concedida	373045	21631206643580001		50.000,00		10.845,55
Interna	Concedida	373045	21631206644600001				759.483,38
Interna	Concedida	373045	21631206683740001		38.404,00		
Interna	Concedida	373045	21631206683840001		53.673,70		
Interna	Concedida	373045	21631206683870001		282.944,79		
Interna	Concedida	373045	21631206683960001		57.823,02	2.649.430,87	
Interna	Concedida	373045	21631206683980001		45.000,00		
Interna	Concedida	373045	21691206643200001		29.588,00		
Interna	Concedida	373046	09272008901810001	6.343,26			
Interna	Concedida	373046	21121212021030001		258.121,87		
Interna	Concedida	373046	21122212020000001		1.736.932,89	148.829,40	
Interna	Concedida	373046	21122212020TP0001	11.287,64			
Interna	Concedida	373046	21125206621050001		39.400,00		
Interna	Concedida	373046	21127203420T10001		46.115,49		
Interna	Concedida	373046	21127206621100001		25.750,00		
Interna	Concedida	373046	21127206644260001		20.000,00	30.000,00	
Interna	Concedida	373046	21128212045720001		24.807,00		
Interna	Concedida	373046	21363206683700001		26.261,50		
Interna	Concedida	373046	21422202984020001		160.529,30		
Interna	Concedida	373046	21606201244700001		947.998,14		
Interna	Concedida	373046	21631203408590001				302.045,08
Interna	Concedida	373046	21631206604270001				40.302.004,00
Interna	Concedida	373046	21631206620S70001		291.500,00		
Interna	Concedida	373046	21631206621090001		16.184,50		
Interna	Concedida	373046	21631206643580001		20.450,00		
Interna	Concedida	373046	21631206644600001				114.806,21
Interna	Concedida	373046	21631206683740001		135.800,00		
Interna	Concedida	373046	21631206683840001		32.228,00		
Interna	Concedida	373046	21631206683870001		197.948,00		
Interna	Concedida	373046	21631206683960001		71.035,00		
Interna	Concedida	373046	21631206683980001		46.000,00		
Interna	Concedida	373046	21691206643200001		13.408,90		
Interna	Concedida	373047	09272008901810001	12.652,46			
Interna	Concedida	373047	21121212021030001		328.214,52		
Interna	Concedida	373047	21122212020000001		1.632.049,75	13.081,66	
Interna	Concedida	373047	21125206621050001		45.000,00		
Interna	Concedida	373047	21127203420T10001		39.863,00		

Interna	Concedida	373047	21128212045720001		23.786,04		
Interna	Concedida	373047	21363206683700001		14.202,90		
Interna	Concedida	373047	21422202984020001		286.469,46		
Interna	Concedida	373047	21422206642840001		5.000,00		
Interna	Concedida	373047	21606201244700001		12.566.590,46		
Interna	Concedida	373047	21631206604270001				20.910.780,00
Interna	Concedida	373047	21631206620S70001		290.287,00		
Interna	Concedida	373047	21631206621090001		118.994,00		
Interna	Concedida	373047	2163120662B060001		2.000,00		
Interna	Concedida	373047	21631206643040001		4.408,00		
Interna	Concedida	373047	21631206643580001		39.000,00		
Interna	Concedida	373047	21631206644600001				1.532,59
Interna	Concedida	373047	21631206683740001		152.500,00		
Interna	Concedida	373047	21631206683840001		69.751,00		
Interna	Concedida	373047	21631206683870001		186.077,00		
Interna	Concedida	373047	21631206683960001		126.134,00	2.128.038,51	
Interna	Concedida	373047	21631206683980001		119.718,00		
Interna	Concedida	373047	21691206643200001			383.508,41	
Interna	Concedida	373048	09272008901810001	37.195,45			
Interna	Concedida	373048	21121212021030001		315.371,20	40.000,00	
Interna	Concedida	373048	21122212020000001		2.813.282,24	283.748,01	
Interna	Concedida	373048	21122212020TP0001	5.247,92			
Interna	Concedida	373048	21125206621050001		32.500,00		
Interna	Concedida	373048	21127203420T10001		55.484,70		
Interna	Concedida	373048	21127206683780001		9.000,00		
Interna	Concedida	373048	21128212045720001		46.755,74		
Interna	Concedida	373048	21363206683700001		4.447,80		
Interna	Concedida	373048	21422202984020001		82.948,67		
Interna	Concedida	373048	21606201244700001		336.549,24		
Interna	Concedida	373048	21631203408590001				135.958,34
Interna	Concedida	373048	21631206604270001				28.825.495,80
Interna	Concedida	373048	21631206620S70001		246.008,00		
Interna	Concedida	373048	21631206621090001		6.513,00		
Interna	Concedida	373048	21631206643040001		3.954,08		
Interna	Concedida	373048	21631206644600001				100.573,44
Interna	Concedida	373048	21631206683740001		40.000,00		
Interna	Concedida	373048	21631206683840001		39.784,00		
Interna	Concedida	373048	21631206683870001		232.323,00		
Interna	Concedida	373048	21631206683960001		127.220,95	3.759.300,00	
Interna	Concedida	373048	21631206683960026			2.300.000,00	
Interna	Concedida	373048	21631206683980001		229.790,22		
Interna	Concedida	373048	21691206643200001		121.136,50		
Interna	Concedida	373048	21691206643200026			800.000,00	

Interna	Concedida	373050	21121212021030001		132.848,33		
Interna	Concedida	373050	21122212020000001		1.224.895,42	8.960,85	
Interna	Concedida	373050	21125206621050001		17.603,00		
Interna	Concedida	373050	21127203420T10001		53.000,00		
Interna	Concedida	373050	21127206620S30001		1.748.000,00		
Interna	Concedida	373050	21127206621100001		1.208.000,00		
Interna	Concedida	373050	21127206644260001		20.500,00		
Interna	Concedida	373050	21127206683780001		25.000,00		
Interna	Concedida	373050	21128212045720001		45.254,95		
Interna	Concedida	373050	21363206683700001		218.997,95		
Interna	Concedida	373050	21422202984020001		82.000,00		
Interna	Concedida	373050	21606201244700001		4.618.089,55		
Interna	Concedida	373050	21631203408590001				212.788,93
Interna	Concedida	373050	21631206604270001				36.156.638,00
Interna	Concedida	373050	21631206620S70001		212.658,65		
Interna	Concedida	373050	21631206621090001		26.995,00		
Interna	Concedida	373050	2163120662B060001		6.000,00		
Interna	Concedida	373050	21631206643580001		13.000,00		
Interna	Concedida	373050	21631206644600001				177.055,65
Interna	Concedida	373050	21631206683740001		27.635,95		
Interna	Concedida	373050	21631206683840001		82.496,00		
Interna	Concedida	373050	21631206683870001		285.370,09		
Interna	Concedida	373050	21631206683960001		56.047,44	1.478.769,25	
Interna	Concedida	373050	21631206683980001		477.274,92		
Interna	Concedida	373050	21691206643200001		38.961,00	450.000,00	
Interna	Concedida	373051	21121212021030001		304.553,28		
Interna	Concedida	373051	21122212020000001		1.474.302,11	368.062,61	
Interna	Concedida	373051	21125206621050001		21.040,00		
Interna	Concedida	373051	21127203420T10001		33.084,75		
Interna	Concedida	373051	21128212045720001		39.056,30		
Interna	Concedida	373051	21363206683700001		1.470,80		
Interna	Concedida	373051	21422202984020001		38.378,58		
Interna	Concedida	373051	21606201244700001		3.348.261,43		
Interna	Concedida	373051	21631206604270001				30.008.120,00
Interna	Concedida	373051	21631206620S70001		254.440,00		
Interna	Concedida	373051	21631206621090001		13.947,69		
Interna	Concedida	373051	21631206643040001		11.719,49		
Interna	Concedida	373051	21631206643580001		28.200,00		
Interna	Concedida	373051	21631206644600001				1.142.694,19
Interna	Concedida	373051	21631206683740001		89.692,94		
Interna	Concedida	373051	21631206683840001		87.293,00		
Interna	Concedida	373051	21631206683870001		137.499,70		
Interna	Concedida	373051	21631206683960001		222.682,00	2.350,00	

Interna	Concedida	373051	21631206683980001		36.203,00		
Interna	Concedida	373051	21691206643200001		35.558,00	179.423,04	
Interna	Concedida	373052	09272008901810001	2.536,72			
Interna	Concedida	373052	21121212021030001		251.632,05	15.000,00	
Interna	Concedida	373052	21122212020000001		1.649.466,01	82.000,00	
Interna	Concedida	373052	21122212020TP0001	7.582,83			
Interna	Concedida	373052	21125206621050001		66.000,00		
Interna	Concedida	373052	21127203420T10001		176.802,00		
Interna	Concedida	373052	21127206621100001		50.000,00		
Interna	Concedida	373052	21127206644260001		14.000,00		
Interna	Concedida	373052	21128212045720001		41.281,86		
Interna	Concedida	373052	21363206683700001		276.872,40		
Interna	Concedida	373052	21422206642840001		3.350,00		
Interna	Concedida	373052	21606201244700001		19.217.207,13		
Interna	Concedida	373052	21631203408590001				1.470.425,90
Interna	Concedida	373052	21631206604270001				21.140.090,00
Interna	Concedida	373052	21631206620S70001		161.827,00		
Interna	Concedida	373052	21631206621090001		38.810,00		
Interna	Concedida	373052	2163120662B060001		18.250,00		
Interna	Concedida	373052	21631206643040001		1.842,04		
Interna	Concedida	373052	21631206644600001				702.873,06
Interna	Concedida	373052	21631206683740001		75.000,00		
Interna	Concedida	373052	21631206683840001		46.954,00		
Interna	Concedida	373052	21631206683870001		159.000,00		
Interna	Concedida	373052	21631206683960001		142.000,00	1.767.881,43	
Interna	Concedida	373052	21691206643200001		67.346,00		
Interna	Concedida	373053	09272008901810001	14.322,96			
Interna	Concedida	373053	21121212021030001		338.865,80		
Interna	Concedida	373053	21122212020000001		4.833.090,27	2.550,00	
Interna	Concedida	373053	21125206621050001		45.000,00		
Interna	Concedida	373053	21127203420T10001		320.466,30		
Interna	Concedida	373053	21128206642880001		1.183,14		
Interna	Concedida	373053	21128212045720001		80.664,96		
Interna	Concedida	373053	21363206683700001		2.257.311,72		
Interna	Concedida	373053	21422202984020001		389.678,98		
Interna	Concedida	373053	21422206642840001		146.418,00		
Interna	Concedida	373053	21606201244700001		10.000,00		
Interna	Concedida	373053	21631203408590001				7.480.783,56
Interna	Concedida	373053	21631206604270001				74.946.387,00
Interna	Concedida	373053	21631206620S70001		726.500,00		
Interna	Concedida	373053	21631206621090001		194.686,68		
Interna	Concedida	373053	21631206643040001		16.816,88		
Interna	Concedida	373053	21631206643580001		191.211,70		

Interna	Concedida	373053	21631206644600001				6.260.302,91
Interna	Concedida	373053	21631206683740001		338.000,00		
Interna	Concedida	373053	21631206683840001		164.812,00		
Interna	Concedida	373053	21631206683870001		567.671,37		
Interna	Concedida	373053	21631206683960001		346.159,00	14.914.537,00	
Interna	Concedida	373053	21631206683980001		2.000.000,00		
Interna	Concedida	373053	21691206643200001		592.258,21	299.313,13	
Interna	Concedida	373055	09272008901810001	18.252,47			
Interna	Concedida	373055	21121212021030001		45.358,50		
Interna	Concedida	373055	21122212020000001		3.174.136,63	70.000,00	
Interna	Concedida	373055	21125206621050001		63.051,00		
Interna	Concedida	373055	21127203420T10001		252.190,70		
Interna	Concedida	373055	21127206644260001		20.525,00		
Interna	Concedida	373055	21128212045720001		52.582,44		
Interna	Concedida	373055	21363206683700001		899.896,92		
Interna	Concedida	373055	21422202984020001		33.990,55		
Interna	Concedida	373055	21422206642840001		10.089,00		
Interna	Concedida	373055	21606201244700001		10.596.942,60		
Interna	Concedida	373055	21631203408590001				12.800.000,00
Interna	Concedida	373055	21631206604270001				34.077.159,00
Interna	Concedida	373055	21631206620S70001		233.300,00		
Interna	Concedida	373055	21631206621090001		25.578,88		
Interna	Concedida	373055	2163120662B060001			4.000,00	
Interna	Concedida	373055	21631206643040001		3.624,45		
Interna	Concedida	373055	21631206643580001		113.025,70		
Interna	Concedida	373055	21631206644600001				1.269.863,76
Interna	Concedida	373055	21631206683740001		498.245,25		
Interna	Concedida	373055	21631206683840001		80.286,00		
Interna	Concedida	373055	21631206683870001		383.999,00		
Interna	Concedida	373055	21631206683960001		98.162,00		
Interna	Concedida	373055	21631206683980001		63.476,50		
Interna	Concedida	373055	21691206643200001		21.662,00	411.076,00	
Interna	Concedida	373055	21691206643200031		500.000,00	500.000,00	
Interna	Concedida	373057	09272008901810001	16.320,67			
Interna	Concedida	373057	21121212021030001		113.737,16	1.500,00	
Interna	Concedida	373057	21122212020000001		1.577.529,31	700,00	
Interna	Concedida	373057	21125206621050001		82.500,00		
Interna	Concedida	373057	21127203420T10001		48.500,00		
Interna	Concedida	373057	21127206621100001		12.000,00		
Interna	Concedida	373057	21128212045720001		50.676,63		
Interna	Concedida	373057	21422202984020001		165.203,64	1.882,56	
Interna	Concedida	373057	21606201244700001		3.687.530,65		
Interna	Concedida	373057	21631206604270001				4.624.400,00

Interna	Concedida	373057	21631206620S70001		121.540,05		
Interna	Concedida	373057	21631206621090001		41.193,26		
Interna	Concedida	373057	2163120662B060001		22.579,00		
Interna	Concedida	373057	21631206643580001		11.750,00		
Interna	Concedida	373057	21631206644600001				21.603,00
Interna	Concedida	373057	21631206683740001		48.514,16		
Interna	Concedida	373057	21631206683840001		28.451,00		
Interna	Concedida	373057	21631206683870001		125.394,12		
Interna	Concedida	373057	21631206683960001		38.241,99	1.996.403,53	
Interna	Concedida	373057	21631206683980001		66.691,21		
Interna	Concedida	373057	21691206643200001		100.233,35	28.000,00	
Interna	Concedida	373058	09272008901810001	25.689,32			
Interna	Concedida	373058	21121212021030001		493.230,85	12.000,00	
Interna	Concedida	373058	21122212020000001		2.360.787,41	6.980,00	
Interna	Concedida	373058	21122212020TP0001	3.669,11			
Interna	Concedida	373058	21125206621050001		28.024,00		
Interna	Concedida	373058	21127203420T10001		76.602,00		
Interna	Concedida	373058	21127206621100001		14.160,00		
Interna	Concedida	373058	21127206644260001		3.521,00		
Interna	Concedida	373058	21128201244480001		23.000,00		
Interna	Concedida	373058	21128212045720001		59.908,24		
Interna	Concedida	373058	21363206683700001		9.535,00		
Interna	Concedida	373058	21422202984020001		53.547,17	2.271,80	
Interna	Concedida	373058	21606201244700001		13.189.298,61		
Interna	Concedida	373058	21631203408590001				121.181,00
Interna	Concedida	373058	21631206604270001				6.972.223,00
Interna	Concedida	373058	21631206620S70001		289.800,00		
Interna	Concedida	373058	21631206621090001		77.978,41		
Interna	Concedida	373058	2163120662B060001		20.440,00		
Interna	Concedida	373058	21631206643040001		15.962,82		
Interna	Concedida	373058	21631206643580001		209.499,46		
Interna	Concedida	373058	21631206683740001		47.789,00		
Interna	Concedida	373058	21631206683840001		102.550,60		
Interna	Concedida	373058	21631206683870001		99.330,77		
Interna	Concedida	373058	21631206683960001		185.740,00	1.430.145,49	
Interna	Concedida	373058	21631206683980001		29.446,67		
Interna	Concedida	373058	21691206643200001		101.589,04		
Interna	Concedida	373062	09272008901810001	104.742,17			
Interna	Concedida	373062	21121212021030001		868.791,37		
Interna	Concedida	373062	21122212020000001		2.936.496,87	12.000,00	
Interna	Concedida	373062	21125206621050001		50.200,50		
Interna	Concedida	373062	21127203420T10001		44.970,00		
Interna	Concedida	373062	21127206621100001		16.989,93		

Interna	Concedida	373062	21128212045720001		24.533,30		
Interna	Concedida	373062	21363206683700001		37.970,00		
Interna	Concedida	373062	21422202984020001		19.765,84		
Interna	Concedida	373062	21422206642840001		3.455,45	75.502,60	
Interna	Concedida	373062	21606201244700001		3.005.424,87		
Interna	Concedida	373062	21631203408590001				2.633.748,71
Interna	Concedida	373062	21631206604270001				8.285.546,00
Interna	Concedida	373062	21631206620S70001		127.689,63		
Interna	Concedida	373062	21631206621090001		40.862,40		
Interna	Concedida	373062	2163120662B060001		19.820,00		
Interna	Concedida	373062	21631206643040001		11.443,00		
Interna	Concedida	373062	21631206643580001		18.277,73		
Interna	Concedida	373062	21631206644600001				444.738,73
Interna	Concedida	373062	21631206683740001		9.203,00		
Interna	Concedida	373062	21631206683840001		30.537,00		
Interna	Concedida	373062	21631206683870001		130.339,70		
Interna	Concedida	373062	21631206683960001		37.218,50	1.279.824,00	
Interna	Concedida	373062	21631206683980001		27.356,22		
Interna	Concedida	373062	21691206643200001		87.852,38	150.000,00	
Interna	Concedida	373066	09272008901810001	37.661,51			
Interna	Concedida	373066	21121212021030001		366.235,30		
Interna	Concedida	373066	21122212020000001		2.378.977,19	113.439,00	
Interna	Concedida	373066	21125206621050001		27.400,00		
Interna	Concedida	373066	21127203420T10001		107.634,70		
Interna	Concedida	373066	21127206644260001		1.925.565,00		
Interna	Concedida	373066	21128206642880001		2.619,07		
Interna	Concedida	373066	21128212045720001		32.271,58		
Interna	Concedida	373066	21363206683700001		281.699,90		
Interna	Concedida	373066	21606201244700001		18.914.523,68		
Interna	Concedida	373066	21631203408590001				3.500.000,00
Interna	Concedida	373066	21631206604270001				26.144.673,00
Interna	Concedida	373066	21631206620S70001		176.348,00		
Interna	Concedida	373066	21631206621090001		102.045,25		
Interna	Concedida	373066	2163120662B060001			85.000,00	
Interna	Concedida	373066	21631206643580001		2.105,90		
Interna	Concedida	373066	21631206644600001				8.312.704,98
Interna	Concedida	373066	21631206683740001		14.215,10		
Interna	Concedida	373066	21631206683840001		75.745,59		
Interna	Concedida	373066	21631206683870001		427.613,20		
Interna	Concedida	373066	21631206683960001		87.460,00	1.432.440,58	
Interna	Concedida	373066	21631206683980001		326.620,00		
Interna	Concedida	373066	21691206643200001			300.000,00	
Interna	Concedida	373066	21691206643200035			600.000,00	



Interna	Concedida	373067	09272008901810001	30.615,75			
Interna	Concedida	373067	21121212021030001		504.527,90	11.692,00	
Interna	Concedida	373067	21122212020000001		3.050.039,75	20.000,00	
Interna	Concedida	373067	21122212020TP0001	7.164,94			
Interna	Concedida	373067	21125206621050001		130.000,00		
Interna	Concedida	373067	21127203420T10001		95.585,94		
Interna	Concedida	373067	21127206621100001		196.000,00		
Interna	Concedida	373067	21127206644260001		58.200,00		
Interna	Concedida	373067	21127206683780001		45.000,00		
Interna	Concedida	373067	21128212045720001		64.496,98		
Interna	Concedida	373067	21363206669520001		5.000,00		
Interna	Concedida	373067	21363206683700001		217.696,49		
Interna	Concedida	373067	21366206644740001		100.993,62		
Interna	Concedida	373067	21606201244700001		4.349.864,27		
Interna	Concedida	373067	21631206604270001				19.278.165,00
Interna	Concedida	373067	21631206620S70001		282.853,93		
Interna	Concedida	373067	21631206621090001		75.773,17		
Interna	Concedida	373067	2163120662B060001		12.336,00		
Interna	Concedida	373067	21631206643040001		808,00		
Interna	Concedida	373067	21631206643580001		15.334,00		173.609,97
Interna	Concedida	373067	21631206644600001				27.917,88
Interna	Concedida	373067	21631206683740001		281.367,00		
Interna	Concedida	373067	21631206683840001		60.010,00		
Interna	Concedida	373067	21631206683870001		294.794,00		
Interna	Concedida	373067	21631206683960001		52.551,00	272.000,00	
Interna	Concedida	373067	21631206683980001		21.642,50		
Interna	Concedida	373067	21691206643200001		2.908.595,00	1.250.676,00	
Interna	Concedida	373070	09272008901810001	7.119,48			
Interna	Concedida	373070	21121212021030001		165.345,80	9.000,00	
Interna	Concedida	373070	21122212020000001		2.086.690,03	234.173,79	
Interna	Concedida	373070	21125206621050001		110.500,00		
Interna	Concedida	373070	21127203420T10001		92.500,00		
Interna	Concedida	373070	21127206621100001		17.000,00		
Interna	Concedida	373070	21128212045720001		31.088,91		
Interna	Concedida	373070	21363206683700001		9.168,50		
Interna	Concedida	373070	21422202984020001		238.492,95		
Interna	Concedida	373070	21606201244700001		5.049.069,69		
Interna	Concedida	373070	21631203408590001				4.263.111,94
Interna	Concedida	373070	21631206604270001				5.148.608,00
Interna	Concedida	373070	21631206620S70001		163.500,00		
Interna	Concedida	373070	21631206621090001		27.557,57		
Interna	Concedida	373070	21631206643580001		15.600,00		
Interna	Concedida	373070	21631206644600001				189.563,35

Interna	Concedida	373070	21631206683740001		25.000,00		
Interna	Concedida	373070	21631206683840001		20.268,00		
Interna	Concedida	373070	21631206683870001		122.601,78		
Interna	Concedida	373070	21631206683960001		336.210,00	2.783.333,50	
Interna	Concedida	373070	21631206683960042		400.000,00		
Interna	Concedida	373070	21691206643200001		170.488,50		
Interna	Concedida	373070	21691206643200042		1.000.000,00		
Interna	Concedida	373072	08244206949630001		10.279.158,99		
Interna	Concedida	373072	09272008901810001	21.744,86			
Interna	Concedida	373072	14422203464400001			500.000,00	
Interna	Concedida	373072	21121212021030001		248.696,49		
Interna	Concedida	373072	21122212020000001		2.046.832,70		
Interna	Concedida	373072	21122212020TP0001	7.696,08			
Interna	Concedida	373072	21125206621050001		44.500,00		
Interna	Concedida	373072	21127203420T10001		117.271,00		
Interna	Concedida	373072	21127206621100001		35.500,00		
Interna	Concedida	373072	21127206683780001		2.208,18		
Interna	Concedida	373072	21128212045720001		37.550,00		
Interna	Concedida	373072	21363206669520001		2.965,00		
Interna	Concedida	373072	21363206683700001		2.254.661,99		
Interna	Concedida	373072	21422202984020001		217.073,44	1.489,00	
Interna	Concedida	373072	21606201244700001		9.671.832,88		
Interna	Concedida	373072	21631203408590001				122.120,51
Interna	Concedida	373072	21631206604270001				12.635.278,00
Interna	Concedida	373072	21631206620S70001		123.000,00		
Interna	Concedida	373072	21631206621090001		16.085,60		
Interna	Concedida	373072	2163120662B060001		100.000,00		
Interna	Concedida	373072	21631206643580001		147.015,69		
Interna	Concedida	373072	21631206683740001		85.700,00	173.608,00	
Interna	Concedida	373072	21631206683840001		69.480,00		
Interna	Concedida	373072	21631206683870001		102.301,00		
Interna	Concedida	373072	21631206683960001		366.916,00	18.929.551,06	
Interna	Concedida	373072	21631206683980001		207.073,62		
Interna	Concedida	373072	21691206643200001		178.072,93	1.200.042,00	
Interna	Concedida	373072	21691206643200043			150.000,00	
Interna	Concedida	373073	21121212021030001		509.296,49	30.000,00	
Interna	Concedida	373073	21122212020000001		4.708.100,23	289.765,00	
Interna	Concedida	373073	21125206621050001		31.450,00		
Interna	Concedida	373073	21127203420T10001		18.868,00		
Interna	Concedida	373073	21127206620T90101		110.000,00		
Interna	Concedida	373073	21127206644260001		12.921,00		
Interna	Concedida	373073	21128212045720001		77.616,70		
Interna	Concedida	373073	21363206669520001		1.351,00		

Interna	Concedida	373073	21422202984020001		327.870,02	3.549,00	
Interna	Concedida	373073	21606201244700001		8.320,00		
Interna	Concedida	373073	21631206604270001				44.562.449,00
Interna	Concedida	373073	21631206620S70001		348.794,75		
Interna	Concedida	373073	21631206620TA0101		12.000,00		
Interna	Concedida	373073	21631206621090001		29.120,41		
Interna	Concedida	373073	2163120662B060001		13.231,00		
Interna	Concedida	373073	21631206643580001		65.200,00		
Interna	Concedida	373073	21631206644600001				447,54
Interna	Concedida	373073	21631206683740001		70.801,65		
Interna	Concedida	373073	21631206683840001		225.923,00		
Interna	Concedida	373073	21631206683870001		803.325,54		
Interna	Concedida	373073	21631206683960001		131.553,82		
Interna	Concedida	373073	21631206683980001		169.183,96		
Interna	Concedida	373073	21691206643200001		23.462,47	116.776,40	
Interna	Concedida	373080	09272008901810001	8.714,96			
Interna	Concedida	373080	21121212021030001		103.859,20		
Interna	Concedida	373080	21122212020000001		1.793.170,45	98.377,00	
Interna	Concedida	373080	21122212020TP0001	6.006,29			
Interna	Concedida	373080	21125206621050001		92.500,00		
Interna	Concedida	373080	21127203420T10001		70.198,00		
Interna	Concedida	373080	21127206644260001		43.360,00		
Interna	Concedida	373080	21128212045720001		33.617,52		
Interna	Concedida	373080	21363206683700001		11.000,00		
Interna	Concedida	373080	21422202984020001		40.867,26		
Interna	Concedida	373080	21606201244700001		224.186,00		
Interna	Concedida	373080	21631206604270001				12.165.205,00
Interna	Concedida	373080	21631206620S70001		299.500,00		
Interna	Concedida	373080	21631206621090001		60.000,00		
Interna	Concedida	373080	21631206643040001		24.010,50		
Interna	Concedida	373080	21631206643580001		127.000,00		
Interna	Concedida	373080	21631206644600001				275,41
Interna	Concedida	373080	21631206683740001		131.099,00		
Interna	Concedida	373080	21631206683840001		161.544,00		
Interna	Concedida	373080	21631206683870001		639.097,89		
Interna	Concedida	373080	21631206683960001		111.511,00		
Interna	Concedida	373080	21631206683980001		499.721,00		
Interna	Concedida	373080	21691206643200001		31.000,00		
Interna	Concedida	373082	09272008901810001	9.438,94			
Interna	Concedida	373082	21121212021030001		991.442,42	315.771,50	
Interna	Concedida	373082	21122212020000001		3.266.473,08	926.456,94	
Interna	Concedida	373082	21122212020TP0001	15.072,72			
Interna	Concedida	373082	21125206621050001		81.213,10		

Interna	Concedida	373082	21127203420T10001		38.109,35		
Interna	Concedida	373082	21127206620T90101		30.000,00		
Interna	Concedida	373082	21127206644260001		10.000,00		
Interna	Concedida	373082	21128206642880001		4.842,50		
Interna	Concedida	373082	21128212045720001		56.715,46		
Interna	Concedida	373082	21363206683700001		1.237.807,64		
Interna	Concedida	373082	21422202984020001		216.456,49	27.242,00	
Interna	Concedida	373082	21422206642840001		3.305,73		
Interna	Concedida	373082	21606201244700001		9.613.938,21		
Interna	Concedida	373082	21631206604270001				25.716.513,00
Interna	Concedida	373082	21631206620S70001		315.050,00		
Interna	Concedida	373082	21631206620TA0101		30.000,00	353.210,95	
Interna	Concedida	373082	21631206621090001		80.740,86		
Interna	Concedida	373082	21631206643040001		11.944,64		
Interna	Concedida	373082	21631206643580001		95.178,24		
Interna	Concedida	373082	21631206644600001				673.899,72
Interna	Concedida	373082	21631206683740001		25.500,00		
Interna	Concedida	373082	21631206683840001		107.426,00		
Interna	Concedida	373082	21631206683870001		177.433,00		
Interna	Concedida	373082	21631206683960001		159.785,80	3.790.322,00	
Interna	Concedida	373082	21631206683980001		62.200,00		
Interna	Concedida	373082	21691206643200001		34.000,00		
Interna	Concedida	373085	09272008901810001	18.585,57			
Interna	Concedida	373085	21121212021030001		362.819,26		
Interna	Concedida	373085	21122212020000001		2.439.122,01	632.533,67	
Interna	Concedida	373085	21122212020TP0001	3.358,29			
Interna	Concedida	373085	21125206621050001		34.000,00		
Interna	Concedida	373085	21127203420T10001		73.775,00		
Interna	Concedida	373085	21127206683780001		30.000,00		
Interna	Concedida	373085	21128212045720001		61.725,99		
Interna	Concedida	373085	21363206683700001		628.909,34		
Interna	Concedida	373085	21422202984020001		81.463,76		
Interna	Concedida	373085	21422206642840001		237.247,15		
Interna	Concedida	373085	21606201244700001		42.000,00		
Interna	Concedida	373085	21631203408590001				6.661.752,19
Interna	Concedida	373085	21631206604270001				35.575.528,00
Interna	Concedida	373085	21631206620S70001		387.178,35		
Interna	Concedida	373085	21631206621090001		13.728,00		
Interna	Concedida	373085	21631206643040001		33.718,50		
Interna	Concedida	373085	21631206643580001		61.695,00		
Interna	Concedida	373085	21631206644600001				647.135,77
Interna	Concedida	373085	21631206683740001		21.000,00		
Interna	Concedida	373085	21631206683840001		192.785,00		

Interna	Concedida	373085	21631206683870001		207.766,98		
Interna	Concedida	373085	21631206683960001		132.421,00	3.882.253,04	
Interna	Concedida	373085	21631206683980001		776.180,00		
Interna	Concedida	373085	21691206643200001		12.577,15		

#### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

##### 4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

##### 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>143.235.924,56</b>	<b>283.048.765,00</b>	<b>142.213.201,85</b>	<b>113.252.962,00</b>
a) Convite	136.206,05	605.566,00	136.206,05	297.433,00
b) Tomada de Preços	2.155.668,28	17.249.263,00	2.155.668,28	3.234.607,00
c) Concorrência	23.639.892,57	48.726.952,00	23.074.779,82	10.082.605,00
d) Pregão	117.304.157,66	216.466.984,00	116.846.547,70	99.638.317,00
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>77.844.399,16</b>	<b>123.343.087,00</b>	<b>76.994.836,08</b>	<b>48.216.054,00</b>
g) Dispensa	66.873.543,43	107.317.537,00	66.069.859,53	36.231.235,00
h) Inexigibilidade	10.970.855,73	16.025.550,00	10.924.976,55	11.984.819,00
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>2.849.164,69</b>	<b>3.123.710,00</b>	<b>2.849.164,69</b>	<b>3.094.879,00</b>
i) Suprimento de Fundos	2.849.164,69	3.123.710,00	2.849.164,69	3.094.879,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>878.683.293,58</b>	<b>835.523.894,00</b>	<b>878.572.736,37</b>	<b>835.502.383,00</b>
j) Pagamento em Folha	847.693.415,90	806.548.256,00	847.651.370,37	806.548.256,00
k) Diárias	30.989.877,68	28.975.638,00	30.921.366,00	28.954.127,00
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.102.612.781,99</b>	<b>1.245.039.456,00</b>	<b>1.100.629.938,99</b>	<b>1.000.066.278,00</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

**Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários**

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>817.620.366,94</b>	<b>847.693.415,90</b>	<b>806.548.255,00</b>	<b>6.488.571,59</b>	<b>11.072.111,00</b>	<b>847.651.370,39</b>	<b>806.548.255,00</b>
319011 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	368.324.199,35	362.483.586,35	362.809.484,00	1.433.465,74	5.514.715,00	362.483.586,35	362.809.484,00
319001 -Aposentadorias, Reservas e Reformas	274.309.177,50	283.382.202,79	274.007.127,00	53.763,89	3.340.792,00	283.382.202,79	274.007.127,00
319003 - Pensões, Excluse do RGPS	84.457.774,81	90.822.357,39	84.109.749,00	69.899,23	744.433,00	90.822.357,39	84.109.749,00
Demais elementos do grupo	90.529.215,28	111.005.269,37	85.621.895,00	4.931.442,73	1.472.171,00	110.963.223,86	85.621.895,00
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>570.869.592,37</b>	<b>379.990.229,63</b>	<b>329.653.690,41</b>	<b>265.471.248,01</b>	<b>241.215.901,96</b>	<b>357.797.514,59</b>	<b>328.709.791,30</b>
339039 - Outros serviços de terceiros PJ	232.602.904,47	112.604.250,53	71.897.150,87	207.017.668,01	160.705.753,60	111.234.201,10	71.641.617,09
339037 - Locação de mão-de-obra	59.982.690,93	62.950.676,07	55.550.498,79	4.683.774,39	4.432.192,14	62.571.097,08	55.519.653,23
3390991 - Sentenças judiciais	33.726.268,19	67.245.976,66	33.726.268,19	-	-	67.245.976,66	33.726.268,19
Demais elementos do grupo	244.557.728,78	137.189.326,37	168.479.772,56	53.769.805,61	76.077.956,22	116.746.239,75	167.822.252,79
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	

Exercícios	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>	<b>296.219.111,35</b>	<b>51.731.414,56</b>	<b>23.613.864,50</b>	<b>166.049.056,56</b>	<b>272.605.246,85</b>	<b>51.312.614,56</b>	<b>23.573.910,84</b>
444041 - Contribuições	142.211.582,63	19.891.636,17	7.120.321,83	44.542.886,62	135.091.260,80	19.891.636,17	7.120.321,83
449051 - Obras e instalações	12.339.596,59	19.874.119,52	2.863.370,38	29.731.182,39	9.476.226,21	19.874.119,52	2.863.370,38
443042 - Auxílios	-	-	-	41.647.980,25	-	-	-
Demais elementos do grupo	141.667.932,13	11.965.658,87	13.630.172,29	50.127.007,30	128.037.759,84	11.546.858,87	13.590.218,63
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>1.872.408.171,33</b>	<b>691.865.095,02</b>	<b>1.132.783.609,18</b>	<b>1.015.089.715,02</b>	<b>739.624.562,15</b>	<b>679.981.087,18</b>	<b>1.131.828.009,18</b>
459066 - Concessão de empréstimos e financiamentos	842.867.292,87	124.975.031,33	161.317.761,82	616.317.459,40	681.549.531,05	113.565.381,33	160.362.161,82
459061 - Aquisição de imóveis	813.861.174,26	283.627.026,26	756.869.757,93	398.772.255,62	56.991.416,33	283.152.668,42	756.869.757,93
459091 - Setenças judiciais	214.573.516,42	283.263.037,43	214.573.516,42	-	-	283.263.037,43	214.573.516,42
Demais elementos do grupo	1.106.187,78	-	22.573,01	-	1.083.614,77	-	22.573,01
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-

**Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários**

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>							
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>817.620.366,94</b>	<b>847.693.415,90</b>	<b>806.548.255,00</b>	<b>6.488.571,59</b>	<b>11.072.111,00</b>	<b>847.651.370,39</b>	<b>806.548.255,00</b>
319011 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	368.324.199,35	362.483.586,35	362.809.484,00	1.433.465,74	5.514.715,00	362.483.586,35	362.809.484,00
319001 - Aposentadorias, Reservas e Reformas	274.309.177,50	283.382.202,79	274.007.127,00	53.763,89	3.340.792,00	283.382.202,79	274.007.127,00



319003 - Pensões, Excluído do RGPS	84.457.774,81	90.822.357,39	84.109.749,00	69.899,23	744.433,00	90.822.357,39	84.109.749,00
Demais elementos do grupo	90.529.215,28	111.005.269,37	85.621.895,00	4.931.442,73	1.472.171,00	110.963.223,86	85.621.895,00
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>570.869.592,37</b>	<b>379.990.229,63</b>	<b>329.653.690,41</b>	<b>265.471.248,01</b>	<b>241.215.901,96</b>	<b>357.797.514,59</b>	<b>328.709.791,30</b>
339039 - Outros serviços de terceiros PJ	232.602.904,47	112.604.250,53	71.897.150,87	207.017.668,01	160.705.753,60	111.234.201,10	71.641.617,09
339037 - Locação de mão-de-obra	59.982.690,93	62.950.676,07	55.550.498,79	4.683.774,39	4.432.192,14	62.571.097,08	55.519.653,23
3390991 - Sentenças judiciais	33.726.268,19	67.245.976,66	33.726.268,19	-	-	67.245.976,66	33.726.268,19
Demais elementos do grupo	244.557.728,78	137.189.326,37	168.479.772,56	53.769.805,61	76.077.956,22	116.746.239,75	167.822.252,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>							
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>296.219.111,35</b>	<b>51.731.414,56</b>	<b>23.613.864,50</b>	<b>166.049.056,56</b>	<b>272.605.246,85</b>	<b>51.312.614,56</b>	<b>23.573.910,84</b>
444041 - Contribuições	142.211.582,63	19.891.636,17	7.120.321,83	44.542.886,62	135.091.260,80	19.891.636,17	7.120.321,83
449051 - Obras e instalações	12.339.596,59	19.874.119,52	2.863.370,38	29.731.182,39	9.476.226,21	19.874.119,52	2.863.370,38
443042 - Auxílios	-	-	-	41.647.980,25	-	-	-
Demais elementos do grupo	141.667.932,13	11.965.658,87	13.630.172,29	50.127.007,30	128.037.759,84	11.546.858,87	13.590.218,63
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>1.872.408.171,33</b>	<b>691.865.095,02</b>	<b>1.132.783.609,18</b>	<b>1.015.089.715,02</b>	<b>739.624.562,15</b>	<b>679.981.087,18</b>	<b>1.131.828.009,18</b>
459066 - Concessão de empréstimos e financiamentos	842.867.292,87	124.975.031,33	161.317.761,82	616.317.459,40	681.549.531,05	113.565.381,33	160.362.161,82
459061 - Aquisição de imóveis	813.861.174,26	283.627.026,26	756.869.757,93	398.772.255,62	56.991.416,33	283.152.668,42	756.869.757,93

459091 - Setenças judiciais	214.573.516,42	283.263.037,43	214.573.516,42	-	-	283.263.037,43	214.573.516,42
Demais elementos do grupo	1.106.187,78	-	22.573,01	-	1.083.614,77	-	22.573,01
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-		-		-	
2º elemento de despesa		-		-		-	
3º elemento de despesa		-		-		-	
Demais elementos do grupo		-		-		-	

#### **4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

##### **4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

##### **4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

### 4.2.4.2.3 Análise Crítica

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário, com relação às necessidades de crédito da Unidade Orçamentária, não apresentaram mudanças significativas.

Com relação às despesas liquidadas por modalidade de licitação, observa-se que nas modalidades Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Pregão, houveram decréscimos nos valores liquidados em 2012 (R\$ 143.235.924,56), em relação à 2011 (R\$ 283.048.765,00). O mesmo ocorreu com as despesas pagas que em 2012 totalizaram R\$ 142.213.201,85 contra R\$ 113.252.962,00 em 2011.

As Contratações Diretas sofreram expressiva redução quanto à liquidação da despesa, ou seja, R\$ 77.844.399,16 em 2012 contra R\$ 123.343.087,00 em 2011. Já as despesas pagas aumentaram de R\$ 48.216.054,00 em 2011 para R\$ 76.994.836,08 em 2012.

Com relação à execução das despesas em 2012, observa-se que os principais elementos em despesa correntes foram Vencimento e Vantagens Fixas, Aposentadorias e Outros Serviços de Terceiros PJ. Nas despesas de capital destacaram-se a Concessão e Empréstimos e Financiamentos, aquisição de imóveis e Obras e Sentenças Judiciais.

## 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

### 5.1 Reconhecimento de Passivos

#### 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

**Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Valores em  
R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.1.11.00	= FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
373002	00.000.000/0001-91	0,00	45.744,91	45.744,91	0,00
373002	UG 806030	0,00	565.316,89	565.316,89	0,00
373002	00.360.305/0001-04	0,00	360.495,21	360.495,21	0,00
373002	02.449.992/0155-10	0,00	37.040,61	37.040,61	0,00
373002	00.360.305/0001-04	0,00	16.467,65	16.467,65	0,00
373002	37.050.655/0001-84	0,00	300,00	300,00	0,00
<b>Razões e Justificativas:</b>					
- R\$ 45.744,91 - REGISTRO DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO, EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S/A, DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2012, (PROCESSO Nº 54000.000470/2012-44), CONFORME ORIENTACOES CONTIDAS NA PORTARIA/INCRA/P Nº 123/2011, DE 18.03.2011.					
- R\$ 565.316,89 - REGISTRO DE OBRIGACOES A PAGAR, CONSID. CONTRATO CRT/DF 69100/2006 (01/12/ 2006), CORRESP. DESPESAS DE EXECUCAO, REF. EXERCICIO DE 2012, PROCESSO Nº 54000.000442/2012-27					

- R\$ 360.495,21 - RECONHECIMENTO DE PASSIVO EM FAVOR DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, REF. A PENDENCIAS DO CONTRATO CRT/DF 35.003/99, CONF. DISPOSTO NA PORT/INCRA/P Nº 123/2011. (VALOR ATUALIZADO PARA O MES DE JULHO/2012), PROCESSO 54000.000593/2012-85.
- R\$ 37.040,61 - REGISTRO DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO EM FAVOR DA EMPRESA VIVO S/A, REFERENTE AOS MESES DE MAIO E JUNHO DE 2012, (PROCESSO Nº 54000.000853/2012-12), CONFORME ORIENTACOES CONTIDAS NA PORTARIA/INCRA/P Nº 123/2011, DE 18.03.2011.
- R\$ 16.467,65 - RECONHECIMENTO DE PASSIVO EM FAVOR DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, REF. EXECUCAO DE CONTRATO CRT/DF 35.003/99 - PROCESSO 54000.000593/2012-85
- R\$ 300,00 - REGISTRO DE OBRIGACOES A PAGAR, REFERENTE A TAXA EXTRA EM FAVOR DO CONDOMINIO DO BLOCO "H" DA SQS 308, DO MES DE ABRIL/2009 (COMPETENCIA MAIO/2009). PROCESSO 54000.000613/2012-18.
<b>Fonte:</b> sistema SIAFI2012

### 5.1.2 Análise Crítica

Com o intuito de regular o cumprimento pela Autarquia da Macrofunção 021140, foi editada em 18 de março de 2011, a Portaria INCRA/P/nº 123, a qual foi socializada com todas as Superintendências Regionais.

Houve uma redução de registros de obrigações por insuficiência de créditos quando comparado o exercício a que se refere as contas com o anterior, o que demonstra a preocupação dos gestores na redução dessas inscrições.

## 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

### 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores** Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.939.853	11.683	1.235.970	692.200
2010	106.622.858	330.006	65.884.669	40.408.183
2009	42.375.709	11.140.448	22.131.735	9.103.525
2008	16.568.734	828.346	7.333.428	8.406.961
2007	13.086.152	5.042.285	7.693.972	349.894
2006	20.540.390	2.255.102	18.056.688	228.600
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.265.568.845	88.206.948	482.128.770	695.233.127
2010	1.187.805.825	327.342.825	689.351.043	171.111.957
2009	1.216.180.929	482.597.556	709.888.246	23.695.126
2008	1.233.319.772	450.133.146	774.769.576	8.417.050
2007	594.374.904	166.221.405	425.200.155	2.953.344

2006	685.183.175	144.557.722	540.625.453	0,00
------	-------------	-------------	-------------	------

Fonte: DEA-2/DAF

## 5.2.2 Análise Crítica

Trata-se de despesas inscritas pelo processo automático em restos a pagar não processadas quando do encerramento dos exercícios financeiros de 2006 A 2012

Considera-se Restos a Pagar, nos termos do item 1.3.1 da Macrofunção SIAFI nº 020317, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

A inscrição em Restos a Pagar decorreu da observância do Regime de Competência para as despesas. Portanto, as despesas empenhadas, não pagas até o encerramento do exercício e não canceladas pelo processo de análise e depuração foram inscritas em conta específica pelo processo automático no SIAFI.

## 5.3 Transferências de Recursos

### 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

As informações referentes às transferências de recursos seguem no ANEXO I.

### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0002-41					UG/GESTÃO: 373083/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	611196	FASSINCRA	86.535.646,40	7.866.860,40	-	50.517.201,00	18/01/2008	31/12/2012	1
1	618981	CIEE	745.329,66	-	116.991,15	471.112,71	31/01/2008	30/12/2012	1
1	742522	ASSOCENE	660.972,00	67.250,00	137.907,00	108.743,00	01/07/2010	30/08/2012	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: DAC-3

**Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
<b>CNPJ:</b>	003759720002-41					
<b>UG/GESTÃO:</b>	373983/37201 - INCRA/SEDE					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	0	1	160.880,00	137.907,00	108.743,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	1	0	1	160.880,00	137.907,00	108.743,00

Fonte: DAC-3

**5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios**

**Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes**

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA</b>					
<b>CNPJ: 003759720002-41</b>			<b>UG/GESTÃO: 373083/37201 – INCRA/SEDE</b>		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	15.148.630,00	160.880,00	7.181.801,82	
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>	2	15.148.630,00	160.880,00	7.181.801,82	

Fonte: DAC-3

### 5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLOIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 003759720002-41		UG/GESTÃO: 373083/37201 – INCRA/SEDE			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	5.031.337,02	-	-

Fonte: DAC

### 5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	
CNPJ: 003759720002-41	UG/GESTÃO: 373083/37201 – INCRA/SEDE



Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0	0		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante Repassado		0	0		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		13	0
		Montante Repassado		36.099.269,58	0

Fonte: DAC

### 5.3.6 Análise Crítica

Foi estabelecido meta para eliminação do estoque de convênios com prazo de vigência e prestação de contas expirados, celebrados sob a égide da IN/STN/01/97, com vistas a concluir 100% do estoque de convênios, **sendo 40% no exercício de 2012 e 60% no exercício de 2013**. As unidades gestoras com até 12 (doze) convênios vencidos na situação de "a aprovar", ficou estabelecido à conclusão de 100% em 2012.

A meta para eliminação do estoque mencionada foi definida em reunião com o Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa-DA, Auditoria Interna-AUD e Tribunal de Contas da União-TCU devendo ser providenciado pelos gestores da Sede e das Superintendências Regionais plano de

ação para execução dos trabalhos de análise conclusiva das prestações de contas e a aprovação ou reprovação das contas, efetivando os devidos registros no Sistema Siafi.

Para supervisão e monitoramento dos trabalhos visando a eliminação do estoque, o Presidente do INCRA designou por meio da Portaria/INCRA/P/N 167/12 de 12/03/12:

***Art. 1º Constituir Grupo de Supervisão Nacional (GSN), com a finalidade de supervisionar e monitorar os serviços executados pelos Grupos de Trabalho e Execução (GTE's), atuar com medidas preventivas e orientadoras, sistematizar e consolidar as informações e produzir relatórios sobre o resultado dos trabalhos. (grifos).***

A partir do levantamento do quantitativo do estoque de convênios realizado pela DAC-3, em fevereiro de 2012, o GSN elaborou Plano de Trabalho, para execução das atividades de supervisão e monitoramento dos serviços executados pelos Grupos de Trabalho e Execução (GTE's), conforme disposto na Portaria 167/12.

Durante o exercício de 2012 o GSN desenvolveu atividades de monitoramento, orientação e acompanhamento e elaborou relatório parcial relatando os entraves e dificuldades apresentadas no decorrer dos trabalhos, recomendando a adoção de providências, visando o atingimento do objetivo dos trabalhos dos GTEs no âmbito das unidades gestoras. O referido relatório foi encaminhado ao GAB/P/INCRA em julho de 2012.

Em razão da morosidade e/ou ausência de providências por parte de alguns gestores, o GSN minutou memorando circular alertando as Unidades Gestoras quanto à necessidade do cumprimento do Acórdão 578/10 e Portaria 167/12 e encaminhou ao Gabinete da Presidência, sugerindo o envio às Diretorias, Auditoria Interna e Superintendências Regionais. O GSN solicitou também parceria da Auditoria Interna no sentido de efetivar cobranças as SRs que não atenderam as determinações dos órgãos de controle e do Presidente do INCRA.

Em que pese às determinações do Senhor Presidente do INCRA, contidas no “Mem./Circular/nº 19 /2011-GAB de 06.12.11, e as ações efetivadas pelo GSN com medidas para sensibilização dos gestores e técnicos das unidades gestoras, orientando, sistematizando e consolidando informações extraídas do sistema Siafi e coletadas in-loco, verificou-se a persistência de convênios, **com prazo de vigência expirada**, na situação de “**a liberar**”, “**a comprovar**” e “**a aprovar**”, parte deles, com prestação de contas apresentadas pelas convenientes há mais de 180 dias pendentes de análise conclusiva e ainda, convênios na situação de “**a aprovar**” com TCE instaurada, sem o registro de inadimplência em descumprimento a legislação vigente e (IN/STN/01/97).

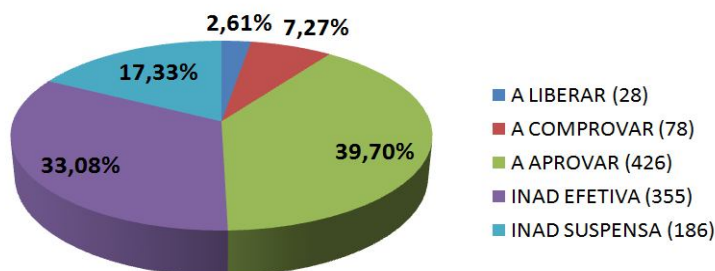
### **Resumo da Situação em Fevereiro/2012:**

Constata-se a existência de **426 convênios** vencidos na Sede e SR, nas seguintes situações (parcelas):

UF	Fevereiro/2012				
	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPensa
(TC)	0	7	4	0	0
(CEF)	1	7	2	11	14
SEDE	0	1	12	23	4
SRs	27	63	408	321	168
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>78</b>	<b>426</b>	<b>355</b>	<b>186</b>

Fonte: Siafi - DAC-3 UG = 373083(Sede) 373001(TC-Sede) 133089(CEF)

## REPRESENTAÇÃO EM PERCENTUAL



**Total**

Conforme determinação e orientação dos órgãos de controle, no primeiro momento o foco dos trabalhos junto às unidades gestoras foi direcionado para eliminação do estoque de convênios na conta contábil de “a aprovar” e “a comprovar” tendo este GSN orientado os Grupos de Trabalho e execução – GTE, na Sede e SRs, conforme relatado em vários documentos e planilhas elaboradas e enviadas aos gestores e membros dos GTEs, periodicamente.

No presente Relatório Final apresentamos o resultado quantitativo dos convênios “a liberar”, “a aprovar”, “a comprovar”, “inadimplência efetiva”, “inadimplência suspensa”, com prazo de vigência e prestação de contas expirados, atualizado em dezembro de 2012.

### Resumo da Situação em dezembro/2012:

Constatou-se a existência de **350 convênios** vencidos na Sede e SRs, nas seguintes situações (parcelas):

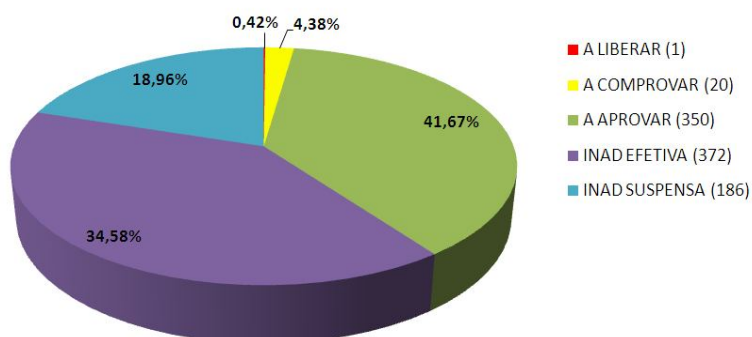
UF	Dezembro/2012				
	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR	INAD. EFETIVA	INAD. SUSPensa
(TC)	0	7	4	0	0
(CEF)	0	5	0	11	14
SEDE	0	1	7	26	4
SRs	1	14	342	316	170
<b>TOTAL</b>	* 1	20	<b>350</b>	372	186

Fonte: Siafi - DAC-3

UG = 373083(Sede) 373001(TC-Sede) 133089(CEF)

\*A SR/13-MT registrou no Siafi o próprio INCRA na Inadimplência Efetiva, por essa razão o sistema não permite alteração nos registros (situação a ser resolvida pela DAC-1)

## REPRESENTAÇÃO EM PERCENTUAIS



**Total Dez/12 : 916**

As Superintendências Regionais do CE, PE, GO, SP, SC, RS, AP, AL zeraram o estoque ou apresentaram resultado satisfatório atuando de forma efetiva na busca do cumprimento da meta estabelecida.

As demais Unidades gestoras relacionadas na tabela abaixo não apresentaram resultados satisfatórios e deverão ser notificadas pela Auditoria Interna de acordo com o entendimento daquela AUD/INCRA, considerando o descumprimento do Acórdão 578/10 e determinação do presidente do INCRA:

UG	SR	UF	A APROVAR	UG	SR	UF	A APROVAR
373001	TC (Sede)	DF	4	373082	SR-17	RO	1
133089	CEF	CEF	0	373047	SR-18	PB	6
373083	SEDE	DF	7	373046	SR-19	RN	38
373030	SR-01	PA	41	373057	SR-20	ES	1
373053	SR-05	BA	3	373052	SR-23	SE	7
373055	SR-06	MG	7	373044	SR-24	PI	11
373062	SR-07	RJ	5	373029	SR-25	RR	13
373067	SR-09	PR	1	373085	SR-26	TO	3
373040	SR-12	MA	20	133080	SR-27	MBA	8
373073	SR-13	MT	41	133088	SR-28	DFE	23
373015	SR-14	AC	3	373050	SR-29	MSF	3
373025	SR-15	AM	8	373037	SR-30	STM	11
373058	SR-16	MS	10	133003	SR-31	SRFA	0
			150				125
<b>TOTAL</b>			<b>275</b>				

### Comparativo de redução período de Fevereiro a Dezembro/2012:

Conforme demonstrado a seguir de Fevereiro a Dezembro de 2012, verifica-se uma redução de aproximadamente 17,84% convênios “a aprovar” e 74,35% “a comprovar” no exercício de 2012, de Fev a Dez/12.

	FEV / 2012	DEZ /2012	% DE REDUÇÃO
A LIBERAR	28	1	96,42%
A COMPROVAR	78	20	74,35%
A APROVAR	426	350	17,84%
INAD EFETIVA	355	372	(4,78%)
INAD SUSPensa	186	186	(0,00%)

### **Entraves e dificuldades identificadas no decorrer dos trabalhos:**

Dentre os problemas e entraves detectados e já demonstrados no Relatório parcial registramos os seguintes:

- a) Plano de trabalho elaborado de forma inadequada;
- b) Ausência e/ou deficiências no acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do convênio, e quando realizados não ocorrem durante a execução do objeto;
- c) Desligamento do fiscal do convênio designado quando da celebração do convenio e ausência de providências do gestor para substituição deste para fiscalizar a execução do objeto;
- d) Processos de convênios vencidos e com a prestação de contas já enviada pela convenente, pendente de análise final;
- e) Ausência de relatório técnico conclusivo quanto ao atingimento do objeto (total ou parcial %, meta física e financeira).
- f) Ausência ou falta de objetividade e clareza dos relatórios técnicos provoca a devolução do processo “várias vezes” à área técnica para adequação e juntada ao processo;
- g) Morosidade por parte dos gestores na tomada de decisão quanto ao registro da convenente em inadimplência no Siafi, instauração e conclusão da TCE(IN/TCU/Nº56/97);
- h) Celebração de convênios sem atentar para a deficiência na capacidade operacional para executar as fases/etapas do convênio, principalmente no que se refere a fiscalização da execução;
- i) Envolvimento do contador nas atividades de suprimento de fundos e diárias em detrimento às atividades de análise das prestações de conta dos convênios;

### **Outros pontos detectados que impossibilitaram a eliminação do estoque:**

- a) Escasso quadro de servidor com experiência e conhecimento em análise contábil das prestações de contas dos convênios regidos pela *IN/STN/Nº01 de 15 de janeiro de 1997*;
- b) Processos de convênios analisados por vários técnicos, inclusive com entendimento divergentes ocasionando notificações parciais às convenentes, dificultando a conclusão do convênio;
- c) Sucessivas prorrogações de prazos, pelo gestor, para as convenentes apresentarem documentação complementar ou recolhimento de recursos, em desacordo ao que prevê legislação (IN/STN/Nº01/97);
- d) Prestações de contas já apresentada pela convenente há meses e, sem a devida análise, contrariando o disposto na *IN/STN/Nº01/97*;
- e) Existência de reanálise final com pendências não apontadas em análise anteriores, reencaminhando cobranças à convenente, inclusive com valor para devolução diferente do anterior, atrasando o processo de aprovação ou reprovação do convênio;
- f) Análise financeira final sem quantificação do valor total devido (glosado, saldo etc.);
- g) Existência de convênios registrados no Siafi, na situação de “a aprovar” com TCE instaurada em descumprimento a legislação. (*IN/STN/Nº01/97, IN/TCU/ 56/07*);
- h) Envio de processos de convênios a Comissão de TCE, sem quantificação do prejuízo ao erário e sem esgotar os procedimentos de cobrança à convenente, para o devido ressarcimento ao erário;
- i) Convênios aptos a serem aprovados ou reprovados, sem as devidas providências por parte dos gestores;
- j) Existência de processos com as prestações de contas final analisadas, com varias diligências efetivadas às convenentes, e embora não tenha havido o saneamento das pendências por parte da convenente, permanece sem conclusão final e providências de registro na inadimplência no Siafi.
- k) Ausência de atendimento, por parte dos gestores, da determinação do Presidente do INCRA, contido ano “Mem./Circular/nº 19 /2011-GAB de 06.12.11.

## Considerações finais:

A meta de 40% estabelecida para 2012 para a conta contábil de “a aprovar” não foi atingida em sua totalidade devido a vários fatores, dentre eles os já mencionados no item 4, do presente relatório. Contudo na conta contábil “a comprovar” atingiu-se o percentual de 74,35% e na conta “a liberar” 96,42%, conforme item 3, tabela 4.

Alertamos que para o **atingimento da meta de 100% em 2013 e eliminação do estoque de convênios**, faz-se necessário maior comprometimento dos gestores da SEDE e SRs, no sentido de viabilizar a **juntada aos processos de convênios, os relatórios técnicos conclusivos** quanto ao atingimento total, ou parcial (%) do objeto e a **análise conclusiva das prestações de contas** do estoque de convênios, bem como proceda com a sua efetiva tomada de decisão do gestor (ordenador de despesa) após apreciar as análises realizadas, sem esse procedimento é impossível eliminar o estoque de convênios e desnecessário a constituição de Grupo de Supervisão Nacional para monitoramento e acompanhamento da execução dos trabalhos pela Sede e SRs.

Sugere-se :

- Que seja apurado responsabilidade pelo não acompanhamento da execução do objeto e conseqüentemente a inexistência de relatórios técnicos conclusivos nos processos de convênios, considerando que no ato de celebração do convênio é designado o fiscal para acompanhar, fiscalizar e emitir pareceres, (e no caso de obra) emitir Termo de aceitação. (A exemplo da SR/13-MT com 27 convênios de obra sem o relatório técnico final e aceitação da obra):
- Determinar as SRs adequação do Cronograma de execução para eliminar **100% dos convênios vencidos (IN/STN/nº01/97) em 2013.**
- Determinar a constituição de Grupo de Trabalho e Execução (GTE) na SR que ainda tem convênio vencido (IN/STN/01/97) para conclusão dos convênios, composto por técnicos das respectivas áreas, (Técnico do Ates, Pronera, engenheiro etc ) dependendo da área competente para apresentar o relatório técnico e Analista de prestação de contas,;
- Os deslocamentos de técnicos analistas de prestação de contas para outras SRs, só deverão ser autorizadas após constatado que na sua SR de origem não tem processo de convênio vencido na situação de “a aprovar” pendente de análise, e os trabalhos deverão se dar de forma planejada e supervisionada, visando evitar a existência de vários relatórios de técnicos e contábeis em um mesmo processo, com análises e reanálises que se arrastam por vários anos, sem conclusão;
- Garantir o compromisso dos gestores Sede e SRs no atendimento às determinações do Senhor Presidente do INCRA (“Mem./Circular/nº 19 /2011-GAB de 06/12/11 e Mem./Circular/nº 93 /2012-GAB de 05/11/12) em 2013, por meio de videoconferência.
- Realização de videoconferência com o Presidente do INCRA, Diretores, Superintendentes Regionais, Auditor-chefe, Coordenador da DAC, visando garantir o compromisso dos gestores no cumprimento do Acórdão 578/10 em 2013, qual seja: “ELIMINAR O ESTOQUE DE CONVENIOS VENCIDOS” (minuta com sugestão de pauta enviado ao GAB/P em 29/11/12);
- Que a Auditoria Interna atue no processo em relação às SRs que não atenderam a determinação contida no Acórdão e no Mem./Circular/nº19/2011-GAB, bem como o estabelecido na Portaria 167/12.(Item 2, tabela 3)

O Acórdão 578/10 publicado em **23/03/2010** determinou que o INCRA concluísse 100% do estoque de convênios com prazo vencido para análise de prestação de contas, tomando as medidas cabíveis no caso de não aprovação das contas.

Destacamos que para a realização dos trabalhos o GSN considerou todos os convênios, inclusive aqueles que tiveram sua vigência expirada após a publicação do Acórdão/TCU/578/10.

Sendo assim, para melhor demonstrar a realidade da situação dos convênios sugerimos desmembramento das planilhas dos convênios em dois grupos os convênios (IN/STN/01/97 e Portaria /127/08 – legados registrados no Siconv), para serem trabalhados em 2013.

#### **5.4 Suprimento de Fundos**

##### **5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos**

###### **5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

###### **5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

###### **5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

###### **5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

###### **5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

###### **5.4.1.6 Análise Crítica**

Não houve movimentação de recursos no exercício de 2012 na UG 373083

## 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

As Renúncias Tributárias atribuídas ao MDA/INCRA, como Órgãos gestores de Renúncia das Receitas do ITR no valor estimado para o exercício de 2012 de R\$ 30.007,701,00, refere-se ao que estabelece o art. 3º, incisos I e II da Lei nº 9.393, de 19/12/1996. Portanto, os casos de isenção do imposto (ITR) traduzidos em renúncia de receita, advém de dispositivo legal, sem que haja governança, interferência ou gestão do MDA/INCRA. É importante frisar que de acordo com o art. 15 da mesma Lei, fica claro que toda a gestão do ITR está atribuída a Receita Federal do Brasil/MF, conforme citado abaixo.

### Seção VIII

#### Da Administração do Imposto

#### Competência da Secretaria da Receita Federal

Art. 15. “Compete à Secretaria da Receita Federal a administração do ITR, incluídas as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização”.

Importante também salientar que a mesma lei não atribui ao INCRA a gestão dos valores advindos da renúncia dessa receita, como também não prevê identificação orçamentária direta de benefício como fonte de financiamento para Política Pública atribuída ao INCRA.

## 5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

## 6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

#### SEDE/DF UPAG 1089

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		474	17	74
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		474	17	74
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		439	9	61
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		30	6	10
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de		5	2	3



outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores CLT (Anistiados)</b>		5	0	1
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		41	17	12
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		520	34	87

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

### SRFA/DF UPAG 1092

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		189	6	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		189	6	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		189	6	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
<b>2. Servidores CLT (Anistiados)</b>		0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		7	5	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		196	11	2

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

### SEDE/DF UPAG 1089 E SRFA/DF UPAG 1092

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		663	23	76
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		663	23	76
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		628	15	63
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		30	6	10
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		5	2	3
<b>2. Servidores CLT (Anistiados)</b>		5	0	1
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		48	22	12
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		716	45	89

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

#### Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

##### SEDE/DF E SRFA/DF - UPAG 1089 E 1092

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>67</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	32
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	31
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	1
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>6</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>7</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	7
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>1</b>
6.1. EXERCICIO PROVISORIO-ART. 84 P. 2.L.8112/90	1
6.2.	0
6.3.	0
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>83</b>

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

**Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

### SEDE - UPAG 1089

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	170	158	54	56
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	170	158	54	56
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		97	25	34
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		16	7	7
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		4	1	3
1.2.4. Sem vínculo		41	21	12
1.2.5. Aposentados		0	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	170	158	54	56

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

### SRFA - UPAG 1092

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	38	38	13	5
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	38	38	13	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		31	8	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		0	0	0
1.2.4. Sem vínculo		7	5	0
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				

2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	38	38	13	5

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

### SEDE e SRFA - UPAG 1089 e 1092

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	208	196	67	61
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	208	196	67	61
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		128	33	39
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		16	7	7
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		4	1	3
1.2.4. Sem vínculo		48	26	12
1.2.5. Aposentados		0	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	208	196	67	61

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

#### SEDE UPAG 1089

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	21	95	131	182	44
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	21	95	130	179	43
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	1	3	1
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	3	17	15	9	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	17	15	9	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	24	112	146	191	46

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

#### SRFA UPAG 1092

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	14	45	31	76	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	45	31	76	20
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	2	2	2	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	2	0	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	16	47	33	76	21

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

#### SEDE E SRFA - UPAG 1089 E 1092

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	35	140	162	258	64
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	35	140	161	255	63
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	1	3	1
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	5	19	17	9	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	19	17	9	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	40	159	179	267	67

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

**Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

#### SEDE UPAG 1089

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	0	0	3	0	228	242	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	0	226	240	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	1	0	2	2	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	3	0	22	21	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	3	0	22	21	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	6	0	250	263	0	0	0

#### **LEGENDA**

##### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

#### SRFA UPAG 1092

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	0	0	4	0	103	79	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	0	103	79	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0	3	4	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	4	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	4	0	106	83	0	0	0

#### **LEGENDA**

##### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

**SEDE UPAG 1089 E SRFA UPAG 1092**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	0	0	7	0	331	321	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	6	0	329	319	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	1	0	2	2	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	3	0	25	25	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	3	0	25	25	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	1	0	356	346	0	0	0

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS





**SRFA - UPAG 1092**

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕE S	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
<b>SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO</b>										
2010	R\$ 11.614.460,17		R\$ 1.089.197,24	R\$ 363.806,69	R\$ 2.785.351,68	R\$ 1.276.772,49	R\$ 0,00	R\$ 3.542,82	R\$ 126.739,86	R\$ 17.259.870,95
2011	R\$ 11.424.944,51		R\$ 1.012.111,30	R\$ 381.609,32	R\$ 1.178.079,44	R\$ 1.489.399,81	R\$ 1.706,58	R\$ 0,00	R\$ 115.323,75	R\$ 15.603.174,71
2012	R\$ 10.779.742,41	R\$ 932.894,25	R\$ 974.129,98	R\$ 328.180,54	R\$ 253.383,72	R\$ 1.416.333,79	R\$ 9.007,15	R\$ 31.573,74	R\$ 140.253,49	R\$ 14.865.499,07
<b>SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR</b>										
2010		R\$ 843.497,10			R\$ 396.648,26					R\$ 1.240.145,36
2011		R\$ 880.237,17			R\$ 250.891,86					R\$ 1.131.129,03
2012		R\$ 290.501,40								R\$ 290.501,40
<b>SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS</b>										
2010										R\$ 0,00
2011										R\$ 0,00
2012										R\$ 0,00

**SOMA = SEDE/DF E SRFA**

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕE S	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
<b>SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO</b>										
2010	R\$ 42.740.561,10	R\$ 0,00	R\$ 4.135.113,32	R\$ 1.434.686,79	R\$ 6.574.652,16	R\$ 5.082.312,09	R\$ 20.022,21	R\$ 85.372,68	R\$ 379.753,73	R\$ 60.452.474,08
2011	R\$ 42.582.365,99	R\$ 0,00	R\$ 3.976.807,30	R\$ 1.451.493,65	R\$ 2.114.110,13	R\$ 6.392.364,18	R\$ 100.779,55	R\$ 0,00	R\$ 352.557,15	R\$ 56.970.477,95

2012	R\$ 39.168.665,60	R\$ 6.152.843,15	R\$ 3.794.370,87	R\$ 1.304.443,33	R\$ 2.155.770,96	R\$ 5.910.562,07	R\$ 130.722,73	R\$ 158.230,86	R\$ 356.626,16	R\$ 59.132.235,73
<b>SERVIDORES CLT (ANISTIADOS)</b>										
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.797,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.797,52
2012	R\$ 118,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.507,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.626,06
<b>SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR</b>										
2010	R\$ 0,00	R\$ 6.063.425,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.682.532,52	R\$ 0,00	R\$ 8.345,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.754.302,86
2011	R\$ 0,00	R\$ 5.977.472,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.448.946,29	R\$ 0,00	R\$ 686,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.427.104,86
2012	R\$ 0,00	R\$ 1.989.744,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 362.676,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.352.420,49
<b>SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS</b>										
2010	R\$ 0,00	R\$ 154,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 154,36
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 755.026,98
2011	R\$ 326.628,66
2012	R\$ 428.616,55

## 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

#### SEDE e SRFA UPAG 1089 e 1092

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	446	43
1.1 Voluntária	384	43
1.2 Compulsória	2	0
1.3 Invalidez Permanente	60	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	255	1
2.1 Voluntária	243	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	3	1
2.4 Outras	7	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	701	44

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

#### SEDE e SRFA UPAG 1089 e 1092

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	159	5
1.1. Integral	121	4
1.2. Proporcional	38	1
<b>2. Em Atividade</b>	83	8
<b>3. Total (1+2)</b>	242	13

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

## 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido

candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

b) Não há;

c) Não há;

d) Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constataam a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

### **6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos**

a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP;

b) Não há;

c) Não há.

### **6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação**

#### **6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC**

**Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	142	0	80	0
Concessão de aposentadoria	45	19	45	19
Concessão de pensão civil	15	10	15	10
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	13	16	13	16
<b>Totais</b>	<b>215</b>	<b>45</b>	<b>153</b>	<b>45</b>

**Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	45	35	42	35
Cancelamento de concessão	1	-	1	-
Cancelamento de desligamento	1			
<b>Totais</b>	<b>47</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>35</b>

**Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	4	14	9	53
Concessão de aposentadoria	35	7	3	0
Concessão de pensão civil	10	3	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	9	2	1	1
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>55</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	22	3	2	15
Cancelamento de concessão	0	2		
Cancelamento de desligamento				1
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

**6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico**

**Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011

Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

**Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	2	2	1	0
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte : Dados do SISAC, SIAPE e registros DAH-I

As informações constantes nos quadros acima, não correspondem a realidade verificada na base de dados do sistema Sisac em razão da existência de atos de exercícios anteriores que ainda estão sendo cadastrados.

O mesmo acontece com relação às diligências, que quase em sua totalidade são referentes aos atos pertinentes a regularização do passivo visto que foram cadastrados nos últimos três anos uma média de trezentos atos de aposentadoria e pensão por ano, portanto o quantitativo de diligências apurado pelo OCI será superior ao demonstrado no quadro “A.6.13”.

Atualmente o órgão conta trezentos e setenta e oito atos de aposentadoria e pensão devidamente cadastrados e disponibilizados ao Controle Interno para análise, bem como um estoque de duzentos e noventa e sete processos a serem cadastrados, os quais abrangem a todas as unidades do INCRA, referente ao período em que esta demanda era centralizada em Brasília.

Quanto a esta questão a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas DAH vem envidando esforços para que todos os atos pendentes sejam cadastrados no sistema sisac ainda neste exercício, tanto na Sede quando nas Superintendências Regionais.

Corroborando com as medidas adotadas pela DAH, o TCU por intermédio do Acórdão nº 417/2013 – 1ª Câmara determinou o cadastramento de todos os atos de aposentadoria no sistema sisac, no prazo de sessenta dias a contar de 26 de fevereiro de 2013.

A expectativa da DAH é de que haverá necessidade de prorrogar este prazo em razão do grau de dificuldade de instrução dos processos referente às concessões ocorridas até 1997, entretanto, com relação aos atos atuais, a situação já se encontra regularizada tanto na Sede quanto em 80% das Superintendências Regionais.

Também foi regularizada no mês em curso a pendência identificada nos quadros “A.6.9/10”, com relação aos atos de Admissão e Desligamento.

## **6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

### **6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

### **6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

### **6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

## 6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome:INCRA													
UG/Gestão:373083/37201						CNPJ:00.375.972/0001-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	87400/2008	03.908.321/0001-87	10/11/2008	30/3/2013	93	84					P
2009	V	O	96700/2009	02.717.460/0001-60	18/9/2009	17/9/2012	72	72					P
<b>Observações:</b> <b>LIMPEZA: BRASCON SERVIÇOS; VIGILÂNCIA: JUIZ DE FORA</b>													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:



## 6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante														
Nome:INCRA														
UG/Gestão:373083/37201							CNPJ:00.375.972/0001-60							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
4	COPEIRAGEM	O	75300/2007	72.620735/0001-29	10/8/2007	8/8/2013	21	21						P
5	RECEPÇÃO	O	95000/2009	01.798.730/0001-42	10/8/2009	9/8/2013			125	125				P
8	MAN.BENS MÓVEIS	O	93800/2009	03.908.321/0001-87	26/6/2009	23/11/2012	42	42						P
8	MAN. BENS MÓVEIS	O	30500/2012	01.757.138./0001-00	26/11/2012	25/11/2013	42	42						A
9	MAN.BENS IMÓVEIS	O	99300/2009	01.011.976/0001-22	1/12/2009	30/11/2012	25	25						P
12	SEC. EXECUTIVAS	O	20400/2010	05.933.861/0001-46	25/10/2010	23/10/2012					10	10		E
12	SEC. EXECUTIVAS	E	30600/2012	01.798.730/0001-42	24/10/2012	24/4/2013					10	10		A
12	OFFICE BOY	O	20300/2010	01.798.730/0001-42	21/10/2010	21/10/2013	31	31						p
12	ASCENSORISTAS	O	95100/2009	06.090.065/0001-51	27/7/2009	26/072013	14	14						P
12	DIGITADORES	O	77300/2007	36.770.857/0001-36	3/12/2007	5/12/2013			7	7				P
Observações: Houve mudança no nome fantasia e CNPJ da empresa Delta Engenharia. Antigo CNPJ:00.071.362/0001-80 e agora 01.011.976/0001-22 e agora chama-se Orion.														
<b>LEGENDA</b>					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;														

4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Fonte: Houve mudança no nome fantasia e CNPJ da empresa Delta Engenharia. Antigo CNPJ:00.071.362/0001-80 e agora 01.011.976/0001-22 e agora chama-se Orion.**

Empresas: Brasconservice, Ágil, Brasfort, Invape, Órion, Hepta , PH , Zarcone,

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

### Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

#### SEDE/DF UPAG 1089

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	R\$ 102.128,20
1.1 Área Fim	4	4	4	4	R\$ 58.358,97
1.2 Área Meio	3	3	3	3	R\$ 43.769,23
<b>2. Nível Médio</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	R\$ 54.992,11
2.1 Área Fim	6	6	6	6	R\$ 27.496,05
2.2 Área Meio	6	6	6	6	R\$ 27.496,05
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	R\$ 157.120,30

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

#### SEDE/DF UPAG 1089 E SRFA - UPAG 1092

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	R\$ 102.128,20
1.1 Área Fim	4	4	4	4	R\$ 58.358,97
1.2 Área Meio	3	3	3	3	R\$ 43.769,23
<b>2. Nível Médio</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	R\$ 65.923,52
2.1 Área Fim	6	6	6	6	R\$ 27.496,05
2.2 Área Meio	7	7	7	7	R\$ 38.427,46
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	R\$ 168.051,71

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

## 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

### 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	Seguimos o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008, e Instrução Normativa MP nº 03 de 15 de maio de 2008.
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.	Atualmente temos um veículo de Transporte institucional utilizado apenas pelo Presidente do Inkra. Esse veículo é fundamental como auxílio nas atividades desenvolvidas pelo dirigente máximo da Autarquia.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	1 (um) veículo de transporte institucional.
Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Média de 25.200 quilômetros por ano.
Idade média da frota, por grupo de veículos.	O veículo possui a idade de 8 meses. Foi adquirido no mês 07/2012.
Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)	Toda a manutenção e abastecimento são realizados através da Superintendência Regional 28.  Gasto médio com combustível mensal: R\$ 500,00.
Plano de substituição da frota.	
Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Veículo próprio
Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte	Controle é realizado pela Superintendência Regional 28.
Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte	Não possuímos
Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte	Giro Locadora de Veículos Ltda.  CNPJ: 05.640.645/0001-02  Exclusive Service Locadora de Veículos Ltda.  CNPJ: 07.234.161/0001-99
Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão	Giro - Pregão Eletrônico  CRT 92.800/2009  Vigência; 09/06/2009 a 08/12/2012  Valor: 517.196,00  Valor 2009: R\$ 105.096,49  Valor 2010: R\$ 196.508,68  Valor 2011: R\$ 199.158,86  Valor 2012: R\$ 211.125,65  Total: R\$ 711.889,68

	<p>Exclusive -Dispensa de licitação</p> <p>CRT 31000/2012</p> <p>Vigencia: 10/12/2012 a 08/06/2013</p> <p>Valores pagos dez/jan/fev: R\$ 99.256,45</p>
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	Norma geral conforme Decreto 6.403 de 17 de março de 2008.
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	Por não haver frota própria e tão pouco servidores no cargo de motorista, o contrato de terceirização do serviço de transporte é essencial nas atividades rotineiras da Autarquia.
Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	<p>Giro Locadora – 05 (cinco) veículos funcionais</p> <p>Exclusive - 07 (sete) veículos funcionais</p>
Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra	<p>Giro – 65.127 km. anual</p> <p>Exclusive - 4.012 km em dez/2012</p>
Idade média anual, por grupo de veículos	A idade média é de 1 (um) ano.
Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado.	Todos os custos são por conta da empresa contratada e já estão embutidos no valor do serviço.
Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.	O controle é realizado pela DAA-2, onde gerenciamos as autorizações para o uso do transporte e também a quilometragem utilizada pelos passageiros.

## 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>UF 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	Distrito Federal	90	<b>90</b>
	município 2	--	--
	município "n"	--	--
	<b>UF "n"</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	município 1	--	--
	município 2	--	--
	município "n"	--	--
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>90</b>	<b>90</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1	--	--
	cidade 2	--	--
	cidade "n"	--	--
	<b>PAÍS "n"</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1	--	--
	cidade 2	--	--
	cidade "n"	--	--
<b>Subtotal Exterior</b>		$\Sigma$	$\Sigma$
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>90</b>	<b>90</b>

Fonte: DAA

### 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

**Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373083	9701.21183.500-7	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21198.500-9	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	1.014.551,59		
373083	9701.21199.500-4	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21204.500-0	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	1.066.125,94		
373083	9701.21226.500-0	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21232.500-2	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21453.500-4	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21458.500-1	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.139.068,36		
373083	9701.21459.500-7	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	2.113.028,12		
373083	9701.21480.500-1	Imóvel funcional	Bom	134.215,71	25/01/2012	263.344,20		
373083	9701.21506.500-1	Imóvel funcional	Bom	134.215,71	25/01/2012	487.665,31		
373083	9701.21508.500-2	Imóvel funcional	Bom	215.536,76	26/01/2012	654.488,45		
373083	9701.21510.500-3	Cessão	Bom		25/01/2012	314.765,38		
373083	9701.21513.500-0	Uso em serviço público	Bom	219.128,12	25/01/2012	314.765,38		
373083	9701.21514.500-0	Uso em serviço público	Bom	219.128,12	25/01/2012	924.216,75		

373083	9701.22057.500-4	Uso em serviço público	Bom	1.904.652,38	25/01/2012	3.613.169,20		
373083	9701.22194.500-0	Uso em serviço público	Bom	4.441,56	25/01/2012	1.862.327,57		
373083	9701.22363.500-8	Imóvel funcional	Bom	123.199,70	25/01/2012	145.915,43		
373083	9701.22364.500-3	Imóvel funcional	Bom	97.164,69	25/01/2012	160.011,58		
373083	9701.22365.500-9	Imóvel funcional	Bom	97.000,00	25/01/2012	159.094,14		
373083	9701.22368.500-5	Imóvel funcional	Bom	94.750,53	25/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22369.500-0	Imóvel funcional	Bom	70.109,45	25/01/2012	110.071,99		
373083	9701.22370.500-6	Imóvel funcional	Bom	273.831,99	26/01/2012	297.270,96		
373083	9701.22371.500-1	Imóvel funcional	Bom	95.839,16	25/01/2012	156.221,02		
373083	9701.22372.500-7	Imóvel funcional	Bom	95.839,16	25/01/2012	156.221,02		
373083	9701.22373.500-2	Imóvel funcional	Bom	95.839,16	25/01/2012	156.221,02		
373083	9701.22374.500-8	Imóvel funcional	Bom	91.312,59	25/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22375.500-3	Imóvel funcional	Bom	91.312,59	25/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22376.500-9	Imóvel funcional	Bom	91.312,59	25/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22377.500-4	Imóvel funcional	Bom	104.140,71	26/01/2012	123.124,16		
373083	9701.22378.500-0	Imóvel funcional	Bom	91.323,59	26/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22379.500-5	Imóvel funcional	Bom	91.232,59	25/01/2012	149.146,38		
373083	9701.22380.500-0	Imóvel funcional	Bom	91.312,59	26/01/2012	102.536,46		
373083	9701.22381.500-6	Imóvel funcional	Bom	36.141,28	26/01/2012	197.084,53		



373083	9701.22382.500-1	Imóvel funcional	Bom	36.141,28	26/01/2012	197.084,53		
373083	9701.22383.500-7	Imóvel funcional	Bom	36.141,28	26/01/2012	197.021,99		
373083	9701.22384.500-2	Imóvel funcional	Bom	36.141,28	26/01/2012	197.084,53		
373083	9701.22385.500-8	Vago para uso	Bom	134.215,71	26/01/2012	510.732,16		
373083	9701.22386.500-3	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	450.943,62		
373083	9701.22387.500-9	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	450.943,62		
373083	9701.22388.500-4	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	403.480,37		
373083	4701.22389.500-0	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	427.212,00		
373083	9701.55390500-5	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	427.212,00		
373083	9701.2391.500-0	Vago para uso	Bom	122.119,01	26/01/2012	522.145,62		
373083	9701.22392.500-6	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	379.741,62		
373083	9701.22393.500-1	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	379.730,96		
373083	9701.22394.500-7	Vago para uso	Bom	122.119,01	26/01/2012	522.145,62		
373083	9701.22395.500-2	Vago para uso	Bom	106.566,12	26/01/2012	379.741,62		
373083	9701.22396.500-8	Vago para uso	Bom	151.496,70	26/01/2012	603.736,00		
373083	9701.22397.500-3	Vago para uso	Bom	122.119,01	26/01/2012	522.145,62		
373083	9701.22398.500-9	Vago para uso	Bom	101.975,85	26/01/2012	355.406,40		
373083	9701.22401.500-3	Vago para uso	Bom	134.215,71	26/01/2012	510.732,16		
373083	9701.22402.500-9	Vago para uso	Bom	134.215,71	26/01/2012	510.732,16		

373083	9701.22403.500-4	Vago para uso	Bom	134.215,71	26/01/2012	510.732,16		
373083	9701.22404.500-0	Vago para uso	Bom	134.215,71	26/01/2012	510.732,16		
373083	9701.22405.500-5	Vago para uso	Bom	101.957,85	26/01/2012	355.406,40		
373083	9701.22406.500-0	Vago para uso	Bom	452.000,00	26/01/2012	1.413.330,00		
373083	9701.22407.500-6	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22408.500-1	Vago para uso	Bom	110.598,37	26/01/2012	341.215,20		
373083	9701.22409.500-7	Vago para uso	Bom	161.289,29	26/01/2012	505.504,00		
373083	9701.22410.500-2	Vago para uso	Bom	161.289,29	26/01/2012	505.504,00		
373083	9701.22411.500-8	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22412.500-3	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22413.500-9	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22414.500-4	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22415.500-0	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22416.500-	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22417.500-0	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22418.500-6	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22419.500-1	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	463.101,28		
373083	9701.22420.500-7	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22421.500-2	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	485.915,81		

373083	9701.22422.500-8	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	458.800,58		
373083	9701.22423.500-3	Vago para uso	Bom	177.418,22	26/01/2012	646.228,81		
373083	9701.22424.500-9	Vago para uso	Bom	202.763,68	26/01/2012	821.152,50		
373083	9701.22425.500-4	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	458.800,58		
373083	9701.22426.500-0	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	479.659,41		
373083	9701.22427.500-5	Vago para uso	Bom	126.727,30	26/01/2012	458.800,58		
373083	9701.22428.500-0	Vago para uso	Bom	112.902,50	26/01/2012	396.236,58		
373083	9701.22429.500-6	Vago para uso	Bom	110.598,37	26/01/2012	341.215,20		
373083	9701.22430.500-1	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22431.500-7	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22432.500-2	Vago para uso	Bom	221.196,74	26/01/2012	834.081,60		
373083	9701.22433.500-8	Vago para uso	Bom	221.196,74	26/01/2012	834.081,60		
373083	9701.22424.500-3	Vago para uso	Bom	110.598,37	26/01/2012	341.215,20		
373083	9701.22435.500-9	Vago para uso	Bom	110.598,37	26/01/2012	341.215,30		
373083	9701.22436.500-4	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22437.500-0	Vago para uso	Bom	138.247,96	26/01/2012	490.338,88		
373083	9701.22456.500-3	Imóvel funcional	Bom	94.750,53	26/01/2012	149.968,80		
373083	9701.22466.500-8	Imóvel funcional	Bom	92.040,04	26/01/2012	160.863,53		
<b>Total</b>								

**Fonte: DAA**

## 8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

**Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênera:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

## 8.2 Análise Crítica

Em relação ao item 1 do quadro A8.1, cumpre à DET informar que as diretrizes estratégicas vigentes no momento constam do documento denominado “Diagnóstico e Proposições no Contexto do Desenvolvimento Agrário 2011/2014, ao qual o atual PDTI encontra-se alinhado.

Com relação ao item 3 do quadro, a DET utiliza internamente checklists de processos de contratações de TI e de pagamento dos contratos de informática para reduzir a incidência de erros e retrabalhos. O checklist relativo aos processos de contratações atualmente está em revisão por conta das alterações na legislação de registro de preços e em relação às diretrizes de sustentabilidade nas contratações de TI

Relativamente ao item 5, informamos que, entre os sistemas de informação que dão suporte aos principais processos da instituição, destacam-se o SIPRA e o SIR – Planejamento e Monitoramento.

Quanto à gestão de segurança da informação abordada no item 6 do quadro acima, a DET esclarece que existem inventários internos de ativos de informação (dados, hardware, software e instalações) que precisam ser consolidados e aprovados pelos dirigentes do Órgão, para que se viabilize a devida publicação.

O índice de serviços ao cidadão providos também por e-gov foram baseados no Relatório “Levantamento de Governança de TI 2012”, gerado em 11/11/2012, elaborado pelo TCU (item 7.3 da avaliação).

## 9. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

**Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<b>Economia de Energia/Procel</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				

<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>	<b>Economia de Energia/Procel</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	<b>Sim ( )</b>			<b>Não ( )</b>	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				<b>X</b>	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Observação: Nas contratações de TI, as equipes de planejamento da contratação têm se esforçado em aderir às melhores práticas de compras públicas sustentáveis, observando, na medida do possível, as normas baixadas pelo Poder Executivo Federal.

Algumas superintendências regionais adotam a prática do reuso de toners e cartuchos das impressoras sem garantia de fábrica, que tem proporcionado significativa economia orçamentária.



## 9.2 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

**Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água						
Energia Elétrica						
			<b>Total</b>	-	-	-

Fonte:

Observação: para colaborar com a economia de papel e insumos de impressão, o Incra disponibiliza uma solução equivalente a uma auditoria de impressão denominada Paper Cut, disponível aos gestores das divisões e coordenações. Por essa ferramenta, é possível identificar o usuário que utilizou qualquer uma das impressoras do parque computacional do Incra Sede, nome do arquivo e número de páginas impressas.

## 10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

### 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### 10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

**Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1799
<b>Deliberações do TCU</b>	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 024.902/2009-3	Nº104/2012	9.3 e 9.5	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Superintendência do Incra no Estado do Mato Grosso- SR-13/MT					1799 4038
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.3. determinar ao Incra o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração da responsável, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990, caso não atendida a notificação; e					
9.5. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação desta decisão para que o Incra atenda à diligência promovida por intermédio do ofício 893/2009-TCU-Secex/MT, de 18/11/2009, reiterado pelo ofício 105/2010-TCU-Secex/MT, de 11/2/2010, sob pena de aplicação de nova sanção em caso de omissão do responsável.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência do Incra no Estado do Mato Grosso- SR-13/MT					4038
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Foi encaminhado pelo Gabinete do INCRA o OFÍCIO nº 129/2012/P, de 18/04/2012 a SECEX-TCU/MT informando adoção de todas as providências necessárias ao atendimento das determinações expressas nos itens 9.3 e 9.5 do referido acórdão.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

#### Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		Nº2609/2012-TCU/Plenário	9.59.6	DE e RE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.5. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:					
9.5.1. constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos recebíveis a					

título de crédito de instalação, em atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004, atualizada pela Portaria STN 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, à Resolução CFC 1.137/2008 e ao Acórdão 578/2010-TCU-Plenário;

9.5.2. em 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a esta Corte relação das medidas que serão adotadas para dar ampla publicidade à relação de beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária, indicando as áreas responsáveis e os prazos para implementação da solução;

9.6. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:

9.6.1. quando da publicação de lista de beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária mencionada no item 9.5.2, o faça informando a ordem de classificação, conforme a preferência definida no artigo 19 da Lei 8.629/1993;

9.6.2. inclua na NE 45/2005, ou norma que vier a substituí-la, a exigência de documento de identificação civil com foto e com fé pública, aceito em todo o território nacional para a inscrição no Programa Nacional de Reforma Agrária;

9.7. alertar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

9.7.1. quanto à necessidade de cumprimento, pela unidade de auditoria interna, das ações constantes do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), bem como de enfrentamento das fragilidades mencionadas no Acórdão 577/2010-TCU-Plenário;

9.7.2. quanto à observância dos alertas, recomendações e determinações emanadas no âmbito do Acórdão 609/2011-TCU-Plenário, que tratou de fragilidades na área de tecnologia da informação;

9.7.3. quanto às impropriedades na da gestão de recursos humanos detectadas pela Controladoria-Geral da União:

9.7.3.1. não adoção de providências para implementação ou finalização de apurações de responsabilidades por sindicância, processos administrativos disciplinares e tomada de constas especiais;

9.7.3.2. falta de controle de requisições de veículos utilizados por servidores;

9.7.3.3. inconsistências em registros da folha de pagamento do Incra;

9.7.3.4. não implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens para gerenciamento da concessão de diárias e passagens;

9.7.4. quanto à necessidade de cumprimento do disposto no Acórdão 2607/2010-TCU-Plenário no tocante às medidas para diminuição do estoque de convênios pendentes de comprovação e de análise para aprovação, bem como sobre a necessidade de apresentação de melhorias na gestão de convênios;

9.7.5. quanto à necessidade de avaliação da qualidade e confiabilidade dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia tanto para fins de Plano Plurianual quanto para fins de gestão interna;

9.7.6. que o não cumprimento da determinação aposta no item 9.5 deste acórdão e dos demais acórdãos já endereçados à unidade jurisdicionada poderá dar ensejo à responsabilização de seus dirigentes;

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna - AUD	46773

Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT	89259
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD	89249
Procuradoria Federal Especializada – PFE	46744
Diretoria de Gestão Administrativa – DA	46751
Gabinete INCRA - GAB	1872
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>1)A Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT informou a Auditoria Interna as providências adotadas em relação ao item 9.5 deste Acórdão. A referida manifestação foi encaminhada ao Secretário de Controle Externo por meio do OFÍCIO N° 236/AUD/2012, de 06/11/2012.</p> <p>2) A Auditoria, por meio do OFÍCIO N° 233, de 06/11/2013, encaminhado ao Secretário do Controle Externo, atendeu a determinação contida no item 9.5, subitem 9.5.2 deste Acórdão, informando que as medidas adotadas em função da referida determinação encontram-se dispostas no site do INCRA.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC nº013.259/2002-9	Nº1086/2012-TCU/Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA					46751
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que inclua, no prazo de 180 dias da ciência, na tomada de contas especial determinada no Acórdão 3.548/2010 - 1ª Câmara, caso ainda se encontre pendente, ou em outro processo de TCE, os valores pagos a maior, no exercício de 2001, à empresa Casablanca Comunicação e Marketing Ltda., a título de comissão, no âmbito do Contrato CRT/DF 24.008/1998, em desacordo com o artigo 63, caput e parágrafos, da Lei 4.320/1964 e com a Cláusula 8ª do referido ajuste, informando ao TCU, no mesmo prazo, as providências adotadas a respeito.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>
Providências em curso.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		Nº2815/2012 – TCU 2ª Câmara	1.6.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA					46751
Descrição da Deliberação					
1.6.1. ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Inkra que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac do ato de Vera Lúcia Calado Torres (CPF 040.619.934-53), tendo em vista a indicação equivocada do cargo da interessada como administradora, quando o correto seria socióloga					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Providências em curso.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03		Nº5445/2012 – TCU 1ª Câmara	9.1 ; 9.2 e 9.3	DE	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA		<b>46751</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>		
<p>9.1. conhecer do recurso interposto por Albemar Albuquerque Abud, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;</p> <p>9.2. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, uma vez desconstituída a decisão judicial proferida pela Justiça Federal que assegura, presentemente, a manutenção da parcela relativa à URP nos proventos da recorrente (MS nº 2005.30.00.001219-4, atualmente no TRF da 1ª Região, Processo nº 0001217-61.2005.4.01.3000, sem decisão definitiva), promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição dos valores pagos a esse título à interessada desde o ajuizamento da aludida ação judicial, sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do ato de concessão, determinadas por esta Corte de Contas;</p> <p>9.3. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário deste Tribunal em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento da ação judicial referida no item 9.2 acima, para que o órgão adote as providências cabíveis, dando ciência à Consultoria Jurídica do TCU.</p>		
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>		
Providências em curso		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

### 10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

#### Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	20123412	7.1.3.1 (OS 201108584/Constatação 017)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Implementar rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis da União sob a			

responsabilidade do INCRA SEDE bem como para o controle de informações no SPIUnet, em atendimento ao disposto na Orientação Normativa GEADE-004/2003.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A União tem apenas um imóvel cedido ao INCRA. Este e todos os de propriedade da Autarquia foram avaliados em janeiro deste ano, tendo sido atribuído o prazo para nova avaliação para janeiro de 2014. O Sistema SPIUnet, quando do lançamento dos dados apresenta os dados para nova atualização. Juntamos no ANEXO I consultas realizadas no Sistema SPIUnet de todos os imóveis da Sede/Brasília. Elaboramos ainda Nota Técnica a ser encaminhada às Superintendências Regionais com objetivo de sanar dúvidas e padronizar os procedimentos a serem adotados por todas as UG's ANEXOII .	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	20123412	NA 201203412/004	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar consulta ao MPOG acerca das fragilidades encontradas no sistema SIASG para registrar contratos provenientes de dispensa de licitação, bem como para inserir os valores dos termos aditivos aos contratos de prestação de serviços continuados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Com relação a ausência dos 24 contratos no SIASG, providenciamos a retificação das respectivas publicações, inserindo os valores faltantes dos referidos termos aditivos dos contratos. A DAA-3 já vem adotando medida de consulta ao MPOG, quando constatada a fragilidade no sistema SIASG, o que nem sempre resulta em resposta em tempo hábil para solução do problema apontado.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	20123412	item 6.1.3.3 (201203412/039)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir rotinas internas de controle para acompanhamento dos prazos de encerramento dos contratos atualmente vigentes no INCRA, especialmente para aqueles de prestação de serviço de natureza contínua, com vistas a realizar planejamento de futuras licitações, evitando assim a contratação direta emergencial por dispensa de licitação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Já existem rotinas internas de controle para acompanhamento dos prazos de encerramento dos contratos administrativos. A DAA-3 adota a sistemática de encaminhar o processo às outras Divisões - Licitações e Serviços Gerais - com antecedência de 100 dias para prorrogação e de 120 dias para nova contratação. Ainda no intuito de melhorar o controle, pois não existe ainda um sistema corporativo partilhado de controle dos contratos da Sede e SRs, está sendo estudada a possibilidade de adoção, pelo Incra, do sistema de acompanhamento de contratos utilizado na SR-24/PI.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	20123412	item 4.1.1.1 (201203412/041)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Promover capacitação de servidores da área de licitações e contratos, principalmente no tocante à realização de estudo de quantitativo para a contratação, à elaboração do orçamento-base em planilhas de quantitativos e preços unitários, estabelecimento de critérios de aceitabilidade de preços unitários, bem como capacitação dos pregoeiros, especificamente quanto à vinculação ao instrumento convocatório.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>



<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Foram realizados os seguintes cursos: Licitações e Contratos, Semana de Administração Orçamentária e Financeira de Contratações Públicas, Licitações Contratos, Termos de Referências, Registros de Preços e Pregão com Simulação e Gestão de Contratos de Repasse, dentre outros..
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	20123412	item 4.2.1.1 (201203412/042)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir rotinas de controle, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, em forma de manual ou orientação normativa, de modo a tornar efetivos e eficientes os controles internos da área responsável pela gestão de contratos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi criado e disponibilizado no portal do Incra (HTTP://incranet) o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; foram publicadas Ordens de Serviço nomeando fiscal para cada contrato e para efetuar o pagamento mensal o fiscal do contrato deve elaborar Relatório Mensal de Acompanhamento do Contrato. No Anexo I deste memorando, documentos para comprovação			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1799
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>	

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	20123412	item 4.2.1.2 (201203412/043)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir rotinas de controle, por meio de manuais ou outras espécies de normativos, para a fiscalização da execução de contratos, levando em consideração as especificidades dos diversos objetos contratados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi criado e disponibilizado no portal do Inca (HTTP://incranet) o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; foram publicadas Ordens de Serviço nomeando fiscal para cada contrato e para efetuar o pagamento mensal o fiscal do contrato deve elaborar Relatório Mensal de Acompanhamento do Contrato. [...]"			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	20123412	item 4.2.1.2 (201203412/043)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar documento que comprove o ressarcimento ao Erário referente a pagamento de faturas com distâncias majoradas no montante correspondente a R\$ 6.553,02.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi aberto o processo nº 54000.000813/2012-71 para o ressarcimento dos valores pagos a maior. No anexo I deste memorando, documentos de comprovação			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	20123412	item 4.2.1.2 (201203412/043)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar capacitação dos servidores da área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, de modo a uniformizar e nivelar o conhecimento acerca das normas de fiscalização e das boas práticas aplicáveis à gestão de contratos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
No período de 23 a 27 de abril de 2012, servidores da DAA-2 e DAA-2.1 (Divisão de Serviços Gerais e Serviço de Manutenção, respectivamente) participaram do VIII Curso de Fiscalização e Contratos Administrativos - Implicação das IN 02/08, IN 03/09, IN 04/09 e IN 05/10 do MPOG e as Principais Mudanças da Regulamentação para a Administração Pública. O curso foi realizado pela ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público) e totalizou 20 (vinte) horas. [...].			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### 10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

##### Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1799

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	20123412	item 1.1.1.2 (OS 201108584/ constatação 003)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Estratégica - DE			46753
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao gestor que estabeleça um cronograma para aprovação, em módulos, da Política de Segurança da Informação (PSI) da Autarquia, promovendo a necessária divulgação da Política a todos os seus servidores.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	20123412	item 2.1.1.1 (OS 201108584/ constatação 051)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna			46773
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendar que o INCRA dê integral cumprimento às recomendações do item 9.2.1.2 e seus subitens; item 9.2.1.3; item 9.2.1.4; item 9.2.1.5; item 9.2.1.6 e item 9.2.2, do Acórdão/TCU nº 577/2010-Plenário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em cursos			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo</b>			

<b>Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	20123412	201108584/029 item 7.1.5.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir e manter rotinas que permitam a inserção nos editais licitatórios dos critérios de sustentabilidade da IN 01/2010 e da Portaria 2/2010, bem como capacitar membros da equipe de licitação da UJ de forma a permitir a aderência dos editais de licitação às normas citadas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	20123412	item 1.1.1.4 (OS 201114857/ constatação 004 )	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna			<b>46773</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomenda-se à Presidência do INCRA agilizar o processo de reestruturação da Auditoria Interna do INCRA, buscando: a) Disponibilizar servidores capacitados aos trabalhos de auditoria, adequando a quantidade de servidores lotados com as atividades a serem desempenhadas;			

b) Trabalhar junto à área para o desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento;	
c) Disponibilizar estrutura física adequada, com equipamentos e demais recursos materiais necessários ao bom andamento dos trabalhos.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Providências em curso.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	20123412	item 1.1.1.5 (OS 201114857/ constatação 005)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Auditoria Interna			<b>46773</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomenda-se que sejam implementadas rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis de trabalho, de forma a promover a sua preservação física e perfeita rastreabilidade das informações que suportam os trabalhos da Auditoria Interna			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curs.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	20123412	NA 201203412/01	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa		46751
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Atualizar, no que couber, o cadastro de responsáveis do Siafi para a Unidade Gestora 373083, Gestão 37201.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>		
Ausência de providências		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	20123412	NA 201203412/004	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Publicar retificação do valor do Contrato nº 26.400/2011 no D.O.U. e fazer este evento de retificação constar no sistema SIASG, conforme item 5 do Manual do Sistema SICON.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

08	20123412	201203412/005	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar lançamentos no sistema SIAFI alocando os registros nas contas contábeis 142119200 e 142119300 em contas contábeis com funções compatíveis com os objetos que originaram tais lançamentos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso .			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	20123412	7.1.1.1 201203412/034	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazona Legal - SRFA			102076
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir rotina de controle que garanta o atendimento de todos os requisitos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e normativos legais relacionados aos atos de celebração de instrumentos de transferências no momento da celebração destes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			



<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	20123412	6.1.3.2 201203412/038	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Instituir controles internos que permitam:</p> <p>a) efetuar levantamento dos históricos de consumo, para os itens adquiridos com maior frequência, estabelecendo base de dados para futuras aquisições do INCRA;</p> <p>b) no planejamento das compras, agrupar os itens a serem adquiridos de acordo com o enquadramento no subelemento de despesa, de forma a organizar as compras por itens de igual natureza, semelhança ou afinidade; e</p> <p>c) quando da realização de dispensa de licitação, atentar para o somatório de dispensas realizadas para um mesmo subelemento de despesa, considerando que, se os valores globais excederem o limite legal de R\$ 8.000,00, deve-se obrigatoriamente proceder, nas aquisições subsequentes, à realização de certame licitatório na modalidade adequada.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	20123412	6.1.3.3 201203412/039	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar capacitação dos servidores da área de licitação, visando aprimorar o planejamento de aquisições e contratações a serem efetuados pelo INCRA.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			

Providências em curso.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	20123412	6.1.3.4 20120421/040	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
Descrição da Recomendação			
Promover capacitação de servidores, de modo a possibilitar o aprimoramento do planejamento e execução das licitações a serem realizadas, especialmente quanto à elaboração do edital, aos procedimentos licitatórios formais, ao estabelecimento de critérios de inexequibilidade nos editais de licitação e a realização de diligências conforme IN SLTI nº 02/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	20123412	4.1.1.1 201203412/041	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF			46754
Descrição da Recomendação			
Apresentar a comprovação do vínculo firmado entre os profissionais apresentados para a realização do serviço e as			

empresas contratantes, relativamente ao Pregão nº 15/2011 (Relatórios Antropológicos).	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Ausência de providência.	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Providências em curso.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	20123412	4.1.1.1 201203412/041	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF			<b>46754</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar pesquisa de levantamento de necessidades para contratação de serviço de telefonia móvel e de transporte rodoviário de mobiliário de servidores do Incra, bem como promover a repactuação do quantitativo contratado, se for o caso.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

15	20123412	4.1.1.1 201203412/041	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF			46754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estabelecer rotinas que visam à definição de critérios objetivos e padronizados para o planejamento das licitações, principalmente no tocante à elaboração de estudos de necessidades, orçamento-base e critérios de julgamento. Além disso, definir controles internos adequados e suficientes para revisão dos processos administrativos da área de contratações.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	20123412		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar os valores pagos indevidamente e providenciar ressarcimento ao Erário sobre os fatos ocorridos na execução do contrato CRT/DF nº 23.600/2011, notadamente no que concerne ao descumprimento do Decreto 4.004/2001.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
17	20123412	Item 1.1.1.1 201203412/022	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Estratégica - DE			46753
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Fazer gestão junto ao Tribunal de Contas da União para estabelecer um cronograma para realização do levantamento do passivo existente, para as diversas Ações sob a responsabilidade da Unidade, levando em consideração a magnitude do universo a ser levantado e as limitações operacionais do Incra-Sede e de suas Superintendências.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	20123412	Item 1.1.1.1 201203412/022	46753
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Estratégica - DE			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Fazer gestão junto ao Tribunal de Contas da União para discutir os indicadores inicialmente propostos, buscando estabelecer conjuntamente indicadores que avaliem adequadamente a execução das Ações do Incra e cuja implementação seja exequível com base nos dados dos quais o Incra já dispõe ou que possam ser levantados a curto prazo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo</b>			

<b>Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	20123412	item 4.3.1.1) 201203412/034	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46761</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Dar cumprimento ao cronograma estabelecido pelo Grupo de Supervisão Nacional para encerramento do estoque de convênios celebrados sob a égide da IN STN nº 01/97, que se encontra na situação "a aprovar" a mais de sessenta dias sem análise da prestação de contas, informando os resultados apurados a este órgão Central de Controle Interno.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
20	20123412		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Estratégica - DE			<b>46753</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar a imediata repactuação do Contrato nº 27.200/2011, relativo ao Pregão nº 16/2011 (serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação), quanto aos itens 1 a 3, 5, 7 a 9, adotando como referência a proposta de preços da empresa Life Tecnologia e Consultoria Ltda. Caso a negociação não obtenha êxito, providenciar a rescisão do Contrato nº 27.200/2011, conforme art. 78, inciso XII da Lei 8.666/93.			

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Providências em curso.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	20123412	item 4.2.1.1 201203412/042	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			<b>46751</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar as despesas efetuadas com telefonia móvel, na execução do Contrato CRT/DF 23.700/2011, de modo a verificar o atendimento aos limites estabelecidos na Portaria INCRA/P/nº 600, de 27/09/2010. Efetuar o recolhimento dos valores gastos acima do limite determinado por essa Portaria, por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Providências em curso.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	20123412	item 2.1.1.1 201203412/044	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Estratégica – DE			<b>46753</b>

Assessoria de Comunicação Social - GABC	1876
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Elaborar e publicar o documento formal "Carta de Serviços ao Cidadão", consubstanciando todos os serviços prestados pelo INCRA, conforme Decreto 6.932/2009, e disseminar o documento junto às Superintendências Regionais.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Providências em curso.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
23	20123412	NA 201207254/001	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazona Legal - SRFA			102076
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Analisar e adaptar o Orçamento do Pregão Eletrônico nº 12/2012 considerando os seguintes fatores:</p> <p>a) Adequar o Orçamento do Incra com base nos salários normativos das categorias profissionais estabelecidas em acordos e convenções coletivas da região, se existentes. Caso tais acordos e/ou convenções não existam, anexar no processo licitatório pesquisa de preços realizada pela SRFA atualizadas;</p> <p>b) Ajustar as porcentagens dos encargos sociais dispostos no Orçamento, conforme legislação pertinente relacionada a cada encargo, art. 19, inciso III e Anexo III da Instrução Normativa MP nº 02/2008. Além disso, detalhar a metodologia de cálculo de cada encargo constante no Orçamento base do Incra;</p> <p>c) Adaptar a Planilha de Preços às especificidades do serviço, de acordo com o disposto no art. 29-A, § 1º da mesma IN, justificando formalmente as exclusões e inclusões necessárias para precificação, de acordo com a Nota (1) do Anexo III da IN 02/2008;</p> <p>d) Instruir o processo licitatório com toda a documentação comprobatória das pesquisas de preços, bem como o estudo que fixou os quantitativos de todos os itens do Orçamento base do Incra;</p> <p>e) Rever a fórmula adotada para o item Hospedagem/Alimentação após levantamento das diárias necessárias para os diversos cargos elencados no orçamento;</p> <p>f) Especificar os itens genéricos do orçamento: "Outras despesas" e "Despesas específicas".</p>			



detalhando a porcentagem adotada para o item “Despesas específicas”; e g) Rever o cálculo do preço do quilômetro considerando o prazo de 400 dias úteis para execução de 10.000 km, de forma que o custo por quilômetro seja apropriado aos estudos da Instituição.

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	20123412	NA 201207254/001	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazona Legal - SRFA			<b>102076</b>
Descrição da Recomendação			
Anexar no processo licitatório documentação comprobatória do levantamento dos perímetros para quantificação dos quilômetros licitados (100.000 km).			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	20123412	NA 201207254/001	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazona Legal - SRFA		102076
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Estabelecer rotinas e orientar os servidores da área de licitações com o intuito de que as pesquisas de preços contemplem diversas fontes, como cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores da própria Autarquia, contratos de outros órgãos e os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma que o orçamento da Administração reflita o mercado real, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "F", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>		
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
26	20123412	NA 201207254/002	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Não admitir prorrogação do contrato nº 30.400/2012, considerando a inexecutabilidade da proposta apresentada pela contratada no item 4 e o possível jogo de planilha nos outros itens licitados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	20123412	NA 201207254/002	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
Descrição da Recomendação			
Instituir rotinas de revisão de editais antes da publicação do documento, visando identificar fragilidades que prejudiquem a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, principalmente no tocante ao estabelecimento de critérios objetivos de inexequibilidade de preços unitários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	20123412	NA 201207254/003	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas administrativas com vistas à apuração de responsabilidades dos fatos ocasionados pela gestão irregular do Contrato CRT/DF 74.700/2007, no tocante a pagamentos realizados sem cobertura contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	20123412	NA 201207254/003	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa - DA			46751
Descrição da Recomendação			
Realizar levantamento de todas as notas fiscais pagas pela Autarquia Agrária na vigência do Contrato CRT/DF 74.700/2007, para transporte rodoviário de mobiliário em geral, bagagens, veículos e outros objetos de propriedade de servidores da Autarquia, de forma a discriminar a quilometragem real percorrida para mudança de sede e o valor contratual devido em cada nota fiscal com o intuito de verificar a existência de valores irregulares pagos a maior, além dos R\$ 71.900,96 já identificados no campo Fato da presente Nota de Auditoria. Após, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o devido ressarcimento ao Erário. Os resultados das análises deverão ser encaminhados a esta Unidade Técnica de Controle.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação gerada no final do exercício de 2012, em vias de atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

## 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos.

Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Auditoria Interna do INCRA finalizou o ano 2012 composta por 05 Ocupantes de Cargos em Comissão sendo: 01 Auditor-Chefe (DAS-4), 01 Assistente (DAS-2), 03 Assistentes Técnicos (DAS-1), 5 técnicos com formação superior, 1 técnico com formação nível médio, 01 Assistente de Administração nível médio, 04 terceirizados e 02 estagiários conforme quadro abaixo apresentado:

#### CARGOS EM COMISSÃO

	Função/Nome	Cargo	Formação	Vínculo
01	Auditor-Chefe – Lauro Vasconcelos	AFC - CGU	Ciências contábeis	Servidor da CGU cedido
02	Assistente (Auditor-Chefe Substituto) Calvero Moreira Xavier	Técnico em Educação	Geografia	Servidor
03	Assistente Técnico – Silvani Silva Ferreira	Assistente de Administração	***	Servidor
04	Assistente Técnico Emilson Roloff	Administrador	Administração Ciências Contábeis	Servidor
05	Assistente técnico –Rafael Torgone Vicente da Silva	Engenheiro Agrônomo	Agronomia	Servidor

#### TÉCNICOS - Nível Superior:

	Nome	Cargo	Formação	Vínculo
01	Érica Corrêa de Lima	Engenheiro Agrônomo	Agronomia	Servidor
02	Eurisvaldo Andrade Silva	Economista	Economia	Servidor
03	José Yasuchico Yamada	Economista	Economia	Servidor
04	Luiz Carlos Rodrigues Cecílio	Médico Veterinário	Médico Veterinário	Servidor
05	Diego Reis de Melo	Analista em Reforma e Des. Agrário	Ciências Sociais	Servidor

**TÉCNICOS - Nível Médio:**

01	Serafim Bezerra C. Neto	Assist. Administrativo		Servidor cedido pelo MAPA
----	-------------------------	------------------------	--	---------------------------

**APOIO = Terceirizados:**

	Nome	Cargo	Vínculo
01	Gustavo de M. Ribeiro Silva	Recepcionista Nível B	Terceirizado
02	Helloyze Oliveira Ferreira	Recepcionista Nível B	Terceirizado
03	Raiane Ferreira Barbosa*	Digitadora	Terceirizado
04	Tânia Patrícia Ramos	Recepcionista Nível B	Terceirizado

\* Atividades desenvolvidas em período de 4 horas

Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

Foram realizadas 10 auditorias nos dados do módulo do Sistema de Informações Rural - SIR, nas Superintendências de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Alagoas Tocantins e Médio São Francisco, conforme Anexo I – Auditorias de dados inseridos no Módulo SIR realizadas em 2012.

Também foram realizadas duas Auditorias Especiais, sendo uma na SR-29/MSF, que encontra-se em conclusão e outra em Processos de Certificações de Imóveis Rurais da SR-13/MT, conforme Anexo I– Auditorias Especiais, realizadas em 2012.

Ainda no exercício de 2012 houve desenvolvimento de trabalho no atendimento de demandas internas e dos órgãos de controle e no assessoramento ao Conselho Diretor e a membros da direção da Autarquia. Vale ressaltar a edição da Portaria Inkra P/Nº 508, de 20 de setembro de 2011, que atribuiu a unidade de Auditoria Interna a competência de acompanhar, controlar e supervisionar os processos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurados nas Superintendências Regionais e na Sede do Inkra. Tal atividade ocupava integralmente as horas trabalhadas por dois servidores e que atualmente é atribuída a apenas um técnico. Sobre o resultado desta atividade, em 2012 foram emitidos 80 pareceres sobre os processos analisados na Auditoria Interna e destes, 31 foram encaminhados a CGU para manifestação do Controle Interno, com vistas a serem remetidos ao TCU para trânsito e julgamento das contas dos responsáveis. Acrescenta-se também a emissão de 125 pareceres em processos de pagamentos de exercícios anteriores analisados na Auditoria Interna, conforme incumbência prevista no § 2º do art. 7º da Portaria Conjunta MPOG/AGU Nº1, de 17 de fevereiro de 2012.

c)Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

(Este item está demonstrado no Quadro 1 (Anexo 1) - Plano de Providências INCRA Sede)

Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

Após a conclusão dos trabalhos de Auditoria, o documento gerado (Relatório, Nota Técnica, Nota de Auditoria) é remetido à unidade auditada, contendo as eventuais recomendações, cujas medidas indicadas devem ser comunicadas a unidade de Auditoria.

Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Em 2012 foi implantado na Unidade de Auditoria Interna, o GIAUD – Controle e Gerenciamento de Informações e o SICDOC – Controle de Documentos da Auditoria, que constituem ferramentas de gerenciamentos de fluxo de informações. Atualmente não estão integrados com as demais unidades da Autarquia, mas há a previsão de aprimorá-los e integrá-los. Também em 2011 foi firmado entre a CONAB e o INCRA o Instrumento de Cessão de Uso do Software “SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA INTERNA – SIAUD”, atualmente utilizado pela Auditoria Interna da CONAB, que representa eficiente ferramenta para o controle da

execução e da qualidade das atividades de Auditoria Interna. A implantação e funcionamento desse Sistema deverão ocorrer até 2014.

Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Os documentos expedidos pela Auditoria Interna são dirigidos a alta gerência.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Os trabalhos de alta relevância, cujos resultados demandam providências, são comunicados ao gestor auditado e levado ao conhecimento do diretor da área correlata e ao Presidente da Autarquia.

### 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	210	-	-
	Entregaram a DBR	210	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: DAH

\* Inclui as DBR da SRFA

#### 10.3.1.1 Análise Crítica

Essa Unidade de Jurisdição encaminha aos servidores pelo e-mail “comunica” informação sobre a obrigatoriedade da entrega da Declaração de Bens e Renda-DBR, sendo o Serviço de Cadastro e Lotação, da Divisão de Administração de Pessoal, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, responsável pela recepção dos formulários (ANEXO I ou ANEXO II da Instrução Normativa 67/2011).

O INCRA ainda não dispõe de sistema informatizado para controle e recepção dessas DBR's. Atualmente, as declarações são entregues em formulários impressos (papel) pelos servidores à DAH-2.1 e arquivados em pasta específica e pasta funcional, sendo o controle efetuado por intermédio de relação (planilha) de forma manual. acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93.

#### **10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

##### **10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

###### **Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV**

###### **DECLARAÇÃO**

Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, (**Gestor Financeiro**), exercido na UG 133089/37201 – INCRA – instituto de Colonização e Reforma Agrária, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG

Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

**Ricardo Magno Paula Ramos**

**484.418.301-00**

**Gestor Financeiro – UG 133089/37201**

###### **Quadro A.10.6.A – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SICONV**

###### **DECLARAÇÃO**



Eu, Edinar Ferreira Araujo, CPF n° 093.880.013-20, Chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2013.

Edinar Ferreira Araujo  
093.880.013-20

Chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios/UG 373083

## **11. Informações Contábeis**

### **11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

#### **11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

Os procedimentos adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI – ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

- . se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- . cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- . realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Para o exercício de 2012, houve um impacto do resultado apurado pela UJ (UG 373083), tendo como variação passiva o montante de 2.193.974,67, conforme abaixo:

AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.193.974,67
DESVALORIZACAO DE BENS	1.551.566,50
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	642.408,17

### **11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

#### **11.2.1 Declaração Plena**

**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INCRA		373002/373083	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Conformidade de gestão</li> <li>b) Estoque de convênios vencidos na situação a comprovar /aprovar</li> <li>c) Reavaliação de bens</li> <li>d) Registro de bens imóveis adquiridos para fins de reforma agrária no Balanço da Autarquia.</li> <li>e) Contabilização da provisão para devedores duvidosos</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA-DF	Data	22/03/2013
Contador Responsável	VINÍCIUS FERREIRA DE ARAUJO	CRC nº	0 08679/0-6 RN

**11.2.2 Declaração com Ressalva**

**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INCRA		373002/373083	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>f) Conformidade de gestão</li> <li>g) Estoque de convênios vencidos na situação a comprovar /aprovar</li> <li>h) Reavaliação de bens</li> <li>i) Registro de bens imóveis adquiridos para fins de reforma agrária no Balanço da Autarquia.</li> <li>j) Contabilização da provisão para devedores duvidosos</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA-DF	Data	22/03/2013
Contador Responsável	VINÍCIUS FERREIRA DE ARAUJO	CRC nº	0 08679/0-6 RN

### **11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

### **11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

### **11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

### **11.6 Parecer da Auditoria Independente**

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

## **12. Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA**

Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes, em sua maioria, à bacia amazônica e possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica. Com base em análises estruturais e conjunturais, o governo brasileiro reuniu regiões com problemas econômicos, políticos e sociais semelhantes, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica, instituindo o conceito de Amazônia Legal.

A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do

estado do Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup> correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Até os anos 60, as terras da Amazônia pertenciam a União e aos estados, constituída, majoritariamente, por terras públicas não tituladas ocupadas por posseiros que ali habitavam e dali retiravam seu sustento atuando como extrativistas ou agricultores. Nas décadas de 70 e 80 o governo militar atuou de forma bastante massiva na região amazônica sob os lemas “terras sem homens para homens sem terra” e “ocupar para não entregar”, esse processo de colonização ocorreu principalmente ao longo de rodovias federais recém implantadas como a BR-230 – Transamazônica - e BR-319 - Manaus – Porto Velho. Durante o processo de colonização foram expedidos milhares de títulos de regularização fundiária, definitivos e precários, nas glebas federais, contudo, esta população não recebeu o apoio de programas oficiais de fomento para suas atividades produtivas, bem como não foi contemplado com instruções para o desenvolvimento sustentável, o que pode ter contribuído para o aumento do desmatamento, impulsionado pela ilegalidade e ausência de titulação que sempre dificultam o trabalho de fiscalização.

Em 2009, o Governo Federal, juntamente com estados e municípios, iniciou uma nova fase no processo de conservação e implantação de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal. Esta etapa é marcada pelo mutirão Arco Verde Terra Legal, uma grande ação interministerial para a preservação da Amazônia. O mutirão combina acesso a direitos e cidadania para milhares de brasileiros com ações de regularização fundiária e combate a grilagem.

O Programa Terra Legal foi criado sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a execução dos trabalhos realizada pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA do INCRA, visando a implementação da Lei 11.952/09, que prevê a regularização das terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal.

O programa de regularização fundiária estima beneficiar 150 mil posseiros que ocupam terras públicas não destinadas, desde que não estejam ocupadas por indígenas, em florestas públicas, áreas de fronteira ou marinha ou reservadas à administração militar, em 463 municípios dos nove estados da Amazônia Legal. Acredita-se que este programa impulsionará a criação e o desenvolvimento de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal.

O Programa trabalha com três passos para a regularização: o cadastramento; o georreferenciamento; e a destinação/regularização das posses, sendo que as principais inovações do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal estão na celeridade do rito e no arranjo institucional previsto para implementação das ações. Até o advento da Medida Provisória Nº 458, as exigências para a regularização fundiária na Amazônia Legal eram similares às exigências de regularização no centro-sul do Brasil. Com a mudança no marco legal, o rito de titulação foi simplificado, tornando mais célere a titulação até 4 módulos fiscais.

O georreferenciamento é uma etapa de elevado custo, comum a qualquer imóvel, principalmente quando realizado isoladamente. Para proporcionar agilidade e economicidade, buscou-se dentro do Programa a terceirização deste serviço por meio de licitações na modalidade de Pregões Eletrônicos no Sistema de Registro de Preços. Esta escolha deveu-se a fatores básicos como celeridade do certame; ampla concorrência entre os licitantes; grande volume de serviço versus a pequena quantidade de servidores aptos à realização destes; economia de escala nos trabalhos.

Para regularização da ocupação, nos termos da Lei 11.952/09, o ocupante e seu cônjuge ou companheiro deverão atender aos seguintes requisitos: ser brasileiro nato ou naturalizado, não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional, não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as situações admitidas pelo INCRA, ter sua principal atividade econômica advinda da exploração do imóvel e não exercer cargo ou emprego público no INCRA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou nos

órgãos estaduais de terras. Não será objeto de regularização a área rural ocupada por pessoa jurídica. Para ser passível de regularização, a ocupação tem que ser comprovadamente anterior a dezembro de 2004. O atual ocupante pode ter chegado depois dessa data e requerer a regularização se ele conseguir provar que a ocupação já existia na data limite, antes de ele chegar.

Com a alteração do marco legal, aplicando-se os três passos - cadastramento, georreferenciamento e regularização - será dado tratamento diferenciado às posses, conforme a extensão: Alienação direta para ocupações até 15 módulos fiscais, sendo gratuita; para posses de até 1 módulo fiscal - média de 76 hectares - sem obrigatoriedade de vistoria prévia, tornando-se obrigatória nos casos de conflito agrário, infrações ambientais, cadastramento por procuração ou denúncias. O valor cobrado para a regularização fundiária das áreas entre 1 e 15 módulos fiscais tem como base o valor mínimo da terra nua da planilha de preços de terras do INCRA e varia de acordo com as características locais e dimensão das ocupações.

Os imóveis situados em áreas de até 4 módulos fiscais não poderão ser alienados dentro de um prazo de dez anos, mas poderão ser utilizados como garantia nas operações de crédito rural junto a instituições financeiras. Os que se encontram em posses acima de 4 módulos fiscais poderão ser vendidos a partir de 3 anos mantidas as cláusulas resolutivas.

A intenção do programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. A própria Lei prevê dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas. Outra medida para evitar fraudes será o sistema de divulgação da lista de cadastrados e recepção de denúncias pela internet, que poderá ser acessado por qualquer cidadão, inclusive anonimamente.

Outra área de atuação importante do Programa Terra Legal é a doação das áreas a municípios, pois cerca de 170 municípios da Amazônia Legal têm suas áreas urbanas inteiramente localizadas em glebas federais não destinadas. Sem regularidade dessas ocupações, inclusive aquelas onde se localizam os prédios e os equipamentos públicos, as prefeituras enfrentam inúmeras dificuldades para acessar recursos, realizar obras e cobrar impostos municipais, como o IPTU.

A Lei 11.952/2009 prevê que os núcleos urbanos consolidados e as áreas de expansão urbana situados em terras federais serão doados aos municípios, que promoverão a regularização dos lotes existentes, com o apoio do Ministério das Cidades. Para que a doação seja efetivada, é preciso realizar o georreferenciamento dessas áreas.

Após dois anos e meio de execução, o Programa Terra Legal alcançou uma série de importantes avanços na estruturação dos esforços para a regularização fundiária das terras públicas federais remanescentes na Amazônia Legal, gerando um panorama de informações fundiárias anteriormente não disponíveis para a região. Para estruturar o Programa de forma a contemplar adequadamente a complexidade do tema fundiário e o grande número de variáveis envolvidas, além de acelerar o alcance de seus resultados efetivos, foram iniciados em junho de 2012 os trabalhos para a elaboração do planejamento estratégico do Programa Terra Legal para o período de 2012 a 2014.

O planejamento estratégico do Programa Terra Legal buscou o alinhamento entre os objetivos de médio e longo prazo do Programa e as suas atividades e metas. Para tanto, foi necessário considerar os avanços e aprendizados que o Programa experimentou desde a sua criação. O objetivo inicial de realizar a titulação de áreas rurais e urbanas em remanescentes de terras públicas federais ainda não destinadas na Amazônia Legal segue em vigor e determina a principal meta do Programa, medida pelo número de títulos definitivos emitidos nestas áreas. No entanto, para que este objetivo possa ser alcançado com a qualidade almejada, uma série de outros resultados e etapas intermediários e/ou paralelos tiveram que ser estabelecidos. Estes, por sua vez, constituem contribuições fundamentais ao processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. Desta forma, atualmente o conjunto de objetivos e resultados perseguidos pelo Programa é mais amplo e complexo do que inicialmente proposto, conforme descrito a seguir.

## **12.1 Objetivo superior**

Contribuir a uma melhoria significativa da segurança jurídica fundiária na região amazônica;  
Facilitar o acesso às políticas de apoio e fomento a alternativas produtivas sustentáveis na Amazônia Legal;  
Prevenir e controlar do desmatamento ilegal na Amazônia.

## **12.2 Objetivo geral**

O objetivo geral do Programa Terra Legal é a efetiva regularização fundiária das terras públicas federais na Amazônia Legal. Além de realizar a destinação e titulação das terras públicas sob domínio da União, o Programa vem evoluindo para assumir um papel de coordenação na gestão compartilhada da malha fundiária na Amazônia Legal.

## **12.3 Objetivos específicos e ações estratégicas**

- Realizar a gestão da malha fundiária de terras públicas federais, realizada de forma compartilhada e efetiva;
- Regularizar as ocupações rurais em terras públicas sob domínio da União ;
- Doar ao municípios as áreas urbanas localizadas em terras públicas sob domínio da União ;
- Realizar a análise e manifestação sobre os documentos fundiários e títulos antigos efetivados anteriormente à Lei N° 11.952/2009;
- Aprimorar os mecanismos de gestão e de acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal;

Para o acompanhamento desses objetivos foram estabelecidos 41 indicadores de acompanhamento e de desempenho, os quais são relacionados no quadro abaixo.

## Quadro dos Indicadores do Programa Terra Legal

		INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E DE DESEMPENHO				
RESULTADO ESTRATÉGICO						
Objetivo	Indicador	Gestão do indicador	Método Cálculo / Fórmula	Fonte dos dados	TIPO	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas recebidas no ano corrente	SRFA-C	Somatório peças recebidas	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas recebidas anual	SRFA-C	total do ano	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de Glebas certificadas	SRFA-C	Somatório	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas validadas em glebas certificadas	SRFA-C	Acumulado de todos os anos do PTL	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas validadas em glebas certificadas por mês	SRFA-C	Acumulado por mês durante o ano corrente	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcela validadas em glebas certificadas - ano corrente	SRFA-C	Acumulado no ano corrente	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas validadas em glebas não certificadas	SRFA-C	Acumulado de todos os anos do PTL	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Gestão da malha fundiária de terras públicas federais	Número de parcelas validadas em glebas não certificadas - ano corrente	SRFA-C	Acumulado no ano corrente	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de Processos consultados no SNCR	Divisões Estaduais	Somatório	Divisões Estaduais	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de Processos incluídos no SNCR	Divisões Estaduais	Somatório	Divisões Estaduais	Desempenho	
Doação de áreas urbanas aos municípios	Número de processos de doação de área urbana em andamento	Divisões Estaduais	Somatório	Divisões Estaduais	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de processos de análise de sobreposição realizada	Divisões Estaduais	Somatório	Divisões Estaduais	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	% de processos aprovados pela CONJUR	Conjur		Conjur		
Regularização fundiária de ocupações rurais	% de processos de regularização rural devolvidos pela Conjur Peso 1 (2 condicionantes)	Conjur	Nº de processos devolvidos pela Conjur com condicionante/ Nº total de processos recebidos pela Conjur) * 100	Conjur	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	% de processos de regularização rural devolvidos pela Conjur Peso 2 (acima de 2 condicionantes, Notas e Despachos)	Conjur	Nº de processos devolvidos pela Conjur com condicionante/ Nº total de processos recebidos pela Conjur) * 100	Conjur	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	% de processos de regularização rural devolvidos pela Conjur Peso 3 (indeferimento)	Conjur	20 agosto; 10 setembro, 0 a partir de outubro, verificar meta urbano	Conjur	Desempenho	
Doação de áreas urbanas aos municípios	% de processos dos processos retificados por demanda do Ministério das Cidades	SRFA-R	Nº de processos com solicitação de retificação pelo MC/ Nº total de processos recebidos pelo MC) * 100	SRFA-R	Acompanhamento	
Doação de áreas urbanas aos municípios	Número de títulos de área urbana emitidos	SRFA-R	Somatório	SRFA-R	Desempenho	
Doação de áreas urbanas aos municípios	Área (ha) destinada para municípios	SRFA-R	Somatório	SRFA-R	Acompanhamento	
Doação de áreas urbanas aos municípios	População potencialmente beneficiada pela doação de áreas urbanas	SRFA-R	Somatório	SRFA-R	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de processos de alienação de áreas rurais em análise	SRFA-R	Acumulado no ano	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de processos de alienação de áreas rurais em análise por mês	SRFA-R	Acumulado dos últimos 3 meses	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de processos de alienação de áreas rurais em aprovação	SRFA-R	Acumulado no ano	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de processos de alienação de áreas rurais em aprovação por mês	SRFA-R	Acumulado dos últimos 3 meses	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	% de processos concluídos e deferidos	SRFA-R	Nº de processos concluídos e deferidos/ Nº total de processos recebidos analisados) * 100	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de imóveis vistoriados	Divisões Estaduais	Somatórios	Divisões Estaduais	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Cadastrados realizados em parcelas validadas em glebas certificadas	SRFA - C	Acumulado em todos os anos do PTL	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número total de títulos de domínio rural emitidos ao longo do PTL	Gabinete	Somatório anual	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Acompanhamento	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número total de títulos de domínio rural emitidos no ano corrente	Gabinete	Somatório por escritório no ano corrente X metas	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número total de títulos de domínio rural emitidos no ano corrente por mês	Gabinete	Somatório por escritório no ano corrente X metas	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Área total destinada (ha)	Gabinete	Somatório da área destinada - gráfico empilhado - rural, urbano e outros órgãos	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho - pps	
Aprimoramento de mecanismos de gestão e acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal	% do limite orçamentário executado na ação 2103	SRFA - A	(Valor executado na ação 2103/limite orçamentário disponibilizado)*100	SIAF/ SRFA-A	Desempenho	
Aprimoramento de mecanismos de gestão e acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal	% do limite orçamentário executado na ação 20T9	SRFA - A	(Valor executado na ação 20T9/limite orçamentário disponibilizado)*100	SIAF/ SRFA-A	Desempenho	
Aprimoramento de mecanismos de gestão e acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal	% do limite orçamentário executado na ação 20TA	SRFA - A	(Valor executado na ação 20TA/limite orçamentário disponibilizado)*100	SIAF/ SRFA-A	Desempenho	
Aprimoramento de mecanismos de gestão e acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal	Número de títulos emitidos pelos Estados convenientes com o PTL	SRFA - A	Somatório do número de títulos	SRFA-A	Desempenho	
Aprimoramento de mecanismos de gestão e acompanhamento efetivos para o Programa Terra Legal	Área (ha) regularizada pelos Estados convenientes	SRFA - A	Somatório da área	SRFA-A	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de títulos rurais até 1 MF emitido	Gabinete	Somatório	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de títulos rurais de 1 a 4 MF emitido	Gabinete	Somatório	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Regularização fundiária de ocupações rurais	Número de títulos rurais 4 a 15 MF emitido	Gabinete	Somatório	Divisão de Gestão da Informação/DPMARFAL	Desempenho	
Análise e manifestação sobre documentos e títulos antigos	Número títulos com condições/ cláusulas resolutive libertadas	Gabinete	Somatório	Gabinete	Desempenho	
Análise e manifestação sobre documentos e títulos antigos	Número de certidões para indeferimento (Portaria 80)	Gabinete	Somatório	Gabinete	Acompanhamento	

Vale ressaltar que esses indicadores foram obtidos por meio de uma metodologia com um ciclo de desenvolvimento que tem foco na melhoria contínua, sendo que a cada três meses esses indicadores serão revisados no intuito de se verificar o alcance do monitoramento e/ou a medida de desempenho contemplam os objetivos do Programa Terra Legal.

#### **12.4 Ações Orçamentárias**

##### **Ação 20T9 – Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009**

###### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Objetivo:** Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

**Iniciativa:** Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei Nº 11.952/2009

**Finalidade:** Localizar, georreferenciar e demarcar a malha fundiária, e digitalizar o acervo cartorial e fundiário.

**Descrição:** Medição e processamento de imóveis rurais e urbanos, modernização institucional e gestão da rede para regularização de posses em área pública, utilizando tecnologia de última geração, estações de computação gráfica e transmissão de informações on-line. Identificação e seleção do universo dos imóveis a serem trabalhados, considerando a capacidade operacional do INCRA e serviços contratados de empresas especializadas. Definição de áreas prioritárias; delimitação e certificação de glebas e subglebas. Ainda são desenvolvidas atividades de discriminação, homologação, demarcação e arrecadação de terras devolutas. Sistematização das informações geoespaciais e digitalização do acervo cartorial e fundiário.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:**

**Coordenador nacional da ação:**

**Unidades executoras:** INCRA-SRFA



### Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista LOA 2012 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2013 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
	A		Área Georreferenciada/Ha	7.000.000			2.441.959,57	34,88	4.558.040,5

Fonte: SisterlegGEO 2012

### Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

LOA 2012	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
72.000.000	50.217.251,36	19.752,72	47,2 94,03	26.129.007,23	52,03	6.891.035,35	13,72

Fonte: Siafi 2012

### Execução orçamentário-financeira (Exercícios Anteriores).

Inscrição de RAP Ação 4426	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
69.171.436,04	-5.551.915,18	52.035.577,92	22.687.773,30

Fonte: Siafi 2012

***O Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei nº 11.952 de 2009*** figura como uma ação estruturante do processo de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, e tem por objetivos: localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais; efetuar o georreferenciamento das áreas. É importante lembrar que o processo de georreferenciamento no PPA 2012-2015, sofreu importantes modificações, as quais reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal.

Ainda em 2009 com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Nº. 11.952/2009 e a constituição do Programa “Terra Legal Amazônia” uma nova estratégia de atuação passou a ser utilizada para a execução do georreferenciamento das áreas a serem regularizadas na Amazônia Legal, o qual previu a contratação de serviços de georreferenciamento por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico. Essa estratégia de atuação foi desenvolvida por causa do número insuficiente de servidores para a execução desses trabalhos, aliados à urgência e volume de trabalhos resultante do programa de governo Terra Legal.

Antes de se justificar os resultados de execução física, cabe ressaltar, que por força do Decreto Nº. 7.680/2012 foram contingenciados o montante total de R\$ 20,7 milhões da ação 20T9, cerca de 31% do total previsto originalmente na LOA. Da mesma forma, cumpre destacar que foram contingenciados outros cerca de R\$ 8,2 milhões entre os valores previstos e àqueles efetivamente provisionados.

No ano de 2012, atingiu-se o georreferenciamento de mais de 20.000 imóveis em todo o país, o que corresponde a aproximadamente milhões 2.441.959,57 de hectares. Desse valor, cerca de 300.000 hectares foram realizados com recursos inscritos em restos a pagar de 2011.

Ocorre que, em que pese à eficácia do método e os ganhos de gestão com a criação de novos sistemas, modalidades e ferramentas, ainda enfrentamos as adversidades naturais da região quando se trata da execução de atividades de campo, tais como: longos períodos chuvosos, dificuldades de deslocamento, extensão territorial, etc. o que muitas vezes tem gerado a desistência das Empresas. Desta forma, em alguns casos a execução do objeto original contratado atingiu níveis de 30% o que conseqüentemente gera impactos sobre os resultados previstos.

Outro ponto importante referente à execução do georreferenciamento é a consolidação da ferramenta e do método de contratação por meio de Editais de Licitação, para fins de registro de preço, gerados por Pregão Eletrônico. Pretende-se por meio deste procedimento que o processo de seleção e contratação passe a ter maior celeridade e transparência.

Em 2011 foi realizado o quinto pregão eletrônico de serviços topográficos (georreferenciamento) da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, também chamado Pregão “E”, cujo volume de serviços contratados até dezembro de 2012 foi de 21 itens licitados. Com relação aos quatro pregões anteriores, em função do grande volume de serviços nunca antes experimentado, sobretudo na região amazônica, as vencedoras do certame não conseguiram executar os serviços licitados no cronograma proposto o que resultou em um grande montante de restos a pagar.

Junto às dificuldades típicas da região, o maior entrave são as contestações judiciais da concorrência pública de R\$ 93 milhões, que contratou 28 empresas para fazer o georreferenciamento (a medição dos imóveis). As empresas, sem experiência na Amazônia, começaram a trabalhar como se estivessem em outros biomas que tradicionalmente atuam, como o cerrado ou a caatinga. A constatação das dificuldades no cumprimento de prazos só foi possível durante a mobilização das empresas, ou seja, quando já estavam dentro da floresta amazônica.

A medição do produto executado poderia ser feita sob vários pontos de vista, mas escolheu-se usar o produto finalizado, pago, armazenado e sistematizado no SisterlegGEO: sistema desenvolvido em parceria com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para acompanhamento e monitoramento do georreferenciamento. Esta escolha fez os resultados serem menores que aqueles já alcançados pela execução em campo, mas tornam-se mais consistentes e possíveis de monitoramento a partir deste ano de exercício.

Visando a execução de serviços de georreferenciamento (medição, demarcação e confecção de planta e memorial descritivo georreferenciados), inclusive com abertura de picadas onde se fosse necessário além de outros itens que compõem o rol de peças técnicas do objeto a ser demarcado, incidentes em glebas públicas, áreas destinadas ou em processo de arrecadação, compreendendo a demarcação de perímetros, áreas urbanas consolidadas, expansão urbana, ocupações territoriais rurais e outras feições geográficas sob gestão de órgãos públicos, tais como Projetos de Assentamento, Unidades de Conservação, etc. localizadas na Amazônia Legal, distribuídas em blocos agrupados em conjuntos de municípios ou município isolado, compondo itens do edital, conforme quadro abaixo, que deverão ser realizados segundo a metodologia e especificações adotadas pelo INCRA, e em perfeita consonância com a Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada a Amazônia Legal – NTGARFAL, e demais normas pertinentes, foi aberto processo licitatório para a fim de atender a demanda das regiões descritas em quadros apresentados na licitação.

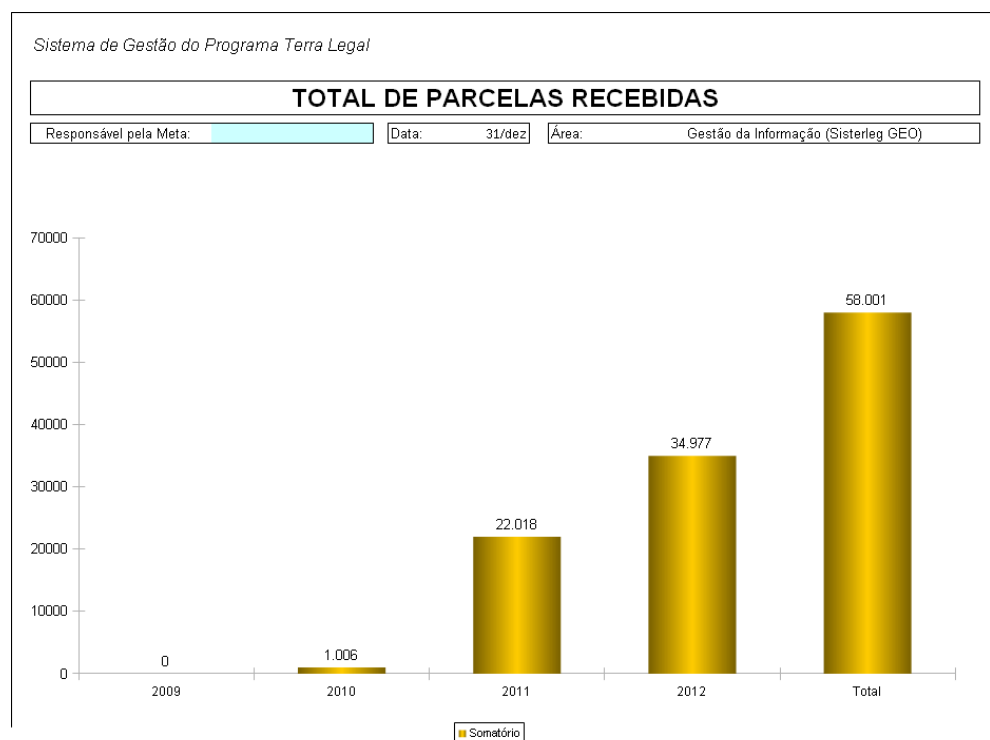
A principal inovação no georreferenciamento foi a consolidação do sistema SisterlegGEO, que permite o gerenciamento e análise de todos os imóveis georreferenciados e recebidos pelo Terra Legal no âmbito de seus contratos. O referido sistema foi concebido e desenvolvido em plataforma livre, não gerando qualquer ônus para os usuários com relação à aquisição de licenças de uso. O SisterlegGEO consiste num módulo do Sistema Terra Legal (Sisterleg) desenvolvido pela equipe da SRFA/Serfal/MDA em parceria com a equipe do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia). Tem por objetivo gerenciar a recepção, tramitação e análise das peças técnicas de georreferenciamento dos contratos firmados no âmbito do Programa Terra Legal. Seu funcionamento iniciou-se no outubro de 2010 e vem sendo usado por contratadas, para fazerem a entrega do produto final do

georreferenciamento, pelos técnicos e gestores do Programa Terra Legal. Com o uso continuado deste, pode-se a qualquer tempo gerar os extratos com os parâmetros desejados (contrato, tempo, área, etc).

Visando minimizar tais ocorrências e tornar o processo cada vez mais eficaz atuamos durante este ano diretamente nas atividades das Comissões de Fiscalização, buscando uma presença efetiva e eficaz em campo, com ações niveladas e na tentativa de gerar soluções e correções em tempo real.

Como resultado das medidas adotadas, obtivemos uma ampliação significativa da área georreferenciada em relação aos anos de 2009, 2010 e 2011.

Entretanto, em função dos problemas já relacionados, principalmente as adversidades naturais, não foi possível atingir a meta programada para o período.



A demora na fixação do limite orçamentário no ano de 2011 dificultou a realização de adimplimentos e novos contratos dos serviços de georreferenciamento do “Pregão D” (pregão 006/2010 de registro de preços de serviços de georreferenciamento), cuja primeira parte já havia sido empenhada no ano de 2010, fazendo inclusive com que se perdesse o prazo legal da ata de registro de preço e levou também o adiamento da realização do novo “Pregão E”, implicando inclusive na necessidade de seu redimensionamento. Com o duplo atraso, os possíveis valores a empenhar nas áreas restantes nos blocos do Pregão D e nos blocos do Pregão E não puderam ser efetivados, reduzindo a contratação e, portanto a entrega de peças de georreferenciamento para o ano de 2012. Por sua vez, a contratação dos serviços de georreferenciamento corresponde a mais de 65% da média histórica da execução orçamentária anual do Programa Terra Legal.

Contudo, à medida que, os adimplimentos dos contratos dos blocos do “Pregão D” puderam ser feitas e os contratos do “Pregão E” foram assinados a execução orçamentária 2011 na Ação Orçamentária 4426- “Georreferenciamento da Malha Fundiária” tendeu a convergir ao ritmo planejado para o ano, embora com atraso no respectivo cronograma físico de entregas para 2011 e 2012 e redução no montante programado, e, portanto no montante de peças entregues, impactando assim em redução na execução física de 2012.

Programou-se a realização de um novo pregão em 2012 (Pregão “F”) - vide tabela abaixo, que atendesse as áreas e montante de parcelas não realizadas em 2011 e 2012 pelo fim da validade do pregão D e que não estivessem contemplados também no pregão E. Contudo, restou prejudicada a homologação desse certame diante da inexecutabilidade dos preços ofertados, os quais ensejaram em excessivo volume de recursos e na manifestação do Setor de Licitações pela Revogação do Pregão: conveniência da Administração Pública. Como resultado, não houve as contratações, e, portanto, os respectivos empenhos orçamentários, reduzindo assim, a execução orçamentária planejada para 2012, com respectivos impactos na execução física em 2013.

**Tabela dos itens do Pregão “F” (Pregão 12/2012)**

tem	F	Mesorregião	Microrregião	Municípios	Km Limites
	A	Sudeste	São Félix do Xingu	Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã	5.000
	A	Sudoeste	Altamira	Altamira, Baião, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Portel, Porto de Moz, Prainha, Santarém, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, Anapu	10.000
	A	Sudoeste	Itaituba	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão	5.000
	A	Sudeste	Parauebas	Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauebas	5.000
	A	Sudeste	Tucuruí	Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí	5.000
	A	Sudeste	Marabá	Água Azul do Norte, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia	5.000
	A	Sudeste	Redenção	Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara	5.000
	A	Sudeste	Paragominas	Araguanã, Aurora do Pará, Boa Vista do Gurupi, Bom Jesus do Tocantins, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Governador Nunes Freire, Ipixuna do Pará, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Esperança do Piriá, Nova Olinda do Maranhão, Paragominas, Pedro do Rosário, Penalva, Presidente Médici, Rondon do Pará, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, Tomé-Açu, Ulianópolis, Zé Doca	10.000

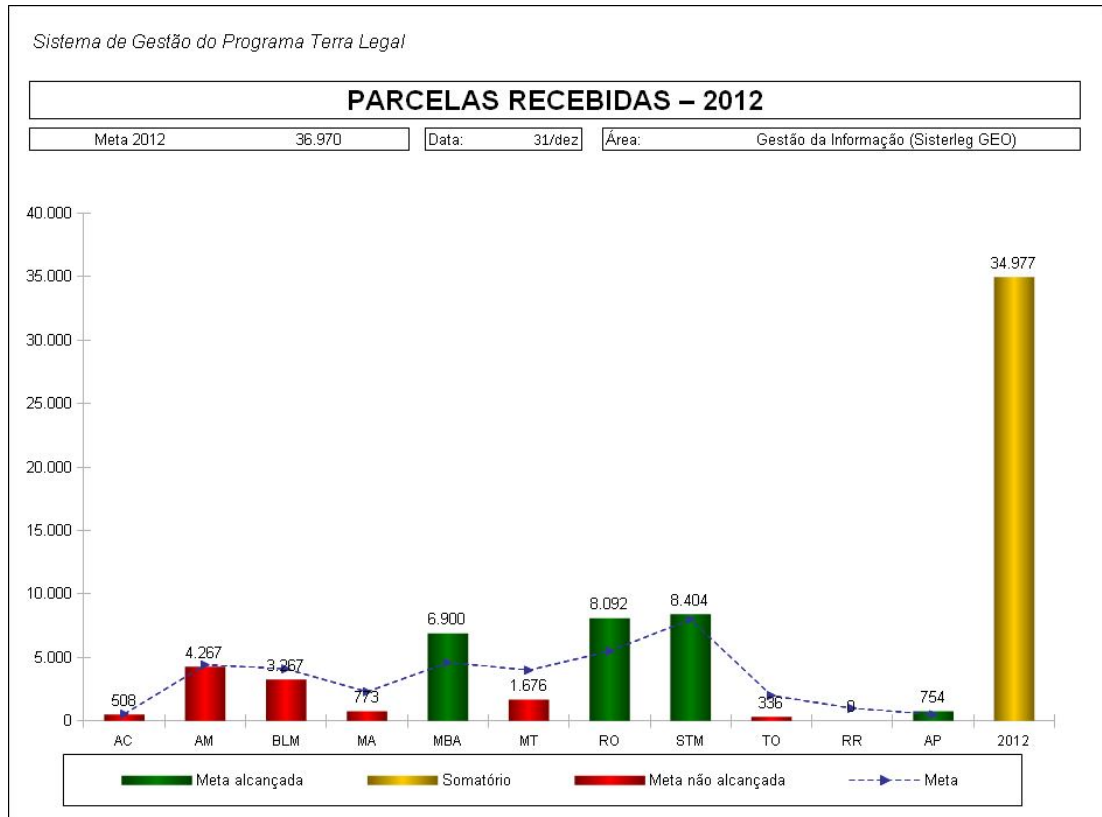
	M	Sul	Boca do Acre, Purus	Pauni, Boca do Acre, Labrea, Canutama	5.00 0
0	M	Sul	Madeira	Tapauá, Humaitá, Novo Aripuanã, Apuí	5.00 0
1	M	Centro	Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Manaus	Manaus, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã	5.00 0
2	M	Centro	Coari, Parintins, Rio Negro	Manacapuru, Novo Airão, Caapiranga, Anori, Codajás	5.00 0
3	T	Nordeste Mato Grossense	Médio Araguaia, Norte Araguaia, Canarana	Água Boa, Alta Floresta, Araguaiana, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Carlinda, Cocalinho, Confresa, Garantã do Norte, Luciara, Matupa, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Santa Carmem, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada, União do Sul	5.00 0
4	A	Centro e Oeste Maranhense	Médio Mearim, Pindaré	Olhos D'água das Cunhãs, Pio XII, Santa Luzia, Satubinha e Vitorino Freire	5.00 0
5	P	Polos Regionais	Macapá, Santana, Mazagão, Itaubal do Piriirim, Ferreira Gomes, Porto Grande, Tartarugalzinho	Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho	5.00 0
6	O	Mesorregiões Oriental e Ocidental	Araguaína, Bico do Papagaio, Miracema do Tocantins, Jalapão, Porto Nacional	Abreulândia, Ananás, Angico, Aragominas, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arapoema, Augustinópolis, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carmolândia, Caseara, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto Magalhães, Darcinópolis, Divinópolis do Tocantins, Esperantina, Fátima, Filadélfia, Goianorte, Guaraí, Ipueiras, Itacajá, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmas, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Pequizeiro, Piraquê, Pium, Porto Nacional, Praia Norte, Pugmil, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Santa Rosa do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantínia, Tupiratins,	10.00 00

				Wanderlândia, Xambioá	
7	O	Pólos Regionais	Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena	Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaúlândia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Canutama, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Comodoro, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Espigão D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Humaitá, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Juina, Lábrea, Machadinho D'Oeste, Manicoré, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Aripuanã, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, Rondolândia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Vilhena	5.000
<b>Total</b>					<b>100.000</b>

Por sua vez, convênios com os órgãos estaduais corresponderem por mais de 1/4 da média histórica da execução orçamentária e física do Programa Terral Legal, em maior montante na Ação de Georreferenciamento. Os convênios atuais se dão com Instituto de Terras do Mato Grosso, Governo do Estado de Rondônia, Instituto de Terras do Acre, Governo do Estado de Roraima, SPF/Gov. do Estado de Amazonas, SEDAGRO/SEDES/Gov.do Estado do Maranhão, Governo do Estado do Amapá e Instituto de Terras do Tocantins. No período de 2011 e 2012 os conveniados contribuíram para baixa execução à medida que constavam com inadimplência no SICAFI e/ou falta de prestação de contas no SICONV impedindo, adiando ou impedindo a integralidade dos repasses das parcelas previstas desses dois anos. Contudo, os limites orçamentários de 2011 e de 2012 e os respectivos contingenciamentos contribuíram para a ausência de recursos disponíveis que impossibilitaram os repasses das parcelas previstas.

Em virtude do atraso na liberação dos recursos orçamentário-financeiros das parcelas conveniadas de 2011 e 2012, será analisado caso a caso pela Divisão de Convênio visando repor os

prazos de paralisação da execução física. Por outro lado, em virtude da proximidade do encerramento da vigência dos Convênios, a SRFA através das Coordenações-Gerais analisará a execução física dos Convênios e programará a fiscalização técnica da execução dos mesmos através da Comissão Permanente de Análise de Convênio.



**Ação 20TA - Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009**

**Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Identificar e cadastrar as ocupações rurais e de áreas urbanas em terras públicas localizadas na Amazônia Legal com vistas a permitir a definição da sua destinação e a regularização fundiária.

**Descrição:** Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:**

**Unidades executoras:** INCRA-SRFA

**Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista LOA 2012 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
	A		Área Destinada/Ha	2.800.000			167.036,76		

Fonte: PPA, LOA, SIR

**Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ**

LOA 2012	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
21.737.747	1.954.490,03	1.727.848,50	88,4	681.740,43	34,88		

Fonte: Siasi e PO 2011

**Execução orçamentário-financeira (Exercícios Anteriores)**

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
300.999,00	0,00	300.999,00	0,00

Fonte: SIAFI 2013

A regularização fundiária de imóveis rurais tem por objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. A destinação de áreas para regularização de ocupações por posseiros e populações tradicionais era desempenhada até 2009 pela Diretoria de Ordenamento Fundiário do Incra. Desde o exercício de 2009, a partir da Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que reestruturou a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal, por meio da instituição do Programa Terra Legal, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do

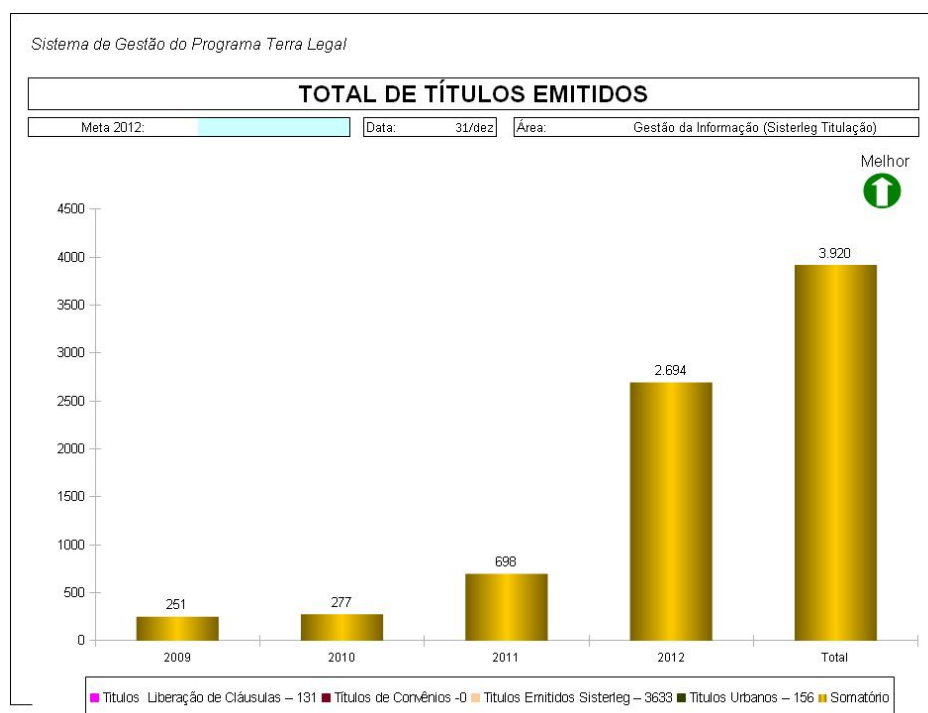


Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA) e operacionalizado pelos escritórios da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária (SRFA/Incra), instituída por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009. Tal programa tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter um dos principais requisitos para promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Assim sendo, no âmbito do Incra cabe à SRFA a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal e à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF/Incra) - a regularização das áreas públicas não-destinadas remanescentes do território nacional. Dentre inúmeras inovações do PPA 2012-2015, em 2012 não houve mais essa forma compartilhada de desenvolvimento dos trabalhos, visto que novas ações específicas foram criadas para o exercício das atribuições da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA) no âmbito do Programa Terra Legal.

O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal. A partir deste Programa, estima-se beneficiar por volta de 180 mil posseiros que ocupam terras públicas não destinadas, em 463 municípios dos 9 estados da Amazônia Legal. Espera-se que o Programa auxilie na criação e no desenvolvimento de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal.

No gráfico abaixo podemos verificar a evolução do número de títulos emitidos entre os anos de 2009 e 2012, o que indica o expressivo aumento desta atividade. Conforme apontado anteriormente, sofreu importantes modificações a partir da reestruturação da regularização fundiária na Amazônia Legal, consubstanciada na criação do Programa Terra Legal, por meio da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, as quais impactaram na execução tanto física quanto orçamentário-financeira dos exercícios de 2009 e de 2010.



Diversas foram as dificuldades para o atingimento das metas de execução física e financeira tais como: início da nova gestão no MDA e do Incra; baixa capacidade operacional das Divisões Regionais do SRFA; o insucesso do concurso realizado pelo Incra; o atraso na contratação e recebimento do georreferenciamento, dentre outros. Em 2012, as ações de regularização fundiária

de imóveis rurais continuaram com baixo nível de execução em função das necessidades de se avançar previamente no georreferenciamento das áreas, de se corrigir os problemas identificados nos cadastros dos requerentes, além de organizar, classificar e digitalizar os livros fundiários do Incra e órgãos estaduais de terra. Esta atividade é necessária para permitir que sejam realizadas de forma mais ágil e segura a consulta sobre eventuais destinações anteriores das áreas que se encontram em processo de regularização, conforme previsto na Lei e normativos que regem o Programa Terra Legal.

Para avançar nesta ação, foram alterados no segundo semestre de 2012 a metodologia e parte dos normativos para análise dos processos que já possuem o georreferenciamento realizado. Como resultado desse novo procedimento, o Programa Terra Legal encerrou o ano de 2012 com 5.700 processos em análise na sede nacional, além dos títulos já emitidos.

Dessa forma, apesar de ter ampliado em praticamente três vezes o número de títulos emitidos em relação aos anos anteriores, o número de imóveis regularizados ficou muito aquém da meta prevista e será objeto de revisão para o próximo ano. Quanto à execução financeira da ação foi proporcionalmente compatível com os resultados físicos obtidos.

Para melhor compreensão da operacionalização da regularização fundiária é fundamental explicar o procedimento executado pelo Programa. Até início de 2012 o Programa iniciava o procedimento de regularização dos ocupantes de terras públicas através de um cadastramento, após e/ou concomitantemente se realiza o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas.



A Ação no exercício de 2012 ainda sofreu com os reflexos da criação e estruturação do programa, pois para a emissão de títulos se faz necessário a obtenção de resultados da Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas no ano anterior, bem como da Ação 20T9. Quanto à primeira, Ação 8378, observou-se um ótimo resultado com o cadastramento de 26.191 requerentes de regularização fundiária, com um total de 4.433.640 ha de área cadastrada em 2009, e 60.144 requerentes, com o total 5.686.377 ha de área cadastrada em 2010. Cabe ressaltar que em 2010, 24.359 requerentes foram inseridos nos Sistema Terra Legal – SISTERLEG – por meio da agregação dos cadastros das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Quanto à ação de georreferenciamento, ressaltam-se as dificuldades enfrentadas inicialmente, pois, para a execução dessa fase, a SRFA não possuía a quantidade de servidores necessários para a realização dos trabalhos, entretanto, optou-se por se terceirizar a execução mediante processo licitatório, sendo que o recebimento dos resultados dos contratos assinados ocorreu no final do exercício de 2010 e o restante será entregue em 2011.

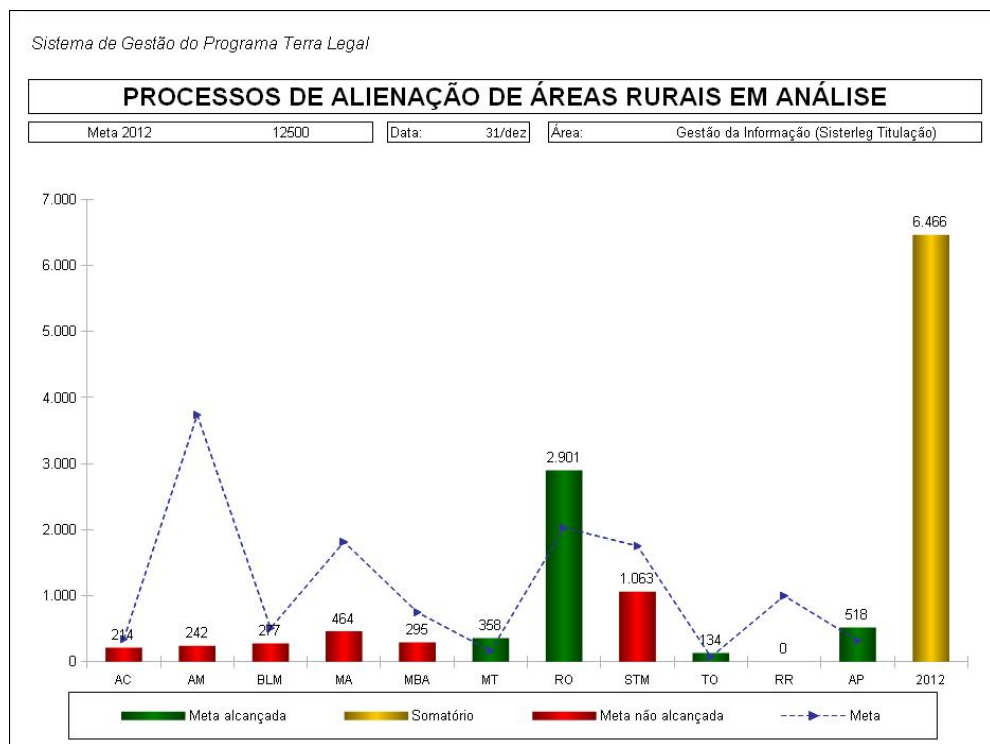
Quanto ao que foi considerado como resultado cabe aqui uma breve explicação. Os processos em aprovação nacional são aqueles que passaram por todos os trâmites exigidos pela Portaria/MDA nº 23, de 2010, faltando apenas a análise da Consultoria Jurídica – Conjur/MDA, para a aprovação do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e emissão do título. Os processos aprovados já passaram pela CONJUR/MDA e foram aprovados pelo Secretário, faltando apenas a emissão dos títulos. Considerando-se que para a análise jurídica e a emissão de títulos não há gastos orçamentários, esses resultados foram incluídos na execução da Ação 20TA.

Além dos títulos emitidos, dos processos em aprovação nacional e dos processos aprovados regionalmente, outros processos encontram-se em análise, muitos deles com vistoria realizada, restando apenas as peças técnicas de georreferenciamento para a conclusão final e titulação, o que deve ocorrer ainda no início de 2013.

A força tarefa de instrução dos processos de regularização envolveu quase 50 servidores do MDA e do Incra para analisar quase de seis mil processos dos quais a maioria estarão prontos para serem titulados até o fim do primeiro semestre de 2012.

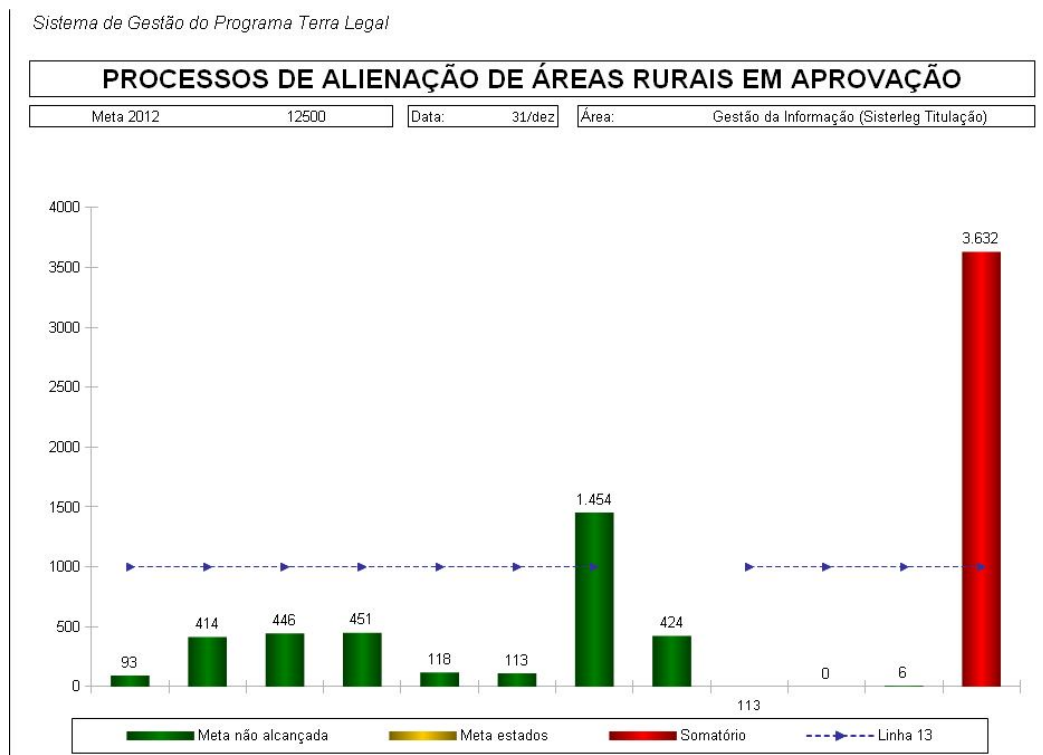
Dos 5.823 mil processos analisados, 1.544 são do estado do Maranhão, 1.111 do Amazonas, 78 do Mato Grosso, 1.079 de Rondônia, 123 do Tocantins, 55 do Acre, 6 de Roraima, 1 do Acre, e do estado do Pará, são 1.131 da regional de Santarém, 398 da de Belém, 295 da de Marabá.

O grande desafio para 2013 é identificar e solucionar os entraves da instrução processual de todos os requerimentos e imóveis já georreferenciados, podendo assim titular mais de 30 mil posseiros da Amazônia. A desburocratização no processo de emissão de títulos, a fiscalização das empresas de georreferenciamento, a mudança de normativos foram alguns dos assuntos a serem tratados pela equipe.



Os Escritórios Regionais têm um número razoável de peças e cadastros prontos para abertura de processos que possam finalizar em títulos, precisando, portanto apenas se organizar para dar fluidez a esse material, resolvendo as pendências e avançando nas etapas.

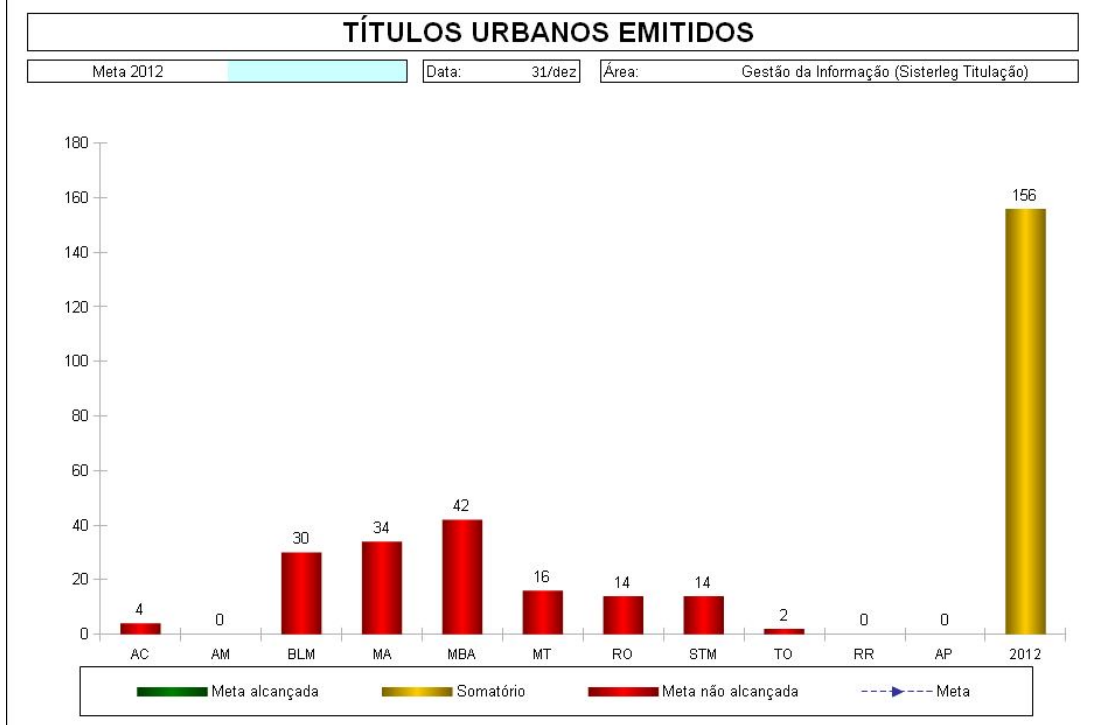
Há recomendações para que as próximas ações de cadastramento sejam priorizadas as ocupações que já foram validadas peças técnicas e localizada em gleba certificada que tem mais peças técnicas sem cadastro. E recomendamos também que antes de programações para trabalhos em campo, que seja priorizado trabalho de escritório para que se de fluxo aos processos referente à situação supracitada.



Na área de regularização urbana, a meta do Programa é que sejam regularizados 574 núcleos urbanos, distribuídos em aproximadamente 151 Municípios. Deste total, já foram regularizadas, em parceria com o Ministério das Cidades, 88 áreas em 49 Municípios, totalizando 9 mil hectares doados, beneficiando mais de 330 mil pessoas. Somente em 2011, foram 47 áreas em 19 Municípios, totalizando 2,7 mil hectares, beneficiando mais de 91 mil pessoas.

Com as mudanças processuais e com o novo realinhamento institucional criado com a edição da Lei 11.952/09, o tempo médio de tramitação até a entrega do Título Urbano foi significativamente reduzido, sendo que da entrega do requerimento e documentação pela prefeitura até a titulação leva-se em média atualmente cerca de oito meses, tempo significativamente menor do que antes da implantação do Programa Terra legal, que girava em torno de cinco anos. Neste sentido, o Decreto nº 7.341 de 22 de outubro de 2010, que substitui o Decreto Nº 6.829/09, traz novidades no sentido de facilitar e desburocratizar ainda mais o processo de doação como, por exemplo, o fim da exigência de densidade populacional mínima para áreas urbanas.

Por fim, a participação conjunta do Ministério das Cidades, por meio da Secretária Nacional de Programas Urbanos – SNPU, da Secretária do Patrimônio da União, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MMA - com o conjunto das prefeituras e com o MDA/INCRA/Terra Legal tem sido o diferencial em todo o processo de gestão da Regularização Urbana. Um trabalho conjunto, em que as competências institucionais são ressaltadas e que, no somatório das ações, têm permitido que a transferência de dominialidade das terras federais ocorra de forma célere, responsável e com respeito e apoio mútuos.



O direito real de uso de terras à beira de rios em áreas da União, nos estados da Amazônia Legal, passará a ser concedido com mais agilidade a posseiros que cumpram os requisitos da lei. Este é o objetivo de portaria interministerial assinada em 22 de dezembro de 2011 pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e Planejamento, Orçamento e Gestão, durante reunião do Grupo Executivo Intergovernamental (GEI). A portaria delega ao Programa de regularização fundiária Terra Legal Amazônia, coordenado pelo MDA, a competência de emitir a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para milhares de agricultores familiares atendidos pelo Terra Legal. Este documento amplia, acelera e facilita a regularização fundiária, com segurança jurídica.

Com a assinatura da portaria, o Programa Terra Legal passará a poder conceder CDRU a posseiros residentes às margens de rios federais e áreas de fronteira na Amazônia Legal, junto com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) – que até então detinha competência exclusiva para fazê-lo. O objetivo é agilizar a regularização fundiária, fortalecer a implementação da CDRU, garantindo a segurança da posse e do domínio público e concentrar as ações da SPU no Terra Legal, e assim, reforça-se a possibilidade de utilizar o patrimônio da União para o desenvolvimento econômico e social na região.

Legitimação de títulos emitidos na Amazônia Portaria 80 à medida que acabou dia 12 de fevereiro o prazo para que os beneficiários de regularização fundiária no meio rural, no âmbito da Amazônia Legal, titulados pelo governo federal até 10 de fevereiro de 2009 e que não cumpriram alguma cláusula resolutive do contrato legalizem suas propriedades. As cláusulas ou condições resolutive são termos do contrato que garantem sua validade. O descumprimento de qualquer desses itens pode ocasionar a rescisão contratual.

Os agricultores que estiverem inadimplentes devem procurar a divisão regional do Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ou uma unidade avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mais próximas de sua residência. Para fazer o requerimento é necessário que o titular ou seu representante, devidamente comprovado, compareça à unidade com a cópia da documentação pessoal (RG e CPF) e do título, e

apresente também o georreferenciamento da área em questão. Em suma, a intenção era que todas as pessoas que no passado receberam algum documento que concede o direito à terra se apresentem para que assim garanta sua segurança jurídica.

Antes da implantação do Programa de Regularização Fundiária Terra Legal Amazônia, por meio da Lei 11.952/09, mais de 15 tipos de documentos de titulação foram emitidos pelo Incra a fim de promover a ocupação, a produtividade ou o controle ambiental da região norte do país. Entre eles, o Contrato de Alienação de Terra Pública (CATP), Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV), Licença de Ocupação (LO), Título de Domínio, Título Definitivo, entre outros, totalizando mais de 120 mil títulos definitivos ou precários emitidos em área correspondente a 15 milhões de hectares.

Os títulos definitivos concedem ao beneficiário o direito à propriedade, enquanto os precários são contratos firmados pelo Incra, que autorizam a ocupação regular. Ambos têm validade mediante o cumprimento das cláusulas resolutivas.

Se a inadimplência for por falta de pagamento, o requerente pode escolher entre quitar o valor que consta no título, com juros e correção monetária, ou utilizar o cálculo de valor mínimo da planilha de preços referenciais do Terra Legal. Para áreas abaixo de um módulo fiscal (aproximadamente 76 hectares) pode-se solicitar a gratuidade.

Para verificar o cumprimento destes títulos, o MDA, em parceria com o Incra, criou em dezembro de 2009 a Portaria de nº 80, que estabelece os procedimentos para análise e conclusão dos processos administrativos de titulação definitiva ou precária, com emissão anterior a 10 de fevereiro de 2009.

Os valores empenhados em 2012 tinham como objetivo preponderante o pagamento de parcelas de convênios com os Governos Estaduais. Este desafio foi sendo priorizado pelo Governo Federal e o número crescente de imóveis regularizados de 2003 (1.303 imóveis regularizados) até 2011 (55.327 imóveis regularizados) denota a importância dada a esta política pública. Ao final do exercício anterior, o Incra contabilizou mais de 220.000 imóveis regularizados e georreferenciados, desde 2003.

Isto posto, importa reprimarmos as dificuldades que recaem sobre o processo massivo de Regularização Fundiária em terras estaduais. A singularidade dos normativos estaduais que regem a matéria associada à diversidade de interpretações e formas de atuar dos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os Cartórios, Órgãos de Terras Estaduais, Secretarias de Estado, Procuradorias Regionais, dentre outros, bem como a própria incipiência desta forma de atuar; propiciam uma ausência de um paradigma técnico e jurídico para a universalização dos procedimentos necessários à massificação da Regularização Fundiária o que, em última análise, compromete sobremaneira o planejamento dos trabalhos a serem desempenhados no exercício.

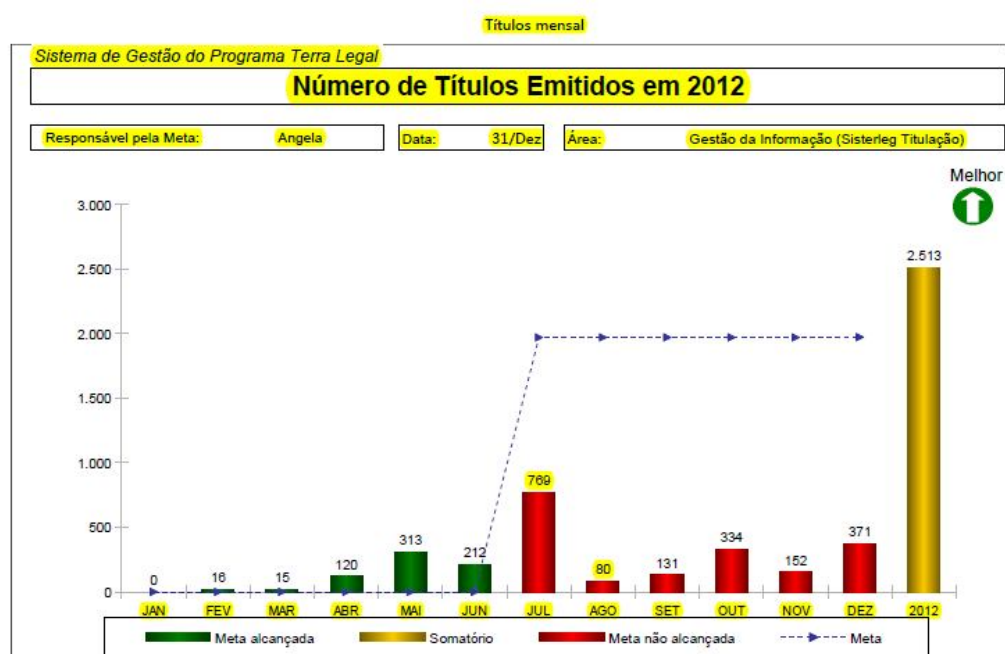
Vale ressaltar que o maior volume de área e imóveis regularizados aparece no final da execução dos convênios, uma vez que se trata de uma ação dependente de outras para sua completa conclusão, em especial o georreferenciamento e o cadastramento das posses. Sendo assim, o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de execução física da regularização no exercício 2012. Em adição, alguns estados estão iniciando convênios novos que, conforme explicado, ainda não tem resultados a apresentar.

Para enfrentar o grande passivo ainda existente, a Autarquia Federal está trabalhando na adequação dos normativos internos com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, de ratificação de títulos em área de fronteira e de destinação de terras em áreas desapropriadas para fins de regularização fundiária. Tais providências redundarão na possibilidade de execução da presente política de forma massiva em todo o Território Nacional. O processo tem envolvido os Governos Estaduais e seus Órgãos de gestão fundiária, bem como, os serviços cartorários de todo o Brasil em reuniões técnicas com o intuito de propiciar o intercâmbio de experiências com foco no aprimoramento da operacionalização da política em tela.

A execução física final no ano de 2012 proporcionou a regularização de uma área de 167.036,76 ha, contemplando da emissão de 3920 títulos de domínio. Na composição de tais números tem-se a execução dos convênios e termos de cooperação firmados com os Estados.

A fixação do limite orçamentário e contingenciamento dos recursos orçamentários da Ação 20TA no ano de 2012 limitaram os repasses das parcelas previstas com órgãos estaduais de terras para regularização fundiária e dificultou a realização novos convênios. Com o atraso, reduziu-se a atuação programada do ano de 2012 e, portanto a instrução de processos de regularização e a entrega de títulos aos ocupantes previstas. Por sua vez, novos convênios com os estados corresponderiam a mais de 70% da previsão da execução orçamentária anual do Programa Terra Legal do montante da LOA 2012 na Ação 20TA.

Por sua vez, a fim de tornar mais eficaz e eficiente nos processos dos requerentes à regularização as atividades de escritório e nas atividades de campo (vistorias agrônomicas, cadastramentos de requerentes, mutirões, etc), a SRFA adquiriu equipamentos de informática no valor de R\$1.061.736 para melhorar a infraestrutura do Programa. Foram adquiridos microcomputadores do tipo desktop (262 equipamentos) e laptop (20 equipamentos de 14 polegadas, 10 de 13,3” e 50 de 15”).



## Ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário

### Dados gerais da ação

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Viabilizar a formulação, a promoção, o desenvolvimento, a operacionalização, o monitoramento, a avaliação e a gestão de políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possibilitar a análise dos impactos dessas políticas; e promover o fortalecimento institucional

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

### Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

#### Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/ Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		

Fonte:

#### Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

LOA 2012	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.880.300	1.701.303,29	1.051.735,65					

Fonte: SIAFI 2013

#### Execução orçamentário-financeira (Exercícios Anteriores)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
146.043,29	0,00	14.683,28	131.360,01

Fonte: SIAFI 2012



A fim de que não houvesse prejuízos irreparáveis à desenvoltura das atividades finalísticas uma vez constatada a insuficiência de mecanismos meio para atender as demandas dos Escritórios, foram realizadas licitações para contratação de serviços a seguir:

Em vista a melhorar as rotinas administrativas e apoiar as atividades finalísticas dos escritórios do Programa realizou a contratação de mão de obra terceirizada para auxiliar nas atividades administrativas, a iniciar em 2013.

Postos de Trabalho	Distribuição de Terceirizados na SRFA por Escritório.												
	C (Rio Branco)	M (Manaus)	A (Belém)	A (Marabá)	A (Santarém)	A (São Luís)	P (Macapá)	R (Boa Vista)	TO (Palmas)	MT (Cuiabá)	RO (Porto Velho)	F (Brasília)	Total
Secretária Executiva									-	-	-		4
Técnico em Secretariado									4	4	4	0	70
Contínuo									1	1	1		12
Total									5	5	5	5	86

A licitação para a contratação de fornecimento de combustível e manutenção preventiva e corretiva de veículos através de gerenciamento de frotas, realizada em dezembro de 2012 por meio de pregão eletrônico via Comprasnet, teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração e gerenciamento de frotas de veículos, por meio de sistema informatizado.

A mesma consiste no fornecimento anual estimado de 161.000 litros de combustíveis, peças, componentes, produtos e serviços nos Postos de Abastecimentos e manutenções em oficinas para toda a frota de veículos automotores dos escritórios do Programa Terra Legal, em um valor global de R\$1.440.000,00, iniciando suas operações a partir de janeiro de 2013.

**PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

**13. Indicadores de Desempenho Desenvolvidos Para Aferir os Resultados da Gestão do INCRA**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.  <input type="checkbox"/> Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> .	<b>70%</b>
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb  <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	<b>89,4</b>
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	<b>74,78%</b>

da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.						<p>pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</p> <p><input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p>	
---	--	--	--	--	--	---	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício <sup>[3]</sup> , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação <sup>[4]</sup> .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. R\$ 184.514.742,40  <input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT - 107.464,65 ha	<b>RS 1.716,98/ha</b>
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 655 protocolos de licença ambiental em 2012	<b>196,69%</b>

Assentamento	protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 333 licenças emitidas em 2012	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 1830 Assentamentos licenciados  <input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. 6.853 ( PAE, PDS, PA e PAF - exceto os consolidados).	<b>27,31%</b>
Índice de famílias beneficiárias do PNRA	Indica o percentual de famílias que tiveram o acesso a terra.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>Número de famílias homologadas multiplicado por 100 e dividido pelo número de famílias a atingir no exercício</u>	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) – 23.075 famílias assentadas, frente a meta do PC 2012 de 22.000 famílias	<b>104,9%</b>

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> <b>Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício</b> – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;7.407 fam. atendidas com água. <input type="checkbox"/> <b>Quantidade total de famílias assentadas no exercício</b> – Sipra. 23.075 famílias	<b>32,10%</b>
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> <b>Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA</b> – Fonte Módulo de monitoramento: 483 Assentamentos com o instrumento aprovado. Houve uma redução com relação ao exercício anterior visto que anteriormente estavam sendo contabilizados todos os PDA/PRA recebidos e que ainda careciam de análise. <input type="checkbox"/> <b>Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados</b> – Sipra – relatório 227. 8.984 Assentamentos	<b>5,37%</b>

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> <b>Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício</b> – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. 41.816 famílias atendidas. <input type="checkbox"/> <b>Número total de famílias assentadas no exercício</b> – Sipra. 23.075 famílias.	<b>181,21%</b>
---	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	---	--	----------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> <b>Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício</b> – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; 21.159 casas <input type="checkbox"/> <b>Número de famílias assentadas no exercício</b> – Conforme constante do Sistema Sipra. 23.075 famílias	<b>91,7%</b>

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR *20.727 contratos, porém ainda não foram disponibilizadas as informações do BASA, que anualmente representam cerca de 50% dos contratos firmados.	<b>20.727*</b>
---	--	----------------------------------	----------	---------------	----------	--	---	----------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; 258.227 famílias assistidas com ATER  .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013 - 945.283 famílias	<b>27,31%</b>
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008,	<input type="checkbox"/> <b>Quantidade de parcelas supervisionadas</b> – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.·14.487 lotes vistoriados. · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. 948.283	<b>1,52%</b>

	47/2008.					dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	
Número de projetos ambientalment e diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalment e diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalment e diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> <b>Quantidade de projetos ambientalment e diferenciados criados no período</b> – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006. – 16 projetos diferenciados criados.
							<b>16</b>

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<b>Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001</b> – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. 88.292 famílias em PA consolidados. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	<b>9,34%</b>



Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
<b>Área: Gestão Administrativa</b>								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 2.341 oportunidades de capacitação	<b>42,53%</b>
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 39.120h de capacitação	<b>7,10h/servidor</b>

Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	<b>17,84%</b>
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD. *	<b>23%</b>

\*Número baseado na Auditoria realizada em 10 Superintendências Regionais, dos dados de execução física de 2011 lançados no Módulo de Monitoramento e Avaliação para 5 Ações do PPA, que representam cerca de 70% do orçamento da Autarquia. Em 2013 serão realizadas novas Auditorias, que verificarão a conformidade dos dados de execução de 2011. Foi identificado um grau de assertividade de 73% dos dados avaliados frente o lançamentos apresentados no sistema.

[1] Incluir processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

## **14. Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas**

### **14.1 Avaliação dos principais Programas do PPA 2012-2015, assim como das ações da LOA correlatos ao tema**

De certo modo, estas questões foram respondidas em itens anteriores nas análises críticas dos quadros do item **4 Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira** (quadros dos Objetivos, Iniciativas e Ações).

### **14.2 Processos de Certificação de Imóveis Rurais (públicos e privados) e emissão de CCIR**

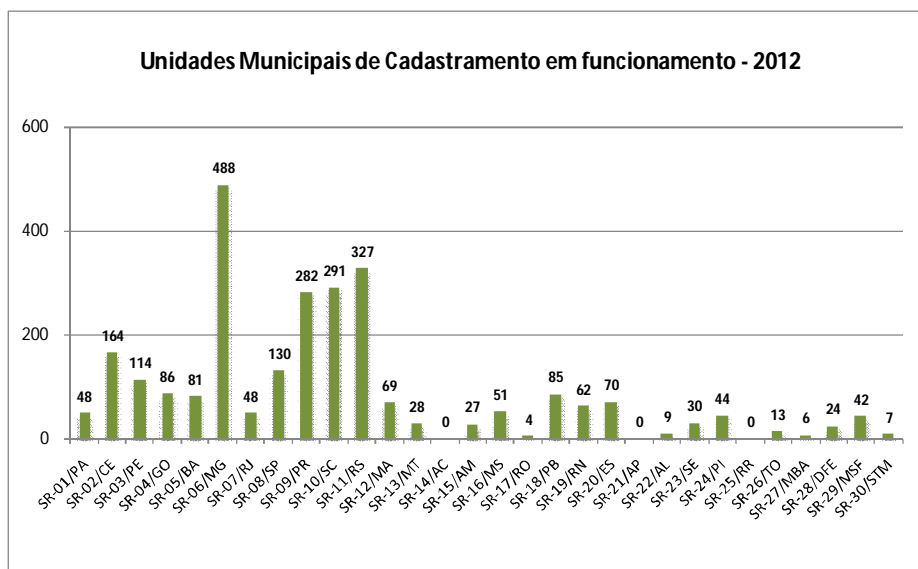
A Coordenação Geral de Cartografia – DFG, disponibilizou para o público e órgãos federais, estaduais e municipais o acesso à sua base de dados cartográficos: Acervo Fundiário Digital – AFD – um ambiente cooperativo, que faz uso de dados fundiários e cartográficos produzidos por diversas Instituições públicas que atuam no meio rural brasileiro.

Para promover modernização e celeridade na prestação do Serviço de Certificação de Imóveis Rurais, o INCRA desenvolveu um Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF - ferramenta eletrônica criada para enviar, recepcionar, validar, organizar e disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais. Esse novo sistema é capaz de analisar sobreposição com o cadastro georreferenciado do Incra e gerar planta e memorial descritivo de forma automática, atendendo de forma eficiente e eficaz o que determina o § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 11.952/09. Este sistema está em fase final de desenvolvimento.

Em 2012 foram emitidos 2.127.412 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), ultrapassando a meta estabelecida para o período. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o SNCR, com a funcionalidade de emissão do CCIR pela internet, o que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.

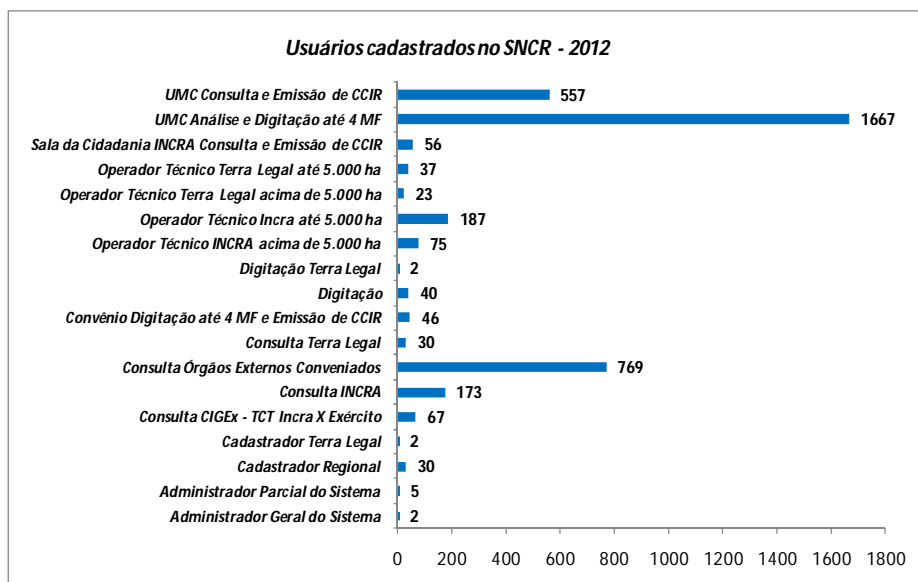
### **14.3 Gestão do SNCR**

O INCRA encerrou o exercício de 2012 com 2.630 Acordos de Cooperação Técnica - ACT em vigência entre as 30 Superintendências Regionais e suas respectivas Prefeituras Municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC. Em nível nacional há em vigência ACT com o MPF, Procuradoria Regional do Trabalho, TCU, AGU, MPU, CGU, MPS/INSS, IBAMA, RFB, Serviço Florestal Brasileiro, IRIB/ANOREG/ANOTER/MDA/SFA, e por fim, com o Departamento da Polícia Federal, todos no perfil de usuários do SNCR - Consulta Órgãos Externos.

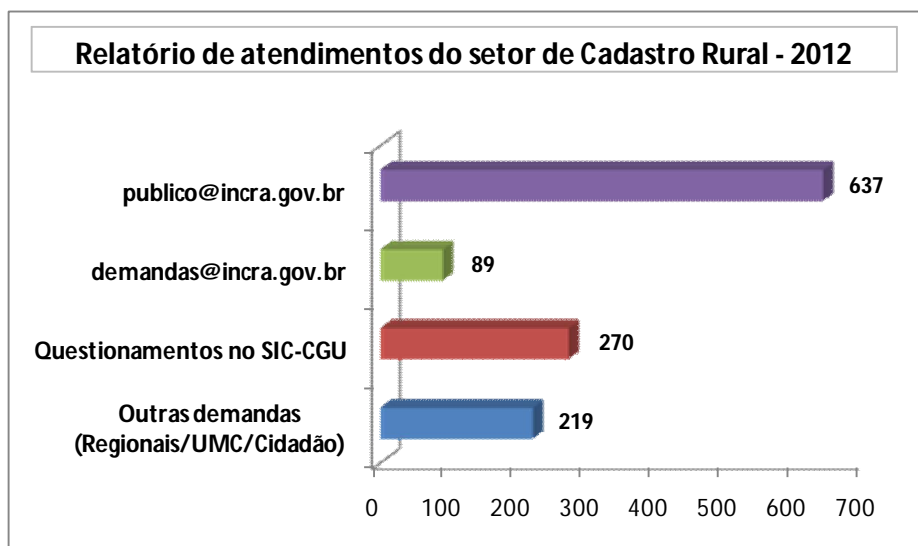


Ressalta-se que as Superintendências Regionais do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará apresentam UMC em funcionamento em mais de 60% dos municípios sob sua jurisdição. O mesmo ocorre para o Estado do Pernambuco, onde as Superintendências de Recife e Médio São Francisco (Petrolina) somam juntas também superam esse índice.

O gráfico a seguir representa o quantitativo de usuários ativos/inativados no SNCR e respectivo perfil, conforme a Norma de Execução nº 97/2011, totalizando 3.701 usuários. Registre-se que a partir de 2012, com os inícios das atividades do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e o Centro de Informações Geográficas do Exército – CIGEx, para a certificação de imóveis rurais, foi criado o perfil Consulta CIGEx e cadastrados 67 (sessenta e sete) usuários.



A seguir, apresenta-se gráfico contendo o número de atendimentos realizados pela equipe de Cadastro Rural no INCRA - Sede no exercício de 2012, nos diferentes canais de atendimento ao cidadão, bem como às Superintendências Regionais e Unidades Municipais de Cadastramento - UMC.



Como se vê, o número de demandas através do próprio portal do INCRA ([publico@incra.gov.br](mailto:publico@incra.gov.br)) é bastante superior aos demais canais de atendimento. Destaca-se que este canal é exclusivo do cidadão e que todas as demandas/solicitações de dúvidas envolvendo o Cadastro de Imóveis Rurais são prontamente atendidas no âmbito do INCRA – Sede.

Por meio do canal [demandassncr@incra.gov.br](mailto:demandassncr@incra.gov.br), disponível para o cidadão, Superintendências Regionais e UMC, foram 89 solicitações, sendo que estas, muitas das vezes geram vários feedbacks, aumentando substancialmente o volume do atendimento prestado.

A partir da entrada em vigor da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011), a Controladoria Geral da União tornou disponível ao cidadão em sua página da internet o serviço denominado SIC-CGU (Serviço de Informação ao Cidadão). A partir de então, o cidadão faz sua solicitação para o INCRA que retorna por meio deste canal de atendimento. Registre-se que dos 28 relatórios de questionamentos consolidados no INCRA em 2012, com diversas perguntas das diferentes áreas, parte significativa envolve a área de Cadastro de Imóveis Rurais e que todos os 270 questionamentos foram respondidos dentro do exercício.

Convém destacar que além desses canais de solicitação, outras demandas envolvendo o Cadastro Rural são geradas pelo cidadão, Regionais, UMC, bem como pelos órgãos externos, em especial os juizados das diferentes comarcas do país e Procuradoria Federal e Regional da Fazenda Nacional, nas ações de execução fiscal. Em 2012 não foi possível contabilizar o número de solicitações de juizados, dentre outros órgãos externos que demandam tanto ao INCRA - Sede quanto às Superintendências Regionais. Além disso, destacam-se os atendimentos presenciais e por meio de telefone que ocorrem diariamente na Sede e Regionais.

Apesar de contar apenas com um quadro reduzido de servidores para dar conta de mais de vinte atribuições regimentais, o setor de cadastro rural acaba sendo sobrecarregado por conta das diversas demandas, fato que em 2012 foi agravado pela greve geral do Serviço Público Federal.

No que diz respeito às estatísticas cadastrais 2012, o INCRA solicitou a realização de apurações especiais visando à obtenção de informações dos imóveis de domínio público constantes da base do SNCR, bem como dos imóveis particulares de forma separada. O resultado final desta apuração após a aplicação dos filtros por parte do Núcleo de Estudos e Estatísticas Cadastrais dará origem às estatísticas 2013, que é referente ao ano de 2012.

Após a consolidação final das informações estatísticas contendo a situação jurídica dos imóveis rurais, arquivos digitais serão disponibilizados às Superintendências Regionais, bem como órgãos da administração pública, institutos de ensino e pesquisa, dentre outros.

Realizou-se a microfilmagem 200.000 documentos, com destaque para a Superintendência Regional de Santa Catarina. Ressalta-se que os serviços de microfilmagem de todas as regionais do INCRA estavam ancorados no contrato da SR-09/PR, o que reflete a diminuição em relação aos exercícios anteriores, especialmente se considerarmos os limites financeiros daquela Regional. Por conta da descentralização da atividade de contratação de microfilmagem, a grande maioria das Regionais sequer iniciou processo licitatório para microfilmagem de documentos cadastrais.

Foram realizadas 700.000 pesquisas nos arquivos do Núcleo de Microfilmagem para em atendimento às solicitações das 30 Superintendências Regionais do INCRA, bem como foram preparados de cerca de 150.000 documentos cadastrais da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - SR/28 para serem enviados para microfilmagem, porém, os mesmos permaneceram separados nas salas do NUMC aguardando a concretização de contrato administrativo.

Com relação à Fiscalização Cadastral, foram finalizados 134 processos administrativos, com destaque para as seguintes Superintendências Regionais: Goiás (11), Minas Gerais (64), São Paulo (37) e Rondônia (13).

Na área de controle de aquisições/arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros, foram formalizados e analisados 74 processos, com destaque para a Superintendência Regional do Rio de Janeiro (33).

Foi publicada no DOU em 9/12/2011 a Instrução Normativa/INCRA/nº 70 de 06 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País e pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, bem como de pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira. Esta instrução normativa deu-se em razão do Parecer/AGU/LA01/2010, que trouxe reformulações a matéria. Nesta mesma linha, está em fase de readequação final o Manual de Orientação para Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiros.

Paralelamente, foram novamente oficiadas as Corregedorias de Justiça dos Estados para que os Cartórios de Registros de Imóveis informem, nos termos da legislação vigente, sobre as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros às Superintendências Regionais do

#### **14.4 Implantação do CNIR**

A implantação do CNIR é uma ação que não está na governabilidade plena do INCRA, daí que não depende de uma ação unilateral da Autarquia. É uma ação compartilhada entre o INCRA e a Receita Federal, nos termos do que definiu a Lei 10.267/2001.

A formalização da parceria entre o INCRA e a Receita Federal do Brasil-RFB para o desenvolvimento do CNIR foi realizada em 2011 com a edição de Portaria conjunta INCRA/RFB nº 3.779/2011, que constitui Grupo de Trabalho do CNIR.

No exercício de 2012 foram definidos os parâmetros para o povoamento inicial do Sistema, o que se dará a partir de batimento das bases do SNCR com o CAFIR, ora em curso pela área de TI da RFB.

No esforço de acelerar a implantação do Sistema, com a integração das informações gráficas e literais o INCRA colocou no ar o Acervo Fundiário Nacional, disponível em [acervofundiario.incra.gov.br/i3geo](http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo).

Para 2013, está programado o fechamento do modelo conceitual, definição e requisitos e contratação do sistema, devendo até o final do exercício estar desenvolvido o protótipo funcional do Sistema.

Ressalte-se, contudo, que essa é uma ação que não está na governabilidade plena do INCRA, em face do compartilhamento definido pela Lei 10.267/2001.

## **14.5 Georreferenciamento e Cartografia**

O georreferenciamento é fundamental para a realização da regularização fundiária, pois, conforme preconiza a Lei nº. 10.267/2001, sua execução é obrigatória para qualquer tipo de transferência de titularidade de terras rurais a fim de trazer segurança jurídica ao direito de propriedade, tendo elevado custo de execução comum a qualquer imóvel, mas principalmente quando realizado isoladamente. Neste sentido, buscando proporcionar agilidade e economicidade, buscou-se dentro do Programa a terceirização deste serviço por meio de licitações na modalidade de Pregões Eletrônicos no Sistema de Registro de Preços. Esta escolha deveu-se a fatores básicos como celeridade do certame; ampla concorrência entre os licitantes; grande volume de serviço versus a pequena capacidade autárquica de realização direta e ; economia de escala nos trabalhos.

Em relação a ampliação da Rede INCRA de Bases Comunitárias Geodésicas do GNSS-RIBAC, para instalação das estações de referência nas Superintendências Regionais do INCRA, faz-se necessário firmar um Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e IBGE – vez que é este instituto é quem homologa essas estações.

A Coordenação Geral de Cartografia – DFG, disponibilizou para o público e órgãos federais, estaduais e municipais o acesso à sua base de dados cartográficos: Acervo Fundiário Digital – AFD – um ambiente cooperativo, que faz uso de dados fundiários e cartográficos produzidos por diversas Instituições públicas que atuam no meio rural brasileiro.

Para promover modernização e celeridade na prestação do Serviço de Certificação de Imóveis Rurais, o INCRA desenvolveu um Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF - ferramenta eletrônica criada para enviar, recepcionar, validar, organizar e disponibilizar dados georreferenciados de imóveis rurais. Esse novo sistema é capaz de analisar sobreposição com o cadastro georreferenciado do Incra e gerar planta e memorial descritivo de forma automática, atendendo de forma eficiente e eficaz o que determina o § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 11.952/09. Este sistema está em fase final de desenvolvimento e tem melhor detalhamento no quadro A.4.4.1.4 – Ações do Programa 4426.

## **14.6 Regularização fundiária, destinação de terras públicas e ações de combate à grilagem de terras públicas**

Com o objetivo de cumprir a meta estabelecida no PPA 2012/2015, qual seja, encaminhar 200.000 mil imóveis para regularização fundiária, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através de sua Coordenação-Geral, realiza, permanentemente, articulação institucional com outros entes da federação, visando apoiá-los na execução de suas políticas de regularização fundiária, através da proposição para formalizar convênios e outros instrumentos similares.

Por trata-se de uma importante política de inclusão social, ressaltamos que o fomento para efetivação dessa indispensável atividade, possui como diretrizes e critérios de priorização, a regularização fundiárias nos municípios considerados de extrema pobreza rural, definidos pelo cruzamento de índices, tais como, baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), Território da Cidadania (TC), Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), elevado números de posses, além de outros critérios definidos de acordo com as peculiaridades de cada região.

Nesse sentido, exemplificamos através dos convênios firmados nos últimos 02 anos, com os estados do Ceará e Pernambuco, cujas metas somam aproximadamente 80.000 mil imóveis a serem regularizados.

Outra ação que merece destaque é o trabalho de incorporação, aos sistemas oficiais do Incra (SNCR e Acervo Digital Fundiário – I3geo), dos produtos gráficos e literais produzidos através da execução dos convênios de regularização fundiária firmado com os Estados, para tanto, foi constituído grupo de trabalho integrado por servidores da Diretoria e das Superintendências Regionais.



Por outro lado, também no sentido de fazer face ao cumprimento das metas estipuladas no PPA 2012/2015, enfrentando o passivo existente, a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) propôs a adequação de alguns normativos internos, com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, ratificação de títulos na faixa de fronteira, regularização fundiária em áreas desapropriadas e arrecadação sumária de terras em nome da União.

No que se refere à ratificação de títulos em área de fronteira, importa registrar que está em curso, na Procuradoria Federal Especializada (PFE), aprovação da minuta de Medida Provisória, visando dar maior celeridade ao processo, por meio da ratificação, de ofício, dos pequenos e médios imóveis rurais.

As providências apontadas, além de outras que eventualmente a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (DFR) entender pertinente, redundarão na massificação da execução da política de ordenamento da estrutura fundiária, contribuindo, sobremaneira, para erradicação da pobreza extrema no meio rural brasileiro.

Não obstante o permanente esforço despendido para evolução e massificação da política de regularização fundiária, não podemos perder de vistas os entraves que dificultam sua execução, dentre eles, destacamos a singularidade e diversidade das legislações estaduais que regem a matéria, associada à diversidade de interpretações e formas de atuar dos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os Cartórios, Órgãos de Terras Estaduais, Secretarias de Estado, Procuradorias Regionais, dentre outros.

## **15. Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos**

### **15.1 Avaliação dos principais Programas do PPA 2012-2015, assim como das ações da LOA correlatos ao tema**

De certo modo, estas questões foram respondidas em itens anteriores nas análises críticas dos quadros do item 4 Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira (quadros dos Objetivos, Iniciativas e Ações).

### **15.2 Prospecção de Imóveis para a Reforma Agrária e fiscalização**

O INCRA, na condição de órgão executor da reforma agrária, adota como estratégia de planejamento a eleição de áreas de ação de atuação fundamentadas no diagnóstico regional.

Define-se área de ação a área contínua de terra dentro da Unidade da Federação, em que a Superintendência Regional do INCRA destaca como sendo área eleita para ações fundiárias visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária, de conformidade com diagnóstico realizado pelas Superintendências Regionais.

Com o desenvolvimento de programas voltados para a agricultura familiar já estabelecida e com a inserção de novos pequenos agricultores advindos do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, é necessário induzir um novo processo integrado que deverá nortear o desenvolvimento das sociedades rurais.

A efetividade e qualidade das ações governamentais e não governamentais, sustentadas por uma adequada estratégia de atuação, passa obrigatoriamente por um bom diagnóstico para escolha das áreas de ação.

O Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial orienta, no Módulo I, a elaboração desse diagnóstico por meio de procedimentos básicos,

O diagnóstico tem como base os seguintes aspectos:

Localização, distribuição e avaliação de desenvolvimento dos projetos de assentamento já existentes;

Estrutura fundiária da região;

Demandas regionais identificadas por acampamentos ou evidentes sinais de desemprego e pobreza;

Recursos naturais, estado de conservação, indícios de fragilidade ambiental, áreas com cobertura florestal primária e demais restrições ambientais / legais;

Existência de áreas indígenas, áreas de comunidades tradicionais, faixas de fronteira, locais de interesse cultural (sítios de interesse arqueológico, histórico, recreativo, etc) e outras;

Principais usos das terras e o seu potencial;

Principais atividades mantenedoras da economia da região, para os diversos setores de produção;

Capacidade de absorção de mão-de-obra agrícola e não agrícola, e possibilidade de interdependência;

Tendências de processos migratórios;

Infraestruturas existentes e planejadas que afetem os setores básicos da economia;

Análise sócio-econômica;

Existência de atividades poluidoras e/ou com potencial poluidor;

Indícios de submissão de trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou em condições análogas às de escravo.

A perspectiva do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de propostas centradas principalmente nas pessoas, que levam em consideração os pontos de interação entre os sistemas sociocultural e ambiental, contemplando a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e a co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais.

Na delimitação das áreas de atuação devem ser considerados todos os indicadores descritos acima, observando:

A qualidade dos recursos naturais que atendam as expectativas de desenvolvimento da agricultura familiar e que garantam a sustentabilidade social, econômica e ambiental;

A possibilidade de implantação de Projetos de Assentamento diferenciados levando-se em consideração a potencialidade dos recursos naturais, as fragilidades ambientais e o perfil das famílias que serão assentadas, as quais deverão estar aptas a desenvolver atividades produtivas compatíveis com a conservação do meio ambiente.

As possibilidades geradas pela articulação de programas desenvolvidos pelas três esferas de poder e as oportunidades criadas aos futuros agricultores familiares no que diz respeito à sua inserção nos mercados, disponibilidade de crédito e condições de escoamento da produção, entre outros;

Sob a ótica da articulação, as parcerias e contrapartidas oferecidas pelos setores envolvidos que possam viabilizar a verticalização da produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento do negócio familiar por meio da disponibilização de assistência técnica e infra-estrutura. O perfil dos potenciais beneficiários é outro fator a ser considerado nessa cadeia de produção;

A análise do mercado desenvolvido para direcionar a obtenção de recursos fundiários aos imóveis que apresentem características favoráveis à produção agropecuária requerida pelo mercado;

A possibilidade de implantação de outros projetos de assentamento, tendo em vista os já existentes, a fim de viabilizar o desenvolvimento integrado no tocante à obtenção de insumos, comercialização da produção e abertura de mercados consumidores;

A geração de rendas não agrícolas provenientes do trabalho de assentados fora do assentamento;

O instrumento de obtenção fundiária que melhor se adapte à região, levando em consideração os indicadores de custo por família, qualidade dos recursos fundiários, agilidade do processo e a capacidade de pagamento dos novos agricultores familiares. Dentro desta discussão

inserir-se também as dinâmicas do mercado de terras, a estrutura fundiária, bem como a disponibilidade e a destinação de terras públicas.

Os preços de terras praticados na região;

Após a coleta de informações e análise dos indicadores, a Superintendência Regional planeja as estratégias de atuação.

A sistematização das informações coletadas e analisadas deve ser disponibilizada aos técnicos para subsidiar a elaboração dos Laudos Agrônomicos de Fiscalização e de Avaliação.

As estratégias de atuação devem estar em consonância com os Planos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Territorial. Quando estes não existirem, a Superintendência Regional deve elaborar a sua estratégia de atuação, pautando-se, preferencialmente, na articulação entre as partes interessadas.

Definidas as áreas de ação e as estratégias de atuação, devem ser identificados os imóveis rurais a serem vistoriados. As vistorias são precedidas de comunicação ao proprietário, o qual deverá ser bem identificado.

A vistoria de imóveis rurais tem por objetivo:

a) apurar a produtividade e fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade, segundo os parâmetros estabelecidos por lei e em normas internas;

b) fundamentar parecer sobre a viabilidade técnica e ambiental para sua inclusão no programa de reforma agrária; c) identificar, quantificar e dimensionar as benfeitorias, úteis, necessárias e voluptuárias;

d) aferir a veracidade dos dados contidos no sistema nacional de cadastro rural – SNCR, declarados pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, promovendo ex-officio a atualização cadastral dos imóveis, com dados que retratem sua real e atual situação, conforme as condições de exploração verificadas. Objetiva, ainda, inserir nesse sistema dados relativos a imóveis rurais que não estejam nele incluídos.

e) avaliar o imóvel.

O levantamento preliminar de dados e informações sobre o imóvel rural é materializado no Laudo Agrônomico de Fiscalização - LAF, que deverá ser apresentado de forma sistematizada, expressando os diversos aspectos diagnosticados pelo Engenheiro Agrônomo, especialmente os inerentes à potencialidade agropecuária do imóvel, em face das condições edafoclimáticas existentes, bem como os sociais, inclusive aqueles relativos a eventuais tensões e conflitos. Deverá conter, principalmente, parecer conclusivo sobre a viabilidade técnica e ambiental da exploração do imóvel, visando à sua inserção no programa de reforma agrária. Poderão ser acrescentados outros dados que sustentem o trabalho do profissional executor da atividade. O LAF deverá conter as informações necessárias ao requerimento de licença prévia.

Caso seja constatado o cumprimento da função social do imóvel ou sua inviabilidade para implantação de projeto de assentamento, o LAF poderá ser apresentado de forma simplificada, contemplando apenas as informações e os dados necessários para classificação cadastral do imóvel e explicitando as razões técnicas de sua inviabilidade, se for o caso.

No LAF devem estar explicitadas a identificação do imóvel e as características gerais da região de influência do imóvel. Para isto o(s) Engenheiro(s) Agrônomo(s) responsável(is) devem munir-se dos instrumentos disponíveis como publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Zoneamento Ecológico Econômico do estado (caso houver), planos estaduais/municipais de desenvolvimento rural e todos aqueles relativos à análise da situação regional de influência sobre o imóvel vistoriado. Deve estar bem caracterizado o imóvel rural, principalmente as suas características físicas e edafoclimáticas, a vegetação; a descrição e classificação do relevo; os solos, com sua classificação pedológica e a classificação das terras no sistema de classes de capacidade de uso; os recursos hídricos; o uso do imóvel; o efetivo pecuário; os aspectos ambientais, trabalhistas e sociais. As benfeitorias devem ser identificadas e descritas. Deve ser verificado o uso potencial recomendado para o imóvel e a capacidade de assentamento. O

LAF deve conter, ainda, uma conclusão sobre o cumprimento da função social e a sua viabilidade do imóvel para criação de assentamento.

As informações coletadas na vistoria preliminar, também são utilizadas na elaboração do Laudo de Vistoria e Avaliação – LVA.

No exercício de 2012 foram promovidas alterações nos procedimentos para obtenção de terras, por intermédio da RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 5, de 29 de março de 2012, em consonância com as diretrizes traçadas no Fórum Nacional de Planejamento do Incra de 2011. Esse normativo determina a elaboração do Diagnóstico Regional Participativo - nos termos do Módulo I do Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - como documento base para o planejamento das ações das Superintendências Regionais. Também determina que a vistoria de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade seja concomitante com a vistoria de avaliação – que até então eram realizadas em etapas separadas – com a elaboração do Laudo Agrônomico e Fiscalização e do Laudo de Vistoria e Avaliação em uma mesma etapa. As inovações mais importantes desse novo método são a elaboração do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) e o Anteprojeto de Assentamento. O ECGR deve considerar as atividades produtivas tradicionais da agricultura familiar regional, que permita inferir a capacidade de assentamento mais adequada para o futuro projeto de assentamento o que irá subsidiar a elaboração do Anteprojeto de Assentamento, o qual deverá conter o projeto de espacialização de todas as áreas produtivas, de interesses ambientais, comunitárias e também as agrovilas.

O cronograma de executivo de fiscalização dos imóveis rurais é elaborado no início do ano a partir da Lei Orçamentária Anual e após a elaboração do planejamento anual de atividades. Nesta época do ano (março) as Superintendências Regionais estão realizando o diagnóstico regional e, em seguida, os cronogramas regionais serão apresentados para a Diretoria de Obtenção

### **15.3 Estratégia de Obtenção de Imóveis Rurais**

No âmbito da autarquia a Norma de Execução Nº 95 de 27 de agosto de 2010 (revogou a Norma de Execução Incra/DT nº 83, de 26 de maio de 2009) estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais

O artigo 1º da referida norma refere-se ao já explicitado acima no tópico sobre a apresentação dos critérios técnicos aplicados e a estratégia de prospecção de imóveis privados suscetíveis à obtenção para a PNRA.

A estratégia na região norte concentra-se na obtenção de terras públicas federais ou estaduais, enquanto nas regiões nordeste e sudeste procuram-se imóveis que não cumprem a função social. No nordeste, na região do semi-árido, importante fator a ser considerado diz respeito à existência de recursos hídricos. Na parte leste da região sudeste e no sul, além de imóveis suscetíveis a desapropriação, também se busca comprar imóveis rurais produtivos, tendo em vista a dificuldade de encontrar imóveis rurais que possam ser desapropriados por interesse social para reforma agrária.

### **15.4 Procedimentos operacionais**

Em 2011, foi criado Grupo de Trabalho que realizou estudo sobre o fluxo da movimentação do imóvel em cada Diretoria afeta, desde a desapropriação até a titulação.

A partir do estudo realizado foi elaborado um fluxo simplificado do andamento processual e a repercussão contábil da desapropriação, conforme informações colhidas das áreas afetadas.

Em seguida foi realizado um estudo minucioso das contas e eventos contábeis existentes no SIAFI, sendo necessária a criação e alteração de outros para efetivação do registro. Foram enviadas mensagens via SIAFI para a Secretaria do Tesouro Nacional, solicitando a criação/alteração, sendo realizadas reuniões posteriores. Após o esclarecimento de todas as dúvidas a Secretaria do Tesouro Nacional atendeu ao solicitado.

Ato contínuo realizamos um levantamento dos imóveis desapropriados em 2011, a SR/28 DFE, escolhida como piloto, em virtude da proximidade e da redução de custos com passagens e diárias, visto que a mesma situação também em Brasília.

Foram realizadas reuniões, selecionados alguns processos, tabulados os dados e mapeadas as informações para contabilização. Em seguida foi verificada a consistência dos registros contábeis das referidas propriedades (emissão do TDA e benfeitorias).

Em síntese, desde novembro de 2011, a Conta 14211.22.64 - a Conta 14211.22.64 - Imóveis a Registrar Destinados à Reforma Agrária já contabilizada os imóveis obtidos e destinados à Reforma Agrária, atendendo ao disposto no Acórdão TCU 557/2004.

Em abril de 2012, foi editada a Portaria INCRA/P/nº 266 constituindo novo Grupo de Trabalho com a finalidade de criar uma rotina descrevendo passo a passo, a movimentação física dos Bens Imóveis obtidos pelo INCRA para fins de Reforma Agrária, individualizando-os por cada modalidade de obtenção, desde o início da fase de identificação do imóvel até a sua destinação.

### **15.5 Formação da lista de Beneficiários da PNRA (RB)**

A partir de janeiro de 2012, foi disponibilizado no sítio do INCRA <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-beneficiarios-rb> lista única de relação de beneficiários contendo Sr/Projeto/Município/Código e Nome de Beneficiário/Data de Homologação.

## **16. Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

### **16.1 Avaliação dos principais Programas e Ações do PPA 2012-2015 correlatos ao tema**

A Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento tem na sua esfera de ação a coordenação, supervisão e propositura de atos normativos, elaboração de manuais e procedimentos técnicos relativos às atividades de desenvolvimento e de recuperação dos projetos de reforma agrária, de serviços topográficos, de implantação de obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos; de concessão de crédito instalação; de assessoria técnica, social e ambiental; de capacitação de beneficiários e técnicos de reforma agrária e o acompanhamento de todos os procedimentos relacionados aos sistemas de informação de projetos de reforma agrária, assim como tem a incumbência de promover o controle e avaliação da aplicação dos recursos orçamentários, consignados para sua área de atuação, buscando integrar as políticas públicas e ações do INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos projetos de assentamento e para consolidação do Programa de Reforma Agrária.

Esse conjunto de ações estão consubstanciadas nos diversos programas gerenciados pela Diretoria de Desenvolvimento e que são implementados de forma sistêmica se constituindo numa estratégia de geração de emprego e renda, ou uma porta de entrada para as políticas públicas de uma parcela, considerável, da população.

Ao longo dos anos de 2003 a 2012 o INCRA desenvolveu uma estratégia de implantação dos programas e ações da Diretoria de Desenvolvimento na lógica de conjunto de ações concatenadas que visam possibilitar a geração de trabalho e renda e efetivar a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, buscando o fortalecimento do conjunto de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos Projetos de Reforma Agrária, focados no estabelecimento e consolidação de toda uma estrutura que visa fornecer à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Para tanto tem-se como escopo o seguinte roteiro: acesso a terra; prestação de serviços de ATEs – assistência técnica; formulação do plano de desenvolvimento do assentamento – PDA, demarcação topográfica; aplicação do crédito apoio inicial e fomento; acesso ao crédito habitação;

implantação da infra-estrutura básica – estradas, abastecimento de água e eletrificação; e apoio à comercialização, mediante acesso ao programa de aquisição de alimentos - PAA e ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE.

Assim, a operacionalização das atividades do programa, tendo por base as necessidades impostas em cada ação, atuou nos seguintes direcionamentos:

No caso da política de créditos buscou-se dar continuidade as ações já iniciadas em 2010 e continuadas em 2011, com a ampliação e aplicação de créditos visando suprir as necessidades básicas das famílias assentadas, bem como fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos e auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, dentre outros.

No que tange a ação de recuperação da infra-estrutura básica, buscou-se a continuidade da manutenção e fortalecimento das forças tarefas de técnicos com formação em infra-estrutura, A elaboração dos projetos básicos, a licitação, a contratação e o acompanhamento das obras, na sua maioria estradas vicinais, continuaram mobilizando de forma intensiva a equipe de infra-estrutura, haja vista que perdura a insuficiência de técnicos em nossos quadros de profissionais para responder pelo volume de obras e serviços nos, aproximadamente, oito mil projetos de assentamento.

A titulação em imóveis objeto do Plano Nacional de Reforma Agrária permaneceu com a estratégia da Diretoria de realizar um trabalho mais efetivo de capacitação e acompanhamento das unidades descentralizadas, com vistas a promovermos a diminuição do passivo relativo à formalização de contratos de concessão de uso com os beneficiários da reforma agrária.

Permaneceu o fortalecimento dos trabalhos na supervisão ocupacional dos projetos de assentamento, com vistas a coibirmos a compra e venda ilegal de lotes e o uso inadequado das áreas de reforma agrária.

Ressaltamos que, em que pesem os esforços para a implantação de novos projetos, a execução orçamentária/financeira, foi abaixo da projeção, devido à publicação do Decreto 7.592/11, que determinou que os recursos dos convênios celebrados com Instituições Privadas só fossem liberados após certificação de regularidade das instituições em relação à prestação de contas, sem tempo hábil para solucionar todas as pendências observadas nas referidas Prestações de contas. Outro impacto foi a determinação do Decreto 7.568/11, que decidiu a realização de Chamada Pública para as instituições privadas sem fins lucrativos. Vários convênios com instituições de ensino privadas sem fins lucrativos estavam em tramitação no SICONV e foram interrompidos pela força do Decreto.

Por fim, nos passos de 2011, cabe destacar e reforçar que, diante da magnitude destes Programas, o INCRA têm se deparado com situações que exigem soluções de natureza, conjuntural e estrutural. Neste sentido, as ações que estão na governabilidade do INCRA estão sendo providenciadas em consonância com a disponibilidade orçamentária.

## **16.2 Estratégia de contenção do aumento do passivo para provimento de condições produtivas aos Projetos de Assentamento**

É importante reprimir o que já foi dito em Relatórios anteriores, de que a apresentação de uma a estratégia de atendimento de condições produtivas aos beneficiários recém ingressos no programa é influenciada por diversos fatores, dos quais destacamos:

- a) a diversidade da realidade socioeconômica onde estão inseridos os assentamentos, nas diferentes regiões do Brasil;
- b) a condição de extrema pobreza, que geralmente caracteriza a situação dos agricultores recém assentados;
- c) as sucessivas variações na disponibilidade orçamentária e especialmente financeira;

d) a heterogeneidade existente na capacidade operacional das 30 (trinta) superintendências regionais

Diante desses fatores, entendemos que para os assentamentos recém implantados, é inviável a construção de um cronograma executivo prévio de ações a serem realizadas até a efetiva consolidação dessas áreas

Aos assentamentos mais antigos, em vias de “consolidação” são aplicadas as Normas vigentes onde busca-se na consolidação do projeto de assentamento o atendimento das seguintes ações:

I - execução dos serviços de medição topográfica, que compreendem o perímetro e as parcelas individuais ou coletivas;

II - disponibilização de recursos de apoio à instalação, mediante aplicação de créditos destinados à aquisição de alimentação, ferramentas e outros implementos básicos;

III - disponibilização de habitação para os beneficiários, através da existência de moradia no projeto, obtida via recursos para aquisição de material de construção ou por outros meios e fontes;

IV - disponibilização da infra-estrutura básica de interesse coletivo, compreendendo as vias de acesso e internamente às parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e rede tronco de energia elétrica, entre outras consideradas indispensáveis à viabilização sócio-econômica e sustentável do projeto; e

V - outorga de título de domínio a pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários.

Assim, os assentamentos criados no ano de 2010 deverão ser consolidados com base em parâmetros que serão definidos futuramente, o que torna ineficaz a elaboração de um cronograma tendo como referência o modelo atual.

Nesse contexto, a Administração Central, mantém seus esforços no sentido de que as Superintendências Regionais desenvolvam planos de trabalhos, visando a consolidação dos assentamentos com mais de 20 (vinte) anos de existência.

### **16.3 Supervisão e acompanhamento dos Projetos de Assentamento**

Na supervisão e o acompanhamento dos projetos de assentamento da reforma agrária é possível identificarmos inúmeras situações irregulares que vão desde o abandono de lotes por parte dos seus beneficiários até a venda ilegal dos imóveis da reforma agrária. É neste contexto de supervisão ocupacional que o INCRA identifica, também, os casos de exploração agrícola em áreas de preservação permanente e de reserva legal, bem como a degradação e o desmatamento dessas áreas ambientalmente protegidas.

Visando sanar os problemas encontrados a Instituição já disciplinou a matéria no nível de Instrução Normativa com vistas à reorganização das ocupações nos assentamentos, pautado na moralização do acesso e uso das parcelas da reforma agrária e uso das parcelas.

A ação de supervisão da situação ocupacional das parcelas em projetos de assentamento da reforma agrária tem como objetivo principal identificar e caracterizar as situações irregulares relativas à destinação das áreas de reforma agrária e promover a retomada das parcelas ocupadas irregularmente para que sejam disponibilizadas ao assentamento de novas famílias.

Vale lembrar que o estabelecimento de metas e de cronograma de supervisão e acompanhamento dos Projetos de Assentamento está sendo consolidado junto as Superintendências Regionais do INCRA. Assim, entendemos que cabe às unidades descentralizadas elaborarem os seus respectivos cronogramas executivos levando em conta as especificidades regionais, o número de projetos de assentamento, as distâncias e a forma de acesso às áreas reformadas, entre outros fatores.

É importante destacarmos que atrelada às atividades de supervisão e acompanhamento dos assentamentos estão às campanhas de esclarecimento, orientação e educação ambiental voltadas para os beneficiários da reforma agrária.

## **17. Atendimento à Sociedade**

### **17.1 Controle sobre a tramitação de processos de atendimento ao público**

Com relação à obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária, as principais medidas para promover a transparência das ações são a publicação no Diário Oficial da União de decretos que declaram o imóvel de interesse social para a reforma agrária; a publicação do extrato da avaliação no mural da Superintendência Regional e na página eletrônica do INCRA; no caso de aquisição de imóvel por meio do Decreto nº 433/1992 é realizada audiência pública, para a qual são convidados atores interessados, ou reunião do Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ou colegiado equivalente, para referendo à proposta.

No que diz respeito à Relação de beneficiários da reforma agrária o INCRA dispõe de normativos e estrutura para os procedimentos de cadastro, seleção e homologação de candidatos ao Programa de Reforma Agrária. Além disso, há um sistema informatizado que possibilita a inclusões, atualizações e controle da Relação de Beneficiários: o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA. A Diretoria de Obtenção de Terras – DT trabalha sempre no aperfeiçoamento desse sistema, de forma que este se vincule a outros sistemas dentro e fora da autarquia, como por exemplo, as ações entre o INCRA, INSS e MPS, visando ao relacionamento das bases de dados desses órgãos. Também é uma preocupação constante da DT melhorar sempre os níveis de segurança e acesso do SIPRA, bem como a sua intercomunicabilidade.

## **18. Excelência Administrativa**

### **18.1 Gestão Estratégica**

Com o objetivo de subsidiar a decisão de seus gestores, monitorar e gerir a execução de seus programas, o INCRA desenvolveu um Painel de Indicadores que visa acompanhar sistematicamente as ações desempenhadas no âmbito da Autarquia. A construção dos indicadores tem por base dados constantes dos Sistemas de Informação do INCRA, que apresentam informações sobre a execução física e orçamentária, possibilitando um monitoramento mensal do alcance das metas propostas no Caderno de Metas PO.

O Painel de Indicadores apresenta-se, portanto, como uma ferramenta estratégica de monitoramento da atuação do INCRA ao longo de cada exercício, permitindo que os gestores acompanhem seu desempenho por meio de consultas personalizadas que podem combinar as seguintes variáveis: ação, superintendência, meta, execução orçamentária (provisão recebida, empenho liquidado, empenho emitido, valor pago), execução física (atual, anterior, total). Tais informações proporcionam subsídios para que a atuação do órgão se adeque às necessidades de cada superintendência e ação na busca do alcance das metas propostas no planejamento anual.

Além disso, o Painel de Indicadores visa avaliar o desempenho das ações do INCRA nos diversos estados brasileiros, fornecendo subsídios para o monitoramento das Superintendências, por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada SR na execução das ações e da elaboração de indicadores que demonstram o desempenho regional da autarquia.

O painel, por ter atualização de execução física, orçamentária e financeira mensal, serve efetivamente como ferramenta de avaliação permanente da gestão da Sede e das Superintendências



ao longo de todo o exercício, permitindo um monitoramento da eficiência e do controle no alcance das metas e dificuldades da gestão. Possibilita aos gestores, de maneira clara e simples, avaliar o desempenho de 32 Ações do INCRA nas diversas Superintendências Regionais, sendo seus dados orçamentário-financeiros extraídos do SIAFI e os de execução física obtidos do Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, no SIPRA e no Módulo do SNCR, sendo mensal a atualização desses dados no Painel. Permite ainda fazer comparações do desempenho mensal e anual das Ações no exercício, com a situação monitorada do exercício anterior.

Com relação a estratégia de estabelecimento de metas da Autarquia no âmbito de sua atuação, elas são instituídas a princípio com base no projeto de lei orçamentária, onde os responsáveis pelas ações definem as metas físicas e limites orçamentários a serem executados pelas Superintendências Regionais a partir de dados/informações fornecidos pelas mesmas, levando em conta a capacidade operacional, perspectivas de parcerias e os custos unitários praticados tendo em vista as peculiaridades regionais, dentre outros. Isso acontece ao final do exercício que antecede o ano da vigência da Lei de Orçamento.

As metas para o exercício seguinte, terão como base as estabelecidas no Plano Plurianual, ajustadas aos limites orçamentários disponibilizados pela Secretaria de Orçamento Federal -SOF, tendo como referência os parâmetros descritos acima, visando atender a execução das ações inerentes à Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, no exercício.

Os principais resultados estratégicos alcançados pelo INCRA no exercício de 2012 foram:

- **23.075** famílias assentadas.
- **117** novos projetos criados.
- **7.318** novos lotes criados.
- **107,5 mil** hectares incorporados à Reforma Agrária obtidos de forma onerosa (desapropriação e compra).
- **829,8 mil** hectares vistoriados.
- **14.487** lotes vistoriados (revisão da situação ocupacional dos assentamentos), sendo 1.182 lotes retomados.
- **655** licenças protocoladas junto aos órgãos ambientais estaduais.
- **333** licenças emitidas pelos respectivos órgãos ambientais estaduais (incluindo 55 renovações).
- **1830** assentamentos devidamente licenciados.
- **21.159** casas construídas ou reformadas.
- **49,5 mil** famílias com recursos de crédito instalação depositados nas contas das associações e **XXX mil** famílias com complementação de crédito também depositados.
- **55,9 mil** famílias beneficiadas com obras de infraestrutura (estradas e água principalmente).
- **5 mil km** de estradas construídas ou reformadas, beneficiando **69,4 mil** famílias.
- **7,4 mil** famílias beneficiadas a partir da construção de 165 sistemas de abastecimento de água.
- **6,7 mil** famílias beneficiadas com outras 257 obras (construção de centros comunitários, galpões, pontes, quadras de esporte, dentre outros).
- **258,2 mil** famílias atendidas com o serviço de ATES, chegando ao final de 2012 com aproximadamente **3 mil** profissionais contratados, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a **4,0 mil** Projetos de Assentamento em todo o País.
- **31,9 mil** famílias beneficiadas com ações de manejo de recursos naturais (recuperação de áreas degradadas, controle de erosão, implantação de Sistemas Agroflorestais, etc.).
- **18,6 mil** famílias beneficiadas com ações de demarcação topográfica, sendo que outras **72.532 mil** famílias estão com projetos em fase de execução.
- **3,8 mil** famílias beneficiadas em ações de agroindustrialização e comercialização através do Programa Terra Sol, com outras **35.314 mil** famílias com projetos em execução.
- **29,7 mil** títulos expedidos, quase que integralmente voltados à concessão de uso.
- **33,9 mil** títulos de regularização fundiária emitidos (fora da Amazônia Legal).
- **4** Título de propriedade quilombola emitido, em benefício de três Territórios Quilombolas e 221 famílias; publicação de 11 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação - RTID, com 16,4 mil hectares, em benefício de 819 famílias, bem como 3 Portarias de Reconhecimento relativos a 2,9 mil hectares, que vão beneficiar 476 famílias. Emissão **11** Decreto Desapropriatório de territórios quilombolas, sendo este, declaratório de interesse social, totalizando 31,1 mil hectares, que vão beneficiar **682** famílias quilombolas.
- **7,4 mil** imóveis georeferenciados em todo o país, correspondendo a uma área de 1,8 milhões de hectares; além da certificação de **XXX mil** imóveis, em uma área de **XXX milhões** de hectares.

- **2,1** milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR emitidos e Atualização Cadastral de mais de 292 mil imóveis.
- **XXX** mil alunos atendidos pelo PRONERA através do Programa “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), sendo que estão em sala de aula atualmente, **XXX** mil alunos.
- **4,2** mil alunos atendidos através da ação de “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”, sendo que estão em sala de aula atualmente, **3,1**mil alunos.
- **730,8** mil cestas de Alimentos distribuídas junto à população acampada e assentada.
- **3.379** técnicos do INCRA capacitados em diferentes áreas.

## **18.2 Melhoria dos processos de Trabalho**

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - DET possui a missão de “Prover soluções de tecnologia da informação para que o INCRA possa cumprir sua missão Institucional”, sua visão é “desenvolver processos de trabalho, auditoria e controle de qualidade apoiando as ações do INCRA e servindo de referência para os demais órgãos da Administração Pública Federal”(PDTI 2010-2014).

A estratégia de automação de processos, entendida como os meios/formas empregados para a criação de mecanismos agilizadores das ações de trabalho, ocorre de modo a reorganizar setores do INCRA propiciando alternativas que trazem como benefício soluções mais precisas, recursos humanos reduzidos, diminuição do tempo de trabalho em determinada atividade, maior qualidade e eficiência nos serviços.

As demandas por automação dos processos chegam à DET a partir das necessidades dos diversos setores; daí são levadas ao Comitê de Tecnologia da Informação para serem analisadas e priorizadas. Com isso novos sistemas são criados, obtendo-se maior produtividade em cada área. A seguir, pode-se verificar os resultados já obtidos no exercício 2012.

### **RESULTADOS OBTIDOS EM 2012**

Em relação à área de manutenção e desenvolvimento de sistemas, foi mantido contrato com a empresa BSI Tecnologia, que expirou em abril de 2012, sendo realizados neste quadrimestre os procedimentos de finalização e transição contratual. Em maio de 2012 a DET-1 iniciou os procedimentos de Planejamento da Contratação deste tipo de serviço e acrescentou no estudo os serviços de Business Intelligence (BI), pois desde 2010 o INCRA já havia adquirido ferramenta (MicroStrategy) para implantar cultura de BI na organização.

Os Sistemas de Informação em linha de produção em 2012, com suas respectivas situações estão descritas a seguir:

Nome Projeto / Sistema	Número Projeto	Ordem Serviço Incra			Total PF Estimado para Início do Projeto	Total PF Final (Ajuste Término Contrato)	Data Encerramento do Projeto (O.S.)	% Conclusão (Pagamento)	PF Realizados	Nome Projeto / Sistema	Número Projeto
		Ordem Serviço BSI (Execução)	Data de Início do Projeto								
		#	Publicação	Expiração							
e-Certifica	01/2010	02 de 2010	13/7/2010	9/1/2011	01/2010	16/08/2010	649	1314	02/02/2012	34%	446,4
		01 de 2011	21/1/2011	-----							
SICCI	02/2010	03 de 2010	12/8/2010	8/2/2011	03/2010	24/12/2010	382	473	14/11/2011	70%	329,9
		03 de 2011	8/2/2011	-----							
Ambiental	03/2010	08 de 2010	1/12/2010	30/5/2011	01/2011	20/01/2011	463	379	1/7/2011	10%	37,9
		07 de 2011	30/5/2011	-----							
SNCC	04/2010	04 de 2010	14/10/2010	12/4/2011	02/2011	23/02/2011	529	1188	19/04/2012	14%	163,35
		05 de 2011	11/4/2011	-----							
SIPRA	05/2010	06 de 2010	1/11/2010	30/4/2011	03/2011	25/02/2011	547	613	06/01/2012	16%	95,5
		06 de 2011	26/4/2011	-----							
Módulo Segurança	06/2010	02 de 2011	24/1/2011	-----	05/2011	18/04/2011	228	269	18/7/2011	100%	269
SISAF	01/2011	04 de 2011	24/3/2011	18/9/2011	04/2011	18/04/2011	297	847	26/8/2011	35%	300,55
		09 de 2011	19/9/2011	-----							
Módulo Corporativo	02/2011				06/2011	04/10/2011	134	134	29/11/2011	100%	134



No que diz respeito aos serviços de infraestrutura de redes e de comunicação de dados, em 2012 foi um período de estabilização e preparação, onde se buscou ampliar a capacidade de armazenamento, de comunicação (acesso a internet) e aumento do número de equipamentos (servidores e ativos de redes) o que irá permitir, em 2013, implantar as melhorias pensadas em 2012, tais como: Virtualização de Servidores que possibilitará implantar uma boa disponibilidade, escalabilidade de serviços como: Correio eletrônico, Regularização Fundiária e de diversos Sistemas de Informação.

Abaixo descrevemos as ações implantadas nesta área em 2012:

Aquisição e migração do novo storage com capacidade de 400 TB, suporte e garantia de 3 anos. R\$ 2.900.000,00, o storage antigo estava sem espaço impossibilitando a disponibilização de novos serviços e de mais recursos aos usuários da rede.

Implantação dos Servidores de Virtualização (HP) e Servidores de Rede (DELL), totalizando R\$ 1.400.000,00, vital para a disponibilidade dos serviços e garantia da integridade das informações do Incra, já que o parque estava todo em final de garantia e com constante indisponibilidade dos serviços.

Rescisão do contrato da Hepta que custava R\$ 2.500.000,00, independente do relatório da CGU como a Hepta não cumpriu a planilha teríamos a redução do custo desse contrato, agora com a Stefanini ficou em R\$ 1.950.000,00, a CGU apenas facilitou a responsabilidade da tomada de decisão em rescindir o contrato.

Renegociação do contrato da Embratel que diminui de R\$ 5.000.000,00 para R\$ 4.000.000,00 com expansão do link de internet para as Superintendências Regionais, fato que foi extremamente positivo para melhoria das atividades.

Aquisição dos equipamentos comutadores de rede(Switches) R\$ 1.949.000,00, vital para a garantia da disponibilidade da rede já que os antigos estão sem garantia e suporte. Além da aquisição do comutador principal da rede (Switch Core) que permitirá uma redundância, o que vai aumentar a garantia de disponibilidade da rede.

Aquisição dos 02 (dois) Robôs de Backup, devido ao fim da garantia do atual estar próxima, o que vai ser fundamental para a integridade e disponibilidade das informações.

Aquisição do Anti-Virus, Anti-Spam e Proxy(Webgateway), já que a antiga solução teve fim de suporte e garantia em julho. Solução que vai garantir a melhoria da segurança das informações.

Repactuação do contrato com a empresa ORION, fundamental para garantir o funcionamento da Sala-cofre, sem esse contrato, a manutenção e suporte ao ambiente fica prejudicado, sendo que não teremos o reabastecimento do gerador em caso de falta de energia e o monitoramento proativo do ambiente, onde estão localizados todos os servidores que mantêm as informações críticas ao negócio do Incra.

Reorganização da solução de segurança (Firewall), iniciado em dez/2012, mas que foi fundamental para a garantia da disponibilidade do ambiente no final do ano, época crítica devido aos empenhos e fechamento das atividades do Incra.

Participação do Pregão da UTFPR, para aquisição de switches, servidores de rede e outros ativos, atual e única solução, limitada, no que se refere a contratação de equipamentos de rede e servidores que respondem de forma ágil o atendimento, em 2013, às Regionais.

### **18.3 Cobrança de Créditos da Reforma Agrária**

#### **SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS**

##### **Novembro/2011 a março/2012:**

Foram realizados testes no módulo cadastro, verificação dos erros corrigidos pela **BSI-Tecnologia** e melhoria evolutivas, sendo constatado que parte dos erros haviam sido sanados, contudo outros ficaram pendentes.

Concomitantemente, foram realizados também testes preliminares no módulo cobrança, o qual também apresentou algumas inconsistências.

#### **Março a Abril/2012:**

Tendo em vista que o contrato com a empresa **BSI-Tecnologia** expirava em **24/04/2012 e não seria renovado por solicitação da empresa**, foi priorizado o saneamento dos erros do módulo cadastro em detrimento ao módulo cobrança em virtude da ordem de preferência, os quais não foram tempestivamente conclusos.

#### **Abril a Setembro/2012:**

Nesse período a Autarquia esteve providenciando os trâmites licitatórios para contratação da nova empresa de tecnologia, visando dar continuidade no desenvolvimento do SICCI, contudo, durante parte de período, os trabalhos ficaram prejudicados em virtude de greve nacional dos servidores.

Em meados de setembro, após a greve, foram retomados os trabalhos, sendo organizada uma apresentação da versão atual do Sistema com a presença de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, da Diretoria de Gestão Estratégica e da Diretoria de Desenvolvimento, sendo retomado os trabalhos.

Na época, havia sido contratada emergencialmente a empresa **IBROWSER – Tecnologia**, para a realização de melhorias evolutivas até que se finalizasse o processo de licitação para a contratação da nova empresa.

#### **Outubro/2012:**

Nesse período foi constatada a necessidade de acionar a GARANTIA da construção do módulo cadastro do SICCI junto à empresa **BSI - Tecnologia**, em virtude das divergências verificadas no sistema e na documentação entregue pela empresa em abril/2012, sendo exigido que a referida empresa realizasse todas as correções de sua responsabilidade, antes da **IBROWSER – Tecnologia** assumir o projeto.

#### **Novembro/2012:**

Nesse período foram testadas e aprovadas as correções realizadas pela **BSI-Tecnologia** relacionadas a GARANTIA do Sistema, sendo aprovada a documentação e a **IBROWSER – Tecnologia** assumiu a realização dos trabalhos do módulo CADASTRO.

Diante do compromisso assumido pela **IBROWSER – Tecnologia**, foram realizadas várias tratativas com a **COFIN/STN e Banco do Brasil**, visando obter as informações necessárias à parametrização das GRU Cobrança e adesão ao Convênio STN/BB para recebimento do arquivo retorno dos créditos a serem recebidos.

#### **Dezembro/2012:**

Os trabalhos relativos ao levantamento dos requisitos necessários para a construção do módulo COBRANÇA foram retomados, inclusive com a participação de técnicos contábeis que avaliaram as regras de cálculos existentes na documentação que já se encontrava finalizada.

No dia 14/12/2012 a **IBROWSER – Tecnologia** encaminhou resposta a questionamento da Diretoria de Gestão Administrativa, informando que as melhorias do módulo CADASTRO seriam entregues no dia 04/01/2013.

### **Janeiro/2013:**

Diante da eminente entrega dos trabalhos pela **IBROWSER – Tecnologia**, foram convocados no período **21 a 25 de janeiro**, 3 servidores de Superintendências Regionais (MT, PE e PB) para realizar a homologação do MÓDULO CADASTRO.

Infelizmente, no dia 21 de janeiro fomos informados que a empresa **IBROWSER – Tecnologia** não havia desenvolvido absolutamente nada e que o cronograma apresentado era furado.

Diante da postura da empresa, a Diretoria de Gestão Administrativa requereu ao setor responsável pelo contrato a **imediate aplicação das sanções contratuais**, bem como solicitou o ressarcimento dos gastos com as diárias e passagens dos técnicos convocados para a homologação.

### **Fevereiro/2013:**

Para não comprometer os trabalhos a Diretoria de Gestão Administrativa enviou para a SR/16-MS em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentos técnicos de ambas as diretorias para realizar o saneamento do processo de concessão de crédito no Assentamento Bebedouro, visando extrair os dados para o primeiro teste piloto, obviamente após a homologação do sistema.

A Diretoria de Gestão Administrativa, resolveu encerrar as tratativas com a empresa **IBROWSER – Tecnologia**, face a postura da mesma, optando por aguardar a nova empresa vencedora da licitação.

A empresa vencedora do certame foi **SOFTWAY –Tecnologia em Informação**.

### **1ª quinzena de março/2013:**

Tão logo a nova empresa assumiu, a DA prontamente solicitou cronograma para retomada dos trabalhos com vistas a homologação do módulo CADASTRO e posterior retomada do módulo COBRANÇA.

A empresa **SOFTWAY –Tecnologia** estimou o prazo para entrega da interação do módulo CADASTRO em 21/06/2013, conforme relatório de situação entregue no dia 14/03/2013.

### **AVANCOS OBTIDOS:**

- 1.Módulo cadastro do sistema praticamente finalizado, restando poucos ajustes, além da homologação;
- 2.Levantamento de dados para lançamento do Assentamento piloto finalizado (104 famílias e duas modalidade de crédito aplicadas – Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção);

3. Nivelamento com os técnicos indicados pela Diretoria de Desenvolvimento quanto ao saneamento dos processos, haja visto que a responsabilidade pela alimentação do módulo CADASTRO compete a área finalística;
4. Tratativas com a COFIN/STN e com o Banco do Brasil praticamente finalizadas, no tocante a parametrização e emissão de GRU recebimento do arquivo retorno;
5. Possibilidade de início do cadastramento dos créditos concedidos pela área finalística no início do próximo semestre, com base nos processos já saneados;
6. Retomada do desenvolvimento do módulo COBRANÇA concomitantemente com as demais ações, em especial no tocante as melhorias e críticas nas documentações de sistema já produzidas.

### **REFLEXOS NEGATIVOS**

Apesar do enorme, exaustivo e comprovado esforço pela Diretoria de Gestão Administrativa, **no momento ainda não é possível:**

1. Iniciar a emissão das primeiras GRUs de cobrança, **antes da homologação do módulo CADASTRO e de sua respectiva alimentação pela área finalística.**
2. Calcular e contabilizar a **Provisão para Devedores Duvidosos**, uma vez que a mesma é estimada com base nos dados históricos dos créditos a receber comparados com a inadimplência verificada, o que somente pode ser mensurado após o primeiro ano da efetiva cobrança.

### **CONCLUSÃO**

Esclarecemos que foi realizada no dia 15 de março de 2013, na Sede da Autarquia, reunião com técnicos do Tribunal de Contas da União (8ª SECEX), da CGU (DRDAG), sendo explanados todos os itens acima contidos.

Pela Autarquia participaram da reunião o Diretor de Gestão Administrativa, o Diretor de Desenvolvimento do Projetos de Assentamentos – Substituto, o Auditor Chefe, uma Procuradora Federal, além de técnicos das diretorias mencionadas.

Ficou definido que no decorrer no monitoramento que será realizado conjuntamente pelo TCU e pela CGU em 2013, serão acompanhados os avanços obtidos.

Outro aspecto que ficou acertado na reunião, é que, dado à especificidade do tema e até que o Sistema de Cobrança do Crédito Instalação – SICCI entre em produção, este assunto será tratado diretamente pela 8ª SECEX e pela DRDAG, tendo em vista que as Superintendências Regionais não tem como se pronunciar sobre este tema, enquanto o aplicativo não for disponibilizado, motivo pelo qual na hipótese deste assunto ser cobrado pelas representações do TCU e da CGU nos Estados, deve-se informar o pactuado na reunião.

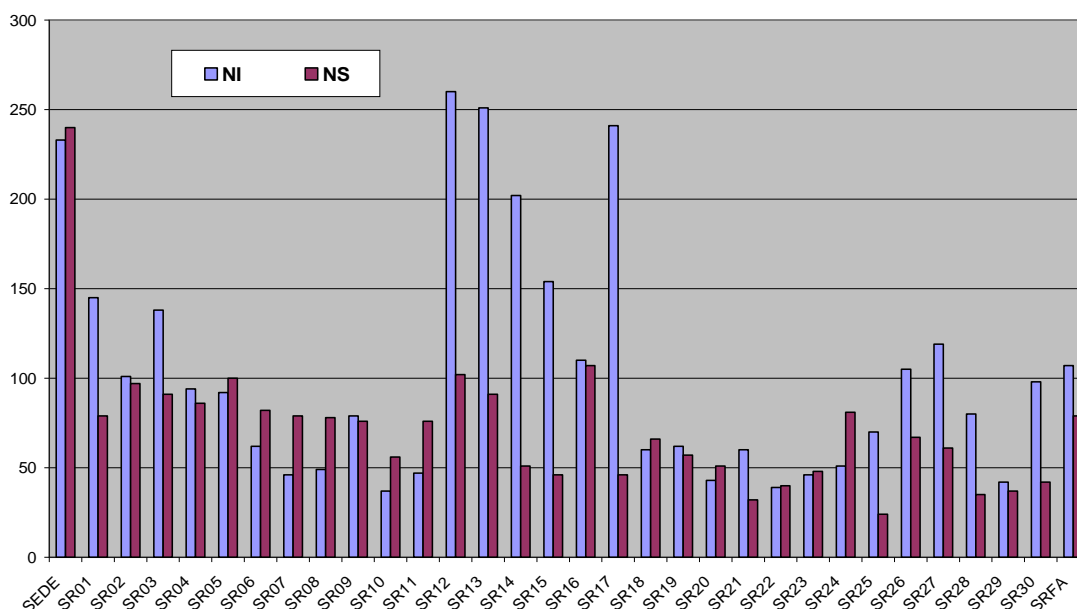
Nota-se que mesmo diante da complexidade do tema, todos os esforços tem sido realizados pela Autarquia, no sentido de atender as determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, da Controladoria Geral da União – CGU e normativos vigentes, as quais certamente serão plenamente atendidas o mais breve possível.



## 19. Pessoas, Aprendizado e Acompanhamento

### 19.1 Distribuição funcional

FORÇA DE TRABALHO (CARGOS/EMPREGOS) DEZ/2012



A maior parte da força de trabalho do Inbra é formada por profissionais de nível intermediário, sendo que nas unidades com maior contingente de servidores essa relação se torna mais forte. Por exemplo, as SR-01 (Pará), SR-12 (Maranhão), SR-13 (Mato Grosso), SR-14 (Acre) e SR-17 (Rondônia), todas com contingente acima de 300 servidores, possuem mais de 2/3 (dois terços) de profissionais de nível intermediário, no caso da última, 80% (oitenta por cento) são de nível intermediário. Essa relação se deve ao longo período sem concurso a partir dos anos noventa, o que ocasionou também um fenômeno bimodal no histograma de classe-padrão dos servidores. A maioria encontra-se na classe padrão S-III e um segundo contingente nas classes-padrões A-IV a B-II, sendo que há um vazio nas outras classes. Outro fenômeno causado pela intermitência dos concursos é que uma importante parcela dos servidores está em condições de aposentadoria, sem que haja suficiente quantidade de reposição.

A distribuição da força de trabalho entre a SEDE, as 30 Superintendências Regionais e as Unidades Avançadas indica maior concentração quantitativa nas Unidades localizadas na Amazônia, entretanto, o quantitativo de servidores ocupantes de cargos de nível superior encontra-se aquém do necessário para atendimento das demandas institucionais. Diversas Superintendências Regionais ainda não dispõem de Contador, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário/Engenheiro com habilitação em Engenharia de Agrimensura/Cartografia e Engenharia Civil, elementos fundamentais para o desenvolvimento das ações finalísticas da Autarquia. Essa carência deverá ser minimizada pela entrada de novos servidores do concurso de 2010, sendo a maioria destinada às unidades localizadas na Amazônia Legal: cerca de 70% (setenta por cento) das 550 (quinhentas e cinqüenta) vagas para provimento com os classificados no concurso público realizado em 2010 foram destinadas para essas Superintendências daquela região as quais foram

nomeadas no início do exercício de 2013. As demais vagas serão contempladas basicamente com Analistas Administrativos e Analistas Administrativos, com habilitação em Contabilidade.

O INCRA realizou concursos públicos em 2004 e 2005, tendo ocorrido o ingresso no período de 2004/2008 de 2.031 (dois mil e trinta e um) novos servidores. Desse total, aproximadamente 580 (quinhentos e oitenta) deixaram o INCRA em decorrência de vacância/exoneração. Assim, o INCRA solicitou em 2007, reiterou em 2008, autorização para realização de concurso público objetivando o provimento de 1300(mil e trezentas) vagas. Foi autorizado a realização de concurso público para o provimento de 550 (quinhentos e cinquenta) vagas. O concurso público foi realizado em 2010, entretanto, ações judiciais retardaram o andamento normal do certame, de forma que os resultados só foram homologados em dezembro de 2011, tendo sido autorizada a nomeação de 150 (cento e cinquenta) novos servidores, com as nomeações decorrentes realizadas no decorrer de 2012, ocorrendo o provimento de 142 (cento e quarenta e duas) vagas. Estudos elaborados no âmbito do INCRA indicam que dada a expectativa de aposentadoria dos atuais servidores seria necessário a realização anual de concurso público entre 2012/2014 para provimento gradual de aproximadamente 3.000 (três mil) vagas, sendo 80% (oitenta por cento) de nível superior. Não obstante a isso, as novas diretrizes do Governo para reestruturação das atribuições da Autarquia devem subsidiar novos estudos.

No que se refere à política de remoção de pessoal, a Instrução Normativa INCRA nº 35/2006 estabelece os procedimentos e critérios para a remoção de servidores nas suas várias modalidades. A citada Instrução não foi integralmente adotada, sendo que é expectativa aprovar, no exercício de 2013, a distribuição ideal da força de trabalho disponível.

## **19.2 Para os seguimentos descritos abaixo, apresentar a estratégia e avaliação qualitativa das ações desenvolvidas no exercício**

### **a)Desenvolvimento de Pessoas:**

Com a finalidade de implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas o INCRA no exercício de 2012 investiu R\$ 1.588.874, com a disponibilização de 2.307 oportunidades de capacitação, priorizando-se os eventos de aperfeiçoamento funcional institucionais, de alcance nacional, ministrados, em sua maioria, por instrutores internos, além de parcerias com o MPOG e SERPRO para a capacitação de operadores em SICONV.

Outra ação importante a destacar, foi a promoção do tema da Educação a Distância através da realização da “Oficina Introdução ao ambiente Virtual MOODLE”, que inaugurou os primeiros passos para a implantação dessa modalidade de ensino no INCRA, como forma de diversificar e ampliar as formas e acesso para o desenvolvimento de competências.

A primeira iniciativa de evento EAD foi totalmente elaborada internamente por técnicos do INCRA, a proposta do Curso de Avaliação de Desempenho encontra-se finalizada aguardando apenas novas diretrizes do MPOG para ter seu início ainda no primeiro semestre de 2013.

Focando o desenvolvimento pessoal e a melhora da produtividade, os servidores passaram por processo de avaliação de desempenho no mês de março/2012, correspondendo ao interstício de 1º de julho de 2011 a 29 de fevereiro de 2012. O ciclo atual foi iniciado em maio/2012 e encerrará em abril/2013 com apuração dos resultados.

Registre-se que a avaliação de desempenho além de possibilitar a avaliação qualitativa do servidor, é requisito para a concessão das gratificações GDARA e GDAPA.

## **b)Ambiente de Trabalho**

Objetivando melhoria nas condições de trabalhos dos servidores pertencentes ao quadro funcional da Autarquia, bem como aos prestadores de serviços, foram adotadas diversas providências no âmbito da instituição de forma a atender as legislações vigentes, em especial no que tange a acessibilidade.

Foram concluídas as obras das novas Sedes da Superintendência Regional de Santa Catarina – SR-10, Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR-28 e Superintendência Regional de Santarém – SR-30.

Encontra-se em fase de andamento a reforma da Superintendência Regional do Mato Grosso com previsão de término no final de 2013.

Além das obras civis concluídas nas Regionais, foram confeccionados novos layout, na Sede como nas Regionais, viabilizando melhorias no ambiente, mediante nova organização de salas de trabalho com aplicação de materiais (divisórias, piso, luminárias, forro, mobiliários) adequados para o tipo de serviço.

Persiste a pendências na Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – SR-16, com referência ao Termo de Ajuste de Conduta firmado, tendo sido estabelecido o prazo até final de abril de 2013, para solução.

## **c)Comunicação Interna, fluxo interno de informações e divulgação do conhecimento**

Macro: Intranet – Rede

Micro: A comunicação entre as diversas unidades e a multiplicação do conhecimento se dá por meio da Intranet, além de mecanismos como as vídeo-conferências para divulgação de ações e transferência de conhecimento, além da visita in loco de técnicos de diversas áreas como concessão de créditos, supervisão de Contratos, Convênios, fiscalização de infra-estrutura, Engenharia etc.

## **20. Governança e Controles**

### **20.1 Principais controles do gestor e resultados da auditoria interna do órgão**

As atribuições e competências regimentais da Auditoria Interna estão previstas no art. 13 do Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que aprova a estrutura regimental do Incra e art. 3º item III – “c” do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial MDA Nº 20, de 8 de abril de 2009. Quanto ao Manual de Auditoria, deverá ser implantado juntamente com o Sistema Integrado de Auditoria Interna. Entretanto, aguarda-se novas definições na revisão da Estrutura Regimental da Autarquia, que repercutirá na unidade de Auditoria Interna.

Enquanto não se efetiva a reestruturação organizacional da auditoria a capacitação tem se direcionado para a execução de cursos pontuais nas habilidades e conhecimentos relativos às questões de trabalho demandadas e desenvolvidas na auditoria interna. Durante o ano de 2012 foram realizados os seguintes cursos:

<b>Capacitações realizadas pela Auditoria Interna – AUD</b>			
<b>Exercício 2012</b>			
<b>Curso</b>	<b>Hs/Aula</b>	<b>Período</b>	<b>Participantes</b>
Tomada de Contas Especial: Apuração e Responsabilidade	16	16 e 17/Abril/2012	Rafael Torgone Vicente da Silva Eurisvaldo Andrade Silva

			<p>Carlos Antonio Virgolino Guedes</p> <p>Alfredo Schmidt</p> <p>Vinícius ferreira de Araújo</p> <p>Maíra Esteves Braga</p> <p>Bráulio Gomes Mendes</p>
<p>Avaliação dos Controles Internos em ênfase no COSO Report</p>	24	17 a 19 /Setembro/2012	<p>Eurisvaldo Andrade Silva</p> <p>Diego Reis de Melo</p> <p>Érica Correa de Lima</p> <p>Rafael Torgone Vicente da Silva</p>
<p>Controle e Auditoria Interna</p>	40	01/Outubro a 19/novembro/2012	<p>Calvero Moreira Xavier</p> <p>Emilson Rollof</p> <p>Rafael Torgone Vicente da Silva</p> <p>Erenice Gonçalves de Oliveira</p> <p>Alessandra Saraiva Monteiro</p>
<p>Tomada de Contas Especial: Apuração e Responsabilidade</p>	16	06 e 07/Novembro/2012	<p>Maria Fátima de Medeiros</p> <p>Silvia Lorena Mota Portugal</p> <p>Márcia Morane de Jesus Silva</p> <p>Darciléia Frazão Abas</p> <p>Danilo Viana Coelho</p> <p>Jeam Vital de Brito</p> <p>José Assis Martins</p> <p>Gersuliano da Silva Pinto</p> <p>Maria José Carneiro</p> <p>Aires Rodrigues dos Reis</p> <p>Luis Fernando de Souza</p> <p>João Almeida da Silva</p>
<p>Sistema de Convênio do Governo Federal - SICONV</p>		20 a 23/Novembro/2012	<p>Erica Corrêa de Lima</p> <p>Rafael Torgone Vicente da Silva</p>
<p>Auditoria Governamental – Técnicas e</p>	08	21 a 23/Novembro/2012	<p>Diego Reis de Melo</p>

Procedimentos de Controle e Auditoria do Setor Público			Carlos Renato Soares José Celso Corrêa Gonçalves.
Pós-Graduação <i>Latu Sensu</i> , Especialização em Auditoria em Organizações do Setor Público como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Pública		28/março/2012 a 28/março/2013	Erica Corrêa de Lima

Em conformidade com a Instrução Normativa nº55, de 03 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e das outras providências, a Auditoria Interna- AUD em conjunto com a Diretoria de Gestão Estratégica - DE realizou auditoria nos dados de 05(cinco) ações previstas no Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR, referente ao exercício de 2010, em 10(dez) Superintendências Regionais.

As ações que foram efetivadas auditoria dos dados são as seguintes:

Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais;

Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária;

Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamento;

Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e

Ação 0427 - Concessão de Crédito instalação às famílias Assentadas.

Superintendências Regionais visitadas:

Pernambuco-SR-03/PE, Bahia - SR/05/BA, Minas Gerais - SR-06/MG, São Paulo – SR-08/SP, Acre – SR-14/AC, Mato Grosso do Sul – SR-16/MS, Paraíba – SR-18/PB, Alagoas – SR-22/AL, Tocantins – SR-26 e Médio São Francisco- SR-29/MSF.

Após consolidados todos os dados levantados pela a Equipe de Auditoria e DE nas 10 SR e comparados com os apresentados nos módulos do SIR pelas Superintendências Regionais no exercício de 2011, verificou-se que o índice de confiabilidade foi de 77% (setenta e sete por cento). Esse percentual poderá aumentar no exercício de 2012, considerando que após a visita da Equipe de AUD e DE nas Regionais os responsáveis pela a inclusão das informações entenderam melhor a importância da inserção de todos os números das metas executadas de cada ação no Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR.

Quadro consolidado dos dados auditados do Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR -exercício de 2011.

(Percentual de acerto em relação aos dados inseridos pelas Superintendências Regionais)

Superintendências	Vistoria	Licenciamento	Infraestrutura	ATES	Crédito	TOTAL
SR-03/PE	78%	93%	85%	92%	56%	81%
SR-05/BA	63%	88%	66%	99%	59%	75%
SR-06/MG	63%	89%	89%	78%	65%	77%
SR-08/SP	97%	100%	76%	100%	92%	93%
SR-13/MT	100%	100%	100%	98%	58%	91%

<b>SR-14/AC</b>	56%	67%	33%	72%	53%	56%
<b>SR-18/PB</b>	98%	96%	38%	88%	94%	83%
<b>SR-22/AL</b>	12%	87%	74%	95%	61%	66%
<b>SR-26/TO</b>	73%	86%	98%	81%	89%	85%
<b>SR-29/MSF</b>	95%	88%	0%	72%	63%	64%
<b>TOTAL</b>	<b>74%</b>	<b>90%</b>	<b>66%</b>	<b>88%</b>	<b>69%</b>	<b>77%</b>

a) Avaliação dos procedimentos de concessão e análise de convênios.

*(Este item está demonstrado no Quadro 2 (Anexo 3) - Convênios celebrados pelo o INCRA no exercício de 2012 / SICONV.)*

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2012, encaminhado à CGU pelo Ofício nº 270/AUD, de 20 de dezembro de 2011, ficou restrito ao planejamento e execução de auditorias de gestão referentes ao ano de 2011 na Sede da Instituição e em 15 Superintendências Regionais: Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Marabá, Pará, Médio São Francisco, Rondônia, Roraima, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Sede/DF. Ainda foram previstas ações para acompanhamento e desenvolvimento de controles internos, acompanhamentos de relatórios e auditorias especiais, análises de processos de TCE e previsão de ações de capacitação.

Em razão da escassez de pessoal apto para o desempenho de atividades de auditoria, da necessidade da reestruturação e aumento do efetivo de servidores na Auditoria e a greve dos servidores do INCRA na Sede e nas Superintendências Regionais, nos meses de junho a setembro, perfazendo aproximadamente 80 dias, não foi possível a realização da totalidade dos trabalhos programados para serem executados no exercício de 2012. Portanto, não foram desenvolvidas todas as auditorias programadas. Entretanto, foram realizadas 10 auditorias nos dados do módulo do Sistema de Informações Rural - SIR, nas Superintendências de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Alagoas, Tocantins e Médio São Francisco, conforme Anexo I – Auditorias de dados inseridos no Módulo SIR realizadas em 2012.

Também foram realizadas duas Auditorias Especiais, sendo uma na SR-29/MSF, que encontra-se em conclusão e outra em Processos de Certificações de Imóveis Rurais da SR-3/MT, conforme Anexo I – Auditorias Especiais, realizadas em 2012.

Esses trabalhos foram frutos de um grande esforço de planejamento e organização, tendo em vista que as questões apontadas nos relatórios passados de auditoria, quanto a escassez de servidores aptos para o desempenhos de atividades de auditoria e mesmo de funções de menor exigência técnica, ainda se encontram presentes na área de Auditoria Interna do Incra. Para a realização desses trabalhos foi necessário contar com a participação de servidores lotados em outras unidades do Incra.

A recomposição da força de trabalho ficou na dependência da finalização da reestruturação regimental do Incra, que não se efetivou, bem como, da nomeação de concursados, que por problemas jurídicos e também por deliberação do Ministério do Planejamento, não ocorreu em 2012. Tais fatos acarretaram a manutenção de pouca e inadequada estrutura de trabalho que permitisse o desempenho de auditorias com escopo mais detalhado e em maior número que atuasse de forma mais efetiva nas ações e programas do Incra, bem como, na avaliação de seus processos internos.

Ainda no exercício de 2012 houve desenvolvimento de trabalho no atendimento de demandas internas e dos órgãos de controle e no assessoramento ao Conselho Diretor e a membros da direção da Autarquia. Vale ressaltar a edição da Portaria Incra P/Nº 508, de 20 de setembro de 2011, que atribuiu a unidade de Auditoria Interna a competência de acompanhar, controlar e supervisionar os processos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurados nas Superintendências Regionais e na Sede do Incra. Tal atividade ocupava integralmente as horas

trabalhadas por dois servidores e que atualmente é atribuída a apenas um técnico. Sobre o resultado desta atividade, em 2012 foram emitidos 80 pareceres sobre os processos analisados na Auditoria Interna e destes, 31 foram encaminhados a CGU para manifestação do Controle Interno, com vistas a serem remetidos ao TCU para trânsito e julgamento das contas dos responsáveis. Acrescenta-se também a emissão de 125 pareceres em processos de pagamentos de exercícios anteriores analisados na Auditoria Interna, conforme incumbência prevista no § 2º do art. 7º da Portaria Conjunta MPOG/AGU Nº1, de 17 de fevereiro de 2012.

## **20.2 Ouvidoria e corregedoria**

As informações solicitadas nesse item são originárias do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no qual está estruturada a Ouvidoria Agrária Nacional. No entanto, foi nos repassado por esse órgão que os dados, referentes às informações de 2012, ainda estão sendo consolidados para posterior divulgação.

## ANEXOS

<b>ANEXO I - Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</b>										
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>										
<b>Nome: INCRA</b>										
<b>CNPJ: 03204421000122</b>					<b>UG/GESTÃO: 133089</b>					
<b>Informações sobre as transferências</b>										
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	008810826	000000	MUNICIPIO DE CAPOEIRAS - PE	25.000,00	4.482,48		25.000,00	02/12/1999	30/11/2013	Inadimplente
Contrato de Repasse	008816906	000000	MUNICIPIO DE AMAPA DO MARANHAO - MA	279.000,00	-		279.000,00	19/10/1999	31/07/2013	Adimplente
Contrato de Repasse	008822353	000000	MUNICIPIO DE LIMA CAMPOS - MA	75.378,85	7.537,89		75.378,85	19/10/1999	31/05/2012	Adimplente
Contrato de Repasse	008824130	000000	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - MA	144.500,00	37.092,74		144.500,00	05/11/1999	31/07/2012	Adimplente
Contrato de Repasse	008829182	000000	MUNICIPIO DE CENTRO DO GUILHERME - MA	39.400,00	3.940,00		39.400,00	19/10/1999	31/07/2012	Inadimplente
Contrato de Repasse	008832137	000000	MUNICIPIO DE JOSELANDIA - MA	253.000,00	25.300,00		253.000,00	26/10/1999	29/11/2013	Inadimplente
Contrato de Repasse	008832760	000000	ASSO. DOS PEQUENOS PROD. RURAIS POVOADO SINCORA ATAS	97.400,00	19.629,46		97.400,00	05/11/1999	31/07/2012	Adimplente



Contrato de Repasse	009393895	000000	ASSOCIACAO DOS PEQ. PRODUTORES RURAIS DE ANGICAL DO PIAUI	10.000,00	500,00	10.000,00	02/12/1999	11/09/2014	Inadimplente
Contrato de Repasse	010575102	403913	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE TURILANDIA - MA	197.000,00	19.700,00	197.000,00	07/12/2000	30/05/2014	Adimplente
Contrato de Repasse	010583501	403919	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO LAGO-ACU - MA	166.000,00	16.600,00	166.000,00	01/12/2000	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	010605044	403923	ASSOCIACAO DOS PQ.AGRICULTORAS CENTRO DOS PEBASO PA EDITE	53.200,00	5.320,00	53.200,00	11/12/2000	30/11/2012	Adimplente
Contrato de Repasse	010969044	411202	MUNICIPIO DE BONFIM - RR	151.000,00	-	151.000,00	15/12/2000	22/04/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	011019124	410551	MUNICIPIO DE MULUNGU - CE	85.000,00	16.063,54	85.000,00	29/12/2000	30/03/2012	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	011444452	411689	ESTADO DO MARANHAO	36.000,00	3.600,00	36.000,00	29/12/2000	30/04/2013	Adimplente
Contrato de Repasse	012382447	436856	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	18.000,00	180,00	18.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	012382553	436855	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	33.600,00	336,00	33.600,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	012382667	436858	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	36.000,00	360,00	36.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	012382771	435953	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	36.000,00	360,00	36.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa

Contrato de Repasse	012382885	436857	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	36.000,00	363,26		36.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	012382999	436867	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	54.000,00	540,00		54.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
Contrato de Repasse	012383026	436868	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	114.000,00	1.046,48		114.000,00	18/12/2001	31/07/2013	Inadimplência Suspensa

## ANEXO 2

### Quadro 1 – PLANO DE PROVIDÊNCIAS – INCRA SEDE

PLANO DE PROVIDÊNCIAS - INCRA SEDE								
Nº OS/ nº da constatação	Texto da Recomendação	Data do envio da Recomendação	Prazo de Atendimento	Último Histórico: Manifestação Gestor	Histórico: Posição SFC	Status	Último Histórico: Manifestação Gestor 06/11/2012	Último Histórico: Manifestação Gestor 07/12/2012
OS 201108584/ constatação 003 DE/DET	Recomendamos ao gestor que estabeleça um cronograma para aprovação, em módulos, da Política de Segurança da Informação (PSI) da Autarquia, promovendo a necessária divulgação da Política a todos os seus servidores.	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 23/12/2011:</b> "Em reunião realizada no dia 14/12/11, a Política de Segurança da Informação do INCRA foi aprovada pelo Comitê de Tecnologia da Informação. A íntegra do texto da PSI, bem como os anexos a as normas complementares, serão publicados no Boletim de Serviço do INCRA e a norma geral será enviada ao presidente do INCRA para assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União."	<b>Posição SFC Abril/2012:</b> Por meio do Ofício/AUD/nº 271, de 29/12/2011, foi encaminhado à CGU o Manual de Política de Segurança da Informação, na forma de portaria, com norma geral estabelecendo as diretrizes básicas da política e sete normas complementares. Complementarmente, o Auditor Interno encaminhou por e-mail a seguinte informação: "De acordo com o Coordenador-Geral da DET, a PSI foi aprovada no Comitê de Tecnologia da Informação e no momento encontra-se na Procuradoria Especializada para análise. Posteriormente, será submetida a aprovação pela Diretoria Colegiada. Assim que houver a aprovação pelo Conselho de Direção, esta Auditoria Interna informará essa DRDAG." Deste modo, a <b>recomendação será</b>	Reiterada	Conforme informado no Mem.nº 131/2012/DE/Incr, de 19/10/2012, foi designado um Grupo de Trabalho formado por representantes das Diretorias de Gestão Administrativa e Gestão Estratégica, que semanalmente encontra-se para executar a revisão. Após a conclusão dos trabalhos o Grupo submeterá à Diretoria Colegiada para aprovação.	a Política de Segurança da Informação está sendo revisada pela equipe da DET após os apontamentos feitos pela Procuradoria Jurídica do órgão. Após essa revisão, será novamente submetida a Procuradoria, para então ser apreciada pelo Conselho Diretor e seguir os trâmites convencionais a partir disso.

					considerada parcialmente atendida, pois a PSI ainda não foi publicada e divulgada entre os servidores do INCRA. Isso posto, recomendamos ao INCRA publicar a Política de Segurança da Informação (PSI), promovendo a necessária divulgação desta a todos os seus servidores.			
OS 201108584/ constatação 017 DA	Implementar rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis da União sob a responsabilidade do INCRA SEDE bem como para o controle de informações no SPIUnet, em atendimento ao disposto na Orientação Normativa GEADE-004/2003.	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 21/03/2012:</b> "A recomendação ainda se encontra em implementação. Novas informações serão remetidas à SFC/CGU assim que houver avanços."	<b>Posição SFC Abril/2012:</b> A recomendação continua pendente de atendimento. <b>Recomendação reiterada.</b>	Reiterada		A União tem apenas um imóvel cedido ao INCRA. Este e todos os de propriedade da Autarquia foram avaliados em janeiro deste ano, tendo sido atribuído o prazo para nova avaliação para janeiro de 2014. O Sistema SPIUnet, quando do lançamento dos dados apresenta os dados para nova atualização. Juntamos no ANEXO I consultas realizadas no Sistema SPIUnet de todos os imóveis da Sede/Brasília. Elaboramos ainda Nota técnica a ser encaminhada às Superintendências Regionais com objetivo de sanar dúvidas e padronizar os procedimentos a serem adotados por todas as UG's ANEXOII
OS 201108584/ constatação 051 AUD	Recomendar que o INCRA dê integral cumprimento às recomendações do item 9.2.1.2 e seus subitens; item 9.2.1.3; item 9.2.1.4; item 9.2.1.5; item 9.2.1.6 e item 9.2.2, do Acórdão/TCU nº 577/2010-Plenário.	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 23/12/2011:</b> "O Acórdão/TCU nº 577/2010-Plenário foi enviado, em caráter informal, à assessoria jurídica da Presidência do INCRA para conhecimento e manifestação acerca da elaboração de normativo sobre	<b>Posição SFC Abril/2012:</b> Como o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo, e este ainda está em desenvolvimento, a recomendação será reiterada. <b>Aguarda-se novas informações sobre a concretização da reestruturação da Auditoria Interna para</b>	Reiterada		

				<p>as recomendações do órgão de controle."  <b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 21/03/2012:</b> "A manualização da Auditoria Interna, bem como novas atribuições regimentais a serem dadas ao setor serão providenciadas a partir da definição e aprovação da nova estrutura da área de controle, cujo encaminhamento está se dando no bojo dos estudos e propostas de revisão da estrutura da Autarquia."</p>	<p><b>que seja dado atendimento à recomendação.</b></p>			
OS 201114857/ constatação 004 AUD	<p>Recomenda-se à Presidência do INCRA agilizar o processo de reestruturação da Auditoria Interna do INCRA, buscando:</p> <p>a) Disponibilizar servidores capacitados aos trabalhos de auditoria, adequando a quantidade de servidores lotados com as atividades a serem desempenhadas;</p> <p>b) Trabalhar junto à área para o desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento;</p> <p>c) Disponibilizar estrutura física adequada, com equipamentos e demais recursos materiais necessários</p>	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<p><b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 21/03/2012:</b> "O processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao Projeto de reestruturação da Autarquia devido a necessidade de posicionamentos de pontos de funções comissionadas.</p> <p>a) A lotação de servidores capacitados na unidade de Auditoria Interna deverá ser preenchida a partir do ingresso de novos servidores</p>	<p><b>Em JAN/2012:</b> Recomenda-se à Presidência do INCRA agilizar o processo de reestruturação da Auditoria Interna do INCRA, buscando:</p> <p>a) Disponibilizar servidores capacitados aos trabalhos de auditoria, adequando a quantidade de servidores lotados com as atividades a serem desempenhadas;</p> <p>b) Trabalhar junto à área para o desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento;</p> <p>c) Disponibilizar estrutura física adequada, com equipamentos e demais recursos materiais necessários ao bom andamento dos trabalhos.</p> <p><b>Em ABR/2012:</b> No que</p>	Reiterada		

	ao bom andamento dos trabalhos.			<p>nomeados por concurso público e principalmente com a concessão de gratificações alocadas à unidade. Neste sentido foi solicitado à CGU, por meio do Ofício Nº 51/2012/P, 15 pontos de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores – GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19/10/2006 e Decreto nº 6.712, de 24/12/2008.</p> <p>b) Foi apresentada a essa CGU, no âmbito do PAINT 2012, uma programação de treinamento e capacitação. Não há restrições quanto à capacitação dos servidores da Auditoria Interna.</p> <p>c) A Estrutura física atualmente disponibilizada é suficiente para o desempenho dos trabalhos da unidade de Auditoria, entretanto deverá ser disponibilizada em breve novas instalações."</p>	<p>se refere aos itens "b" e "c" da recomendação, considerando a manifestação da Auditoria Interna do INCRA de que não há restrições quanto à capacitação dos servidores da Unidade e que a estrutura física atualmente disponibilizada é suficiente para atendimento das demandas da AUDIN, consideramos que não há mais necessidade de monitoramento das referidas recomendações. Como o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo, e este ainda está em desenvolvimento, <b>a recomendação será reiterada. Aguarda-se novas informações sobre a concretização da reestruturação da Auditoria Interna para que seja dado atendimento à recomendação.</b></p>			
OS 201114857/ constatação 005 AUD	Recomenda-se que sejam implementadas rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis de trabalho, de	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 21/03/2012:</b> "Estão sendo	<b>Em JAN/2012:</b> Recomenda-se que sejam implementadas rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis	Reiterada		

	forma a promover a sua preservação física e perfeita rastreabilidade das informações que suportam os trabalhos da Auditoria Interna.			providenciadas rotinas e procedimentos técnicos para elaboração e organização de papéis de trabalho na AUD."	de trabalho, de forma a promover a sua preservação física e perfeita rastreabilidade das informações que suportam os trabalhos da Auditoria Interna. <b>Em ABR/2012:</b> Parte da equipe da Auditoria Interna do INCRA esteve na CGU para reunião, em 23/03/2012, a fim de receber informações e orientações sobre a organização dos papéis de trabalho, sendo disponibilizada à equipe cópia da Portaria SFC nº 636/2007, que disciplina a organização dos papéis de trabalho no âmbito da CGU. Todavia, as rotinas e procedimentos de organização no âmbito da Auditoria Interna do INCRA ainda estão em fase de planejamento, portanto, aguarda-se a execução de ações concretas de implementação dessas novas rotinas, <b>ficando a recomendação reiterada até a apresentação dessas ações.</b>			
201108584/029 DA	Instituir e manter rotinas que permitam a inserção nos editais licitatórios dos critérios de sustentabilidade da IN 01/2010 e da Portaria 2/2010, bem como capacitar membros da equipe de licitação da UJ de forma a permitir a aderência dos editais de licitação às normas citadas.		15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 23/12/2011:</b> "A partir de janeiro/2011 a DAA passou a incluir em todos os termos de referência, cláusula de critérios de sustentabilidade ambiental a serem observados pelos	O posicionamento da SFC em 2011 foi de atendimento à recomendação, considerando-se <i>"as informações prestadas pelo INCRA Sede suficientes para elidir a constatação, ao tempo que informamos que a observância da recomendação será objeto de análise em ações de controle futuras."</i> Todavia,	Reiterada		

				<p>fornecedores"; "Servidores da Divisão de Licitação – DAA-1 estão fazendo curso à distância sobre o assunto, promovido pelo SLTI/MPOG. Também estamos buscando cursos presenciais para capacitação dos servidores no assunto."</p>	<p>durante a Auditoria Anual de Contas referente ao exercício 2011 (OS 201203412), verificou-se que o INCRA não tem adotado os critérios de sustentabilidade ambiental preconizados pela SLTI, tampouco foi confirmada a capacitação dos servidores. Portanto, será reaberta a recomendação, aguardando-se novos esclarecimentos para comprovar o atendimento.</p>			
NA 201203412/01 DA	<p>O Rol de Responsáveis anexo à Prestação Contas do exercício 2011 (Processo nº 54000.000364/2012-61) encontra-se incompleto e contém inconsistências em relação ao cadastro de responsáveis constante do Siafi e em relação ao preenchimento dos campos do formulário. <b>Recomendação 002: atualizar, no que couber, o cadastro de responsáveis do Siafi para a Unidade Gestora 373083, Gestão 37201.</b></p>	Enviada em 09/04/2012	13/4/2012		<p>Em vista da ausência de providências, reiteramos a recomendação para atualizar, no que couber, o cadastro de responsáveis do Siafi para a Unidade Gestora 373083, Gestão 37201.</p>	Reiterada		
NA 201203412/004 DA	<p>Inconsistência em dois dados registrados no SIASG e ausência de 24 registros nesse sistema sobre contratos vigentes no INCRA/Sede no exercício de 2011. <b>Recomendação 001: Realizar consulta ao MPOG acerca das</b></p>	Enviada em 12/07/2012	10/9/2012		<p>Em vista da ausência de providências, reiteramos a recomendação para realizar consulta ao MPOG acerca das fragilidades encontradas no sistema SIASG para registrar contratos provenientes de dispensa de licitação, bem como para inserir os valores dos</p>	Reiterada		<p>Com relação a ausência dos 24 contratos no SIASG, providenciamos a retificação das respectivas publicações, inserindo os valores faltantes dos referidos termos aditivos dos contratos. A DAA-3 já vem adotando medida de consulta ao MPOG, quando constatada a fragilidade no sistema SIASG,</p>



	<b>fragilidades encontradas no sistema SIASG para registrar contratos provenientes de dispensa de licitação, bem como para inserir os valores dos termos aditivos aos contratos de prestação de serviços continuados.</b>				termos aditivos aos contratos de prestação de serviços continuados.			o que nem sempre resulta em resposta em tempo hábil para solução do problema apontado,
NA 201203412/004 DA	Inconsistência em dois dados registrados no SIASG e ausência de 24 registros nesse sistema sobre contratos vigentes no INCRA/Sede no exercício de 2011. <b>Recomendação 002: Publicar retificação do valor do Contrato nº 26.400/2011 no D.O.U. e fazer este evento de retificação constar no sistema SIASG, conforme item 5 do Manual do Sistema SICON.</b>	Enviada em 12/07/2012	10/8/2012		Em vista da ausência de providências, reiteramos a recomendação para publicar retificação do valor do Contrato nº 26.400/2011 no D.O.U. e fazer este evento de retificação constar no sistema SIASG, conforme item 5 do Manual do Sistema SICON.	Reiterada		Publicação do Contrto 26400/2011 - O Contrato foi firmado no valor total, R\$912.992,97, dos itens fanhos pela empresa vencedora. No entanto, por razão de contingenciamento de orçamento no Incra, apenas um item, no valor de R\$225.920,00 foi empenahdo e, portanto publicado, já que o SIASG não permite a publicação e nem retificação de valores não empenhados no caso de SRP. Sendo assim, não há como realizar a retificação recomendada.
NA 201203412/005 DA	Registro no sistema SIAFI de despesas com reforma (R\$ 392.323,70) e desenvolvimento de softwares (R\$ 159.227,05) em contas contábeis inadequadas, indicando saldo em imóveis sem registro individual no sistema SPIUnet. <b>Recomendação: Realizar lançamentos no sistema SIAFI alocando os registros nas contas contábeis 142119200 e 142119300 em contas contábeis com</b>	Enviada em 12/07/2012	10/8/2012		Em vista da ausência de providências, reiteramos a recomendação para realizar lançamentos no sistema SIAFI alocando os registros nas contas contábeis 142119200 e 142119300 em contas contábeis com funções compatíveis com os objetos que originaram tais lançamentos.	Reiterada		

	<b>funções compatíveis com os objetos que originaram tais lançamentos.</b>							
201203412/022 DE/DEA	Fazer gestão junto ao Tribunal de Contas da União para estabelecer um cronograma para realização do levantamento do passivo existente, para as diversas Ações sob a responsabilidade da Unidade, levando em consideração a magnitude do universo a ser levantado e as limitações operacionais do Incra-Sede e de suas Superintendências. (INDICADORES)		10/9/2012			Enviada	<p>Conforme informado no Mem.nº131/2012/DE/Incrá, de 19/10/2012, foram efetuados levantamento do passivo das seguintes ações:</p> <p><b>a)</b> O passivo de Energia Elétrica nos Assentamentos do Incra foi encaminhada para atendimento pelo Programa Luz para Todos, cuja demanda foi de 2.030 Assentamentos, compreendendo 233.906 famílias/lotes - setembro/2011.</p> <p><b>b)</b> São 2.861 Assentamentos totalizando 327.267 famílias necessitando de abastecimento de água(captação, distribuição e tratamento d'água). Mediante Acordo de Cooperação com o Ministério da Integração foi encaminhada demanda para a região do Semiárido, para atendimento pelo Programa Água para Todos, com um total de 575 assentamentos, compreendendo 31.696 famílias.</p> <p><b>c)</b> Demanda por Habitação (construção e reforma), o levantamento apontou 101.280 casas a serem construídas em 1.194 assentamentos e 106.567 casas a reformar em 1.597 assentamentos. Esta demanda está sendo encaminhada para o Programa Minha Casa, Minha Vida, onde foi apontado para atendimento imediato um conjunto de 127 assentamentos, compreendendo 7.124 famílias.</p> <p><b>d)</b> Passivo da ATEs, das 30 Superintendências Regionais já foi feito o levantamento em 29 Regionais, restando 01(SR-19/RN). Até o momento o passivo chegou a 3.339 assentamentos, compreendendo 213.405 famílias.</p> <p><b>e)</b> Está sendo iniciado o trabalho de levantamento dos assentamentos</p>	Neste exercício foram realizadas diversas reuniões com a 8ª Secex/TCU juntamente com o gabinete do Ministro Relator dos processos de contas do Incra, que dentre tratativas de diversas pendências, também foram discutidos indicadores.

							<p>licenciados.</p> <p>f) Em relação às estradas, apontamos grande dificuldade para o mapeamento do passivo, tendo em vista as variações existentes em relação a esta infraestrutura. Conforme o Clima, uma estrada pode ser considerada como em boas condições em um dia e no outro(após uma chuva forte) a mesma estrada já pode estar em condições inapropriadas de tráfego. Neses termos, em relação a este item específico, entendemos que seguimos em bom ritmo de trabalho, agregando todas as informações, iem banco de dados, com previsão de atualização semestral das informações, incorporando inclusive os novos assentamentos criados. Mais importante ainda, para além do mapeamento do passivo, é resolver este problema, para o qual estamos atuando fortemente com parcerias institucionais com outras iniciativas governamentais, exemplo a aquisição de máquinas e doações para municípios, pelo PAC-2</p>	
201203412/022 DE/DEA	Fazer gestão junto ao Tribunal de Contas da União para discutir os indicadores inicialmente propostos, buscando estabelecer conjuntamente indicadores que avaliem adequadamente a execução das Ações do Inkra e cuja implementação seja exequível com base nos dados dos quais o Inkra já dispõe ou que possam ser levantados a curto prazo.		10/9/2012			Enviada	<p>Conforme informado no Mem.nº131/2012/DE/Inkra, de 19/10/2012, foi realizada uma reunião conjunta entre a CGU, TCU e Inkra, onde este tema foi tratado; Foi encaminhadas algumas propostas para o TCU em relação aos indicadores originais, prpondo a exclusão e alteração de alguns destes, o que foi prontamente atendido pelo TCU. Nestes termos, entendemos que tal item não procede mais. Cumpre, porém, destacar que a cobrança da CGU em relação aos indicadores não foi tanto a geração desses, mas o uso das informações geradas no processo de gestão. Entendemos que este é u processo gradual de aprendizagem e o uso dos dados se dará de forma também gradual.</p>	

201203412/033 DA	Instituir rotina de controle que garanta o atendimento de todos os requisitos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e normativos legais relacionados aos atos de celebração de instrumentos de transferências no momento da celebração destes.		10/9/2012			Enviada		
201203412/034 DA	Dar cumprimento ao cronograma estabelecido pelo Grupo de Supervisão Nacional para encerramento do estoque de convênios celebrados sob a égide da IN STN nº 01/97, que se encontra na situação "a aprovar" a mais de sessenta dias sem análise da prestação de contas, informando os resultados apurados a este órgão Central de Controle Interno.		10/9/2012			Enviada		Trabalho em curso, ainda com passivo a ser dirimido. Houve avanço considerável em 2012.
201203412/038 DA	Instituir controles internos que permitam: a) efetuar levantamento dos históricos de consumo, para os itens adquiridos com maior frequência, estabelecendo base de dados para futuras aquisições do INCRA; b) no planejamento das compras, agrupar os itens a serem adquiridos de acordo com o enquadramento no subelemento de despesa, de forma a organizar as compras		10/9/2012			Enviada		

	<p>por itens de igual natureza, semelhança ou afinidade; e</p> <p>c) quando da realização de dispensa de licitação, atentar para o somatório de dispensas realizadas para um mesmo subelemento de despesa, considerando que, se os valores globais excederem o limite legal de R\$ 8.000,00, deve-se obrigatoriamente proceder, nas aquisições subsequentes, à realização de certame licitatório na modalidade adequada.</p>							
201203412/039 DA	<p>Instituir rotinas internas de controle para acompanhamento dos prazos de encerramento dos contratos atualmente vigentes no INCRA, especialmente para aqueles de prestação de serviço de natureza contínua, com vistas a realizar planejamento de futuras licitações, evitando assim a contratação direta emergencial por dispensa de licitação.</p>		10/9/2012			Enviada		<p>Já existem rotinas internas de controle para acompanhamento dos prazos de encerramento dos contratos administrativos. A DAA-3 adota a sistemática de encaminhar o processo às outras às Divisões - Licitações e Serviços Gerais - com antecedência de 100 dias para prorrogação e de 120 dias para nova contratação.</p> <p>Ainda no intuito de melhorar o controle, pois não existe ainda um sistema corporativo patilhado de controle dos contratos da Sede e SRs, está sendo estudada a possibilidade de adoção, pelo Incra, do sistema de acompanhamento de contratos utilizado na SR-24/PI.</p>
201203412/039 DA	<p>Realizar capacitação dos servidores da área de licitação, visando aprimorar o planejamento de aquisições e contratações a serem efetuados pelo</p>		10/9/2012			Enviada		

201203412/040 DA	IN CRA. Promover capacitação de servidores, de modo a possibilitar o aprimoramento do planejamento e execução das licitações a serem realizadas, especialmente quanto à elaboração do edital, aos procedimentos licitatórios formais, ao estabelecimento de critérios de inexequibilidade nos editais de licitação e a realização de diligências conforme IN SLTI nº 02/2008.		10/9/2012			Enviada		
201203412/041 DF	Apresentar a comprovação do vínculo firmado entre os profissionais apresentados para a realização do serviço e as empresas contratantes, relativamente ao Pregão nº 15/2011 (Relatórios Antropológicos).		10/9/2012			Enviada		
201203412/041 DA	Realizar pesquisa de levantamento de necessidades para contratação de serviço de telefonia móvel e de transporte rodoviário de mobiliário de servidores do Incra, bem como promover a repactuação do quantitativo contratado, se for o caso.		10/9/2012			Enviada		
201203412/041 DA	Promover capacitação de servidores da área de licitações e contratos,		10/9/2012			Enviada		Foram realizados os seguintes cursos: Licitações e Contratos, Semana de Administração Orçamentária e Financeira de

	principalmente no tocante à realização de estudo de quantitativo para a contratação, à elaboração do orçamento-base em planilhas de quantitativos e preços unitários, estabelecimento de critérios de aceitabilidade de preços unitários, bem como capacitação dos pregoeiros, especificamente quanto à vinculação ao instrumento convocatório.							Contratações Públicas, Licitações, Contratos, Termos de Referência, Registros de Preços e Pregão com Simulação e Gestão de Contratos de Repasse, dentre outros.
201203412/041 DA	Estabelecer rotinas que visam à definição de critérios objetivos e padronizados para o planejamento das licitações, principalmente no tocante à elaboração de estudos de necessidades, orçamento-base e critérios de julgamento. Além disso, definir controles internos adequados e suficientes para revisão dos processos administrativos da área de contratações.		10/9/2012			Enviada		
201203412/041 DA / DE	Providenciar a imediata repactuação do Contrato nº 27.200/2011, relativo ao Pregão nº 16/2011 (serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação), quanto aos itens 1 a 3, 5, 7 a 9, adotando como referência a proposta de preços da empresa		10/9/2012			Enviada		Não houve êxito na recuperação do contrato 27200/2012, por discordância da empresa em aceitar o valor de referência sugerido. Desta forma, está sendo contratado o remanescente da licitação, e, ao mesmo tempo, providenciando a rescisão do contrato em vigência, por meio do processo administrativo nº 54000.000881/2012-30

	Life Tecnologia e Consultoria Ltda. Caso a negociação não obtenha êxito, providenciar a rescisão do Contrato nº 27.200/2011, conforme art. 78, inciso XII da Lei 8.666/93.							
201203412/042 DA	Instituir rotinas de controle, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, em forma de manual ou orientação normativa, de modo a tornar efetivos e eficientes os controles internos da área responsável pela gestão de contratos.		10/9/2012			Enviada		Foi criado e disponibilizado nportal do Incra (HTTP://incranet) o manual de Gestão e Fiscalização de Contrtos; foram publicadas Ordens de Serviço nomeando fiscal para cada contrato e para efeatuar o pagamento mensal o fiscal do contrto deve elaborar Relatório Mensal de Acompanhemnto do Contrato. No Anexo I deste memorando, documentos para comprovação.
201203412/042 DA	Adotar medidas administrativas com vistas apuração dos fatos ocasionados pela gestão irregular do Contrato CRT/DF 23.700/2011, tomando providências para identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o devido ressarcimento ao Erário, sem prejuízo de articulação com a Polícia Federal em face do envio da denúncia àPF em novembro/2011.		10/9/2012			Enviada		Foi constituída uma Comissão de Processo Admnsitrtrivo Disciplinar, conforme Portaria/Incra/P/nº630, de 21 de novembro de 2011 e como consequência foram instaurados os processos admnsitrativos nºs 54000.001027/2011-18 (denúncia de irregularidades) e 54000.001075/2011-06 (comissão admiinsitrtrivo dissiplinar). Não temos conhecimnto sobre o andamento do processo admnsitrativo, pois trat-se de processo sigiloso. No anexo II deste memorando, documentos de comprovação.
201203412/042 DA	Apurar as despesas efetuadas com telefonia móvel, na execução do Contrato CRT/DF 23.700/2011, de modo a verificar o atendimento aos limites estabelecidos		10/9/2012			Enviada		Na atual gestão da DAA-2 os valores das despesas com telefonia móvel por usuário são apurados trimestralmente. Os servidores que exedem o limite estabelecido na Portaria/Incra/P/nº 600/2010 são comunicados por meio de



	na Portaria INCRA/P/nº 600, de 27/09/2010. Efetuar o recolhimento dos valores gastos acima do limite determinado por essa Portaria, por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU.							memorando para efetuarem o recolhimento do valor excedido via GRU - Guia de recolhimento da União. Em relação aos usuários de celular listados na cosntatção 4.2.1.1, informamos que o usuário da linha 9648 0590 recolheu na data de 22/8/2012 o valor de R\$975,03(novecentos e setenta e cinco reais e três centavos) e o usuário da linha 99870270 ainda não efetuou o pagamento, mas está ciente que deverá fazer a devolução. Outros usuários também efetuaram o recolhimento, conforme documentação anexa. No anexo III deste memorando, documentos de comprovação.
201203412/043 DA	Apurar os valores pagos indevidamente e providenciar ressarcimento ao Erário sobre os fatos ocorridos na execução do contrato CRT/DF nº 23.600/2011, notadamente no que concerne ao descumprimento do Decreto 4.004/2001.		10/9/2012			Enviada		
201203412/043 DA	Instituir rotinas de controle, por meio de manuais ou outras espécies de normativos, para a fiscalização da execução de contratos, levando em consideração as especificidades dos diversos objetos contratados.		10/9/2012			Enviada		
201203412/043 DA	Apresentar documento que comprove o ressarcimento ao Erário referente a pagamento de faturas com distâncias		10/9/2012			Enviada		

	majoradas no montante correspondente a R\$ 6.553,02.							
201203412/043 DA	Realizar capacitação dos servidores da área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, de modo a uniformizar e nivelar o conhecimento acerca das normas de fiscalização e das boas práticas aplicáveis à gestão de contratos.		10/9/2012			Enviada		
201203412/044 DE / ASCOM	Elaborar e publicar o documento formal "Carta de Serviços ao Cidadão", consubstanciando todos os serviços prestados pelo INCRA, conforme Decreto 6.932/2009, e disseminar o documento junto às Superintendências Regionais.		10/9/2012			Enviada	Conforme informado no MEM. CONJUNTO nº132/2012/DE/GABC/INCRA, de 22/10/2012: 1) Mediante acordo em reunião ocorrida entre a CGU e o INCRA, em 25/5/2012, onde se debateram as principais questões evidenciadas ao longo dos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU conduzidos junto a esta Autarquia, com visitas à busca conjunta de soluções, que o INCRA se responsabilizou em elaborar a Carta de Serviços, porém não foi estabelecido naquela reunião prazo definitivo para conclusão. 2) Informamos que esta Diretoria de Gestão Estratégica em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social do Incra, vem travando entendimento em relação à condução dos trabalhos com a finalidade de cumprir essa obrigação legal. 3) A greve dos servidores no período de 18/6 a 14/9/2012 paralisou as atividades, atrasando a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão. 4) As atividades já desenvolvidas e/ou em fase de desenvolvimento são as seguintes: a) Identificação dos serviços prestados	Em andamento, próximo a conclusão.

						<p>pelo INCRA;</p> <p>b) Levantamento de todas as informações sobre os serviços prestados pelo INCRA já existentes no site da Autarquia;</p> <p>c) Elaboração da Estrutura preliminar da Carta de Serviços com os dados já existentes sobre os serviços;</p> <p>d) Levantamento das principais informações existentes sobre os serviços no FAQ (Perguntas Frequentes) do INCRA;</p> <p>e) Elaboração do roteiro para padronizar as informações sobre cada serviço; e</p> <p>f) Agendamento de Reunião com Diretores e Coordenadores para apresentar a proposta de trabalho.</p> <p>5) Destacamos que os três primeiros itens acima apontados já foram cumpridos, estando em cursos as atividades apontadas nos demais itens(e a f) .</p> <p>6) Pretendemos trabalhar no aperfeiçoamento da Cart de Serviços Preliminar já elaborada com materiais levantados no site desta Autarquia, aperfeiçoando-a na medida em que as demais informações sejam encaminhadas pelas áreas responsáveis pelos serviços do INCRA.</p> <p>7) Por fim, acreditamos que a conclusão de todo o trabalho, com a respectiva publicação no site do INCRA de Serviços ao Cidadão desta Autarquia, deverá ser efetivada no final de novembro de 2012</p>		
OS 201108584/constatação 003 DE/DET	Recomendamos ao gestor que estabeleça um cronograma para aprovação, em módulos, da Política de Segurança da Informação (PSI) da Autarquia, promovendo a necessária divulgação	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 23/12/2011:</b> "Em reunião realizada no dia 14/12/11, a Política de Segurança da Informação do	<b>Posição SFC Abril/2012:</b> Por meio do Ofício/AUD/nº 271, de 29/12/2011, foi encaminhado à CGU o Manual de Política de Segurança da Informação, na forma de portaria, com norma geral estabelecendo as	Reiterada	Conforme informado no Mem.nº 131/2012/DE/Incr, de 19/10/2012, foi designado um Grupo de Trabalho formado por representantes das Diretorias de Gestão Administrativa e Gestão Estratégica, que semanalmente encontra-se para executar a revisão. Após a conclusão dos trabalhos o Grupo submeterá à Diretoria	a Política de Segurança da Informação está sendo revisada pela equipe da DET após os apontamentos feitos pela Procuradoria Jurídica do órgão. Após essa revisão, será novamente submetida a Procuradoria, para então ser apreciada pelo Conselho Diretor e seguir os trâmites

	da Política a todos os seus servidores.			<p>INCRA foi aprovada pelo Comitê de Tecnologia da Informação. A íntegra do texto da PSI, bem como os anexos a as normas complementares, serão publicados no Boletim de Serviço do INCRA e a norma geral será enviada ao presidente do INCRA para assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União."</p>	<p>diretrizes básicas da política e sete normas complementares. Complementarmente, o Auditor Interno encaminhou por e-mail a seguinte informação: "De acordo com o Coordenador-Geral da DET, a PSI foi aprovada no Comitê de Tecnologia da Informação e no momento encontra-se na Procuradoria Especializada para análise. Posteriormente, será submetida a aprovação pela Diretoria Colegiada. Assim que houver a aprovação pelo Conselho de Direção, esta Auditoria Interna informará essa DRDAG." Deste modo, a <b>recomendação será considerada parcialmente atendida, pois a PSI ainda não foi publicada e divulgada entre os servidores do INCRA.</b> Isso posto, recomendamos ao INCRA publicar a Política de Segurança da Informação (PSI), promovendo a necessária divulgação desta a todos os seus servidores.</p>		<p>Colegiada para aprovação.</p>	<p>convencionais a partir disso.</p>
OS 201108584/constatação 017 DA	Implementar rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis da União sob a responsabilidade do INCRA SEDE bem como para o controle de informações no SPIUnet, em atendimento ao disposto na Orientação	Última reiteração em 30/07/2012	15/8/2012	<p><b>Conforme planilha encaminhada por e-mail pelo Auditor Interno, em 21/03/2012:</b> "A recomendação ainda se encontra em implementação. Novas informações serão remetidas à SFC/CGU assim que houver avanços."</p>	<p><b>Posição SFC Abril/2012:</b> A recomendação continua pendente de atendimento. <b>Recomendação reiterada.</b></p>	Reiterada		<p>A União tem apenas um imóvel cedido ao INCRA. Este e todos os de propriedade da Autarquia foram avaliados em janeiro deste ano, tendo sido atribuído o prazo para nova avaliação para janeiro de 2014. O Sistema SPIUnet, quando do lançamento dos dados apresenta os dados para nova atualização. Juntamos no ANEXO I consultas realizadas no Sistema</p>

	Normativa GEADE-004/2003.																	SPIUnet de todos os imóveis da Sede/Brásilia. Elaboramos ainda Nota técnica a ser encaminhada às Superintendências Regionais com objetivo de sanar dúvidas e padronizar os procedimentos a serem adotados por todas as UG's ANEXOII
--	---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

### ANEXO 3

#### Quadro 2 - CONVÊNIOS CELEBRADOS PELO O INCRA NO EXERCÍCIO DE 2012 / SICONV

SR-01/PARÁ																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
770 312	54100.00037 2/2012-89	Em execução	Construção de 66,00 micro-estações de tratamento de água, no PAE Ilha Grande Laguna, no Município de Melgaço, no Estado do Pará.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICIPAL	48764700 00174	MELGAÇO PREFEITURA	30/06/2012	30/06/2013	22/06/2012	R\$ 13301 62,99	R\$ 13000 00,00	R\$ 30162,9 9	31/12/2012	R\$ 910.000, 00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA	Superintendente Regional
770	54100.00022	Em	Implantação de	TERRA SOL	MUNICIPAL	22953681	PREFEITURA	21/12/	21/12/	20/12/	R\$	R\$	R\$	31/12/	R\$	ELIELSON	

313	0/2012-86	execução	Agroindústrias para Processamento de Mandioca em Dom Eliseu - PA.	– (PA/SR01) Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará - Convenio	IPAL	000145	URA MUNICI PAL DE DOM ELISEU	2012	2013	2012	33753,633	30378,270	33753,63	2012	202.521,80	PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 670	54100.00046 6/2012-58	Em execução	RECUPERAÇÃO DE 42,20KM DE ESTRADAS VICINAIS NA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA/PA.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICIPAL	161332000180	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA PONTA	21/12/2012	21/12/2013	06/12/2012	R\$ 20419,10,22	R\$ 20000,00,00	R\$ 41910,22	31/12/2012	##### ##	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 793	54100.00046 4/2012-69	Em execução	CONSTRUÇÃO DE 4.330,00 METROS DE PONTES COM ESTACAS CRAVADAS, NOS PAES ILHA CONCEIÇÃO DE MOCAJUBA E ILHA GRANDE DE VISEU, NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA, NO ESTADO DO PARÁ.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICIPAL	584670400101	PMM PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA	21/12/2012	21/12/2013	10/01/2013	R\$ 20443,23,22	R\$ 20000,00,00	R\$ 44323,22		R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

770 796	54100.00049 9/2012-06	Em exec ução	Recuperação de 38,50 km de estradas vicinais no PA FLORESTA GURUPI I, Município de Ulianópolis/PA, através de Recursos oriundos da Emenda Parlamentar no 34910006, Função Programática 21.631.2066.8396.0015, cuja ação específica trata de Implantação e Recuperação.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	83334672 000160	PREFEIT URA MUNICI PAL DE ULIANO POLIS	21/12/ 2012	21/12/ 2013	28/12/ 2012	R\$ 10488 06,74	R\$ 10000 00,00	R\$ 48806,7 4		R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 803	54100.00041 7/2012-15	Em exec ução	Construção/recuperação 25,19 km de estradas vicinais, localizada no PA SANTA MARIA I E II, município de Moju, no Estado do Pará.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	51051350 00135	PREFEIT URA MUNICI PAL DE MOJU	03/07/ 2012	03/07/ 2013	04/07/ 2012	R\$ 10768 89,70	R\$ 10338 14,11	R\$ 43075,5 9	05/10/ 2012	##### ##	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 806	54100.00041 6/2012-71	Em exec ução	Recuperação de 8,00km (oito quilômetros) de estradas vicinais no PA Olho	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên	MUNIC IPAL	51051350 00135	PREFEIT URA MUNICI PAL DE	03/07/ 2012	03/07/ 2013	04/07/ 2012	R\$ 50738 1,64	R\$ 48708 6,37	R\$ 20295,2 7	18/10/ 2012	R\$ 487.086, 37	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente

			D'água I, município de Moju, no estado do Pará.	cia Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO			MOJU										Regional
770 809	54100.00046 0/2012-81	Em exec ução	ARRUAMENTO DA VILA DO OLHO D'ÁGUA I COM 5,821 KM DE EXTENSÃO, LOCALIZADAS NO PA OLHO D'ÁGUA I, MUNICÍPIO DE MOJU, NO ESTADO DO PARÁ.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICIPAL	51051350 00135	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU	03/07/ 2012	03/07/ 2013	04/07/ 2012	R\$ 37048 7,11	R\$ 35566 7,63	R\$ 14819,4 8	20/09/ 2012	R\$ 355.667, 63		ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 811	54100.00029 5/2012-67	Em exec ução	construção/recuperação 32,70 KM de estradas vicinais, localizada no PA VALE DO MOJU, no Estado do Pará.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV	MUNICIPAL	51051350 00135	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU	03/07/ 2012	03/07/ 2013	04/07/ 2012	R\$ 10406 76,04	R\$ 99904 8,99	R\$ 41627,0 5	13/11/ 2012	##### ##		ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional



				IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO												
770 816	54100.0002 99/2012-45	Em exec ução	RECUPERAÇÃO DE 15,00KM DE ESTRADAS VICINAIS, LOCALIZADAS NO PA OLHO D"AGUA I, MUNICÍPIO DE MOJU, NO ESTADO DO PARÁ.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	51051350 00135	PREFEIT URA MUNICI PAL DE MOJU	03/07/ 2012	03/07/ 2013	04/07/ 2012	R\$ 60609 0,01	R\$ 58184 6,41	R\$ 24243,6 0	18/10/ 2012	R\$ 581.846, 41	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
770 833	54100.00038 1/2012-70	Em exec ução	Construção/compl ementação de 39,00 km de estradas vicinais no PA CIDAPAR 2ª PARTE, no Município de Nova Esperança do Piriá, no Estado do Pará.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	84263862 000105	PREFEIT URA MUNICI PAL DE NOVA ESPERA NCA DO PIRIA	03/07/ 2012	03/07/ 2013	05/07/ 2012	R\$ 20687 80,31	R\$ 19860 29,10	R\$ 82751,2 1	18/10/ 2012	##### ##	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

777 319	54100.00055 0/2012-71	Em exec ução	Construção/compl ementação de 27,00km de estradas vicinais, localizadas no PA CIDAPAR 1a. E 2a.PARTE, no Município de Viseu, no Estado do Pará.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	48736180 00117	PREFEIT URA MUNICI PAL DE VISEU	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 18761 67,45	R\$ 18000 00,00	R\$ 76167,4 5		R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
777 884	54100.00083 7/2012-00	Em exec ução	Recuperação/com plementação 23,80 km de estradas vicinais em área do PROJETO DE ASSENTAMENT O CIDAPAR 3ª PARTE, no município de Viseu, no Estado do Pará.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	48736180 00117	PREFEIT URA MUNICI PAL DE VISEU	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 14773 15,67	R\$ 14182 23,04	R\$ 59092,6 3		R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
778 139	54100.00089 2/2012-91	Em exec ução	Recuperação/com plementação de 27,00km de estradas vicinais de acesso à Reserva Extrativista de	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do	MUNIC IPAL	48736000 00115	AUGUST O CORREA PREFEIT URA	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 14862 86,39	R\$ 14500 00,00	R\$ 36286,3 9	31/12/ 2012	##### ##	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

			Marinha Arai-Peroba, município de Augusto Correa, no Estado do Pará.	Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO											
778 144	54100.00092 4/2012-59	Em execução	Construção/Complementação de 7.5 Km de Estradas vicianis.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICIPAL	48736180 00117	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU	21/12/2012	21/12/2013	10/01/2013	R\$ 72042 7,06	R\$ 69160 9,98	R\$ 28817,0 8	R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
778 146	54100.00082 9/2012-55	Em execução	Recuperação/complementação de 28,10km de estradas vicinais de acesso à RESEX Araí-Peroba, município de Augusto Correa, no Estado do Pará.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (PA/SR 01) Superintendência Regional do INCRA do Pará - CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	MUNICIPAL	48736000 00115	AUGUSTO CORREA PREFEITURA	21/12/2012	21/12/2013	10/01/2013	R\$ 13251 26,96	R\$ 12986 24,42	R\$ 26502,5 4	R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

				DE ASSENTAME NTO											
778 620	54100.00091 6/2012-11	Em exec ução	CONSTRUÇÃO DE TRÊS TRAPICHES EM CONCRETO ARMADO NAS COMUNIDADES SANTANA, BOA VISTA E BRASILÂNDIA, LOCALIZADAS NA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA, NO ESTADO DO PARÁ.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	16133200 00180	PREFEIT URA MUNICI PAL DE SAO JOAO DA PONTA	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 58583 1,09	R\$ 57411 4,47	R\$ 11716,6 2	R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
778 656	54100.00092 3/2012-12	Em exec ução	CONSTRUÇÃO DE SEIS MICRO- SISTEMAS DE ABASTECIMEN TO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES SANTANA, RETIRO, GUARAJUBA, BAUNILHA,VIL A NOVA E BRASILANDIA, LOCALIZADAS NA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA, NO	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	16133200 00180	PREFEIT URA MUNICI PAL DE SAO JOAO DA PONTA	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 14570 85,24	R\$ 14258 85,53	R\$ 31199,7 1	R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

			ESTADO DO PARÁ.													
778 740	54100.00055 2/2012-61	Em exec ução	Construção/compl ementação de 7,5 km estradas vicinais no PA RIO ACAMPAMENT O, Município de Dom Eliseu, no Estado do Pará, ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº34910006.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	22953681 000145	PREFEIT URA MUNICI PAL DE DOM ELISEU	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 25999 6,23	R\$ 25000 0,00	R\$ 9996,23		R\$ 0,00	ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional
778 806	54100.00053 3/2012-13	Em exec ução	Construção/compl ementação de 32,70 km de estradas vicinais, no PA Alto Bonito, município de Dom Eliseu, no Estado do Pará.	INFRA- ESTRUTURA BÁSICA – (PA/SR 01) Superintendên cia Regional do INCRA do Pará – CONVÊNIO - DIRETORIA DE DESENVOLV IMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAME NTO	MUNIC IPAL	22953681 000145	PREFEIT URA MUNICI PAL DE DOM ELISEU	21/12/ 2012	21/12/ 2013	10/01/ 2013	R\$ 10416 41,12	R\$ 99987 1,31	R\$ 41769,8 1			ELIELSON PEREIRA DA SILVA Superintendente Regional

SR-02/CEARÁ																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp Concedente
769454	54130.000005/2012-28	Em execução	OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (ESTRADAS VICINAIS) DO TRECHO: ANTÔNIO PEREIRA - FAVELA I - BARBADA II - DISTRITO CHILE, COMPOSTO POR 17,6 KM DE EXTENSÃO, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS, NO MUNICÍPIO DE	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (CE/SR 02) Superintendência Regional do INCRA do Ceará - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	12461646000155	IBICUITINGA PREFEITURA	26/06/2012	23/03/2013	26/06/2012	R\$ 810770,28	##### ###	R\$ 24324,00	02/07/2012	##### ##	RAIMUNDO CRUZ PINTO SUPERINTENDENTE REGIONAL INCRA CE	

			IBICUITINGA													
769501	54130.000618/2012-65	Em execução	Barragem Tucuns, localizada de Sítio Tucuns, Rio Pitanga, no Município de Ubajara/CE	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (CE/SR 02) Superintendência Regional do INCRA do Ceará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	7735541000107	MUNICIPIO DE UBAJARA/PREFEITURA MUNICIPAL	09/07/2012	05/05/2013	09/07/2012	R\$ 482973,79	#####	R\$ 9659,48	10/10/2012	R\$ 473.314,31	RAIMUNDO CRUZ PINTO SUPERINTENDENTE REGIONAL INCRA CE
770314	54130.000708/2012-56	Aguardando Prestação de Contas	Construção da Passagem Molhada Caioca I na Estrada Assentamento Caioca, Construção da Passagem Molhada Caioca II na Estrada Assentamento Caioca, Construção da Passagem Molhada sobre o Sangradouro	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (CE/SR 02) Superintendência Regional do INCRA do Ceará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	MUNICIPAL	10517563000105	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA	24/09/2012	22/01/2013	24/09/2012	R\$ 741148,41	#####	R\$ 14823,00	26/10/2012	R\$ 726.325,41	RAIMUNDO CRUZ PINTO SUPERINTENDENTE REGIONAL INCRA CE

			do Açude Oiticara na Estrada de Acesso ao PA Pedra Branca	nto - DD												
777090	54130.001458/2012-71	Em execução	Construção do Açude Caioca, no Município de Mirafima/CE	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (CE/SR 02) Superintendência Regional do INCRA do Ceará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	10517563000105	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA	19/12/2012	17/06/2013	27/12/2012	R\$ 409334,21	##### ###	R\$ 8186,68	28/12/2012	R\$ 401.147,53	RAIMUNDO CRUZ PINTO SUPERINTENDENTE REGIONAL INCRA CE
777102	54130.001457/2012-27	Em execução	Construção do Açude Tanque, no Município de Mirafima/CE	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (CE/SR 02) Superintendência Regional do INCRA do Ceará – CONVÊNIO – Diretoria de	MUNICIPAL	10517563000105	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA	19/12/2012	17/06/2013	27/12/2012	R\$ 267548,31	##### ###	R\$ 5350,97	31/12/2012	R\$ 262.197,34	RAIMUNDO CRUZ PINTO SUPERINTENDENTE REGIONAL INCRA CE



				Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD													
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SR-05/BA																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
778080	54160.002339/2012-89	Em execução	Objeto do Convênio - Formação de uma Turma Especial em Bacharelado em Direito destinada a assentados em Projetos de Reforma Agrária, devidamente cadastrados e reconhecidos	PRONERA - Superintendência Regional do INCRA da Bahia (SR/05 - BA) - Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTADUAL	14485841000140	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	27/12/2012	27/12/2017	02/01/2013	##### ###	##### ###	R\$ 13887,50		R\$ 0,00	MARCOS ANTONIO SILVA NERY	

			idos pelo IN CRA. OBJETI VO GERAL Formar uma Turma Especial do Curso de Bacharel ado em Direito														
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SR-06/MINAS GERAIS																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
770656	54170003812/2009-21	Em execução	Construção de um centro comercial e da Casa do Mel no Projeto de Assentamento Final Feliza comunidade do Catone Novo,	TERRA SOL – (MG/SR06) Superintendência Regional do In CRA no Estado de Minas Gerais - Convenio	MUNICIPAL	17694878000177	JOAQUIM FELICIO PREFEITURA	01/07/2012	01/07/2013	04/07/2012	R\$ 347217,14	#####	R\$ 7441,14	04/07/2012	R\$ 339.776,00	WELINGTON JOSE FERNANDES ENGENHEIRO AGRONOMO	

			zona rural do município de Joaquim Felício/ MG.														
778771	54170.006912/2012-12	Em execução	Desenvolver as cadeias produtivas da cana de açúcar e leite nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Minas Gerais.	Terra Sol SR 06 - Emenda Parlamentar nº 27640007	ESTADUAL	18715573000167		SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	31/12/2012	31/12/2013	26/12/2012	R\$ 100000,00	#####	R\$ 100000,00		R\$ 0,00	CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS Superintendente Regional

SR-09/PARANÁ																		
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Convênio	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente	
Constituiu o presente Plano de Trabalho a elaboração de	1336 Brasil Quilombola/1642/Reconhecimento, Demarcação e Titulação de áreas Remanescentes de	ESTADUAL	77902914000172	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO	29/12/2008	31/05/2010	31/12/2008	R\$ 145232,26	#####	R\$ 29046,46	14/07/2009	R\$ 116.185,80	CLAUDIA SONDA Superintendente Regional	Constituiu o presente Plano de Trabalho a elaboração de	1336 Brasil Quilombola/1642/Reconhecimento, Demarcação e Titulação de áreas Remanescentes de	ESTADUAL		

Relatório Antropológico da comunidade Varzeão (localizada no Município de Dr. Ulysses) e das comunidades Córrego do Franco e São João (localizadas no Município de Adrianópolis)	Quilombos			OESTE										Relatório Antropológico da comunidade Varzeão (localizada no Município de Dr. Ulysses) e das comunidades Córrego do Franco e São João (localizadas no Município de Adrianópolis)	Quilombos	
Ofertar o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo.	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTADUAL	79151312000156	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	10/12/2012	09/12/2016	21/12/2012	R\$ 1111161,20	####	R\$ 11318,00	R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	Ofertar o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo.	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTADUAL	
Aquisição de um sistema para extração de suco de uva - processo enzimático para produção de suco integral na	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL	81648859000103	PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA	28/12/2012	28/12/2013	28/12/2012	R\$ 130000,00	####	R\$ 2600,00	R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	Aquisição de um sistema para extração de suco de uva - processo enzimático para produção de suco integral na	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL	

agroindústria da COOPERCO NTESTADO, no assentamento Etiene, em Bituruna/PR, com objetivo de agregação de valor à uva produzida pelos agricultores													agroindústria da COOPERCO NTESTADO, no assentamento Etiene, em Bituruna/PR, com objetivo de agregação de valor à uva produzida pelos agricultores			
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - Turma Especial para Educadores do Campo.	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTA DUAL	7868033 7000184	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	31/12 /2012	31/03 /2017	31/12 /2012	R\$ 1111 211,20	####	R\$ 1121 1,20		R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - Turma Especial para Educadores do Campo.	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTADUAL
Realizar curso de escolarização (Anos Finais) de jovens e adultos que residem em áreas de assentamento e acampamentos de reforma agrária no Estado do Paraná,-	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTA DUAL	7868033 7000184	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	15/12 /2012	15/12 /2014	28/12 /2012	R\$ 6790 00,00	####	R\$ 7000,00		R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	Realizar curso de escolarização (Anos Finais) de jovens e adultos que residem em áreas de assentamento e acampamentos de reforma agrária no Estado do Paraná,-	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Paraná (SR/09 - PR) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Convênio. Diretoria de Desenvolvimento.	ESTADUAL

Proporcionar melhorias de vida e o desenvolvimento assentamentos rurais														Proporcionar melhorias de vida e o desenvolvimento assentamentos rurais		
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA DE AGROINDÚSTRIA. Os equipamentos farão parte de uma cozinha de agroindústria para a fabricação de produtos artesanais, como conservas vegetais e de frutas, doces em geral e queijos. Estes produtos serão comercializadas	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL	76020452000105	LAPA PREFEITURA MUNICIPAL	28/12/2012	28/12/2013	28/12/2012	R\$ 2800,00	####	R\$ 5600,00		R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA DE AGROINDÚSTRIA. Os equipamentos farão parte de uma cozinha de agroindústria para a fabricação de produtos artesanais, como conservas vegetais e de frutas, doces em geral e queijos. Estes produtos serão comercializadas	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL
Apresentação de entidade para a prestação de Assistência Técnica na elaboração, execução de	TERRA SOL - Superintendência Regional do INCRA no Paraná (SR/09-PR) - Ação Orçamentária 4320 - Programa	PRIVADA	4699470000146	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL	31/12/2012	31/12/2015	17/01/2013	R\$ 7035000,00	####	R\$ 0,00		R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	Apresentação de entidade para a prestação de Assistência Técnica na elaboração, execução de	TERRA SOL - Superintendência Regional do INCRA no Paraná (SR/09-PR) - Ação Orçamentária 4320 - Programa	PRIVADA

projetos e qualificação da gestão nas atividades de agroindustrialização e comercialização na rede de cooperativas dos assentamentos de Reforma Agrária do estado	PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Termo de Parceria.												projetos e qualificação da gestão nas atividades de agroindustrialização e comercialização na rede de cooperativas dos assentamentos de Reforma Agrária do estado	PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. Termo de Parceria.		
Ampliação do Sistema de Abastecimento de água nas propriedades rurais do Assentamento Monte Azul.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PR/SR 09) Superintendência Regional do INCRA do Paraná – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	75475442000193	MIRADOR PREFEITURA	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	R\$ 276246,13	####	R\$ 6000,00		R\$ 0,00	NILTON BEZERRA GUEDES SUPERINTENDENTE	Ampliação do Sistema de Abastecimento de água nas propriedades rurais do Assentamento Monte Azul.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PR/SR 09) Superintendência Regional do INCRA do Paraná – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL
Estruturação da logística de entrega de lácteos produzidos pelas cooperativas da reforma agrária do Paraná.	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL	76973692000116	QUERENCIADO NORTE PREFEITURA	28/12/2012	07/08/2014	28/12/2012	R\$ 866200,00	####	R\$ 17324,00		R\$ 0,00	OMAR GUILHERME GAUZA FILHO Superintendente Regional Substituto do INCRA/PR	Estruturação da logística de entrega de lácteos produzidos pelas cooperativas da reforma agrária do Paraná.	TERRA SOL – (PR/SR09) Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	MUNICIPAL
“Divulgação e	TERRA SOL – (PR/SR09)	MUNICIPAL	7697369	QUERENCIADO	28/12	27/01	28/12	R\$ 2525	####	R\$ 5050,		R\$	OMAR GUILHER	“Divulgação e	TERRA SOL – (PR/SR09)	MUNICIPAL

Comunicação dos produtos produzidos pelos assentados da COANA".	Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	L	2000116	NORTE PREFEITURA	/2012	/2014	/2012	24,00	####	48		0,00	ME GAUZA FILHO Superintendente Regional Substituto do INCRA/PR	Comunicação dos produtos produzidos pelos assentados da COANA".	Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná - Convenio	
---	---	---	---------	------------------	-------	-------	-------	-------	------	----	--	------	--	---	---	--

SR-10/SANTA CATARINA																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
778526	54210001704201203	Em execução	CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PRETO DE CONCRETO ARMADO COM EXTENSÃO DE 18 METROS, LARGURA TOTAL DE 4,70 METROS, SOBRE 2 PILARES EM CONCRETO ARMADO	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (SC/SR 10) Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	83102756000179	RIO NEGRINHO PREFEITURA	13/12/2012	10/08/2014	18/12/2012	R\$ 322028,90	#####	R\$ 6440,58		R\$ 0,00	JOAO PAULO LAJUS STRAPAZZON Superintendente Regional	



			EXECUTADOS COM TUBULÕES A AR COMPRIMIDO.													
781252	54210001855201253	Em execução	Apoio à realização de Feira do peixe	TERRA SOL – (Emenda Parlamentar 1886 0001) SC/SR10 Superintendência Regional do Incrano Estado de Santa Catarina - Convenio	MUNICIPAL	83009886000161	MUNICÍPIO DE ABELAR DO LUZ	31/12/2012	31/12/2013	21/01/2013	R\$ 10720,00	##### ###	R\$ 7200,00		R\$ 0,00	JOAO PAULO LAJUS STRAPAZZON Superintendente Regional
781253	54210001852201210	Assinado	X FEIRA ESTADUAL DA MORANGA e o II Seminário da Agricultura Familiar.	TERRA SOL – (Emenda Parlamentar 1886 0001) SC/SR10 Superintendência Regional do Incrano Estado de Santa Catarina - Convenio	MUNICIPAL	83755850000127	PONTE ALTA PREFEITURA	01/02/2013	31/12/2013	21/01/2013	R\$ 10000,00	##### ###	R\$ 2000,00		R\$ 0,00	JOAO PAULO LAJUS STRAPAZZON Superintendente Regional
781278	54210001857201242	Em execução	Feira da Agricultura Familiar	TERRA SOL – (Emenda Parlamentar 1886 0001) SC/SR10	MUNICIPAL	83074302000131	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADO	31/12/2012	31/12/2013	21/01/2013	R\$ 10870,00	##### ###	R\$ 8700,00		R\$ 0,00	JOAO PAULO LAJUS STRAPAZZON Superintendente Regional

				Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina - Convenio			R										
781283	54210001851201275	Em execução	Instalação de um sistema de coleta, tratamento e armazenamento de água da chuva	TERRA SOL - (Emenda Parlamentar 1886 0001) SC/SR10 Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina - Convenio	MUNICIPAL	82821174000180	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE	31/12/2012	31/03/2014	21/01/2013	R\$ 820510,38	#####	R\$ 20510,38		R\$ 0,00		JOAO PAULO LAJUS STRAPAZZON Superintendente Regional

SR-11/RIO GRANDE DO SUL																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
776410	54220.002422/2012-04	Em execução	Implantação e recuperação de estradas vicinais e ações de infraestrutura	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (RS/SR 11) Superintendência Regional do INCRA do Rio	ESTADUAL	13106183000176	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATI	01/12/2012	31/12/2015	02/01/2013	R\$ 18200000,00	#####	R\$ 200000,00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL	

			hídrica em projetos de assentamento no RS	Grande do Sul – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD			VISMO									
7770 84	54220.0025 12/2012-97	Em execução	Formação de 60 Médicos Veterinários Realização da II Turma do Curso de Graduação em Medicina Veterinária capaz de dotar, principalmente, o profissional dos conhecimentos necessários para desenvolver ações e resultados voltados a área das Ciências Agrárias	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Sul (SR/11-RS) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. CONVÊNIO/ CHAMDA PÚBLICA	PRIVADA	15239150 00144	FUNDACAO SIMON BOLIVAR	27/12/2012	29/06/2018	15/01/2013	R\$ 200064,00	#### ####	R\$ 21000,00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL
7771 03	54220.0025 13/2012-31	Em execução	Formação de 50 agricultores (as) ou filhos (as) de agricultores assentados, com	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Sul (SR/11-RS) – Ações Orçamentárias	PRIVADA	72935120 00132	INSTITUTO EDUCAR	31/12/2012	30/09/2015	18/01/2013	R\$ 800240,00	#### ####	R\$ 12740,00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL

			especialização Técnico em Agroecologia, que contribua para a organização de base dos trabalhadores e a implantação de um novo modelo de desenvolvimento para o campo no Brasil	4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. CONVÊNIO/ CHAMDA PÚBLICA												
7771 16	54220.0025 16/2012-75	Em execução	Formar e capacitar 30 jovens e adultos em nível médio - na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e capacitação técnica em administração de agroindústrias para atuar junto às unidades agroindustriais em áreas de assentamentos da Reforma Agrária na	PRONERA - Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Sul (SR/11-RS) - Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. CONVÊNIO/ CHAMDA PÚBLICA	PRIVADA	77247830 00103	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCACAO DO CAMPO	31/12/ 2012	30/06/ 2015	18/01/ 2013	R\$ 309244 ,00	#### ####	R\$ 9244,0 0	R\$ 0,00		ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL

			regional													
7785 34	54220.0026 30/2012-03	Em exec ução	Implantação de uma Padaria Comunitária no PA Santa Fé e de uma Casa do Mel no PA Fazenda São Francisco.	TERRA SOL – (RS/SR11) Superintendência Regional do Ingra no Estado do Rio Grande do Sul - Convenio	MUNI CIPAL	94702818 000108	PREFEITUR A MUNICIPAL DE CANDIOTA	30/12/ 2012	31/12/ 2014	02/01/ 2013	R\$ 620000 ,00	#### ####	R\$ 20000, 00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERI NTENDENTE REGIONAL
7785 74	54220.0026 32/2012-94	Em exec ução	O OBJETIVO DO CONVÊNIO e Implantação de Unidade de beneficiamen to de vegetais(cozi nha multiuso)no PA Novo Horizonte.	TERRA SOL – (RS/SR11) Superintendência Regional do Ingra no Estado do Rio Grande do Sul - Convenio	MUNI CIPAL	42193430 00100	MUNICIPIO DE SANTA MARGARID A DO SUL	28/12/ 2012	31/12/ 2014	02/01/ 2013	R\$ 365000 ,00	#### ####	R\$ 10000, 00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERI NTENDENTE REGIONAL
7787 12	54220.0002 6332012-39	Em exec ução	Viabilizar uma estrutura de beneficiamen to de horti- frutigranjeiro s, dentro dos parâmetros exigidos pela legislação sanitária e ambiental, visando agregar valor	TERRA SOL – (RS/SR11) Superintendência Regional do Ingra no Estado do Rio Grande do Sul - Convenio	MUNI CIPAL	88124961 000159	SANTANA DO LIVRAMEN TO PREFEITUR A	31/12/ 2012	31/12/ 2014	02/01/ 2013	R\$ 365000 ,00	#### ####	R\$ 15000, 00		R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERI NTENDENTE REGIONAL

			às matérias-primas produzidas pelas famílias assentadas e permitindo acessar o mercado instituído													
778775	54220.002638/2012-61	Em execução	Ações de infraestrutura visando atender famílias quilombolas do Município de Candiota – Comunidade Quilombo Candiota.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (RS/SR 11) Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Sul – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	94702818000108	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	30/12/2012	30/12/2013	02/01/2013	R\$ 520299,21	#####	R\$ 20299,21	R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL	
778789	54220.002637/2012-17	Em execução	Reforma, construção e aparelhamento de Centros multiuso em alguns Projetos de Assentamento em Hulha Negra-RS	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (RS/SR 11) Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Sul – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	94702784000143	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	31/12/2012	31/12/2014	02/01/2013	R\$ 566426,14	#####	R\$ 11328,52	R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG. AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL	
7809	54220.0028	Em execução	Estruturar a produção	Apoio à Estruturação da	ESTAD	13106183	SECRETARIA DE	28/12/	30/12/	02/01/	R\$ 157895	#####	R\$ 789522	R\$ 0,00	ROBERTO RAMOS ENG.	

17	37/2012-70	ução	agroecológica de famílias de assentamentos da reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, através da aquisição de kits produtivos e capacitação das famílias, visando garantir segurança alimentar e geração de renda aos beneficiários	Produção e Inclusão Produtiva (Termo de Cooperação Incra MDS)	UAL	000176	DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	2012	2014	2013	22,47	####	,47				AGRÔNOMO/SUPERINTENDENTE REGIONAL
----	------------	------	---	---	-----	--------	---	------	------	------	-------	------	-----	--	--	--	-----------------------------------

SR-12/MARANHÃO																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
700815	54230.003737/2008-65	Prestação de Contas em Complementação	Assessorar as famílias assentadas dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária do INCRA/SR12, elaborar Planos de Desenvolvimento do Assentamento -	1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar / Ação -	PRIVADA	2399346000130	COOPERATIVA DE SERVIÇOS, PESQUISA E AVALIAÇÃO	15/12/2008	29/02/2012	15/01/2009	R\$ 4169032,11	####	R\$ 41690,32	30/12/2011	#####	BENEDITO FERREIRA PIRES TERCEIRO	Superintendente Regional

			PDA e Plano de Recuperação do Assentamento – PRA, por meio do Programa de ATES no âmbito social, produtivo	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (ATES) - MODALIDADE: CONVÊNIO			TECNICA									
700900	54230.003734/2008-21	Aguardando Prestação de Contas	Prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental e elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e Plano de Recuperação de Assentamentos – PRA nos assentamentos da reforma agrária no estado do Maranhão, localizados no Território da Cidadania	1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar / Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (ATES) - MODALIDADE: CONVÊNIO	PRIVADA	1852883000120	COOPERATIVA DE SERVIÇOS TÉCNICOS	31/12/2008	31/12/2012	15/01/2009	R\$ 8391931,80	#### ####	R\$ 118800,00	30/12/2011	##### ##	BENEDITO FERREIRA PIRES TERCEIRO Superintendente Regional
770305	54230.004014/2012-60	Em execução	A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUINDO TERRAPLENAGEM, REVESTIMENTO	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MA/SR 12) Superintendência	MUNICIPAL	6116743000108	MUNICÍPIO DE BREJO	28/11/2012	31/10/2013	30/11/2012	R\$ 1971540,81	#### ####	R\$ 48086,36		R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão



			PRIMÁRIO E OBRAS DE ARTES, NOS PA'S SANTA TEREZA, SANTA CRUZ, SANTA ALICE E ÁRVORES VERDES.CONFORME PROJETO BASICO.	Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD												
770792	54230.004159/2012-61	Em execução	Recuperação de 81,30km de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento: Agroalegre, Lago do Coco e PA São Patrício e Cigana/Santa Catarina, situados no município de Matões do Norte no Maranhão	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (MA/SR 12) Superintendência Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	1612831000187	MUNICÍPIO DE MATOES DO NORTE - PREFEITURA MUNICIPAL	06/07/2012	31/05/2013	09/07/2012	R\$ 2551700,00	#### ####	R\$ 51100,00		R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão
771379	54230.004160/2012-95	Em execução	IMPLANTAÇÃO TRÊS SISTEMAS DE	INFRA-ESTRUTURA	MUNICIPAL	1555070000179	PREFEITURA MUNICIPAL	06/07/2012	15/05/2013	10/07/2012	R\$ 96197	#### ####	R\$ 19239,4	31/12/2012	R\$ 377.092,	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES

			ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS PAIS: NOVO MUNDO/CONQUISTA, JENIPAPO E SULNORBRAZAGROTERRA, SITUADOS NO MUNICÍPIO DE MARAJÁ DO SENA.	BÁSICA – (MA/SR 12) Superintendência Regional do INCRA do Maranhão – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD			AL DE MARAJA DO SENA				1,49		3		82	Superintendente Regional do INCRA no Maranhão
7714 27	54230.00535 232012-75	Em execução	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE ACESSO AO PASSÃO JOSÉ/SATUBINHA NO MUNICÍPIO DE SATUBINHA.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MA/SR 12) Superintendência Regional do INCRA do Maranhão – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	MUNICIPAL	16118950 00163	PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA	06/07/ 2012	30/04/ 2013	10/07/ 2012	R\$ 14315 21,96	#### ####	R\$ 40000,0 0	23/11/ 2012	##### ##	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão

				ento - DD												
7714 47	54230.00352 6/2012-17	Em execução	Recuperação 40km de estradas vicinais de acesso ao PA Novo Mundo/Conquista.	INFRA- ESTRUT URA BÁSICA - (MA/SR 12) Superinten dência Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊN IO - Diretoria de Desenvolv imento de Projetos de Assentam ento - DD	MUNIC IPAL	15550700 00179	PREFEIT URA MUNICIP AL DE MARAJA DO SENA	06/07/ 2012	30/06/ 2013	10/07/ 2012	R\$ 13690 86,48	#### ####	R\$ 27381,7 3		R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão
7721 79	54230.00281 6/2012-35	Em execução	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO S NOS P.A.s BREJO/SÍTIO DO MEIO E PA VERA CRUZ, localizados no Município de Grajau/Ma. conforme detalhado no Plano de Trabalho.	INFRA- ESTRUT URA BÁSICA - (MA/SR 12) Superinten dência Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊN IO - Diretoria de	MUNIC IPAL	63770630 00148	PREFEIT URA MUNICIP AL DE GRAJAU	06/07/ 2012	31/05/ 2013	09/07/ 2012	R\$ 93713 2,93	#### ####	R\$ 37485,3 2		R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão

				Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD											
774544	54230.003542/2012-00	Em execução	Recuperação de 71,00Km de estradas vicinais nos PA's situados no município de SantaRita.	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MA/SR 12) Superintendência Regional do INCRA do Maranhão – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	63441836000141	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	16/11/2012	30/09/2013	20/11/2012	R\$ 20500,00	#### ####	R\$ 50000,00	R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão
777895	54230.002815/2012-91	Em execução	MELHORAMENTO DE 61,303 KM DE CAMINHO DE ACESSO EM P.A.'s DO MUNICIPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MA/SR 12) Superintendência Regional do INCRA do Maranhão	MUNICIPAL	6988976000109	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES DE ALMEIDA	21/12/2012	30/06/2013	26/12/2012	R\$ 15768,85	#### ####	R\$ 40000,00	R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão

				- CONVÊN IO - Diretoria de Desenvolv imento de Projetos de Assentam ento - DD											
7778 98	54230.00281 5/2012-91	Em execução	Recuperação de estradas vicinais no PA Bom Pastor. Trechos: Estrada do Olho D'Água, Vertente, Faixa Onze, ManoelPatrão, Estrada do Vigílio, Chapadinha, Polva do Vigílio/Chapadinha/ Polva, estrada da Vila Caxias e Faixa Chico do Bode, no Município de Amapa	INFRA- ESTRUT URA BÁSICA - (MA/SR 12) Superinten dência Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊN IO - Diretoria de Desenvolv imento de Projetos de Assentam ento - DD	MUNIC IPAL	15809590 00106	MUNICIP IO DE AMAPA DO MARAN HAO	20/12/ 2012	30/06/ 2013	21/12/ 2012	R\$ 30612 24,49	#### ####	R\$ 61224,4 9	R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no Maranhão
7791 06	54230.00352 4/2012-10	Em execução	Recuperação de 27,20Km de estradas vicinais nos PA's Quadra 4 de Maio, Sub-Área Núcleo 09, Três Palmeiras, Quadra	INFRA- ESTRUT URA BÁSICA - (MA/SR 12) Superinten	MUNIC IPAL	16149460 00100	PREFEIT URA MUNICIP AL DE PEDRO DO ROSARI	20/12/ 2012	30/11/ 2013	21/12/ 2012	R\$ 81698 4,43	#### ####	R\$ 16339,6 9	R\$ 0,00	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES Superintendente Regional do INCRA no

			União e Quadra 10 de Janeiro.	dência Regional do INCRA do Maranhão - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD			O										Maranhão
--	--	--	-------------------------------	---	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------

SR-14/ACRE																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp Concedente
770889	54260000536/2012-35	Em execução	Execução dos serviços de Implantação, Melhoria de Obras de Artes Correntes e Especiais e Revestime	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (AC/SR 14) Superintendência Regional do INCRA do Acre - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de	ESTADUAL	63606479000124	ESTADO DO ACRE	04/07/2012	31/12/2013	04/07/2012	R\$ 1111200,00	#####	R\$ 1112000,00	17/08/2012	#####	JOAO THAUMATURGO NETO	Superintendente Regional do Acre

			nto Primário deramais no Estado do Acre.	Projetos de Assentamento - DD													
--	--	--	--	-------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SR-17/RONDÔNIA																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
776124	54300.002130/2012-73	Em execução	Profissionalizar com o Curso Técnico em Agropecuária - Integrado ao Ensino Médio 70 educandos provenientes de Áreas de Reforma Agrária da Região do Vale do Guaporé/RO.	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA de Rondônia (SR/17 - RO) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. CONVÊNIO/CAMDA PÚBLICA	PRIVADA	7100011000192	ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMILIA AGRICOLA VALE DO GUAPORÉ	31/12/2012	31/12/2016	18/01/2013	R\$ 143734,40	R\$ 139894,40	R\$ 38400,00		R\$ 0,00	LUIZ FLAVIO CARVALHO RIBEIRO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA/RO	
776126	54300.002131/2012-18	Em execução	O presente projeto visa	PRONERA – Superintendência Regional do INCRA de	PRIVADA	63787196000126	ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS	31/12/2012	31/12/2016	18/01/2013	R\$ 314999,04	R\$ 300000,00	R\$ 149990,40		R\$ 0,00	LUIZ FLAVIO CARVALHO RIBEIRO SUPERINTENDENTE	

			formar ao final de quatro anos 150 educandos das áreas de reforma agrária do estado de Rondônia no ensino médio integrado ao curso de Técnico em Agropecuária, oferecendo uma educação com princípios filosóficos e pedagógicos	Rondônia (SR/17 - RO) – Ações Orçamentárias 4474/6952/8370 - Programa PPA - 2066. Diretoria de Desenvolvimento. CONVÊNIO/CAMDA PÚBLICA			S FAMILIA AGRICOLA DE RONDONIA											NTE REGIONAL DO INCRA/RO
--	--	--	---	--	--	--	--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------------

SR-25/RORAIMA																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Convênio	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
76991	54390.00023	Em	Recuperação/compl	INFRA-	MUNIC	40562300	SAO	20/06/	19/06/	20/06/	R\$	#####	R\$	27/07/	#####	ANTONIO	



1	9/2012-12	execução	ementação de 20,15 km de estradas vicinais.LOCALIZAÇÃO: Projetos de Assentamento Integração e Bom SucessoMUNICÍPIO: São Luiz do Anauá / RR.	ESTRUTURA BÁSICA – (RR/SR 25) Superintendência Regional de Roraima – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	IPAL	00123	LUIZ PREFEITURA	2012	2013	2012	1432346,44	###	28646,93	2012	##	FRANCISCO BESERRA MARQUES Superintendente
---	-----------	----------	---	---	------	-------	-----------------	------	------	------	------------	-----	----------	------	----	---

SR-26/TOCANTINS																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp Concedente
776970	54400001876/2012-31	Em execução	Implantação de Sistemas Coletivos de Abastecimento de Água em Projetos de Assentam	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (TO/SR 26) Superintendência Regional do INCRA de Tocantins – CONVÊNIO	ESTADUAL	11996434000100	AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	28/12/2012	28/12/2014	03/01/2013	R\$ 4210538,51	R\$ 3882253,04	R\$ 328285,47		R\$ 0,00	RUBERVAL GOMES DA SILVA Superintendente Regional Substituto	

			entos no Estado do Tocantins, com extrema carência de água, assegurando a universalização ao acesso a água para consumo humano.	O – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD													
--	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SR-27/MARABÁ																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
769851	54600.000554/2012-19	Em execução	Implantação de Infra-estrutura básica constante da Implantação de 23,25 km de Estradas Vicinais assim distribuí	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de	MUNICIPAL	10249381000109	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	21/12/2012	18/06/2013	21/12/2012	R\$ 1040579,74	R\$ 1000000,00	R\$ 40579,74		R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS1	

			dos : Implanta ção de 6,60 km no PA Nicobran , 6,0 Km no PA Poderosa e 6,35 km no PA Hamilton Cordeiro, localizad os na zona rural do municípi o	Desenvolvi mento de Projetos de Assentamen to - DD											
76986 1	54600.000673 /2012-71	Em execu ção	Implanta ção de Infraestr utura básica, constante de Implanta ção de 55 km de estradas vicinais, sendo: 4,40 km no PA Uxi, 17,20 no PA Barraca do Meio, 8,90 no PA Pedra	INFRA- ESTRUTU RA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintend ência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvi mento de Projetos de Assentamen to - DD	MUNICI PAL	507710200 0129	ITUPIRA NGA PREFEIT URA	07/12/2 012	01/12/2 013	07/12/2 012	R\$ 374943 7,36	R\$ 350000 0,00	R\$ 249437,3 6	R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS2

			Branca, 7,20 no PA Ouro Verde, 12,50 no PA Berrante de Ouro e 4,80 km no PA Vida Nova, lo												
775592	54600.000931/2012-10	Em execução	Implantação de Infraestrutura básica, constante de Recuperação de 81,565 km de estradas vicinais, na vicinal principal de acesso aos PA's Vale da Serra, Diutá, Mata Azul I, Mata Azul II e Mata Azul III, localizados na zona	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	4144176000178	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA	31/12/2012	28/06/2013	10/01/2013	R\$ 1007031,64	R\$ 986891,01	R\$ 20140,63	R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS3

			rural do município de Rio Maria,													
775593	54600.000932/2012-64	Em execução	Implantação de Infra-estrutura básica constante da Implantação de 49,0 km de Estradas Vicinais assim distribuídos : Implantação de 32,0 km no PA José Inocencio Neres e 17,0 Km no PA Hamilton Cordeiro, localizados na zona rural do município de Santa	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	10249381000109	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	21/12/2012	19/06/2013	21/12/2012	R\$ 2301285,29	R\$ 2209234,08	R\$ 92051,21		R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS4
775597	54600.001138/2012-38	Em execução	Implantação de Infra-	INFRA-ESTRUTURA	MUNICIPAL	10249381000109	PREFEITURA MUNICIPAL	20/12/2012	18/06/2013	20/12/2012	R\$ 126902	R\$ 121826	R\$ 50761,08		R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS5

		ção	estrutura basica constante da Implanta ção de 84,00 m de Pontes em Concreto Pré- Moldado assim distribui das : Implanta ção de 56,0 m no PA Hamilton Cordeiro, e 28,0 m no PA Panoram a , localizad os na zona rural do municípi o de Santa Maria	BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintend ência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNI O – Diretoria de Desenvolvi mento de Projetos de Assentamen to - DD			AL DE SANTA MARIA DAS BARREI RAS				7,00	5,92				
77649 6	54600.001127 /2012-58	Em execu ção	Construç ão de 144 MI Pontes em Concreto Armado e Aterro,	INFRA- ESTRUTU RA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintend ência	MUNICI PAL	414417600 0178	PREFEIT URA MUNICIP AL DE RIO MARIA	31/12/2 012	28/06/2 013	10/01/2 013	R\$ 299916 4,91	R\$ 293908 5,51	R\$ 60079,40		R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS6

			Sobre o Rio, Rio Maria, Ligando os Municípios de Rio Maria e Floresta do Araguaia (P. A. Juassama)	Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD											
777134	54600.001336/2012-00	Em execução	Implantação de Infra-estrutura básica constante da Implantação de 7,10 km de Estradas Vicinais assim distribuídos : Implantação de 5,60 km no PA São Pedro II e 1,50 Km no PA Irmã Dulce, localizada	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (MBA/SR 27) Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	10249381000109	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	21/12/2012	19/06/2013	21/12/2012	R\$ 520833,34	R\$ 500000,00	R\$ 20833,34	R\$ 0,00	EDSON LUIZ BONETTI DAS7

			os na zona rural do municípi o de Santa Maria das Barreiras														
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SR-28/DISTRITO FEDERAL																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Conveniente	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
769468	54700.000305/2012-03	Em execução	Recuperação e/ou complementação de 40,00 km de estradas vicinais, no PA Mambai, PA Capim de Cheiro, PA Paranã Município de Mambai - GO	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - (DFE/SR 28) Superintendência Regional do INCRA do Distrito Federal e Entorno - CONVÊNIO - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	1740463000152	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBAI	15/06/2012	31/12/2013	13/06/2012	R\$ 185000,00	R\$ 179450,00	R\$ 55500,00	25/06/2012	R\$ 1005090,00	MARCO AURELIO BEZERRA DA ROCHA	Superintendente Regional



SR-29/MSF

Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Convênio	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
774390	54141000417/2012-39	Em execução	Implantar unidade de beneficiamento e processamento de frutas no Projeto de Assentamento Mandacaru, em Petrolina-PE.	TERRA SOL – (PE/SR29) Superintendência Regional do Incra em Petrolina - Convenio	MUNICIPAL	10358190000177	PETROLINA PREFEITURA	31/12/2012	30/06/2014	03/01/2013	R\$ 647409,57	R\$ 450000,00	R\$ 197409,57		R\$ 0,00	VITOR HUGO DA PAIXAO MELO	Engenheiro Agrônomo
774391	54141000519201254	Em execução	Recuperação de Estradas Vicinais, Padrão Alimentadora, para os Projetos de Assentamento Nossa Senhora de Fátima e Lyndolpho Silva, localizados no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PE-BA/SR29) Superintendência Regional do INCRA do Médio São Francisco – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	10358190000177	PETROLINA PREFEITURA	31/12/2012	23/07/2014	03/01/2013	R\$ 645590,12	R\$ 619766,52	R\$ 25823,60		R\$ 0,00	VITOR HUGO DA PAIXAO MELO	Engenheiro Agrônomo
77597	54141000	Em	Georreferenciar e cadastrar	Reforma Agrária	ESTA	115648210001	INSTITUTO DE	19/12/2012	18/09/20	21/12/2012	R\$ 1604987	R\$ 1016909	R\$		R\$ 0,00	VITOR HUGO DA PAIXAO	

6	7562 0121 5	execução	todos os imóveis rurais dos municípios de Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, com arrecadação do devoluto apurado, objetivando a regularização fundiária com emissão de títulos de domínio	Ordenamento da Estrutura Fundiária – Sup. Reg.do Incra no Médio São Francisco (SR-29). Ação Orçamentária 8378. Programa PPA – 2066. Atende à Adm. Pública Estadual ou Distrital. Dir. de Ord. da Estrutura Fundiária – DF.	DUAL	77	TERRAS E REFORMA AGRARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ITERPE		14		7,60	4,89	5880782,71			MELO Engenheiro Agronomo
77757 2	5414 1000 5792 0127 7	Em execução	Implantação e Recuperação de Estradas Vicinais, Padrão Alimentadora, para os Projetos de Assentamento Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho localizados no Município de Serra Talhada, Estado de	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA – (PE-BA/SR 29) Superintendência Regional do INCRA do Médio São Francisco – CONVÊNIO – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD	MUNICIPAL	102829 450001 05	SERRA TALHADA PREFEITURA	28/12/2012	30/12/2015	03/01/2013	R\$ 3400000, 00	R\$ 3250000, 00	R\$ 150000,00		R\$ 0,00	VITOR HUGO DA PAIXAO MELO Engenheiro Agronomo

			Pernambuco.															
--	--	--	-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SRFA																	
Nº Convênio	Nº Processo	Situação	Objeto	Programa	Esfera	CNPJ	Convênio	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Publicação no DOU	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contratada Total	Data último Repasse	Valor Desembolsado	Nome Resp. Concedente	Cargo Resp. Concedente
742522	54000002569/2009-85	Em execução	Implementar sistema de produção agrícola através da Tecnologia Social PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável visto os instrumentos de inclusão pela renda sustentável e inclusão pelo direito para os assentamentos com comunidades	TERRA SOL - (INCRA-Sede) - Diretoria de Desenvolvimento - Convênio	Privada	1,05221E+13	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste	01/07/2010	26/2/2013	19/8/2010	R\$660.972,00	R\$593.722,00	R\$67.250,00	25/6/2012	R\$ 407.530,00	ANDRÉ FERNANDO DOSUALDO	Engenheiro Agrônomo

